

Este e-book contém uma pequena amostra dos trabalhos apresentados no I Congresso Nacional de Residência Agrária, nos eixos de Cultura e Agroecologia. Ao tempo que expressa a diversidade de práticas e vivências e contribui para a construção do conhecimento agroecológico, denuncia os impactos gerados pelo agronegócio junto à assentados e povos tradicionais. As experiências relatadas reivindicam visibilidade à cultura do campo, valorizando as histórias, os costumes, as manifestações culturais, os conhecimentos, o modo de vida das populações que vivem no meio rural, em assentamentos da reforma agrária. Contrapondo-se à história oficial, elas evidenciam a potência cultural existente no campo, tradicionalmente invisibilizada pelos pressupostos da ideologia hegemônica das classes dominantes. Tendo como perspectiva a contribuição da cultura, da arte e da educação para a transformação social, a compreensão da realidade e a formação política do ser social, enquanto práticas políticas pensadas a partir da realidade da vida no campo. Tais experiências são fundamentais para fomentar novas formas de consciência de mundo. Trata-se de uma inflexão importante para a compreensão do campo como um espaço de produção e reprodução não só do alimento, como também da vida, do trabalho, do conhecimento, da cultura.

Na universidade as dimensões da Cultura e da Agricultura tradicionalmente trilharam caminhos diferentes, a despeito de epistemologicamente partirem dos mesmos pressupostos. As faculdades que se dedicam às questões culturais ignoram as questões agrárias e vice-versa. Por abordarem a totalidade da vida social no campo, os cursos do Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária aproximaram esses campos de estudo, criando novos campos de pesquisa. Esse é um dos saldos da luta pela reforma agrária para a produção científica brasileira: a ampliação das áreas de pesquisa, a partir da aproximação de fronteiras epistemológicas até então distantes.



Residência Agrária em Debate

Movimentos sociais e universidades públicas na construção de territórios camponeses no Brasil

Volume II



Cultura e Agroecologia

COORDENAÇÃO Marcos Botton Piccin

ORGANIZAÇÃO Cristina Simões Bezerra | Rafael Litvin Villas Bôas | Viviane Cristina Pinto | Márcia Pompeo Nogueira
Rita Fagundes | Andressa A. Fagundes | Rodrigo Machado Moreira | Luiz Henrique Gomes de Moura

Os cursos de especialização *Lato Sensu* em Residência Agrária surgem do entendimento e da reivindicação de movimentos sociais do campo, de que era preciso "adotar uma nova concepção de assistência técnica, direcionada para uma matriz tecnológica ambientalmente sustentável e condizente com as peculiaridades dos assentamentos de Reforma Agrária e dos agricultores familiares". A partir de uma parceria realizada pelo extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) foi realizada uma chamada pública, com o objetivo de selecionar propostas de cursos de Pós-Graduação que associassem ensino, pesquisa e extensão, numa perspectiva problematizadora, dialógica e participativa, tendo como público prioritário, os beneficiários do Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária (PRONERA). Com a finalidade de socializar as diversas experiências educativas ocorridas durante a execução dos 35 cursos aprovados e refletir sobre elas, foi realizado em 2015 na cidade de Brasília, o I Congresso Nacional de cursos de Residência Agrária.

Residência Agrária em Debate

Movimentos sociais e universidades públicas na
construção de territórios camponeses no Brasil

Volum e II **Cultura e Agroecologia**

COORDENAÇÃO

Marcos Botton Piccin

ORGANIZAÇÃO

Cristina Simões Bezerra

Rafael Litvin Villas Bôas

Viviane Cristina Pinto

Márcia Pompeo Nogueira

Rita Fagundes

Andhressa A. Fagundes

Rodrigo Machado Moreira

Luiz Henrique Gomes de Moura

Rio de Janeiro, 2017



Presidente da República
Michel Temer

Ministro da Casa Civil
Eliseu Padilha

INCRA

Leonardo Góes Silva
Presidente
Ewerton Giovanni dos Santos
Diretor de Desenvolvimento de Projetos
de Assentamentos

Irael Freitas da Costa
Coordenador Geral de Educação do Campo
e Cidadania

COMITÊ EDITORIAL

Andressa A. Fagundes
Conceição Coutinho Melo
Cristina Simões Bezerra
Eliete Ávila Wolff
Érika Moreira Macedo
Fernando Michelotti
Janaína Betto
Janaína Tude Ceva
José Jonas Duarte da Costa
Lisete Arelaro

Luis Carlos Pereira
Luiz Henrique Gomes de Moura
Márcia Pompeo Nogueira
Marcos Botton Piccin
Maria Inês Escobar Costa
Mônica Castagna Molina
Natacha Eugênia Janata
Pedro Ivan Christoffoli
Pedro Selvino Neumann
Rafael Litvin Villas Bôas

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P588e

Cultura e agroecologia
[recurso eletrônico] / Coordenação Marcos Botton Piccin; organização
Cristina Simões Bezerra, Rafael Litvin Villas Bôas, Viviane Cristina Pinto,
Márcia Pompeo Nogueira, Rita Fagundes, Andressa A. Fagundes,
Rodrigo Machado Moreira, Luiz Henrique Gomes de Moura. – Rio de
Janeiro: Bonecker, 2017.

356 p. : 5.806 kbytes – (Residência Agrária em Debate.
Movimentos Sociais e Universidades Públicas na Construção de
Territórios Camponeses no Brasil; v. 2)

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-93479-34-2 (Volume 2)
ISBN 978-85-93479-32-8 (Coleção)

1. Cultura e agroecologia. 2. Agricultura familiar. 3. Residência
agrária. I. Título. II. Série.

CDD-630

EDITORIA BONECKER

Editora Bonecker Ltda

Rio de Janeiro

1ª Edição

Dezembro de 2017

ISBN: 978-85-93479-34-2

Todos os direitos reservados.

É proibida a reprodução deste livro com fins comerciais
sem prévia autorização do autor e da Editora Bonecker.

Projeto Gráfico: Celeste Ribeiro

Sumário

5 APRESENTAÇÃO À COLEÇÃO

8 PREFÁCIO

Parte I: Cultura

11 APRESENTAÇÃO

36 O FAZER FOTOGRÁFICO E A (RE)CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA ENQUANTO PROCESSO DE PRÁXIS CRIADORA

70 AS EXPRESSÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS NOS ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA DE SANTA CATARINA

100 RÁDIO CAMPONESA: UMA EXPERIÊNCIA DE COMUNICAÇÃO NO ASSENTAMENTO PALMARES (CE)

125 ENTRE O VENTO E A LUTA, SURGE UMA SEMENTE: GRUPO DE TEATRO SEMENTES DA ARTE/ASSENTAMENTO MACEIÓ (CE)

153 PARA ALÉM DO QUE SE VÊ, OUVE E LÊ: INDÚSTRIA CULTURAL E A CONSTITUIÇÃO DA JUVENTUDE DO MST

183 CAMPO, CAMPESINATO E EDUCAÇÃO DO CAMPO: DISCUTINDO A IDENTIDADE POLÍTICO-CULTURAL

Parte II: Agroecologia

205 APRESENTAÇÃO

212 PROBLEMÁTICA DO USO DE AGRÓTÓXICOS NA COMUNIDADE BAIXA DO JUÁ, SANTANA DE MANGUEIRA (PB)

229 (IN)SEGURANÇA ALIMENTAR ENTRE HIPERTENSOS E DIABÉTICOS NO ASSENTAMENTO 8 DE OUTUBRO

252 BIONATUR SEMENTES AGROECOLÓGICAS: UMA HISTÓRIA DE SONHO, LUTA E RESISTÊNCIA NO SUL DO BRASIL

276 MULHERES ASSENTADAS E AGRICULTURA AGROECOLÓGICA: A ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES DO ASSENTAMENTO TUCANO E O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS

297 AGRICULTURA BEIRADEIRA: SABEDORIAS E RESISTÊNCIAS NO CULTIVAR DA LIBERDADE

323 DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA NO ASSENTAMENTO PIRITUBA II

APRESENTAÇÃO À COLEÇÃO

É com muito prazer que apresentamos ao amplo público alguns dos melhores artigos que foram submetidos aos grupos de trabalho do Congresso Nacional Residência Agrária: Universidade, Movimentos Sociais e Educação no Campo Brasileiro, realizado de 10 a 14 de agosto de 2015, em Brasília-DF. Esse congresso, no qual foram apresentados 294 trabalhos, avaliou a experiência realizada por 35 cursos de especialização que foram oferecidos em diferentes universidades do país e contou com a presença de mais de seiscentas pessoas. A Residência Agrária foi uma iniciativa promovida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), universidades federais, sindicatos de trabalhadores rurais e movimentos sociais populares do campo.

Os referidos cursos, bem como os artigos selecionados para comporem esta coleção, traduzem a diversidade de situações e modos de vida que caracterizam o campesinato brasileiro, um campesinato que possui diferentes trajetórias, relacionadas com nossa história de formação nacional, em que se geraram múltiplas identidades, com distintas relações com a cidade, o Estado e o mercado. Como não havia uma grade curricular que orientasse nacionalmente a construção desses cursos, cada um deles foi composto a partir de demandas negociadas entre representantes de sindicatos rurais/movimentos sociais populares e pesquisadores/as de universidades federais, o que fez com que os cursos tivessem especificidades relacionadas com a diversidade de situações vivenciadas pelo campesinato brasileiro e pelos grupos de pesquisa das universidades brasileiras. Um aspecto importante dos cursos

de especialização foi o fato de que as turmas foram formadas por camponeses, técnicos que trabalhavam com extensão rural e estudantes de graduação em final de curso. Isso proporcionou uma rica interlocução entre diferentes trajetórias, experiências e saberes, estimulada pela Pedagogia da Alternância, pela qual se intercalam tempos em sala de aula e tempos de voltar a viver nas comunidades de origem. É importante destacar que se entendem por campesinato todas as situações concretas que apontam para a existência de produtores no meio rural brasileiro vinculados a grupos familiares que constroem um modo de vida e uma forma de trabalhar tendo em vista o patrimônio familiar e os laços familiares e de vizinhança. É por referência a essas características que, para além das particularidades de cada situação específica e das múltiplas identidades nativas e/ou estimuladas pelo Estado, os consideramos como camponeses.

Com esta coleção, nos cabe dar divulgação a um público mais amplo dos conhecimentos gerados na interface entre movimentos sociais e universidades públicas, pois trata-se de uma experiência em que essa aproximação procurou democratizar o acesso da pós-graduação em nível de especialização. *Pari passo* à negação do reconhecimento desses setores sociais pela sociedade brasileira como importantes ao desenvolvimento econômico nacional, bem como à desvalorização cultural, é um público que, historicamente, viu negada sua condição de sujeitos de direitos na educação brasileira. Muitos dos conhecimentos produzidos nesses cursos de especialização em Residência Agrária foram inovações em sistemas de produção, práticas e técnicas variadas, produção cultural e simbólica, além de reflexões que aprofundaram os conhecimentos sobre sua própria condição social e sua relação com outros grupos sociais. Trata-se de inovações que têm a potencialidade de contribuir para a alteração das práticas sociais em nível microssociológico, percebidas nas trajetórias dos indivíduos e de suas comunidades. Uma pequena fração desse conhecimento, agora, fica materializada em formato de livro.

O Congresso contou com sete grupos de trabalho temáticos: a) Agroecologia, que recebeu 66 artigos; b) Tecnologias de Produção, que recebeu 30 artigos; c) Questão Agrária, Direitos e Conflitos do Campo,

que recebeu 47 artigos; d) Cooperação, Agroindústria e Organização da Produção, que recebeu 33 artigos; e) Práticas Pedagógicas e Methodológicas da Residência Agrária, que recebeu 25 artigos; f) Cultura, que recebeu 23 trabalhos; e g) Educação do Campo, que recebeu 70 trabalhos. Desses trabalhos, foram selecionados apenas seis artigos por GT para compor esta coleção.

Ademais, cabe-nos destacar que a avaliação geral ao final do congresso considerou que os cursos de Residência Agrária eram uma excelente iniciativa para se qualificarem as práticas sociais e produtivas dos educandos nas suas comunidades de origem. À época, o então presidente do CNPq, Hernan Chaimovich, resumia um sentimento que contagiava também os demais gestores do Ministério do Desenvolvimento Agrário: “Esse programa constrói o saber do século XXI. Não temos que olhar pela janela e ver o camponês como no século XIX. A ciência que estamos levando com esse programa é a mais qualificada. Eu posso garantir que, do ponto de vista do CNPq, esse programa se mantém, se renova e cresce”.¹ Infelizmente, devido à conjuntura política que vimos no país desde meados de 2016, o programa não foi continuado. Isso só reforça a importância de materializar o acúmulo de conhecimentos produzidos, mesmo que apenas uma fração dele, em forma de livros.

Esperamos que os ventos mudem. Quando isso ocorrer, teremos uma bela experiência a ser estudada e, talvez, replicada como forma de aproximar os movimentos sociais e as universidades públicas na construção de territórios campesinos no Brasil.

Marcos Botton Piccin

*Coordenador da Coleção Residência Agrária em Debate
Professor adjunto do Departamento de Educação Agrícola
e Extensão Rural e dos Programas de Pós-Graduação em
Extensão Rural e Pós-Graduação em Ciências Sociais da
Universidade Federal de Santa Maria*

¹ Disponível em: <www.goo.gl/qL1Gj8>. Acesso em: 15 ago. 2017.

PREFÁCIO

É com muito entusiasmo que convidamos a todos/as a conhecer a Coleção Residência Agrária em Debate, uma coletânea de artigos selecionados a muitas mãos e mentes. O Residência Agrária – uma parceria entre o Incra, o CNPq, universidades federais e movimentos sociais para a realização de cursos de especialização *lato sensu* – gerou frutos no âmbito tanto empírico quanto teórico. Com a realização do Congresso Nacional Residência Agrária em agosto de 2015, algumas dessas exitosas experiências foram socializadas e um esforço coletivo foi despendido para selecionar apenas alguns desses artigos para compor esta coleção, formada por três livros.

Após a cuidadosa releitura dos artigos apresentados e a realização da árdua tarefa de selecionar apenas alguns, diante de uma vastidão de instigantes trabalhos, eis que o processo de publicação desta coleção se materializa e, com isso, se consolida mais um espaço de divulgação de importantes resultados do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – Pronera.

Cada livro tem uma temática específica que dialoga com os demais em torno do objetivo maior desses cursos de especialização: qualificar as ações de assistência técnica nos assentamentos rurais de reforma agrária no país.

Os artigos selecionados demonstram que a parceria entre o Incra, o CNPq, os movimentos sociais e as instituições de ensino gerou importantes mudanças na realidade local dos assentamentos rurais, qualificou profissionais em temáticas demandadas, principalmente pelo público beneficiado pela política pública da reforma agrária.

Cada livro apresenta um pouco sobre a diversidade do nosso país e diferentes experiências e seus resultados, que, por meio da leitura,

nos levam a cada região brasileira. O Residência Agrária foi uma experiência ímpar para o Pronera e que está sendo socializada após sua realização como um todo.

Esperamos que esta seja a primeira coleção do Residência Agrária e que muitas outras sejam possíveis. Vamos mergulhar nesse universo teórico-empírico relatado nas páginas a seguir, na expectativa de essa grande parceria se repetir inúmeras vezes num futuro próximo.

Desejamos uma boa leitura a todos/as e que o aprendizado coletivo relatado nesta coleção sirva de inspiração a todos/as que desejam construir um país mais justo e com alimentos mais saudáveis, por meio da educação popular e de práticas agroecológicas.

Conceição Coutinho Melo

Chefe da Divisão de Educação do Campo – DDE-1

Coordenadora geral substituta de Educação do Campo e Cidadania – DDE

Parte I

Cultura

APRESENTAÇÃO

O Congresso Nacional Residência Agrária: Universidade, Movimentos Sociais e Educação no Campo Brasileiro aconteceu em Brasília entre 10 e 14 de agosto de 2015 e contou com a apresentação de 294 artigos para a socialização das experiências obtidas com os cursos de residência agrária, em diferentes temáticas: agroecologia, educação do campo, cultura, questão agrária, direitos e conflitos no campo, entre outras. Dos 23 trabalhos apresentados no Grupo de Trabalho de Cultura, seis artigos compõem esta publicação, selecionados, sobretudo, de acordo com critérios de diversidade de questões e de linguagens artísticas abordadas: teatro, rádio comunitária camponesa, mapeamento cultural, indústria cultural, juventude camponesa, tecnologia e inclusão social, identidade, fotografia e memória.

As experiências relatadas reivindicam visibilidade à cultura do campo, valorizando as histórias, os costumes, as manifestações culturais, os conhecimentos, o modo de vida das populações que vivem no meio rural, em assentamentos da reforma agrária. Contrapondo-se à história oficial, elas evidenciam a potência cultural existente no campo, tradicionalmente invisibilizada pelos pressupostos da ideologia hegemônica das classes dominantes. Tendo como perspectiva a contribuição da cultura, da arte e da educação para a transformação social, a compreensão da realidade e a formação política do ser social, enquanto práticas políticas pensadas a partir da realidade da vida no campo. Tais experiências são fundamentais para fomentar novas formas de consciência de mundo. Trata-se de uma inflexão importante para a compreensão do campo como um espaço de produção e reprodução não só do alimento, como também da vida, do trabalho, do conhecimento, da cultura.

Dos 35 projetos de curso de especialização em Residência Agrária com financiamento do edital do Pronera/Incra e do CNPq lançado ao final de 2012, cerca de cinco experiências incluíram a questão da cultura como um dos eixos estruturantes do curso. É um fato a se destacar, na medida em que, até alguns anos antes, seria impensado que essa dimensão fosse considerada como dado estruturante da organização de cursos com a intenção de formar especialistas na área agrária.

Para compreender esse fenômeno, é necessário explicar, em primeiro lugar, o desenvolvimento histórico do conceito de cultura e, sem seguida, as razões históricas que foram desencadeando alterações no entendimento do significado de cultura e arte, no senso comum brasileiro, bem como nas instituições do Estado e nos aparelhos de ensino.

O DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DO SENTIDO DA CULTURA NA ACEPÇÃO MARXISTA

A complexidade e as inúmeras determinações presentes no debate acerca da cultura demarcam o primeiro desafio ao qual precisamos responder. O termo cultura está presente em um cenário bastante amplo de discussão, perpassando várias áreas de conhecimento e ganhando, em cada uma delas, novas e importantes determinações, que não se constroem de forma isolada e/ou fragmentada.

No universo das ciências sociais e, mais especificamente, no interior da tradição marxista, cultura é um termo que tem a potencialidade de pensar o homem enquanto unidade materializada na condição de ser social, unidade essa que, contraditoriamente, caracteriza também a diversidade para além dos termos meramente biológicos. Para tanto, é importante criar um paralelo entre o trabalho e a cultura enquanto esferas constitutivas do ser social. A cultura se coloca diretamente na intervenção humana sobre a natureza e a sociedade. Escolhas culturais interferem nesse processo, tornando-o mais original e coerente com as necessidades humanas em diferentes sociedades. O processo que se inicia com o trabalho encontra na cultura um prolongamento e uma maior complexidade. A partir desses elementos, entendemos que abordar a questão específica da cultura não pode ser um exercício fragmen-

tário, mas deve estar subordinado ao que Mandel (2001, p. 19) chamou de uma “visão de conjunto da sociedade burguesa e da história humana em seus sucessivos modos de produção”, ou seja, de uma perspectiva de totalidade.

Gorender (1998) destaca a obra *A ideologia alemã*, escrita por Marx e Engels entre os anos de 1845 e 1846, como o momento de nascimento do materialismo histórico, ou seja, como a obra que demarca, pela primeira vez com maior clareza, a superação que tais autores fizeram com relação à filosofia clássica alemã. Naquele momento, recuperando e questionando o materialismo sob a forma que lhes apresentava Feuerbach, do humanismo naturalista, Marx e Engels realizam um processo de reelaboração da dialética hegeliana e buscam integrá-la no corpo do materialismo, o qual se apresenta, a partir de então, como *materialismo histórico-dialético*. Tal concepção constituía, naquele momento, uma abordagem radicalmente nova acerca do desenvolvimento da sociedade, visando à sua transformação radical. *A ideologia alemã* foi, para seus autores, um importante momento de redefinições e avanços, demonstrando, a partir de seus primeiros envolvimentos com o movimento operário europeu, que uma proposta de absoluta renovação intelectual estava para ser gerada.

O primeiro e talvez principal elemento de debate de Marx e Engels nesta obra é a própria concepção de *ideologia* e ela nos parece essencial para todo o pensamento marxista sobre a cultura. Para esses autores, a filosofia clássica alemã cai em um grande equívoco ao postular que a “imaginação” e a “representação” que os homens fazem de sua práxis real constitui a força realmente determinante e ativa. Tais filósofos se movem no domínio do “espírito puro”, no qual não existem interesses reais, nem interesses políticos, mas apenas ideias “puras”. Nessa perspectiva, as concepções, os pensamentos, as ideias, seriam produtos da consciência, com uma existência independente em relação à base material e com a potencialidade de constituírem verdadeiras cadeias para os homens, cuja libertação viria por meio de uma “modificação da consciência”.

Esse será, num primeiro momento, o sentido negativo que Marx e Engels vão atribuir ao termo “ideologia”, ou seja, uma falsa consciênc-

cia, um conjunto de ilusões pelas quais os homens pensam conhecer sua realidade, mas que, na verdade, os fazem conhecer de forma en-viesada, distorcida. Para Marx e Engels, esse conhecimento ideológico da realidade precisa ser invertido, pois as ideias jamais se desenvolvem por si mesmas, como entidades substantivas.

Na verdade, esses autores inovam a filosofia alemã ao compreenderem o desenvolvimento das ideias como subordinado, como dependente; elas seriam, então, derivadas do substrato material da história. A essência do homem é, assim, o conjunto de suas relações sociais e seu processo de humanização. Sua elevação de ser natural a ser social só se dá dentro da sociedade e pela sociedade. Assim, o que funda o materialismo histórico é a certeza de que os indivíduos são constituídos por suas condições materiais de produção. Na busca da satisfação de suas necessidades, os homens *produzem* seus próprios meios de existência. Assim, *o que produzem e como produzem* são os elementos chave para a compreensão da sociabilidade humana em diferentes tempos históricos. O *modo de produção* constitui, assim, o elemento fundador das sociedades e dos próprios homens enquanto seres sociais.

O materialismo histórico tem como princípio, desde seu momento originário, essa compreensão de que o homem se constitui historicamente, primeiro em sua relação com a natureza, depois em sua relação com os outros homens. É só com esse processo de socialização em curso que o homem se torna consciente e capaz de refletir sobre sua vida material. Assim, é a vida que determina a consciência; a história é a história da natureza e a história dos homens, que estabelecem suas mais diferentes relações sociais na expectativa de atenção às suas necessidades materiais. O intercâmbio dos homens entre si, e tudo que está a ele relacionado, está primeiramente condicionado pelo modo de produção. Esse é o sentido da produção material. Os homens, ao contrário de outros animais, começam a produzir seus meios de existência e, nesse caminho, produzem indiretamente toda a sua própria vida material. O que os indivíduos são, enquanto seres “viventes e conscientes”, depende das condições materiais da sua produção.

Essa produção, a cada momento de complexificação das sociedades, caracteriza-se, cada vez mais, como um processo coletivo, um processo que pressupõe o intercâmbio dos indivíduos entre si. Assim, os homens produzem em sociedade, em condições sociais herdadas ou criadas por sua própria ação, se constroem e se organizam em sociedade tendo na base desse processo as condições e relações de produção.

Ao apresentarem esse postulado básico para o materialismo histórico, Marx e Engels colocam em xeque, desde então, a suposta autonomia dos produtos da consciência, pregada pelo idealismo clássico alemão. A partir de então, a produção de ideias, de representações, de símbolos e de referências no plano da consciência passa a ser compreendida como parte do processo de vida real dos homens, como consequência de um determinado desenvolvimento das forças produtivas e das mais diferentes relações (sociais, econômicas e políticas) que a elas correspondem. Esses elementos nos parecem indispensáveis para que possamos discutir posteriormente a noção de cultura no interior do marxismo.

Assim, da relação do homem com a natureza, na busca da satisfação de suas necessidades, podemos extrair os pontos essenciais da discussão marxiana sobre a questão do trabalho em toda a sua riqueza de determinações. Estão colocadas, então, as premissas da relação entre trabalho e cultura enquanto esferas constitutivas do ser social. A cultura surge como esfera *determinada* pelo trabalho, constrói-se como a manifestação da consciência social, e só é possível se considerarmos a imensa rede de relações produtivas que se estabelecem em um determinado momento histórico. Assim, a cada forma diferenciada de organizar o trabalho e a vida material corresponde um universo cultural equivalente, o qual se constrói como algo dinâmico e historicamente referenciado.

Compreender o trabalho como elemento fundante da produção material e, consequentemente, da socialização humana significa abordá-lo como o processo que garante ao homem superar suas barreiras e limitações naturais e, atendendo às necessidades exclusivamente humanas de sobrevivência, dar um salto de qualidade em seu processo de

socialização. Assim, a natureza é controlada, regulada e transformada pelo trabalho humano. Nesse processo, o homem, ao desenvolver suas próprias potencialidades e submeter as forças naturais ao domínio de sua racionalidade, se afasta da natureza, se revela superior a ela, realiza em seus limites o projeto que antes apenas existia idealmente em sua mente.

Construir “utilidades” ou “valores de uso”: esse é o objetivo primeiro de qualquer processo de trabalho, independentemente da formação sociohistórica na qual ele pode ser desenvolvido. Assim, uma intencionalidade comanda e dirige o processo de trabalho: transformar elementos naturais para atender a necessidades sociais. Nas palavras de Antunes (2000, p. 86), “um fim previamente ideado transforma a realidade material, introduzindo-lhe algo qualitativa e radicalmente novo em relação à natureza”.

Na concepção marxiana, o trabalho é a condição natural eterna da vida humana. Portanto, seja qual for a formação sociohistórica a ser investigada, o trabalho será realizado como base e fundamento da vida social, como ponto de partida para a sobrevivência do homem e da comunidade em que vive. Ainda que o movimento histórico introduza no trabalho, enquanto categoria fundante, uma série de diferentes determinações, mudando as formas de produzir e de se apropriar do que foi produzido, jamais se poderá prescindir desse processo para o atendimento das necessidades sociais. Os elementos componentes do processo de trabalho sofrem transformações e atualizações, mas jamais esgotam sua existência.

Nessa discussão acerca do trabalho como elemento fundante do ser social, é importante observarmos como Marx e Engels compreendem as mudanças na divisão do trabalho e na forma de propriedade ao longo do desenvolvimento histórico de diferentes sociedades. Analisando essas mudanças, desde a propriedade tribal até o momento moderno, os autores identificam este último como aquele em que ocorre a divisão entre trabalho intelectual e trabalho material e, consequentemente, a separação entre campo e cidade. Nessa contínua superação histórica, os homens, desenvolvendo sua produção material e suas re-

lações produtivas, transformam sua consciência social e os produtos dessa consciência. As diferentes formas de propriedade, de divisão do trabalho e de modos de produção fazem corresponder, historicamente, diferentes níveis ou formas de consciência social, uma vez que são produtos dos homens reais, atuantes, histórica e socialmente determinados. Assim, nas palavras de Marx e Engels (1998, p. 19), “a consciência nunca pode ser mais que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo de vida real”. Nessa mesma direção, a cultura corresponde ao desenvolvimento desse ser consciente. Cada modo de produção produz a sua cultura, que se coloca como reflexo dessas relações produtivas, como um universo capaz de conter as características e as contradições originárias dessas relações.

A história da evolução humana tem demonstrado que o trabalho se constitui gradativamente em um processo cada vez mais social, ou seja, que envolve um número cada vez maior de pessoas em sua constituição e em suas mediações com a natureza. Assim, a relação homem-natureza se realiza e traz consigo uma relação do homem com outros homens, do homem em sociedade. Por meio do trabalho, os homens se socializam, se interrelacionam, constroem posições intersubjetivas, que vão, por sua vez, intervir novamente nos diferentes processos de trabalho em uma determinada sociedade.

O trabalho, inserido em uma divisão cada vez mais intensa, passa, assim, a depender da cooperação entre muitas pessoas. Em outras palavras, para atuar sobre a natureza, é preciso atuar teleologicamente também sobre outros seres sociais, visando ao convencimento e à interrelação com outras práticas. Na concepção lukácsiana, uma práxis social interativa (Antunes, 2000) se constrói a partir do trabalho enquanto momento fundante e, aos poucos, ganha uma *aparente autonomia*, que será posteriormente questionada.

É necessário observarmos a afirmação marxiana de que a época do indivíduo isolado é precisamente aquela na qual as relações sociais alcançaram o mais alto grau de desenvolvimento. Se hoje é possível pensar que o homem é um ser capaz de se isolar, é porque ele encontra na sociedade o resultado de inúmeros processos de trabalho coletivos

que lhe garantem tais condições de isolamento. Assim, essa práxis social interativa só ganha essa autonomia aparente porque se desenvolveu em um contexto societário em que o trabalho humano é amplamente mediado, em que, muitas vezes, os homens não percebem com clareza a importância desse elemento enquanto fundante da vida social. Nessa articulação de uma práxis social interativa a partir do trabalho, os elementos componentes desse próprio processo de trabalho se historicizam e se atualizam permanentemente. É porque se produzem valores de uso em cooperação com outros seres humanos que o objeto, os meios e o próprio trabalho podem se renovar e se adequar às novas necessidades sociais que se apresentam na sociedade enquanto coletividade.

Assim, é importante reforçarmos que o processo de “humanização do homem”, em seu sentido mais amplo, tem como fundamento o trabalho. Por meio desse processo, o ser humano se descobre como parte da natureza, mas também como separado dela, uma vez que pode se apoderar de seus elementos para satisfazer necessidades que só se colocam na vida em sociedade. Ao mesmo tempo, o homem descobre também que esse processo não é individual, mas coletivo, pois, por meio do trabalho, a perspectiva de intersubjetividade vai se constituir com mais força e dar origem a formas mais complexificadas de vida humana. Assim se constrói o ser social, dotado de autonomia, inserido em uma intersubjetividade, teleologicamente capacitado, enfim, inteiramente diferente de formas de ser anteriores. É esse ser social, que, agora, possui o controle consciente sobre si mesmo e sobre a natureza, que vai construir um universo cultural correspondente, um *modo de vida* próprio a essas relações entre homem-natureza e homem-homem. Cultura se apresenta, nesta discussão, como um conjunto de elementos simbólicos, como um modo de sentir, pensar e viver que se constrói e se define em sociedade a partir dos enfrentamentos e das soluções que esse próprio agrupamento consegue desenvolver. A cultura seria, então, outro componente de uma sociabilidade, necessária enquanto espaço de reprodução de determinadas relações sociais.

O trabalho, então, enquanto atividade de produção, se constitui como o ponto inicial, como o fundamento ontológico do ser social em

seu processo de satisfação das necessidades a partir do controle e da transformação da natureza. A partir do trabalho, em suas mais diferentes determinações históricas, se constroem as relações intersubjetivas e, num plano mais amplo, as relações sociais de uma determinada sociedade. É a partir de determinado *modo de produzir* que tais sociedades constroem, também, seus modos de distribuir, de trocar e, enfim, de consumir. O trabalho dá início, portanto, a todo esse processo de sociabilidade do homem.

Entretanto, esse não é um caminho de mão única. Ao produzir objetos capazes de satisfazer suas necessidades humanas, o homem não encontra caminhos apenas para garantir sua existência física; o homem produz também determinado modo de refletir e de manifestar sua vida, produz determinado *modo de vida*, construído a partir da relação com a natureza, mas também, e principalmente, da relação com outros homens, na constituição daquela práxis social interativa.

É no âmbito desse “modo de vida específico” que reside uma relação de reciprocidade entre o momento da produção e os demais momentos, entre o que comumente chamamos de infraestrutura e os elementos de caráter superestrutural. As relações vividas pelo homem nessa esfera vão dialeticamente influenciar e, em muitos casos, redirecionar o trabalho e a esfera da produção. Sobretudo nas sociedades mais complexas, nas quais essa esfera da práxis interativa parece dispor de relativa autonomia, podemos afirmar que os costumes, os valores, as relações provenientes dessa esfera exercem sobre o modo de trabalho e de produção uma influência que não é mais marginal, direcionando-os conforme a organização deste ou daquele tipo de sociedade enquanto universo cultural.

É nesse sentido, e não de forma negativa, que podemos falar dessa práxis social interativa como uma esfera determinada: indivíduos determinados, com a atividade produtiva orientada por um modo de produção determinado, entram em relações sociais e políticas determinadas. É o processo vital de indivíduos em sua existência real, em seu modo de trabalhar e de produzir materialmente que cria toda uma estrutura social, simbólica moral e política.

Esse nos parece ser o elemento principal do debate sobre a cultura no interior dessa tradição marxista. Estamos afirmando, assim, que a produção de ideias, de representações, da consciência, do universo simbólico está, *num primeiro momento*, necessariamente ligada à atividade material, está condicionada por um determinado desenvolvimento de forças produtivas e das relações que a elas correspondem.

Não partimos do que os homens dizem, imaginam e representam, tampouco do que eles são nas palavras, no pensamento, na imaginação e na representação dos outros, para depois se chegar aos homens de carne e osso; mas partimos dos homens, em sua atividade real; é a partir de seu processo de vida real que representamos também o desenvolvimento dos reflexos e das repercussões ideológicas desse processo vital. [...] Não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência (MARX e ENGELS, 1998, pp. 19-20).

Na verdade, pensar determinada sociedade a partir de sua constituição cultural significa pensá-la além de seus traços meramente naturais, significa pensar o homem já em um estágio avançado de seu processo de humanização e de socialização, o qual, iniciado com o trabalho, nos permitirá problematizar o ser social, que realizou a passagem de uma adaptação natural a uma adaptação social, interativa, também cultural.

Se o processo de trabalho, como vimos anteriormente, é o processo pelo qual o homem satisfaz suas necessidades, é importante ponderarmos que as diversas sociedades se diferenciam nesse processo, criando soluções originais para os problemas que lhes são colocados, satisfazem as mesmas necessidades por meio de objetos diferentes. Em outros termos, se as sociedades não dão exatamente as mesmas respostas às necessidades humanas, é porque tais processos são orientados também por elementos culturais diferenciados, que, em uma relação de reciprocidade, constroem e são construídos pelo processo de trabalho. Como nos propõe Marx, não existe “produção em geral”, toda produção

ocorre em determinadas condições e sob determinadas orientações, que são advindas também desse universo coletivo, no qual o elemento cultural nos chama particular atenção.

O “mundo da cultura” nos remete, necessariamente, à ordem simbólica, refere-se ao sentido que o homem historicamente atribui aos diversos elementos de sua vida social. A cultura representa, desta forma, um importante espaço de constituição do ser social, de reflexão e de crítica de sua vida social, de suas relações com a natureza e com os outros homens. Neste sentido, valem as palavras de KONDER (1993, p. 159) quando afirma que

Atuando sobre a natureza, tanto como atuando uns sobre os outros, os sujeitos humanos se defrontam sempre com momentos nos quais sentem a necessidade de rever suas ideias, suas impressões, percebem que lhes convém reavaliar suas representações, repensar suas convicções. Dão-se conta de que precisam fazer escolhas, tomar decisões importantes, assumir riscos. A cultura é esse plano no qual os seres humanos exercem plenamente seu poder de invenção, sua criatividade maior, sua efetiva liberdade. (KONDER, 1993, p. 159)

Essa aproximação com as primeiras discussões sobre esse universo cultural numa perspectiva marxista nos permite observar a gênese social da palavra e da ideia de cultura, compreendendo sua importância e significação nesse processo de constituição do ser social. Willians (1979) nos chama a atenção para a necessidade de analisarmos o termo cultura por meio de uma consciência histórica, ou seja, tendo clareza de que as questões e as contradições pelas quais o termo se desenvolveu são historicamente incorporadas no próprio conceito.

Uma abordagem da cultura é uma formulação histórica relativamente recente. Até o século XVIII, cultura representava um processo meramente objetivo, como “cultura de alguma coisa”. Tratava, assim, do cultivo, do crescimento e do cuidado de colheitas e animais. Aos poucos, o termo foi ganhando maior complexidade e passou a ser usa-

do, no interior das ciências sociais, para tratar do crescimento e dos cuidados com as faculdades humanas. Nesse cenário, o conceito de cultura, assim como os de sociedade e economia, constituem os conceitos modeladores iniciais do pensamento social moderno.

Cuche (1999) introduz elementos também relevantes ao construir essa evolução histórica e semântica da palavra cultura. Segundo ele, o século XVIII demarca um ponto de inflexão nesse debate, sobre tudo para a concepção francesa. Em 1700, cultura já era uma palavra antiga no vocabulário francês e, originária do latim, significava, como apresentamos, o cuidado dispensado ao campo e ao gado. Designava, assim, uma parcela de terra cultivada ou correspondia a uma ação: o ato de cultivar a terra.

A partir da metade do século XVIII, tal significado passa a conviver com um sentido figurado, designando a cultura de uma faculdade humana, isto é, o fato de que era possível trabalhar intelectualmente para desenvolvê-la. É esse sentido figurado que vai se impor no século XVIII e que fará parte do vocabulário do Iluminismo, designando a “formação”, a “educação do espírito humano”. Assim, cultura passa a designar o estado de espírito cultivado pela instrução, passa a constituir o termo cujo adjetivo é “culto”, e não “cultural”.

Para os pensadores do Iluminismo, cultura é, então, um dos elementos diferenciadores do ser humano, aquilo que realiza uma oposição conceitual em relação à ideia do homem enquanto natureza; é o conjunto dos saberes acumulados e transmitidos pela humanidade ao longo de sua história; é própria do ser humano e está além de qualquer distinção entre os povos. Por isso, é um termo usado, até então, sempre no singular, associado às ideias de progresso, de evolução, de educação, de razão. É a palavra ideal para um momento de extrema confiança no projeto de modernidade construído pelo Iluminismo.

O debate contemporâneo herdará da noção alemã de cultura os elementos que se referem à delimitação e à consolidação das diferenças nacionais, opondo-se, assim, à noção francesa universalista de civilização. A “nação cultural”, para os alemães, precede a nação política. Cultura significa um “conjunto de conquistas artísticas, intelectuais e

morais que constituem o patrimônio de uma nação, considerado como adquirido definitivamente e fundador de sua unidade” (CUCHE, 1999, p. 75). Por essa razão, Johann Gottfried Herder utilizará pela primeira vez, em 1774, a palavra “culturas”, em um plural significativo, construído justamente em nome do gênero nacional de cada povo, que aponta para uma diversidade de culturas como a riqueza da humanidade e contra o universalismo uniformizante do Iluminismo, em que cada cultura exprime parte da riqueza de toda a humanidade.

A partir do século XVIII, as problematizações acerca do conceito de cultura estarão diretamente marcadas por duas concepções construídas a partir desse embate: uma universalista, que privilegia a unidade e minimiza as diferenças, e outra particularista, que reconhece e valoriza a diversidade entre as culturas, procurando, entretanto, demonstrar que ela não é contraditória com a unidade fundamental da humanidade. Podemos perceber, a partir do debate em torno dessas duas concepções, que, com o constante processo de complexificação da sociedade burguesa no período pós-iluminista, os termos civilização e cultura começam a sofrer certo distanciamento. Enquanto o primeiro vai se constituindo como um termo superficial, artificial, como o cultivo de propriedades “externas”, cultura ganha o sentido alternativo de um desenvolvimento “íntimo”, associado a outras instâncias da sociedade, tais como a religião, as artes, a família, a vida pessoal e comunitária etc. Cultura passa a ser vista, então, como uma classificação geral de instituições e práticas que, embora sociais, constituíam significados e valores simbólicos de uma dada sociedade. Esse é o sentido de cultura como um “modo de vida”, no interior do qual se constrói a subjetividade e o processo criativo de resposta às necessidades coletivas.

Assim Cuche descreve essa oposição:

Duas palavras vão lhes permitir definir essa oposição dos dois sistemas de valores: tudo que é autêntico e que contribui para o enriquecimento intelectual e espiritual será considerado como vindo da cultura; ao contrário, o que é somente aparência brilhante, leviandade, refinamento

superficial, pertence à civilização. A cultura se opõe então à civilização como a profundidade se opõe à superficialidade (CUCHE, 1999, p. 25).

Para Willians (1979), entretanto, as divergências entre os dois termos não são mais importantes que o seu principal ponto de convergência, qual seja, a de trazer uma nova possibilidade de interpretação acerca do homem enquanto ser social e de sua vida em sociedade.

Cada um deles foi uma ideia moderna, no sentido de que ressaltou a capacidade humana não só de compreender, mas de construir uma ordem social humana. Foi essa a diferença decisiva entre tais ideias e a derivação anterior de conceitos sociais e ordens sociais, a partir de estados religiosos ou metafísicos pressupostos (WILLIANS, 1979, p. 22).

O que podemos observar ao recuperarmos a gênese social e o desenvolvimento histórico do termo cultura é que os diferentes significados que ele apresentou não foram substitutivos, mas se tornaram complementares. Assim, podemos, hoje, no interior do debate das ciências sociais, destacar diferentes compreensões do termo, mas um estudo mais aprofundado nos permite relacioná-las e abordá-las numa perspectiva mais ampla, de totalidade.

“Cultura” denotava de início um processo completamente material, que foi depois metaforicamente transferido para questões do espírito. A palavra, assim, mapeia em seu desdobramento semântico a mudança histórica da própria humanidade da existência rural para a urbana, da criação de porcos a Picasso, do lavrar o solo à divisão do átomo. No linguajar marxista, ela reúne em uma única noção tanto a base como a superestrutura (EAGLETON, 2005, p. 10).

Primeiramente, teríamos um uso mais amplo do termo, tanto nos domínios da antropologia quanto da sociologia. Cultura significa,

nesse sentido, um “modo de vida global” de determinado povo ou grupo social, compreendendo um conjunto de elementos (valores, costumes, tradições, símbolos, representações e referências) que constroem, em torno de uma coletividade, um parâmetro dinâmico de identidade. Nesse sentido, fala-se da “cultura de diferentes povos ou grupos”, a qual possibilita, entre eles, ao mesmo tempo, um elemento de inclusão e outro de exclusão, quando se compartilha ou não de uma mesma cultura. Assim, a cultura unifica e separa, identifica e aliena, aproxima e afasta as pessoas. Nesse âmbito de compreensão do universo cultural, faz-se necessária uma discussão acerca desse elemento de identidade. O que se define, a partir desse “modo de vida global”, é uma norma de vinculação que permite que pessoas e grupos se localizem em uma determinada ordem societária e que sejam, ao mesmo tempo, localizados por grupos e pessoas diferentes.

É importante observarmos, então, que identidade e alteridade se constroem em uma relação necessariamente dialética, que está em jogo a partir de diferentes enfrentamentos e embates sociais. Não existe, nesse sentido, uma identidade que se construa definitivamente. Se a cultura é um elemento dinâmico, que contém e acompanha o movimento da vida real, o parâmetro de identidade que dela decorre também se define no interior de contextos sociais que orientam as representações e as escolhas culturais. É no interior das mais diversas trocas sociais, viabilizadas pela dinâmica produtiva de cada sociedade, que ocorrem também as chamadas trocas culturais, que fazem da identidade esse elemento em constante (re)construção.

Cuche (1999) chama a atenção também para o fato de que o homem constrói em sociedade diversas e diferentes vinculações, compondo esse todo orgânico que vai caracteriza-lo como ser social. Dessa forma, existe também uma pluralidade de referências identificatórias que compõem a cultura e a identidade cultural como algo multidimensional. Assim, ela pode ser instrumentalizada nas relações entre os grupos sociais, construindo fronteiras (HANNERZ, 1997), como artifícios de separação e de diferenciação. Esse uso reafirma, como podemos observar em diferentes contextos, relações históricas de dominação em

que a cultura aparece como algo superior ou inferior, estendendo essa concepção hierárquica para os povos que compartilham desta ou daquela cultura.

Outra possibilidade de se abordar contemporaneamente o termo cultura mantém referência com aquela ideia de um “processo íntimo” de refinamento intelectual, de um “desenvolvimento do espírito”, no sentido da aquisição de conhecimentos e de capacidade de reflexão e crítica. Esse uso aponta para uma apreensão mais “individual” de cultura, no sentido de pessoas mais ou menos “cultas”, que desenvolveram mais ou menos essa capacidade reflexiva. No entanto, essa capacidade está, mais uma vez, diretamente relacionada ao conjunto das relações produtivas e das condições sociais nas quais os homens constroem os diferentes espaços de relações sociais. A cultura, neste segundo sentido, também é uma esfera coletiva e socialmente determinada. Virá da contribuição gramsciana um importante avanço nessa compreensão de cultura, ao afirmar que a capacidade de trabalho intelectual é inerente ao homem, que a vivencia e a desenvolve de diferentes maneiras, de acordo com as condições históricas nas quais vive.

Enfim, é necessário registrar ainda a compreensão de cultura num sentido mais restrito, qual seja, o da produção artística e intelectual de determinada sociedade. Partindo da certeza de que a autonomia dessa produção é algo extremamente relativo, acreditamos que tal produção é mais bem apreendida enquanto “manifestação ou expressão cultural”, no sentido de que apresenta a potencialidade de “trazer à tona”, de tornar manifestas as relações sociais constitutivas do modo de produção em torno do qual uma sociedade se organiza. A arte e a vida intelectual explicam e explicitam a cultura, sendo, ao mesmo tempo, determinadas por ela. Ao longo de toda a história da arte, podemos observar como ela sempre foi um forte instrumento ideológico, respondendo a projetos societários diferenciados e, ao mesmo tempo, expressando as relações sociais que dão vida a esses projetos. Esse uso do termo cultura, longe de uma perspectiva menos importante, constrói-se na vida social; portanto, como espaço de reflexo e de mediação. Assim afirma Eagleton (pp. 36-37):

Essa ideia minoritária de cultura, embora seja um importante sintoma de crise histórica, é também uma espécie de solução. Assim como a cultura como modo de vida, ela confere cor e textura à abstração iluminista da cultura como civilização. [...] As artes podem refletir a vida refinada, mas são também a medida dela. Se elas incorporam, também avaliam. Nesse sentido, unem o real e o desejável à maneira de uma política real. Nesse sentido, também, a cultura pode unir fato e valor, sendo tanto uma prestação de contas do real como uma antecipação do desejável. Se o real contém aquilo que o contradiz, então o termo “cultura” está destinado a olhar em duas direções opostas (2005, p. 37-38).

Como percebemos, uma extrema complexidade caracteriza a compreensão de cultura no interior das ciências sociais, gerando diferentes concepções e relações. Esses três sentidos do termo cultura são inseparáveis e remetem a uma potencialidade dessa esfera não só de explicar, mas também de viabilizar alternativas àquilo que explica.

OS FATORES OBJETIVOS QUE IMPLICAM A ALTERAÇÃO REGRESSIVA DA COMPREENSÃO SOBRE O SENTIDO DE CULTURA

Com a acelerada transformação do modo de produção, com o processo de industrialização, racionalização e divisão social do trabalho, o processo de alienação do indivíduo em relação à totalidade do processo de trabalho se aprofunda. A dependência de esferas do processo de produção que estão fora do controle do indivíduo aumenta o grau de dependência do sistema para que ele possa sobreviver. É cada vez mais difícil ao ser humano garantir as condições de domínio de todas as dimensões necessárias de conhecimento para garantir a sobrevivência da espécie. Essa dinâmica coloca em xeque o conceito de cultura associado à ideia de processo civilizatório.

No Brasil, o marco temporal da Revolução Verde, como processo de intensificação do maquinário pesado no campo e de expansão do monocultivo associado ao crescimento exponencial do uso de agrotóxi-

cos, é contemporâneo ao desenvolvimento da indústria cultural, no que diz respeito ao uso da linguagem publicitária como fator de mediação entre as pessoas e à presença da televisão como veículo de informação dominante, como principal fonte de criação de desejos e necessidades de consumo e de disseminação de valores e padrões comportamentais. Não à toa nas décadas seguintes essa linguagem publicitária vai progressivamente adentrando no campo da política, tornando-se, por meio do marketing político, o meio de comunicação dos partidos com a população nas campanhas eleitorais, em detrimento de métodos e formas do trabalho de base e da educação popular.

As organizações populares dos anos 1960, como o Movimento de Cultura Popular (MCP), o Centro Popular de Cultura (CPC) e o Movimento de Educação de Base (MEB), que construíam um conceito de cultura amplo e complexo associado à autodeterminação popular, à formação política e à luta social em torno de um projeto político radical para o país, foram destruídas pelo golpe militar-civil desfechado em 1964.

De lá para cá, a expressão cultura popular passou a andar disociada da educação popular e do debate sobre o poder popular. O “popular” passou a estar associado à demanda de consumo maciça: popular passou a indicar algo muito visto, muito divulgado, muito consumido, e não mais algo feito pelo povo, no sentido de domínio dos meios de produção, popular porque o próprio povo domina a tecnologia de produção. Ocorreu um rebaixamento do sentido de popular, uma vulgarização, ou mercantilização. Essa dinâmica se desenvolve em chave regressiva em décadas, na mesma velocidade em que são consolidados e disseminados padrões de vida urbana e burgueses que se estendem como padrões hegemônicos para o conjunto da população.

Feita essa explicação de caráter histórico e semântico, podemos retomar o debate estabelecido no eixo do Grupo de Trabalho de Cultura, destacando de forma esquemática quais os legados do trabalho com cultura e arte nos cursos de Residência Agrária.

O DEBATE SOBRE A QUESTÃO DA MEMÓRIA E DA IDENTIDADE CAMPONESA

Nos trabalhos apresentados no Grupo de Trabalho de Cultura do Congresso Nacional do Residência Agrária se destacam as preocupações com a questão da memória como um elo entre passado e futuro da vida nos territórios da reforma agrária, desde a relação com as práticas de cultivo agroecológicas, as formas de produção do autossustento, não apenas de alimentos, mas de objetos, como os balaios e cestos de taquara, até a preservação das formas culturais tradicionais de sociabilidade, mediante a transmissão dos saberes para as gerações mais novas.

O debate sobre a questão da identidade camponesa, as relações contraditórias entre as formas da cultura urbana e da indústria cultural com os desafios da reforma agrária e a importância da produção cultural a partir do campo, sintonizada com as demandas de formação e organização dos movimentos e comunidades, são frequentes nos trabalhos.

Os cursos do Residência Agrária possibilitam o empoderamento das memórias dos assentamentos, reforçando-as dentro das comunidades e levando-as para o espaço da universidade, se tornando dispositivos contra-hegemônicos. O sentido de construção da memória, como uma elaboração coletiva e social, se articula com a ideia de autodeterminação de um povo, com a consciência do direito de participação no destino coletivo de seu grupo social. Esse processo de valorização da cultura pela construção da memória esteve muito presente nas lutas por descolonização na América Latina no século XIX e, sobretudo, no continente africano, no século XX.

Quando, intencionalmente, nos dispomos a construir a memória, mobilizamos a cultura no registro, nos apropriamos do fazer artístico para (re)construí-la, nos tornamos sujeitos dessa construção. Potencializamos o pertencimento de quem conta a história, mas também de quem recupera a memória, seja do estudante pesquisador ou do estudante da escola que está envolvido no processo.

Uma das formas de trazer à tona a memória coletiva é a mística, que traz elementos da realidade, como, por exemplo, as místicas que recuperam fatos históricos, como o massacre de Eldorado dos Carajás, e politizam a impunidade da justiça brasileira diante dos criminosos.

Diferentes experiências foram analisadas no processo de pesquisa dos residências agrárias, por exemplo: no mapeamento das práticas culturais de Santa Catarina, uma das entrevistadas/artistas trabalha com cenas de memórias históricas; a Rádio Camponesa (Ceará), como um meio de estímulo para que as pessoas da comunidade contem suas histórias e de ampliação da difusão das narrativas e experiências.

ARTICULAÇÃO ENTRE AS ESFERAS DA CULTURA E DA POLÍTICA POR MEIO DO VÍNCULO ENTRE UNIVERSIDADE E MOVIMENTOS SOCIAIS

Cabe destacar a força do reencontro entre universidade e movimentos sociais do campo por meio da experiência de intervenção e pesquisa nos territórios da reforma agrária, a partir dos cursos que estabeleceram a centralidade da questão em seus projetos. Os trabalhos desenvolvidos na área de cultura relatam e analisam processos de formação por meio de oficinas, construção de espaços ou centros culturais comunitários em assentamentos, formação de grupos de teatro, de música ou artesanato, criação de programas ou grades de programação em rádios comunitárias de assentamentos.

Esse vínculo produtivo entre a força política, cultural e organizativa dos camponeses com o que foi acumulado de conhecimento nas universidades, inclusive quanto capacidade de sistematização e projeção de processos, só ocorreu com intensidade aproximada, embora em muito menor escala e abrangência territorial, nos anos da década de 1960 que antecederam a ditadura militar-empresarial que se instalou no país por 21 anos, de 1964 até 1985.

O desmonte das estruturas de Ensino Técnico e de Ensino Superior promovido por acordos como o MEC-USAID,¹ celebrado nos Es-

¹ Os acordos MEC-USAID cobriram todo o espectro da educação nacional, isto é, o ensino primário, médio e superior, a articulação entre os diversos níveis, o treinamento de professores e a produção e veiculação de livros didáticos. A proposta da USAID não deixava brecha. Só mesmo a reação estudantil, o amadurecimento do professorado e

tados Unidos, foi progressivamente inserindo a universidade pública brasileira na condição de esteio da indústria cultural,² mercantilizando a produção de conhecimento e aumentando o fosso entre as demandas da sociedade civil e o acúmulo de conhecimento produzido e/ou sistematizado nas universidades.

Os cursos de especialização em Residência Agrária se inserem no esforço maior do Programa de Educação da Reforma Agrária (Pronera), que existe no Brasil desde 1998, com o intuito de elevar em qualidade e quantidade a oferta de diversos níveis de escolarização do campo que envolvem a educação do campo em áreas de reforma agrária. Como se trata de cursos de pós-graduação na condição de especialização *lato sensu*, os Residências promoveram a ampliação do diálogo da universidade com movimentos sociais e comunidades acampadas, assentadas e quilombolas.

CONTRAPONTO À INDÚSTRIA CULTURAL E AO AGRONEGÓCIO EM PERSPECTIVA CONTRA-HEGEMÔNICA

É recente no Brasil a percepção de que o agronegócio e a indústria cultural são fenômenos não apenas contemporâneos, mas, desde a origem, são elos, engrenagens de uma dinâmica hegemônica sistêmica. A indústria publicitária chega ao Brasil no momento em que está sendo promovida a Revolução Verde. Existia a necessidade de investimento numa linguagem capaz de convencer que o pacote da modernidade para o campo poderia ser mais eficaz que o modelo de produção então vigente. Também era necessário gerar a necessidade do consumo de

a denúncia de políticos nacionalistas com acesso a opinião pública evitaram a total demissão brasileira no processo decisório da educação nacional (GOÉS, Moacyr de; CUNHA, Luiz Antônio. O golpe na educação. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1985, p. 33).

² Vide o ensaio “Universidade, produção de mercadorias e tradição crítica. In MENE-GAT, Marildo. Estudo sobre ruínas. Rio de Janeiro: Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2012.

mercadorias que, até aquele momento, eram pouco conhecidas e não integravam gêneros de necessidade imediata: era o momento em que o parque industrial brasileiro vivia a fase de substituição de importações, com o incremento produtivo do período pós-Segunda Guerra Mundial. A opção pela indústria automobilística como prioridade para o transporte de cargas e pessoas no Brasil também data desse período: as empresas que entravam no Brasil eram financiadoras da publicidade, investiam em campanhas políticas eleitorais e construíam pouco a pouco a dinâmica do discurso de modernidade que vigorou por décadas no Brasil.

Na universidade brasileira, os fenômenos do agronegócio e da indústria cultural foram estudados em separado em cursos de graduação e programas de pós-graduação: embora, na realidade, os processos se mostrassem articulados, na academia eram tratados como esferas completamente distintas e sem relação entre si. Mais recentemente, pesquisas começaram a ser produzidas em programas com características interdisciplinares, como o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe, em parceria da Unesp com a Escola Nacional Florestan Fernandes, dando vazão e aprofundamento a hipóteses aventadas pela militância dos movimentos sociais do campo brasileiro.

A percepção da complexidade do modo de produção e das relações sociais de produção hegemônicas permitiu que vários cursos de especialização em Residência Agrária desenvolvessem pesquisas sobre experiências contra-hegemônicas em diversas frentes: rádios comunitárias, aulas de artes nas escolas do campo, na atuação dos grupos de teatro e de música etc. São características das ações desenvolvidas: a valorização do conhecimento acumulado nas comunidades e movimentos camponeses; a apropriação do legado artístico e cultural produzido em outras épocas, visando à formação humana em perspectiva emancipatória; a socialização dos meios de produção de linguagens artísticas e legados culturais.

CONTRA A MERCANTILIZAÇÃO DA CULTURA E DA ARTE

A percepção da maioria dos cursos de que a demanda das áreas de reforma agrária não é apenas a da reivindicação do acesso aos bens culturais, mas sim de apropriação de meios de produção de bens simbólicos, ampliou o debate sobre as consequências da mercantilização da produção cultural e artística.

O debate sobre a questão do gosto individual sobre preferências artísticas e culturais foi distanciado e criticado, na medida em que, em muitos cursos, foi estudada a dinâmica mercantil que produz em larga escala os estilos vendáveis, moldando gostos e subjetividades. Do ponto de vista metodológico, os trabalhos apresentados no GT de Cultura indicam várias ações críticas, no âmbito do conteúdo e da forma, em relação ao tratamento rebaixado da cultura e da arte como mercadoria. Foi identificado que a dinâmica do capital se insere nos assentamentos não apenas pela via da adoção de modelos preestabelecidos de produção agrícola, mas pela dimensão cultural, por meio da assimilação de valores e padrões de consumo disseminados pelo modelo hegemônico de produção.

A arte foi trabalhada em muitos cursos como uma experiência sensível em múltiplas linguagens, como fomentadora do processo de emancipação política, vinculada aos desafios da organização social e da formação da consciência. Nesse sentido, muitas experiências relatadas e avaliadas destacam a relevância da ação com continuidade, e não como ato isolado, e, para isso, destacou-se que, para os territórios e comunidades, é importante que os movimentos sociais se apropriem do debate sobre a cultura e a arte como um debate estratégico.

CRIAÇÃO DE REDES DE PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO

Muitas experiências desenvolvidas nos cursos de Residência Agrária apontaram a potencialidade de criação de redes de produção e circulação cultural. Foi o caso dos experimentos das feiras culturais da reforma agrária, realizadas em dimensões distintas, ora de ordem local, como a feira Cícero Dias, que o MST do Rio de Janeiro promove

mensalmente na Lapa, ou as feiras nas cidades do Entorno do Distrito Federal, que o MST promoveu em Planaltina (DF) e em Form (GO), ora estadual, como as feiras promovidas em capitais de estado, e também com algumas edições nacionais, em São Paulo (2015 e 2017) e em Belo Horizonte (2016).

A transformação de um galpão ocioso de uma granja, feito para criação de aves, em Aviário das Artes, um centro cultural em um assentamento de Santa Catarina, com realização de diversas oficinas, cineclube e outras práticas, foi estudado por residentes como atividade exemplar de como todas as gerações que vivem em áreas de reforma agrária podem ser mobilizadas por atividades culturais formativas e agregadoras.

Outro polo de grande potencial, a ser melhor explorado, segundo apontaram muitas pesquisas, é a escola do campo como centro cultural da comunidade e do território. As oficinas e atividades culturais diversas, como cineclube, apresentações teatrais e de dança e mostras de artes plásticas são ações que promovem a abertura da escola para a comunidade, tornando a escola um espaço de convívio coletivo nos momentos extraturno escolar.

A infraestrutura das escolas enseja as condições adequadas para o desenvolvimento do processo de construção da manifestação artística, sendo a experiência do trabalho coletivo mais importante que o resultado final dos produtos artísticos elaborados. A escola pode ser o espaço adequado para o fortalecimento da formação técnica necessária para a qualificação do trabalho artístico.

Cristina Simões Bezerra, professora da Universidade Federal de Juiz de Fora e atuante no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

Rafael Litvin Villas Bôas, professor da Faculdade UnB Planaltina e nos programas de pós-graduação Mestrado Profissional em Artes da UnB e Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe da Unesp/ENFF

Viviane Cristina Pinto, mestre pelo Programa de Estudos Culturais da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP

Márcia Pompeo Nogueira, professora da Universidade do Estado de Santa Catarina.

O FAZER FOTOGRÁFICO E A (RE)CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA ENQUANTO PROCESSO DE PRÁXIS CRIADORA

Juliana Adriano¹

PRÓLOGO: UM CONVITE SEM-TERRA



Figura 1: "Vem, teçamos a nossa liberdade". Fonte: Autora, 2014.

Vivemos um período da história em que o ser humano está cada vez mais separado de sua capacidade humana fundamental – a criação –, ou seja, da projeção e da objetivação do seu pensar por meio do processo de práxis criadora.

¹ Mestre em Sociologia Política (UFSC), especialista em Arte no Campo (Udesc), graduada em Ciências Sociais (UFSC). Contato: jua.sociologia@gmail.com.

Outra vez o galo canta, o dia ainda está ensaiando amanhecer, a família se levanta, um faz o fogo para esquentar a água no fogão a lenha, os outros vão se organizando. Os filhos pequenos vão à escola de manhã, os grandes vão à tarde. Após o primeiro mate, é hora de cuidar das vacas, somente depois vem o café da manhã. Ainda se usa banha de porco para fazer o pão, mas o trigo não se produz mais; o leite é o de casa, mas o café costuma ser o solúvel, cheio de químicos; o queijo se faz, mas o doce para passar no pão vem do mercado. Entre os instrumentos de trabalho estão a enxada, o trator, os bois, o veneno. Este último parece algo omnipresente, não passa mais na cabeça da maioria dos agricultores a possibilidade de produzir sem ele. E ciente de que veneno é veneno, o agricultor segue seu trabalho (ADRIANO, 2015, p. 13).

Esse agricultor se afasta do ideário de um camponês, quase idílico, que se sente parte da natureza, conhece seu funcionamento em profundidade e planeja sua prática a partir desse conhecimento. Do mesmo modo, o jovem que vive nesse cotidiano tende a não conhecer o processo histórico de luta pela terra que ocorreu para o assentamento existir. O esquecimento é parte importante da construção do ideário capitalista. Nesse sentido, a (re)construção da memória das lutas sociais é um ato de resistência e de disputa. A relação entre memória e fotografia traz em si uma potência intrínseca. Ambas não são meros registros, são construções sociais. E, trabalhadas desse modo, podem munir o fazer artístico de uma práxis criadora que permite aos sujeitos construírem sua existência.

O processo de (re)construção da memória auxilia na formação do ser humano, pois instiga uma elaboração que possui via de mão dupla entre o subjetivo e o ser social. Ela não ocorre somente no sujeito que recorda, mas também no que ouve. Ao narrar, aquele que recorda vai construindo imagens em sua mente que se relacionam com o contexto em que viveu, aquele que ouve também vai construindo imagens em sua mente, mas estas se somam ao contexto em que ouve a história. Se

somarmos uma câmera nas mãos daquele que ouve, potencializaremos o uso de outros sentidos, inclusive o estético, que poderá servir tanto para a (re)construção da memória quanto para a formação da humanidade do ser.

Neste artigo retomamos parte da monografia realizada junto ao curso de Arte no Campo, cujo objetivo principal foi “refletir sobre o fazer fotográfico junto ao processo de (re)construção da memória das ocupações e dos acampamentos do MST em Abelardo Luz (SC), enquanto contribuição potencial à construção da consciência de jovens” (ADRIANO, 2015, p. 17). Para tanto, no ano de 2014, em meio à matéria de Sociologia, construíram-se pesquisas junto a estudantes das escolas de Ensino Médio Paulo Freire e Semente da Conquista, nas quais eles entrevistaram, fotografaram e filmaram pessoas que moraram em acampamentos.

A ação de pesquisa teve como inspiração a orientação proposta por Freire (1976), ao considerar a prática educativa (de alfabetização, naquele caso) como forma de construção da consciência, ou de “ação cultural para a libertação”, que almeja o avanço frente à consciência de si para a consciência de classe para si. Segundo Freire (1976, p. 48), os educadores devem ter clareza que, “analfabetos ou não, os oprimidos, enquanto classe, não superarão sua situação de explorados, a não ser com a transformação radical, revolucionária, da sociedade de classes em que se encontram explorados”. O processo de reconhecimento do potencial transformador da ação dos oprimidos se dá, segundo Freire (1976), na relação dialética entre a ação e a reflexão (quer dizer, na práxis), entre o contexto teórico apreendido no autêntico diálogo entre educadores e educandos e o contexto concreto compreendido como a realidade social em que estão os sujeitos. O processo de pesquisa em conjunto com os estudantes objetivou ser uma ação-reflexão constante, calcada no contexto no qual esses jovens moram, sem dispensar o diálogo com o teórico.

No contexto de realização do trabalho, esteve a comemoração dos trinta anos do MST, que teve sua criação oficializada em 1984 e que, para muitos sem-terra, teve

seu nascimento simbólico com as primeiras ocupações realizadas pelo MST enquanto movimento social, que aconteceram no dia 25 de maio de 1985, simultaneamente nos municípios de Abelardo Luz e São Miguel do Oeste, localizados em Santa Catarina. Cerca de 1.500 famílias ocuparam uma pequena parte de Abelardo Luz, onde hoje é localizado um dos 22 assentamentos do município: o Assentamento Papuã I. Nesses assentamentos vivem hoje cerca de 1.500 famílias, cujos jovens estudam em duas escolas de Ensino Médio localizadas dentro dos assentamentos: Paulo Freire e Semente da Conquista.

Durante vinte anos uma ocupação sucedeu a outra, contudo, por cerca de dez anos não houve mais acampamento no local. A ocupação que gerou a existente hoje ocorreu no dia 13 de junho de 2014. Enquanto docente de Sociologia nas escolas citadas, a convivência com os adolescentes foi evidenciando que a juventude pouco conhecia sobre a história do local onde vive. Poucos viveram em acampamentos do MST; normalmente, seus pais ou avós tiveram tal experiência. Outros são filhos de moradores que foram morar diretamente nos assentamentos. Tampouco conheciam a história mais ampla em que esse processo está envolvido, ou mesmo conheciam, mas pouco exercitavam a conexão disso com sua realidade.

Há muito os bens comuns são apropriados de modo privado e tratados regularmente como recurso financeiro. No que tange à questão da terra, a injustiça no Brasil é antiga, e é conhecido o papel da colônia portuguesa, mas poucos conectam a questão das sesmarias, das capitâncias hereditárias, da Lei de Terras, com a concentração fundiária existente no país. Sendo que temos 85,2% das propriedades (de até cem hectares) ocupando 20% e 1,6% das propriedades (com mais de mil hectares) ocupando 43,8% a área rural brasileira (OLIVEIRA, 2009). Menor ainda é a conexão entre isso e as ocupações de terra realizadas pelo MST.

O MST luta e busca construir uma reforma agrária popular, na qual não existam relações de exploração do ser humano e da natureza. A agroecologia é posta como matriz científica e tecnológica, dada a

potencialidade do camponês de ser gestor da agrobiodiversidade, quer dizer, da vida (CALDART, 2013). Ou seja, seus interesses não corroboram os do modelo de desenvolvimento vigente, que, assim, procura estigmatizá-lo como um grupo de “baderneiros”, de pessoas violentas que infringem a lei ao “invadir” terras, que criminaliza sistematicamente seu modo de atuação. Infelizmente, não se resume a isso – são inúmeros os campões assassinados ao longo do processo.

Por maior que seja a força desse ideário, ele não é hegemônico, seja porque ele está em disputa, mas também porque a memória é socialmente e constantemente construída. Ao ser reconstruída, especialmente por aqueles que vivem os frutos dessa memória, tem o potencial de desestabilizar o presente, sendo que “una cosa es el pasado que pasó y otra es el pasado del que estamos hechos” (BENJAMIN apud DIEZ CASTILLO, 2013). Ao passo que a (re)construção da memória, ao ocorrer com a intencionalidade de conscientização, potencializa a ampliação do desenvolvimento das dimensões humanas e a transformação da cultura.

MEMÓRIA E FOTOGRAFIA COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL

O que existe em nossa mente é nela construído. Lembranças e esquecimentos vão construindo nossa memória. E desses fragmentos sociais se vai tecendo nossa história. Recordar traz cheiros, sensações, imagens, cores, sentimentos que nem sempre foram experimentados. Quanto mais algo é rememorado, mais vivo permanece.

Os seres humanos são, na sua individualidade, sujeitos sociais. Assim, as convenções sociais que adotam não são completamente criadas por eles, bem como os indivíduos não recordam sozinhos, mas no diálogo com memórias de pessoas de seu e de outros grupos. Halbwachs afirma que a memória é uma construção social, é parte de um processo social em que os indivíduos interagem ao longo de suas vidas, sendo que “o passado que existe é apenas aquele que é reconstituído continuamente no presente” (HALBWACHS *apud* SANTOS, 2003, p. 47).

Memória e história se relacionam. As memórias reelaboram a história. Neste processo há um elemento subjetivo importante: os sujeitos

emprestam significados às lembranças. O vivido é diferente do recordado. O vivido remete ao concreto, e constitui substrato para memória; esta seleciona e reelabora componentes da experiência (AMADO, 2003).

A conjugação entre as duas confere identidade a quem recorda. Cada ser humano pode ser identificado pelo conjunto de memórias; apesar destas serem sociais, um determinado conjunto de memórias pertence a uma só pessoa. A memória possui a faculdade de separar o eu dos outros, de recuperar acontecimentos, pessoas, tempos, relações, e de conferir-lhes significado. Sua ausência, a amnésia, conduz a perda de identidade (AMADO, 2003).

Há diversas perspectivas teóricas acerca da memória social, Peralta (2007) afirma que são três as principais: uma que parte de Halbwachs – acima citado –; a de “políticas de memória”, esta possuindo caráter instrumental; e a “memória popular”, baseada na “contra-memória”, onde Foucault relaciona memória e poder, afirmando que apesar da tentativa de controlar as memórias do grupo, há espaços de resistência, onde as representações dos marginalizados vão se tecendo.

A chamada “arte da memória” nasceu na Antiguidade grega, e era essencialmente um ramo da retórica. A partir da Idade Média e do Renascimento rumou para a pintura, literatura, teatro, ética, filosofia moral. Baseia-se no jogo de duas noções fundamentais: os lugares (*loci*) e as imagens (*imagines*). As *imagines* são trabalhadas a partir da *escrita*, nas figuras do escritural; e por meio da *visão*: “de todos os nossos sentidos, o mais sutil é a visão; recorrer à imagem é, portanto, o meio mais seguro de conservar a lembrança de algo” (CÍCERO apud DUBOIS, 1993, p.316). Quer dizer, sendo ou não visual a memória, o exercício visual dessa memória será feito “em pensamento”.

Uma fotografia é sempre uma lembrança (*imagem mental*), de algo que presenciamos ou não, que no ato do “clique” se separou do real. Quer dizer, é a representação por meio da emanação luminosa do objeto, e a partir do momento em que se “fez” a imagem, o representado já não existe mais, a não ser enquanto imagem mental a ser mobilizada pela memória. Assim, a fotografia é de certo modo um prolongamento dessas artes da memória. E mais do que isso, é

Uma máquina de memória, feita de *loci* (o receptáculo: o aparelho de foto, sua objetiva, sua janela; caixa negra, recorte e retângulo virgens de película; de um bobina a outra, desfile ordenado das superfícies vazias receptoras) e de *imagines* (as impressões, as inscrições, as revelações, que vão e vêm, sucedem-se nas superfícies, desenrolam-se em “cópias de contato”), uma *mnemotecnia mental* (DUBOIS, 1993, pp. 316-317).

De modo similar, afirma Kossoy: “Fotografia é memória e com ela se confunde” (2009, p. 132), mas ele se refere ao fato de ambas serem construção social, sendo o processo de reconstituição da memória um “processo de criação de realidades” em que a rememoração por meio de álbuns consiste em um exercício intelectual que aponta o quanto “a realidade anda próxima à ficção”.

Para não deixar dúvidas sobre o quanto a fotografia é construção social, e não uma prova irrefutável do real, é preciso primeiro situar que, assim como qualquer outra objetivação humana, ela acontece no tempo e no espaço, quer dizer, acontece em meio a algum processo histórico-cultural específico. Ela é efetivada por alguém (fotógrafo) que também possui sua história, seus valores, seus ideais e que vai escolher o assunto a ser fotografado, os elementos desse assunto que vai fotografar, o modo como o fará, a tecnologia (equipamento) que vai utilizar.

ARTE E FORMAÇÃO HUMANA

En la arte, la síntesis se logra a través del conocimiento de las esencias. (Daniel Diez Castilho)

Você já brincou de fazer um cone de papel para “ver melhor”?! E saiu fascinado, mirando para cada coisa que se revelava à sua frente, e foi se enchendo de felicidade por estar vendo tudo mais bonito? Olhar por meio de uma máquina fotográfica é exercitar a capacidade humana de ir do particular ao geral; é focar em algo ao mesmo tempo em que

contempla o todo; a espera atenta do instante decisivo, que, segundo Bresson (2015), só acontece a partir da sua intuição; é ir desenvolvendo um senso estético, quer dizer, é desenvolver sua humanidade, seus sentidos humanos.

A humanização do ser humano remonta ao princípio de sua existência e seguirá seu curso para além de nossa existência. O trabalho é entendido enquanto atividade material que medeia a relação entre nós e a natureza. Tal mediação permitiu criar “objetos humanos”, extrair objetos da natureza, modificá-los e trazê-los para o contexto dos significados humanos. Nesse processo, os sentidos, que têm fundamento natural, foram se humanizando (MARX, 2012; FREDERICO, 2013).

Em nosso entendimento, não se trata de uma oposição entre ser humano e natureza. Leitores atuais de Marx tendem a usar as lentes de nossa época e focam em elementos presentes em sua obra que hoje se fazem mais necessários que outrora. Márcio Rolo pondera que “Marx buscou fugir da antinomia homem e natureza instituída pela metafísica” (ROLO, 2015, p. 152), colocando a impossibilidade de fronteira nítida entre esses dois polos, a partir do jogo dialético entre os termos *essência humana da natureza* e *essência natural do homem*. Marx apresenta tal questão desde os *Manuscritos econômicos-filosóficos*:

A essência *humana* da natureza está, em primeiro lugar, para o homem *social*; pois é primeiro aqui que ela existe para ele na condição de *elo* com o *homem*, na condição de existência sua para o outro e do outro para ele; é primeiro aqui que ela existe como *fundamento* da sua própria existência humana, assim como também na condição de elemento vital da efetividade humana. É primeiro aqui que a sua existência *natural* se lhe tornou a sua existência *humana* e a natureza se tornou para ele homem (MARX, 2008 apud ROLO, 2015, p. 153).

Na medida em que o ser humano foi se libertando das necessidades naturais, lentamente seu “olho se converteu em olho *humano*, do

mesmo modo que seu *objeto* se converteu em objeto social, *humano*, que provém do homem para o homem. Os *sentidos* se fizeram, portanto, *teóricos* em sua práxis imediata” (MARX apud FREDERICO, 2013, p. 47). A essência peculiar, não só do pensar, mas de cada um dos cinco sentidos e dos sentidos espirituais (vontade, amor etc.) contribui para a formação humana. Assim, Marx (2013, p. 165) conclui que: “O homem se apropria de sua essência omnilateral de uma maneira omnilateral, isto é, como homem total”.

Arte e trabalho tem em comum sua essência criadora. O trabalho surge para dar conta das necessidades de sobrevivência, de reprodução. A arte, para satisfazer a necessidade de humanização, e o faz ao evidenciar a capacidade criadora do ser humano. Seu potencial é sublime, mas não “supera” o trabalho, pois são duas formas distintas de objetivação. Não se trata de hierarquizar, e sim de complementar (SÁNCHEZ VAZQUEZ, 2011), mesmo porque, diz Marx (apud FREDERICO, 2013, p. 147): “Um homem que está morrendo de fome não vê na comida forma humana, mas só, abstratamente, um alimento”, não contemplará a beleza de um objeto artístico.

A arte como possibilidade de criação sem os limites da necessidade de um produto do trabalho, dedicada a satisfazer a necessidade espiritual humana de testemunhar sua capacidade criadora, evidencia também a passagem do útil ao estético. A relação estética com a realidade foi construída a partir do processo histórico-social de transformação da natureza e criação. Assim, explicita a potência da subjetividade do ser humano. “Na relação estética, o sujeito entra em contato com o objeto mediante a totalidade de sua riqueza humana – não apenas sensivelmente, mas também intelectual e afetivamente” (SÁNCHEZ VAZQUEZ, 2011, p. 76).

De acordo com Frederico (2013, p. 125), para Lukács, a “arte é afirmação ontológica, objetivação, momento decisivo da autoconsciência do ser social”. Para tanto, a arte precisa partir da vida, pois é dela que nasce a necessidade de o homem objetivar-se; construir suas objetivações; e retornar a vida cotidiana com os produtos de suas objetivações. E nesse movimento reiterativo produziria uma elevação da “consciência sensível” dos homens.

O pensamento cotidiano se debate com seus limites (subsistência, fragmentação aparente do mundo etc.). A arte oferece à vida cotidiana um “*mundo homogêneo*”, miniatural, não enquanto uma cópia do real; ela deve evocar, por meio da intensificação de traços esmaecidos, a realidade, que, assim transfigurados, se tornem mais claros para o mundo próprio dos significados humanos. Essa concentração de atenção produz uma “elevação do cotidiano”, pois “o indivíduo supera sua singularidade e é posto em contato com o gênero humano. A arte, portanto, *educa* o homem fazendo-o transcender a fragmentação produzida pelo fetichismo da sociedade mercantil” (FREDERICO, 2013, p. 135).

Brecht não concorda com a ideia de Lukács de obra de arte como objeto acabado, com chave pronta de entendimento da realidade, pois, para ele, conforme Frederico: “a arte não é reflexo da realidade, mas a reflexão sobre a realidade que se quer transformar” (2013, p. 102). De-fende a necessidade de politicar a arte e romper com modelos herdados da tradição burguesa, que traz a passividade e o individualismo. Visando despertar a consciência, busca evidenciar que os personagens e suas ações são construídos historicamente, e por isso podem ser modificadas; convoca a plateia a refletir e a intervir na peça; propõe o raciocínio crítico e a recepção coletiva (FREDERICO, 2013).

Olhando desde hoje, tanto a obra de arte que oferece um mundo em miniatura quanto a obra aberta à intervenção podem contribuir para a formação e a conscientização, pois ambas buscam o entendimento da realidade e objetivam sujeitos mais críticos.

Marcuse² defende que a realização da Arte³ de uma “arte nova”,

² Marcuse é outro autor com obra vasta e densa. No corpo do trabalho optamos por trabalhar, sobretudo, com o artigo “El arte como forma de la realidad”, de 1972, na qual o autor sintetiza sua proposição sobre o potencial da arte e suas críticas aos delineamentos que a arte tem tomado.

³ Marcuse (2015) usa Arte em maiúscula para tratar da arte enquanto arte, diferenciando-a da realidade cotidiana e de outras manifestações culturais, como a ciência e a filosofia. E usa Forma em maiúsculo quanto trata da forma artística. Respeitaremos suas ponderações.

só pode acontecer em uma sociedade na qual não exista exploração dos seres humanos, em uma sociedade livre. O que define a Arte como Arte é a sua Forma, e essa Arte como Forma de realidade não se reduziria ao embelezamento de um dado, mas se daria na construção de uma realidade diferente, pois, de acordo com Marx, “o homem produz formas em concordância com as leis da beleza” (MARX apud MARCUSE, 2015).

Há muito a arte abandonou sua fase mágica, deixou de ser algo “prático” e se tornou um ramo da divisão do trabalho. Ela adquiriu forma própria e também nova função: a de aportar algo “mais elevado”, “mais profundo”, uma pausa na rotina da vida, quer dizer, é uma utilidade para a alma que não se relaciona com o comportamento cotidiano, mas a um breve “recreio cultural”, em uma ida ao museu, à igreja, ao concerto, ao teatro, a monumentos ou ruínas. Assim, a arte é alienante ao passo que harmoniza o antagonismo entre a realidade e a beleza que apresenta (MARCUSE, 2015).

Seguindo o recorrido da arte, Marcuse (2015) aponta que, na tradição estética clássica, a *œuvre*⁴ se apresenta como um todo estruturado, fechado, cujos elementos se organizam das mais variadas formas, guiados pela ideia do belo. A arte harmonizaria o belo e o verdadeiro e, para tanto, ativaría tanto a sensibilidade quanto a racionalidade do humano. A realidade, porém, tem tornado essa harmonização cada vez mais impossível. A brutalidade, a estupidez, o horror da guerra, organizados na *œuvre*, “sucumbem” à ideia de beleza. Por isso, o autor conclui que “a forma contradiz o conteúdo e triunfa sobre o conteúdo ao preço de anestesiá-lo” (MARCUSE, 2015).

A arte tampouco pode ser algo *real*, como propõe a *living art*, a arte em movimento, a antiarte, que colocou seus esforços na busca por não ter forma artística, por substituir o objeto artístico por algo real.

⁴ *Œuvre* é a palavra para obra de arte em francês. Como, no original (alemão), Marcuse o usa em francês, mantemos o termo tal qual o autor o utilizou.

Mesmo que não queira, entretanto, ela possui uma forma artística que anula sua intenção. Inclusive, dispunha-se a negar o museu e acabou sendo comercializada como mercadoria. Além disso, em um processo de revolução, na qual, sim, a realidade tenderia à Arte como Forma de realidade, é mais importante que o artista participe como *artista* do que como *ativista político* (MARCUSE, 2015).

Em nosso tempo, afirma Marcuse (2015), as *œuvres* autênticas devem fazer o que já sugeriu Marx: colocar a dançar as condições sociais petrificadas, quer dizer, é preciso desnaturalizá-las, criar estranhamento frente a elas. Não devem subestimar a alienação, mas expandir a incompatibilidade que há entre a realidade e o que se almeja. “As *œuvres* cumprem assim os requisitos da função cognitiva (que é sua função ‘política’ inherentemente radical), a de nomear o Inominável, enfrentar o homem que trai seus sonhos e esquece seus crimes” (MARCUSE, 2015).

FOTOGRAFIA E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Alma, essa coisa que nos pergunta se alma existe.
(Mario Quintana)

Despida do estereótipo de que a fotografia equivale à verdade, especialmente da verdade enquanto verdade única, fotografia é luz; melhor dizendo, é o desenho que se tece a partir da emanação da luz. Isso de modo material, mas, em sua concretude, fica expresso mais que a matéria. Muito já se ouviu falar que a fotografia poderia, inclusive, roubar a alma das pessoas. Se retornarmos às primeiras fotografias, Benjamin (1987) nos diz que nelas acontecia o “fenômeno aurático”, pois, como as primeiras placas de fixar imagem demandavam longo tempo de exposição, havia uma acumulação luminosa que formava ao redor da imagem um círculo de vapor, às vezes de formato oval, que seria a aura fixada na fotografia.



Figura 2: K. Dauthendey e sua esposa, em 1º de setembro de 1857, São Petersburgo. Autorretrato.
Fonte: Benjamin (2013).

Esse tempo prolongado de exposição talvez não servisse somente para acumular a luz, talvez também permitisse a contemplação da câmera por quem era fotografado, mas, minimamente, demandava um longo período de silêncio, de parada, de reflexão. Inclusive, Benjamin (2013) afirma que, nessas primeiras fotografias, do rosto humano emanava um silêncio no qual repousava o olhar. Essa profundidade gerava até certo receio aos que olhavam. Dauthendey (apud BENJAMIN, 2014, p. 3) afirma que: “De início, não nos atrevíamos a contemplar por longo tempo as primeiras imagens confeccionadas. Receávamos frente à nitidez daqueles personagens, acreditávamos que seus pequenos, minúsculos rostos podiam, desde a imagem, nos olhar”.

Se a fotografia é mais do que o registro, mesmo quando registra, o faz enquanto construção social. Se o seu desenhar com luz permite transmitir algo além do material, se há um mundo de possibilidades frente ao fazer fotográfico, hoje, o que busca a fotografia? É certo que as respostas são várias, porque também dependem das buscas, do que se acredita e da época em que cada pessoa que fotografa vive. Em mim, ecoa o que diz o fotógrafo brasileiro João Roberto Ripper: “Quando fotografo, eu busco o respeito, a beleza nas pessoas. E não só a beleza física, mas a beleza interior de cada um” (2015). E, nesse fotografar, pode haver uma comunhão de almas:

As pessoas que estão por trás das fotografias têm alma, têm uma história. Eu acho que o grande barato é a gente permitir que quem recebe a foto veja a alma dessas pessoas e veja a alma de quem fotografou, veja essa comunhão. Essa comunhão é um momento de êxtase, é uma coisa muito bonita. E, para ela acontecer, você tem que estar despidos de que não tem quem é o mais importante desse processo. Cada vez ela é mais comungada e, quanto mais, mais prazer você tem ao estar fazendo o seu trabalho. Aí eu acho que tem uma alma. Você sente, inclusive, se tem intimidade na foto (RIPPER apud PAISAGENS HUMANAS, 2012).

Essa é a base para sua proposição de uma *fotografia compartilhada*, que parte do ato dialógico entre fotógrafo e fotografado, em que ambos dialogam sobre a fotografia e se amplia o processo de formação de fotógrafos populares. Para Ripper (2014), o fato de não fotografar a classe média ou alta não significa que se trate de uma estética da miséria, mas de acreditar que “a beleza está em todas as áreas, inclusive em áreas muito pobres. Ainda mais porque a luta das pessoas que moram em comunidades populares, para afirmar e manter valores, é tão forte e tão bonita que dá à estética e à beleza uma dignidade impressionante”. A forma artística de captar aquilo que está em movimento não está somente em transformar o que é regularmente tratado como feio em bonito, mas no ingênuo em crítica.

É preciso colocar a arte a romper com preconceitos, a lutar politicamente, a construir transformação social. Busca-se, por meio de um processo criativo, artístico, primar pela beleza. “O olhar da beleza, a estética da beleza, não pode ser um privilégio de parte da sociedade, de uma parte com poder aquisitivo muito grande, tanto para adquirir como para produzir arte” (RIPPER, 2013).

A ESCOLA SEM-TERRA PARA ALÉM DO ENSINO

A educação do campo, sobretudo quando se trata de uma escola do MST, precisa de um projeto educativo relacionado com um projeto histórico da classe trabalhadora, com o objetivo de formar lutadores

e construtores do futuro. E, reforçando que nos posicionamos desde um território conquistado pelo MST, a luta é por uma reforma agrária popular, quer dizer, na qual os camponeses, trabalhadores, procuram construir um novo modelo de agricultura. Evidencia-se assim o confronto entre o agronegócio e a agricultura camponesa, ou seja, trata-se da luta de classes expressa no campo (CALDART, 2013).

O modo de produção capitalista tem, sistematicamente, universalizado a alienação do ser humano do trabalho enquanto criador, formador do ser social. Seus tentáculos atuam no campo e na cidade. No campo, ele evidencia também a separação do ser humano da natureza, e não nos referimos àquela que ocorre quando o ser humano transforma para humanizar a si e a ela, mas sim da que faz com o que o agricultor não conheça o ecossistema no qual vive, não perceba a complexa trama de relações necessárias à manutenção da vida, vá perdendo a capacidade de gerir o meio onde vive; da que tem buscado resumir o trabalho do agricultor ao trabalho fabril de cumprir o procedimento: comprar veneno e semente (transgênica, de preferência), usar o maquinário (tratores, ceifas etc.), colher *commodities* para o grande capital.

Em Abelardo Luz, campo dessa pesquisa, podemos observar as condições precárias e insalubres dos que trabalham com o plantio de fumo, mas também dos que trabalham no frigorífico instalado próximo ao perímetro urbano, onde muitos assentados e acampados trabalham. Poderíamos dizer: dos que trabalham para a transnacional Souza Cruz ou para a BRF. Além disso, temos a produção de soja e milho (usuamente transgênicos), difundindo a lógica da agricultura capitalista, que pressupõe a destruição da biodiversidade, a cultura da violência, o distanciamento do ser humano da natureza, ou seja, embrutece o ser humano (GREIN, 2014).⁵

⁵ Maria Izabel Grein realizou palestra que integrou a mesa redonda “Reforma Agrária Popular e o Papel da Educação”, no dia 7 de agosto de 2014, durante do VI Encontro Estadual de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária de Santa Catarina, de 7 a 9 de agosto, no município de Fraiburgo (SC).

Faz mais de três décadas a primeira ocupação realizada, que demandou resistência e auto-organização dos sem-terra, em que a solidariedade e a cooperação foram assumidas como fundamentais. Os acampamentos foram cravados em meio a fazendas. Hoje, entremeados às fazendas, estão os assentamentos, e a lógica do agronegócio não respeita suas cercas, acaba por intervir na vida dos assentados e acampados, que misturam as alternativas produtivas propostas pelos movimentos sociais do campo com diferentes níveis de subordinação e exploração às atividades determinadas pelo agronegócio.

É nesse contexto contraditório, e partindo dessa análise, que estão inseridas as escolas estaduais de Ensino Médio Paulo Freire e Semente da Conquista, respectivamente localizadas nos assentamentos José Maria e 25 de Maio, cerca de 20 km distantes uma da outra. Cada escola atende em média 120 estudantes ao longo do ano letivo e conta com um quadro de educadores praticamente comuns, sendo que a Escola Paulo Freire oferecia um curso técnico em agroecologia, possuindo quadro maior de educadores.

Seus projetos político-pedagógicos (PPPs) foram construídos pelo mesmo grupo de trabalhadores, em diálogo com os estudantes, pais e dirigentes do MST e possuem redação similar. Ressaltamos um trecho do PPP da Escola de Ensino Médio Paulo Freire (EEMPF):

A escola está preocupada com o todo do desenvolvimento humano, sua relação com as questões sociais e o movimento da história (somos sujeitos dela). Isso implica desenvolver novos valores, novas práticas sociais, uma nova consciência organizativa e autonomia de decisão. Queremos, assim, desenvolver uma prática pedagógica de interesse dos trabalhadores, que ajude a solucionar os problemas de sua comunidade e de sua classe. Assim, educar significa, para nós, criar condições para que as pessoas atuem, interajam, reflitam e teorizem sobre sua prática cotidiana, no trabalho, no seu fazer político, na vida familiar e comunitária, transformando-se e transformando a sociedade à qual pertencem (EEMPF, 2014).

Os educadores que são militantes e o setor de educação têm dimensão de que a ideia de construção de um ser humano *omnilateral*, proposta pelas escolas do MST, não é transposta facilmente à prática cotidiana. Durante os primeiros anos de experimentação nas escolas, tomaram-se por base os temas geradores propostos pelo educador Paulo Freire. Desde 2013, em diálogo com o Setor Nacional de Educação do MST, as escolas definiram estudar, com o auxílio da educadora Sandra Dalmagro (UFSC), os complexos de aprendizagem. Sua proposição tem por base experiências realizadas durante a Revolução Socialista na Rússia, sistematizadas por Pistrak (2000; 2013) e Shulgin (2013).

Foi em meio a esse projeto, a esse grupo, a esse movimento, que o trabalho aqui apresentado se desenvolveu. Trabalhei nessas escolas entre 2013 e 2015. Até então, nenhuma das duas havia tido educador de sociologia formado na área. Por esse motivo, em 2013 trabalhei com as turmas conteúdos básicos de sociologia. Assim, em 2014, os segundos e os terceiros anos do Ensino Médio haviam tido praticamente o mesmo conteúdo, por isso optei por propor a essas turmas desenvolver pesquisas sobre a memória das ocupações, totalizando oito turmas e cerca de 120 estudantes.

As turmas chegaram a resultados distintos: algumas avançaram mais teoricamente, outras, mais no trabalho prático. E isso se deu por uma série de elementos. Com as turmas de segundo ano, a carga horária é de duas aulas semanais (noventa minutos) e, com as de terceiro, uma aula semanal (45 minutos).

No início do ano de 2014, ao formular a ideia da pesquisa, sabia que a intenção era entender melhor o papel da fotografia. Não queria incorrer no risco de trabalhar essencialmente a questão da memória, e tampouco restringir a fotografia a uma ferramenta de pesquisa. Da mesma forma, não pretendia trabalhar com o resgate de fotografias como forma de ativar a memória. Nesse início, porém, me faltavam leituras, diálogos e reflexões. Isso protelou o início do desenvolvimento do trabalho, fato importante à maturação da proposta, mas, como consequência, nem todas as turmas tiveram o tempo necessário para desenvolver o processo até o final. Quando ficou clara a intenção de

analisar o papel do fazer fotográfico na (re)construção da memória, a pesquisa teve início.

CODIFICAÇÃO INICIAL

No que se refere à dimensão teórica, a análise crítica dos fatos demanda o exercício de abstração, ou seja, aquilo que Freire define como codificação: “a codificação, de um lado, faz a mediação entre o contexto concreto e o teórico; de outro lado, como objeto de conhecimento, mediatiza os sujeitos cognoscentes que buscam, em diálogo, desvelá-la” (1976, p. 51). Ela consiste na representação de uma situação existencial, que oferece possibilidades plurais de análise (FREIRE, 2005).

A codificação inicial, proposta no contexto da pesquisa, foi “ocupação/acampamento”. O diálogo entre educandos e educadores, educandos e pais, educandos/educadores e elementos teóricos iniciais, serviu para elucidar a “estrutura de superfície” e construir o tema, os objetivos e o questionário. Decidiu-se que a pesquisa desenvolvida pelos educandos seria sobre a memória das ocupações e dos acampamentos de que seus pais, parentes e/ou vizinhos participaram; a pesquisa, acompanhada do fazer fotográfico e do filmar, bem como o processamento desse material, forneceu subsídios para avançar no reconhecimento da “estrutura profunda”.

O ponto de partida do debate foi uma situação ocorrida no VI Congresso Nacional do MST:

Ônibus e mais ônibus iam chegando, a gente era colorida, os costumes, distintos entre si, mas a unidade estava em sua camiseta vermelha, todos a comemorar o aniversário de trinta anos do Movimento. Quinze mil pessoas, nenhum chefe, nenhum trabalho mais importante, tudo é auto-organizado: a cozinha, o banho, a festa, a segurança, a rádio, a plenária, a ciranda, as místicas, a marcha. As místicas e a marcha são os momentos mais esperados. No dia da marcha a preparação é grande: alimentação, muita água, camiseta nova, bandeira e

muita alegria. Cada estado ocupa seu lugar na marcha e as filas vão se formando, gritos de ordem começam a ser ouvidos em alto e bom tom. Quando se chega nas poucas partes mais altas de Brasília e, ao olhar para trás, não se vê o final da fila, a sensação é de ser parte de algo muito grande. Nesse instante, a força toma conta do espírito. Como são muitos os sem-terra assassinados por sua luta, um ato de denúncia foi planejado contra a criminalização dos movimentos sociais. Em frente ao Congresso Nacional, os sem-terra foram pegar as lonas pretas e as cruzes de madeira. A polícia tentou impedir, usou da violência e quis proibir algo simbólico a todo sem-terra: a construção de barracos. A confusão não se generalizou, contudo os jornais locais, no dia seguinte, acusavam o MST (ADRIANO, 2015, pp. 44-5).

Os estudantes, que participaram do VI Congresso, ficaram atônitos ao ver as manchetes. Esse foi o precedente para o primeiro tema estudado no ano de 2014: a concentração da mídia e os entraves gerados à efetivação da democracia.

Para poder entender melhor a relação com a mídia, mas, principalmente, para abrir espaço para o debate sobre a legitimidade dos movimentos sociais, o tema-dobradiça trabalhado a seguir foi a democracia. Retomamos a definição grega que a entendia como “governo do povo”, passamos pela sua retomada no período da Revolução Francesa (conteúdo trabalhado em 2013) e chegamos à definição atual, ao que consta na Constituição de 1988, e suas diferenças frente à realidade vivida pelos estudantes.

Entre os direitos assegurados na constituição, passamos a refletir sobre a questão do acesso à terra. Retomamos a relação bem comum dos povos originários do Brasil, a apropriação privada e violenta dos portugueses, para entender que não é ética nem justa a concentração fundiária existente. Frente à concentração fundiária, diversas formas de organizações sociais já se formaram, com inúmeras revoltas e guerras. Detivemo-nos em estudar as formas de organização social pós-Revolução Francesa: cooperativas, sindicatos, partidos políticos,

movimentos sociais. Focamos nos movimentos sociais, para entender o contexto em que surge o MST.

Esses temas foram trabalhados ao longo do primeiro bimestre e início do segundo, costurados de modo a trazer elementos mais amplos do contexto em que a codificação “ocupação/acampamento” seria proposta.

No segundo bimestre, retomando a sociologia enquanto uma ciência social, refletimos sobre o passo a passo de fazer pesquisa, fizemos oficina de fotografia e de realização de entrevista. Primeiro realizamos, nos grupos, o exercício de formular uma proposta de tema para a pesquisa, para depois defini-lo com a turma. O mesmo processo foi utilizado para construir os objetivos da pesquisa e o do questionário. À medida que o debate era realizado, estudantes já foram mapeando os possíveis entrevistados e fazendo conversas prévias, sobretudos nas suas casas, o que foi ajudando a construir o questionário.



Figura 3: Entrevista teste por 2º ano/Escola Paulo Freire (fotografia).

Fonte: Jean Magalhães (2014).



Figura 4: Entrevista teste por 2º ano/Escola Paulo Freire (fotografia).

Fonte: Jean Magalhães (2014).

De um modo geral, as turmas tomaram por tema entender como foram organizadas as ocupações e os acampamentos do MST em Abelardo Luz (SC). Dentre os objetivos, costumou estar: entender melhor o funcionamento de um movimento social (tomando por exemplo o MST); compreender melhor o contexto e a história do local onde moram; pesquisar o material existente sobre o tema, mas, sobretudo, buscar as informações de fonte primária por meio de entrevistas; aprender a fazer melhor as pesquisas; produzir material para os trinta anos do MST.

Em relação ao material produzido, há um ponto importante a destacar: eu não parti da prerrogativa de que o meu interesse pela fotografia significaria que as turmas deveriam produzir fotografias. Entre os interesses das turmas, apareceram produzir livreto com fotografias e trechos das falas dos entrevistados, histórias em quadrinhos e, sobretudo, material audiovisual. Todas as turmas acabaram filmando quase todas as entrevistas, poucos fotografaram. Como não domino a produção de material audiovisual, pude oferecer principalmente noções de fotografia aplicadas à filmagem. Isso, somado ao fato de que quase a totalidade dos estudantes utilizou celulares para filmar, gerou um material que mais pareceu se tratar de retratos falantes, tal qual os fotogramas a seguir.



Figura 5: José Jocemar Freitas, Assentamento José Maria (Fotograma).

Fonte: Graciele Bueno (2014).



Figura 6: Ivete Ribeiro (Fotograma).

Fonte: Estudante não identificado (2014).



Figura 7: Pinotti, Comunidade Santa Luzia, Assentamento José Maria (Fotograma).

Fonte: Marcos, Marcelo e Cristian (2014).



Figura 8: Salete Rodrigues (Fotograma).

Fonte: Poliana Rodrigues (2014).

As imagens dos fotogramas foram feitas por mim, por meio de captura de tela da filmagem que os estudantes fizeram durante as entrevistas. Observar essas imagens me passou a sensação de que os entrevistados voltaram ao estado das primeiras fotografias, em que era necessário um longo tempo de exposição para capturar uma imagem. Passaram o tempo da entrevista, cerca de dez minutos cada, sem quase se mover, olhando em direção à câmera, ao mesmo tempo em que

contemplavam memórias que compartilhavam com os estudantes. A sensação é ampliada pela opção dos estudantes por enquadrar os entrevistados no plano de retrato de meio corpo.

As turmas se organizaram de modo a não entrevistar as mesmas pessoas e a tentar abranger todos os assentamentos em que moravam. Optaram por trabalhar em duplas para conseguirem se auxiliar mutuamente. Essa parte do processo foi demorada, tanto porque os estudantes demoraram a se organizar, quanto porque, em algumas turmas, esse momento ficou muito próximo do final do segundo semestre (e do recesso do meio do ano). Nessa “pausa”, trabalhamos com as definições e a relação entre trabalho (em geral e alienado) e arte. Essa reflexão teve o intuito de ligar essa relação com o trabalho de pesquisa que estava sendo realizado, tendo se iniciado no final do segundo bimestre e se encerrado no terceiro.

Ao longo do primeiro semestre, a Escola de Ensino Médio Paulo Freire, a Escola de Ensino Básico José Maria e a Brigada 25 de Maio construíram a Mostra de Artes *MST 30 anos: revivendo a história*, que foi socializada no dia 13 de junho de 2014 e fez parte da *Mostra Nacional de Artes – 30 Anos do MST*. Foi uma espécie de (re)construção de um acampamento na escola. Para tanto, foram realizadas entrevistas, foram compostas músicas, crônicas, poesias, foram construídos barracos e foi organizada uma mostra de ferramentas. Junto com as turmas, a pesquisa que vinha sendo construída participou da mostra por meio da organização de uma “contação de causos” da época dos acampamentos e da construção de um mapa comparativo da região antes das ocupações e na atualidade. Tratou-se de um processo articulado entre turmas de todas as séries de duas escolas (Ensinos Fundamental e Médio).



Figura 9: Contação de causos das ocupações (fotografia).

Fonte: Autora (2014)..



Figura 10: Comidas das primeiras ocupações (fotografia).

Fonte: Autora (2014).

Com seis das oito turmas, fizemos o processo de edição do material das entrevistas, no qual os estudantes não só trabalharam o material de suas entrevistas, mas também o de outros, incluindo o de outras turmas. Somente com duas chegamos a um produto final, que acabou sendo um material audiovisual que reconta como era o acampamento e o assentamento na época em que os entrevistados passaram por esse processo.

EDUCANDOS AVALIANDO O PROCESSO

Sobre o ato de entrevistar, os estudantes exprimiram sensações diferentes. Alguns nunca haviam feito entrevista, outros já, mas não tinham filmado. De modo geral, disseram estar preocupados em fazê-lo bem.

No dia da entrevista deu um pouco de vergonha, mas aí a gente foi conversando com as pessoas e se soltando mais. Os entrevistados também iam interagindo na conversa, contando como era, e a gente ia fazendo perguntas (estudante Cida, 2015).

Já tinha entrevistado antes. Teve muita diferença, porque, na primeira entrevista que eu fiz, a professora estava junto, aí foi mais tranquilo. Por isso, na segunda entrevista, eu já estava um pouco mais à vontade, com mais noção do que eu ia ter que perguntar e como eu ia perguntar (estudante Amanda, 2015).

Quanto à utilização da câmera, alguns estudantes relataram que o entrevistado se sentia envergonhado, outros, que eles se sentiam entusiasmados. Nas filmagens, a atenção costumou estar dividida entre o tentar fazer com que a câmara não tremesse e a preocupação com o questionário. Nas fotografias, costumou haver maior cuidado com o enquadramento, com a iluminação. Em alguns casos, ficou clara a escolha do cenário de fundo ou, mesmo, sua construção.

Escolhemos enquadrar o Sr. João e o quadro da Roseli Nunes atrás, que é exatamente o nome do assentamento. Foi um tempinho até chegarmos a essa conclusão. Primeiro, a intenção era tirar [a foto] perto do fogão, só que não dava, devido à luz, aí tivemos a brilhante ideia de tirar com o quadro (estudante Amanda, 2015).

Por mais que o questionário tivesse a proposta de ser um guia, ouvindo as entrevistas, fica claro que eles se preocuparam em aplicar todo o questionário, às vezes não estimulando ou não deixando o

entrevistado se aprofundasse no tema. Claro, entrevistar se aprende entrevistando também e, quando a estudante afirmou que entrevistar no acampamento foi mais complicado porque não tinha o questionário, somente o assunto, e que era preciso prestar atenção para poder perguntar mais, isso se mostrou ser um avanço no aprendizado, pois ela só conseguia fazer isso manejando o tema e tendo algum aprendizado sobre como entrevistar.

Perguntados sobre o que mais marcou no processo das pesquisas, os estudantes relataram a ida ao acampamento realizada no segundo semestre, os relatos dos entrevistados sobre violência e o saudosismo sobre o quanto a vida era boa no acampamento.

A história das lutas, quando eles falavam que morreram pessoas lutadoras pelo MST, em disputa com a polícia por um pedaço de terra, enquanto a polícia trabalhava para o governo e os fazendeiros (estudante Nelson, 2015).

O que mais me marcou foi a entrevista, poder ouvir as histórias é muito bom, pois só assim a gente se sente parte do que foi conquistado, e foi onde a gente ajudou ele a lembrar também e reviver as emoções do momento (estudante Amanda, 2015).

Os estudantes também apontam que conseguiram aprender mais sobre o tema, quebrar preconceitos e fortalecer seu sentimento de pertencimento ao meio onde viviam, ao Movimento que conquistou as terras onde vivem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas grandes sabedorias, a árvore expressa o conhecimento, a árvore das Serifás, ou a árvore invertida, tem as raízes estão no céu, é como se os céus quisessem descer sobre os seres humanos. O tronco é a matriz e as folhas são a complexidade. A essência, que está no céu (ou

no cosmos), é o cerne das folhas. Em outras palavras: nosso cerne está no todo (RANDOM, 2015). Buscar entender algo nos remete à complexidade dos elementos envolvidos. Tentar chegar à essência demanda um tempo certamente maior do que o que tivemos, mas trabalhamos com essa intencionalidade, mesmo cientes de que esse foi somente um primeiro ensaio que realizamos.

A fotografia traz em si a potência da contemplação, do perceber a beleza que está no todo e que está nas folhas. Entendida como processo, pode ser desenvolvida enquanto práxis criadora; quando jovens se dispõem a pesquisar, fotografar, (re)construir a memória, eles se permitem a capacidade de criar, ou seja, permitem desenvolver sua auto-consciência por meio de elementos do fazer artístico.

Não faz sentido pensar que a arte pela arte seja suficiente, mas, tampouco, que a arte seja mero instrumento de intervenção na realidade. De acordo com Frederico (2013), Lukács nos aponta que a arte deve oferecer um “mundo em miniatura”, permitindo ao sujeito, que, em seu cotidiano, está sufocado por um emaranhado de elementos, perceber questões e avançar no entendimento de sua realidade; e Brecht observa que a arte não deve ser reflexo, mas fazer refletir sobre a realidade. Em meio ao desenrolar desse processo de pesquisa, não buscamos focar nos “efeitos” da arte, mas potencializar o processo criativo em conjunto com jovens, em que a “descoberta” e o forjar da memória de seu território de vida fossem parte da formação de sua consciência. De certo modo, eles puderam experimentar, mesmo que de modo embrionário, a noção de que a Arte deve nomear o inominável, desnaturalizando as condições petrificadas, conforme aponta Marcuse (2003), pois os estudantes puderam nomear coisas que até então não percebiam, ou que viam e não entendiam.

O (re)construir da memória por movimentos sociais é elemento importante na resistência frente ao peso da história oficial. Assim, também é interessante aos que buscam entender sua realidade. Talvez, em algum momento, os jovens puderam ter a possibilidade de, por meio da fotografia, desenvolver o ser humano de modo mais sutil, trabalhar com a intuição, permitindo o que almeja Ripper: a comunhão de almas

entre fotógrafo e fotografado. Contudo, o papel da fotografia poderia ter sido ainda mais explorado.

Teria sido necessário dedicar mais tempo a ela, explorar seu fazer mais processual, dado que nele se concentra a potência de construção, contemplação e reflexão na relação com o aguçamento dos sentidos humanos. Apesar disso, a experiência foi muito rica e apontou que, quando os estudantes se dispõem a fotografar e a filmar, eles se propõem a aprender a utilizar um equipamento que, num primeiro momento, serve de registro visual – que, assim, auxilia na construção da memória – e possibilita desenvolver noções estéticas, de construção do olhar, de projetar o processo criativo. Ao me propor a trabalhar com os estudantes sobre o seu próprio local, faço frente à estigmatização que há na noção de estética da miséria e aceito a fotografia como uma forma de lutar politicamente.

Foi acertado propor a codificação “ocupação/acampamento”, pois ela ecoa na realidade vivenciada pelos estudantes. A codificação mediou o contexto concreto e o contexto teórico. Aos poucos, o nexo entre os elementos mais aparentes e os históricos, os teóricos, os organizativos foram sendo evidenciados. A (re)construção da memória foi importante no que tange à consciência dos estudantes frente ao contexto tratado.

Retomando o princípio deste texto, onde está descrita uma cena cotidiana da vida desses jovens, eles puderam, em boa medida, transformar seu olhar sobre a realidade vivida, inseriram novos elementos em sua leitura de mundo, se perceberam enquanto parte de um processo mais amplo de luta.

O processo realizado reforça o potencial transformador da prática educativa, especialmente quando auxilia o sujeito a se perceber ativo no processo de que faz parte, pois auxilia na construção da consciência sobre esse fato. Freire (1976) nos diz que, feita assim, a prática educativa se converte em ação cultural para libertação da condição de exploração, de alienação. Mesmo com os condicionantes da forma escolar, que tendem a contribuir para a reprodução social (BOURDIEU, 1998), se tornam espaços potenciais as escolas dos territórios de assentamentos, cuja proposta busca transformar a realidade, em consonância com um

projeto de sociedade não capitalista, em que se dilua a desconexão ser humano-natureza, trabalho-criação, arte-trabalho.

O contexto, talvez ímpar, contribuiu para os avanços do processo. As escolas são conquista do MST, e esse movimento busca planejar as ações de modo integrado. O Setor de Educação do movimento age em diálogo com o Setor de Cultura, Juventude e Comunicação, potencializando a realização das jornadas culturais, por exemplo. Além disso, a pesquisa foi realizada no ano das atividades comemorativas dos trinta anos do MST, quer dizer, houve um interessante caldo cultural para o desenvolvimento das pesquisas.

Cabe reiterar a importância de este trabalho estar inserido em um processo de construção e luta social mais amplo. Acompanhar a transformação interna dos estudantes e fazer parte dessa transformação de consciência são elementos cuja importância só pode ser medida da forma proposta pelo poeta Manoel de Barros: “a importância de uma coisa há que ser medida pelo encantamento que a coisa produza em nós” (2015, p.152). E é de uma beleza transcendente cada passo da emancipação humana, mesmo que ela ocorra do modo mais sutil. A fotografia que segue expressa esse momento em que a linha de fronteira entre arte, trabalho, militância, pesquisa se encontra diluída. Nela, estudantes e demais militantes participam da mística realizada no dia 25 de maio de 2015, (re)construindo a memória coletivamente, ao refazer o trajeto entre o Assentamento Papuã e o Assentamento 25 de Maio, realizado na primeira ocupação, em 1985.



Figura 7 – Mística refazendo o trajeto da primeira ocupação.

Fonte: Autora (2014).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADRIANO, Juliana. **O fazer fotográfico e a (re)construção da memória das ocupações e Acampamentos de Abelardo Luz/SC**. Monografia. Udesc. Florianópolis, 2015.

AMADO, Janaína. O Cervantes de Goiás. **Revista Nossa História**. Rio de Janeiro, n. 31, dez. 2003.

BARROS, Manoel de. A segunda infância. In _____. **Memórias inventadas**. São Paulo: Planeta, 2015.

BENJAMIN, Walter. Pequena história da fotografia. In: _____. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. **Pequeña historia de la fotografía**. Disponível em: <<https://es.scribd.com/doc/36558905/Walter-Benjamin-PEQUENA-HISTORIA-DE-LA-FOTOGRAFIA>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

BRESSON, Henri Cartier. **O instante decisivo.** Disponível em: <<http://www.uel.br/pos/fotografia/wp-content/uploads/downs-uteis-o-instante-decisivo.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2014.

BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In:

NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (orgs.). **Escritos de educação: Pierre Bourdieu.** Petrópolis: Vozes, pp. 39-64.

CALDART, Roseli Salete. **Desafios do vínculo entre trabalho e educação na luta e construção da Reforma Agrária Popular.** Texto apresentado como trabalho encomendado na 36ª Reunião Anual da Anped. GT Trabalho e Educação. Goiânia, 30 set. 2013.

DIEZ CASTILLO, Daniel. **Desde los sueños.** Havana: Centro Cultural Pablo de la Torriente Brau, 2013.

DUBOIS, Philippe. Palimpsestos. In: _____. **O ato fotográfico e outros ensaios.** Campinas: Papirus, 1993.

EEMPF. **Projeto Político-Pedagógico da Escola de Ensino Médio Paulo Freire,** 2014.

FREDERICO, Celso. **A arte no mundo dos homens: o itinerário de Lukács.** São Paulo: Expressão Popular, 2013.

FREIRE, Paulo. Ação cultural para libertação. In: _____. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos.** São Paulo: Paz e Terra, 1976.

_____. A dialogicidade, essência da educação como prática da liberdade. In: _____. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GREIN, Maria Isabel. Sem título. Palestra integrante da mesa redonda “Reforma Agrária Popular e o Papel da Educação”. **VI Encontro Estadual de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária de Santa Catarina**. Fraiburgo, ago. 2014.

KOSSOY, Boris. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. 4. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009

MARCUSE, Herbert. **El arte como forma de la realidad**. Disponível em: <<http://www.marcuse.org/herbert/pubs/7ospubs/727tro4ArteRealidad.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Cultura, arte e literatura: textos escolhidos**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A política de reforma agrária no Brasil. In: REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS (org.). **Direitos humanos no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Rede Social de Justiça, 2009.

PAISAGENS HUMANAS. Produção: Silvio Tendler. TV Brasil, 2012 (24min.) (Cadares de Alma).

PERALTA, Elsa. Abordagens teóricas ao estudo da memória social: uma resenha crítica. **Revista Arquivos da Memória**, n. 4, 2007. Disponível em: <https://cld.pt/dl/download/7ffoa7fc-580a-4e32-ba96-8209b3de06a6/santos_2008_espacos_memoria.pdf>. Acesso em: 3 abril 2015.

PISTRAK, Moisey Mikhaylovich (org.). **A escola Comuna**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

_____. **Fundamentos da escola do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

SANTOS, Myria Spúlveda dos. **Memória coletiva e teoria social**. São Paulo: Annablume, 2003.

RANDOM, Michel. Transdisciplinaridade e o belo. In: Educação e Transdisciplinaridade. Organização CETRANS. Disponível em:
<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001275/127511por.pdf>. Acesso em: 20 janeiro 2015.

RIPPER, João Roberto. **Retratar-se retratando: fotografia, arte e educação. Entrevista com João Roberto Ripper**. Florianópolis: Prêmio Funarte Marc Ferrez de Fotografia, 2013.

_____. Novos olhares contra velhos estigmas. **Piratininga**. Disponível em: <http://www.piratininga.org.br/entrevistas/rets-fotografos.htm>. Acesso em: 30 ago. 2014.

_____. Ripper, de inspiração a lenda. **WP Fotografia**. Disponível em: <<http://www.wpfotografia.com/#!Ripper-de-inspiração-à-lenda/c18sg/955772E6-5B1A-49B5-9387-DB8B582B5167>>. Acesso em: 10 fev. 2015.

ROLO, Márcio. A natureza como uma relação humana, uma categoria histórica. In: _____. **Caminhos para a transformação da escola: agricultura camponesa, educação politécnica e as escolas do campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SÁNCHEZ VAZQUEZ, Adolfo. **As ideias estéticas de Marx**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Memória coletiva e teoria social**. São Paulo: Annablume, 2003.

SHULGIN, Viktor Nikholaevich. **Rumo ao politecnismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

AS EXPRESSÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS NOS ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA DE SANTA CATARINA

Tatiane A. Chagas¹

Vanessa Ibrahim M. de Castro²

INTRODUÇÃO

Você já esteve na folia de reis que fazem lá no extremo-oeste catarinense, conhece certo gaiteiro de Timbó Grande, ou já viu os artesanatos de taquara e palha de milho? A dimensão cultural sempre esteve presente nos assentamentos, ainda que subvalorizada pelos próprios agricultores, pelas organizações envolvidas no dia a dia desses espaços e pela sociedade como um todo. Desde o início do processo de reforma agrária, o foco sempre está na produção, desde a reivindicação da terra para o trabalho, passando pela desapropriação e pelo laudo agronômico que avalia a viabilidade do assentamento do ponto de vista produtivo e econômico pela posterior avaliação do sucesso do projeto – também com

¹ Tatiane Aparecida Chagas é especialista em Arte no Campo pela Universidade do Estado de Santa Catarina; Organização produtiva de Mulheres e Agroecologia pela Universidade Federal da Fronteira Sul e Graduada em Serviço Social pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó. Atualmente compõe a equipe de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER em Santa Catarina. É militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, tendo atuação no coletivo de saúde e mulheres. E-mail tati.coop@hotmail.com.

² Vanessa Ibrahim Martins de Castro é especialista em Arte no Campo pela Universidade do Estado de Santa Catarina - Udesc e jornalista pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Unesp. É analista administrativo/assessora de comunicação na Superintendência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária em Santa Catarina. Atuou como redatora, produtora e repórter em veículos de rádio, televisão e revistas e na assessoria de comunicação do Sistema de Proteção da Amazônia. E-mail vanessaibrahim@gmail.com.

base em índices de produtividade. É premissa da sociedade capitalista na qual estamos inseridos esperar de um investimento realizado resultados convertidos em geração de capital.³ Esquece-se de que na terra se trabalha, mas também se vive e se estabelecem uma série de relações entre as pessoas, os objetos e o espaço, num contínuo processo de significação. Ignorar esses elementos significa perder, pela falta de valorização e registro, elementos que constituem a identidade do povo assentado.

Essa escassez de registro acerca do patrimônio imaterial presente nos assentamentos de Santa Catarina e o processo de desvalorização da cultura popular desses espaços tornou-se evidente no decorrer do Curso de Especialização em Arte no Campo oferecido pelo Centro de Artes (Ceart) da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), do qual participaram os idealizadores desta pesquisa. Formada por agentes culturais integrantes e não integrantes de movimentos sociais, professores de escolas dos assentamentos e profissionais ligados ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e entidades que prestam serviço nos projetos, a turma foi unânime em relatar a falta de informações qualificadas acerca da realidade cultural dos assentamentos. Foi então que se detectou a necessidade de elaborar um mapeamento das principais manifestações culturais e artísticas presentes nos assentamentos, a fim de embasar o trabalho na prestação de assistência técnica pela Cooperativa de Trabalho e Extensão Rural Terra Viva (Cooptrasc), na elaboração de projetos voltados à cultura pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e para divulgação do potencial cultural dos espaços da reforma agrária, instituída enquanto política pública pelo Incra. Elaborado de forma conjunta, o mapeamento daria origem à análise do processo construído sob essas três perspectivas.

³ Historicamente as áreas destinadas a serem reformadas para fins de reforma agrária são terras com baixa produtividade, em terrenos acidentados e/ou de difícil acesso, fatores que limitam o desenvolvimento de determinadas atividades agrícolas seja pela logística seja pelo potencial produtivo da área.

METODOLOGIA

A pesquisa se configura enquanto exploratória e de cunho qualitativo e quantitativo, pois trabalha com um universo de relações, fenômenos, aspirações e, com caráter inovador, busca contribuir com a construção coletiva de um mapeamento das expressões artísticas e culturais existentes nos assentamentos. A princípio, o público-alvo e o território da pesquisa já estava estabelecido quando se iniciou a discussão sobre a realização deste estudo: os assentamentos da reforma agrária do estado de Santa Catarina, que, porém, é composto por 141 assentamentos e mais de 5 mil famílias assentadas, então era necessário estabelecer critérios e elencar qual seria o foco, visto que a pesquisa não teria, por motivo de tempo, limitação de recursos e equipe, condições de abordar num primeiro momento todo o universo dos assentamentos do estado.

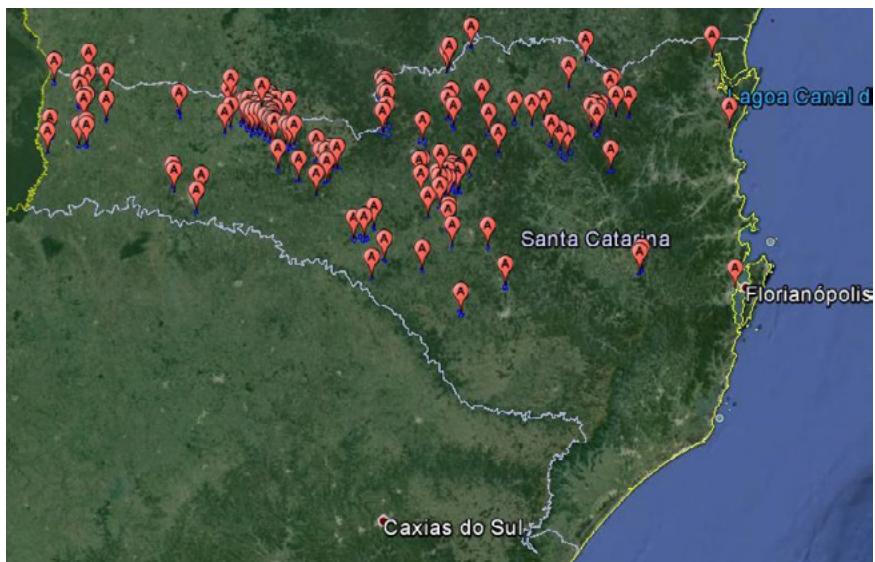


Figura 1: "Assentamentos rurais e áreas reconhecidas em Santa Catarina no Google Earth.
Fonte: Ilustração de aplicação para Google Earth produzida pela Superintendência do Incra em Santa Catarina.

Definiu-se, então, trabalhar com uma amostragem. Essa amostra torna possível levantar junto a entrevistados chave – escolhidos pelo critério de que poderiam fornecer dados não somente de um as-

sentamento, mas de uma região –, de forma que a abordagem mais qualitativa, em detrimento da numérica, foi tomando corpo. Esse tipo de amostra pode ser denominado de “amostra intencional” (PATTON, 1990 apud CRESWELL, 2014, p. 265), pela escolha proposital dos participantes. Como há entre os autores envolvidos nesse mapeamento o desejo de que esta pesquisa se estenda, a fim de contemplar toda a complexidade desse território, pode-se considerar, também, esta pesquisa inicial como exploratória, que permite uma primeira aproximação ao objeto de estudo e fazer levantamentos que “constituem a primeira etapa de uma investigação mais ampla”, conforme explica Gil (2008, p. 27) sobre este tipo de pesquisa.

A coleta dos dados se deu pela aplicação do diagnóstico junto a esses entrevistados chave, que fornecessem informações das distintas regiões do estado. Elaborado coletivamente pela equipe de pesquisa, o roteiro buscou levantar informações básicas para identificar o que é produzido artística e culturalmente dentro das áreas de assentamento. Se, em um primeiro momento, as questões que comporiam o roteiro buscavam identificar somente as manifestações artísticas e culturais que acontecem de forma individual ou coletiva nos assentamentos, a discussão mais aprofundada em grupo trouxe a necessidade de incluir novas categorias para compreender essas manifestações. Dessa forma, foram incluídas as estruturas físicas onde ocorrem as atividades ligadas à cultura (escolas, centros comunitários, espaços de lazer, casas digitais etc.) e organizações que reúnem as pessoas para que ocorram tais atividades (cooperativas, associações e grupos organizados). Também foi detectada a necessidade de contemplar os saberes de cura popular e fitoterapia – empregados no campo como tradição familiar – e identificar quem já se adequa à cultura agroecológica que o movimento social e a assistência técnica buscam implantar junto às famílias e que está ligada não somente à forma de cultivo como também à sustentabilidade do lote, das pessoas que nele vivem e de toda a sociedade que consome seus produtos. Essas novas categorias conferiram ao roteiro um viés não somente cultural, mas também sociocultural, pois era importante entender o indivíduo e o espaço que o forma.

A aplicação de um pré-teste do instrumento permitiu avaliar seu resultado efetivo e ocorreu durante uma das etapas do Curso de Arte no Campo realizada no Assentamento José Maria, município de Abelardo Luz. Foram aplicados três questionários com pessoas de características semelhantes àquelas a serem pesquisadas, fato que nos remeteu de maneira imediata à necessidade de reavaliar o método de aplicação do questionário, que, a princípio, seria enviado aos pesquisados para que eles realizassem por si o preenchimento das informações. O pré-teste contribuiu para a definição de realizar a abordagem por meio de entrevista semiestruturada, já que algumas questões, apesar de simples, não tinham a mesma leitura pelos entrevistados, que, em alguns casos, não visualizavam como parte da cultura hábitos, costumes e manifestações artísticas presentes no seu cotidiano, o que nos fez refletir sobre a possibilidade de não interpretação de algumas questões, o que poderiam deixá-las sem resposta se utilizássemos a prática de envio de questionário para preenchimento, comprometendo, assim, a qualidade da pesquisa.

As entrevistas são os instrumentos mais usados nas pesquisas sociais, porque, além de permitirem captar melhor o que os pesquisados sabem e pensam, permitem também ao pesquisador a observação assistemática realizada de forma ocasional e informal, por meio da observação da postura corporal, da tonalidade de voz, dos silêncios, entre outros elementos importantes que contribuem para a análise das informações que estão sendo coletadas. A pesquisa qualitativa tem como metodologia a utilização de amostra não probabilística típica, que retrata a diversidade do universo de famílias que atualmente residem nos assentamentos do estado. As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com uma pequena amostra desse universo, escolhida de forma aleatória, respeitando-se a divisão territorial e organizacional adotada pelo MST. A partir da divisão preestabelecida, a equipe iniciou a aplicação dos questionários que foram realizados nas diversas regiões do estado e com diferentes sujeitos que estão presentes nos assentamentos. A aplicação dos questionários/diagnósticos buscou contemplar as cinco regiões definidas como campo de atuação da pesquisa e os diferentes

sujeitos dentro desse espaço (assentados, lideranças e técnicos de Ater). Foram realizadas, portanto, treze entrevistas presenciais, cinco com assentados (localizados nos municípios de Dionísio Cerqueira, Abelardo Luz, Lebon Régis, Correia Pinto), quatro com lideranças (localizadas nos municípios de Abelardo Luz, Passos Maia e Santa Cecília) e quatro com profissionais de Ater (localizados nos municípios de Passos Maia, Matos Costa, Catanduvas e Curitibanos). O resultado, enquanto abrangência da pesquisa, foi limitado em relação à amplitude do universo retratado, como já citado anteriormente, o que não possibilita que ela se utilize dos dados de forma generalizada, ampliando ou minimizando dados que são apenas parte de uma realidade, ainda não totalmente conhecida e/ou mensurada, mas que pode e deve ser explorada.

Para que esse mapeamento cumprisse um de seus objetivos principais, que é de dar visibilidade às manifestações culturais, o próximo passo do trabalho foi a reunião de informações previamente existentes sobre as manifestações e pessoas identificadas pelos entrevistados no Incra e no MST, por meio da coleta de fotos e matérias disponíveis nos bancos de dados das instituições. Esse trabalho se preocupou com a linguagem utilizada para divulgação dos dados obtidos no mapeamento, de forma a tornar acessível e atrativa a veiculação dos resultados. Por isso, viu-se como fundamental a inclusão não somente de informações textuais, como também o uso das linguagens visual e audiovisual, para permitir o acesso sensível à diversidade cultural retratada. Durante algumas das entrevistas foram feitos registros fotográficos e/ou vídeos que contribuem para ilustrar a pesquisa realizada e as diversas linguagens artísticas e culturais presentes nos assentamentos.

Com a sistematização do material obtido, aliada aos dados coletados, fotos, informações e vídeos, foi elaborada uma página na internet para abrigar esse conteúdo (mapaculturaldareformaagrariaisc.wordpress.com). Essa página permite a visualização das manifestações de acordo com o local onde ocorrem, substituindo mapas estáticos que poderiam abrigar esse conteúdo em um mapeamento tradicional pela perspectiva multimídia oportunizada pela plataforma digital. Seemann aponta como a palavra mapa é utilizada no sentido metafórico

em diferentes campos de estudo das ciências sociais, no sentido de um instrumento capaz de gerar representação e “manifestar o pensamento espacial” (2001, p. 62), que se aproxima mais do termo mapeamento, e não da conotação de mapa na perspectiva cartográfica. Identificar como se desenvolvem as manifestações culturais em determinado espaço, convertendo-o em território, é a perspectiva que embasa esse mapeamento, que guarda em si essa relação espacial, mas não objetivou a representação gráfica nos moldes de mapa.

A utilização da plataforma digital cumpre um dos principais objetivos iniciais do mapeamento proposto, que é a participação dos sujeitos na identificação, na localização e no mapeamento das expressões culturais existentes nas áreas de assentamento. Usar a tecnologia digital para a disponibilização de um espaço comum onde todos possam ter acesso a informações e alimentar a plataforma é o desafio. Assim, a autonomia dos sujeitos se fortalece e garante que eles possam se utilizar dela para o seu empoderamento.

DESENVOLVIMENTO

A agricultura brasileira tem passado por um processo de grandes transformações, que, por um lado, elevou a produção e a produtividade agropecuária e, por outro lado, elevou também a concentração de terra e da renda, acentuando a exclusão de milhões de camponeses de suas terras, provocando o fenômeno do êxodo rural. A acelerada urbanização da sociedade brasileira tem como consequência direta a complicada vida nos territórios urbanos, os quais, desprovidos de infraestrutura para receber essas populações, reproduzem-se de forma desordenada. É interessante observar que esse novo momento vivido pela agricultura brasileira reapresenta as antigas contradições que marcaram a história do espaço rural brasileiro, isto é, reconfiguradas, essas contradições espelham a contradição germinal: a concentração de terras.

É muito importante atentarmos para o critério fundamental da origem da posse e propriedade da terra no

Brasil, que é totalmente distinto do critério da maioria dos países europeus e mesmo dos Estados Unidos. Aqui no Brasil, para se ter acesso à terra, era condição essencial ser amigo do rei, pertencer à nobreza. Na Europa, ao contrário, as terras, que antes eram domínio de senhores feudais ou exploradas pelo conjunto de camponeses de um certo lugar, foram sendo divididas em propriedades privadas de tamanho variado, mas sempre menores do que as sesmarias brasileiras. No caso dos Estados Unidos, o acesso à terra também foi mais democrático, predominaram propriedades de pequeno ou médio porte. Após a proclamação da independência, a Constituição norte-americana consolidou o critério de que todos poderiam ser proprietários de terras colonizadas, desde que tivessem sua posse, ou seja, que habitassem e trabalhassem nelas. Além disso, ela estabeleceu um limite máximo de terra para cada família (STÉDILE, 2003, p. 19).

Dados do último Censo Agropecuário realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2006⁴ evidenciam uma estrutura agrária ainda concentrada no país, em que os estabelecimentos não familiares, apesar de representarem 15,6% do total, detinham 75,7% da área ocupada, com uma área média de 309,18 hectares, enquanto a média dos familiares é de 18,37 hectares. Segundo a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), tanto no Brasil quanto nos demais países da América Latina e Caribe, é premente a necessidade de “fazer ajustes nos marcos legais de posse da terra e estabelecer ou reformular políticas de terras” (CEPAL et al., 2012, p. 117, tradução nossa), com o objetivo de melhor distribuir a renda. Entretanto, a já histórica taxa de concentração de terras nessa porção do mundo não tem diminuído, pelo contrário.

⁴ IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/ago_2006.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2016.

Mudanças na estrutura agrária: a agricultura regional segue experimentando um processo de mudança estrutural, que inclui processos de minifundização e de concentração de terras. O antigo latifúndio, baseado em relações de produção semifeudais, deu lugar a grandes empresas capitalistas insertas nos circuitos do comércio internacional, enquanto que a pequena propriedade experimenta um processo de fragmentação, originado por vendas e heranças. Em alguns países, as tensões entre campesinos com ou sem terras e grandes proprietários seguem ocorrendo com força (CEPAL et al., 2012, p. 125, tradução nossa).

O país segue possuindo um grande contingente de excluídos que carecem de um pedaço de terra para plantar e produzir seu próprio sustento. Denota-se que a produção agrícola não é a problemática brasileira, o gargalo se encontra na questão agrária: a não realização da reforma agrária no Brasil lhe confere títulos deploráveis, como um dos países mais desiguais do mundo e com uma das maiores concentrações de terra.

Podemos afirmar que o MST se inscreve numa longa trajetória de lutas sociais a fim de transformar essa realidade do campo brasileiro. Desde 1985, o MST organiza ocupações de terras improdutivas ou irregularmente ocupadas no Estado, ações que demandaram do Incra obter essas áreas, criar assentamentos e neles alojar famílias de agricultores para viverem e produzirem. Os assentamentos são áreas públicas concedidas para uso das famílias mediante contrato que prevê, entre suas cláusulas, o pagamento da terra. Para subsidiar a produção, estão previstas pelo Incra linhas de crédito, atendimento de profissionais de assistência técnica e extensão rural e suporte em infraestrutura ao assentamento. Hoje, somente no estado de Santa Catarina, há aproximadamente 5 mil famílias assentadas, que já passaram pelo processo de acampamento e foram incluídas em projetos de reforma agrária, onde vivem e trabalham (em grupos coletivos ou individuais) nos mais de 140 projetos de assentamento distribuídos em 43 municípios. De 1985 para cá, diversos municípios catarinenses que tiveram famílias do MST

assentadas cresceram substancialmente: a arrecadação das prefeituras aumentou, o comércio expandiu, muitos empregos foram gerados, além de muitos outros benefícios que chegaram por meio dos assentamentos. Esses exemplos demonstram que a luta pela reforma agrária garante conquistas não só para o campo, mas também para as cidades.

Não são somente os camponeses sem-terra que têm interesse no estabelecimento de mecanismos mais igualitários de acesso à terra. Isso também interessa aos setores sociais urbanos, aos consumidores, aos empresários e aos agricultores familiares dos países desenvolvidos. Todos eles têm a sua sobrevivência ou seu crescimento ameaçados devido à situação de milhões de camponeses empobrecidos expulsos do meio rural e condenados à extrema pobreza (GARCÉS, 2004, p. 24).

De uma forma geral, toda a sociedade se beneficia com a efetivação da reforma agrária, uma vez que campo e cidade são interdependentes e a pobreza em um local afeta a prosperidade noutro e vice-versa. O assentamento das famílias sem-terra deve ser compreendido como uma conquista para os beneficiários, que passam a ter a base necessária para produzir, subsistir e gerar renda, mas também como uma política de Estado, em que se visa à valorização do campo, a distribuição de renda, a produção de alimentos saudáveis e o desenvolvimento rural sustentável, que devem ser capazes de promover uma verdadeira “reinvenção do rural”, não somente do ponto de vista produtivo e econômico, como normalmente é enfocado o tema.

Como defende Sauer,

A perspectiva econômica – especialmente a geração de emprego e o fortalecimento e a viabilidade da agricultura familiar camponesa – é importante, mas não abarca a complexidade social e representacional da luta pela terra e pela reforma agrária. Os processos sociais de “reinvenção do rural” são muito mais abrangentes do que a

dimensão econômica e produtiva. Eles pressupõem e englobam outras dimensões, como, por exemplo, a valorização da paisagem, a preservação ambiental ou mudanças de valores e perspectivas de vida no meio rural (2002 apud SAUER, 2008, p. 64).

Essa reinvenção está ligada à reconstrução cultural do campônês, ao resgate de seus saberes, da possibilidade de estabelecer um diferente modo de produzir e consumir no meio rural, graças à retomada da terra; uma forma de ser e agir que se distancia da visão científica e tecnicista implantada pelo capitalismo no campo, segundo a qual tudo pode ser medido em lucro, quantificado; uma cultura que traz a marca da luta, da resistência, do enraizamento das pessoas, do resgate da vida e da utopia, num tempo em que esses valores estão muito frágeis e não são mais tão comuns.

ASSENTAMENTOS: RESISTÊNCIA CULTURAL E TERRITORIALIZAÇÃO

A “cultura criada pelo povo, que articula uma concepção do mundo e da vida em contraposição aos esquemas oficiais”, é vital para a própria sobrevivência dessas classes, e é essa a importância de que reconheçam suas raízes culturais (BOSI, 1986, p. 63). A cultura é intrínseca à existência humana, nela se estabelecem as relações entre os homens e entre eles e o espaço, ela confere significado à vida por remeter às origens, ao mesmo tempo em que permite a construção do presente, representando-o pelo uso de técnicas e tornando-o belo pelo emprego da estética. “Logo chegamos a uma conclusão muito simples, que cultura, trabalho e existência estão interligados. Por isso definimos que cultura é tudo o que fazemos para produzir nossa existência”, conclui Bogo (2000, p. 8), ao discorrer sobre a cultura dos sem-terra. Nesse ínterim, abordar a cultura dos assentamentos é compreender a vida que se engendra nesses espaços, renascidos como territórios a partir da relação dos homens com a terra e nas relações sociais que ali se desenvolvem.

Para Bosi (1992), os meios de comunicação de massa atuam para desagregar a cultura popular, por oferecer distração e retirar do homem

o tempo necessário para o convívio e a troca de saberes e também por oferecer um retrato deturpado do que é popular, tratando-o como folclórico, turístico, “popularesco”. Também a globalização, “ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista” (SANTOS, 2001, p. 23), que impõe uma homogeneização nas formas de ser, pensar e agir de acordo com os interesses mercadológicos vigentes, contribui para esse estigma em torno dos assentamentos e sua cultura. Como busca impor “uma cultura de massa sobre uma cultura popular” (SANTOS, 2001, p. 143), seus símbolos são continuamente reforçados enquanto padrões estéticos e de valor a serem seguidos, relegando a segundo plano o que emana do povo. Entretanto, é do povo que surgem as manifestações genuínas, frutos de uma “integração orgânica” com o território.

Gente junta cria cultura e, paralelamente, cria uma economia territorializada, uma cultura territorializada, um discurso territorializado, uma política territorializada. Essa cultura da vizinhança valoriza, ao mesmo tempo, a experiência da escassez e a experiência da convivência e da solidariedade. [...] Daí a expressividade de seus símbolos, manifestados na fala, na música e na riqueza das formas de intercuso e solidariedade entre as pessoas (SANTOS, 2001, pp. 144-145).

Teóricos apontam para a ação/movimento que pode atuar sobre os territórios a partir da apropriação, do poder, entre outros, promovendo as denominadas territorializações, desterritorializações e reterritorializações. “Em suma, o território é o recorte espacial definido por relações de apropriação, de poder e de controle sobre recursos e fluxos baseado em aspectos políticos, econômicos e culturais” (HAESBAERT, 2006; SAQUET, 2007; SPÓSITO, 2004 apud FUINI, 2013). No caso do campo, a luta por um território por parte dos movimentos sociais e a conquista desse espaço implica um processo de territorialização da terra conquistada: o assentamento.

Os assentamentos rurais são territórios das famílias assentadas. Com a desapropriação de fazendas para fins de reforma agrária e a implantação de assentamentos rurais, ocorre a desterritorialização do latifúndio e a territorialização do assentamento (FERNANDES, 2005 apud ALVES et al., 2007, p. 91).

Esse processo de territorialização, de ocupação do novo território, propõe um “movimento de reorganização social, política, ecológica e cultural de uma coletividade que está em processo de fixação e delimitação espacial” (ARRUTI, 2006 apud ANTUNES, 2011, p. 148), ação que vai contribuir para o processo de formação da identidade desse grupo. Segundo Castells (1999, p. 24), toda identidade social é construída entre as relações de poder que se estabelecem em sociedade. Esse autor propõe três formas distintas de como se dá essa construção: a “identidade legitimadora”, imposta pelas forças dominantes para se perpetuar no poder; a “identidade de resistência”, criada por atores que resistem a essa dominação; e a “identidade de projeto”, de onde advém uma nova identidade para redefinir sua posição na sociedade. Pode-se dizer do povo assentado que ele cria uma “identidade de projeto” coletiva não somente para resistir, como também, efetivamente, ocupar um lugar na sociedade com seus significados, de forma física e ideológica. “Nesse caso, a construção da identidade consiste em um projeto de uma vida diferente, talvez com base em uma identidade oprimida, porém expandindo-se no sentido de transformação da sociedade como prolongamento desse projeto de identidade” (p. 26).

COMUNICAÇÃO DE MASSA E BRECHA CONTRA-HEGEMÔNICA

Em grande parte, esse projeto de transformação social intrínseco ao MST e à reforma agrária esbarra no estereótipo construído pela mídia a respeito desse movimento social e dessa política, que não permite ao grande público reconhecer seu verdadeiro papel. “Os *mass media* conferem prestígio e acrescem a autoridade de indivíduos e grupos, legitimando seu *status*”, revelam Merton e Lazarsfeld (2011, p. 128). Esses

autores, considerados os principais pesquisadores do funcionalismo em comunicação, enfocam seus estudos na perspectiva da função social que os meios de comunicação de massa exercem sobre a sociedade, tomando por base o conceito de indústria cultural. Merton e Lazarsfeld observam que a influência dos *mass media* sobre seus expectadores “deriva não somente do que é dito, porém, mais significativamente, do que não é dito” (2011, p. 135). Essa exclusão, segundo Adorno, teria razão de ser: é excluído aquilo que representa ameaça à indústria cultural e ao que ela representa. “A indústria cultural abusa na sua consideração para com as massas a fim de duplicar, consolidar e reforçar sua mentalidade pressuposta como imutável. Tudo que poderia servir para transformar essa mentalidade é por ela excluído” (ADORNO, 1963, p. 1).

No caso dos assentamentos rurais, o fato de a grande mídia praticamente omitir a existência dessas comunidades instituídas pela política de reforma agrária reforça o conceito difundido em reportagens de que é o agronegócio que gera riqueza e por isso deve ser o modelo no campo para o país. Reforça também o preconceito em relação aos movimentos sociais, retratados somente em sua luta pela terra, ao realizar ocupações. Esse preconceito, conforme definição de Crochik (1997, p. 15), nasce como produto da ausência de experiência e reflexão, que são substituídos pelos clichês. “A indústria cultural dá os clichês que permitem ao indivíduo não ter de enfrentar a ansiedade presente na reflexão e na experiência. Assim, aquilo que se discute não provém imediatamente dos indivíduos, mas da experiência já categorizada e previamente valorizada” (p. 24). Dessa forma, pelo retrato feito pela mídia por meio do jornalismo, propagam-se visões preconcebidas que são absorvidas pelos expectadores em vez de serem elaboradas por eles na experiência. Não se diferenciam acampamentos de assentamentos, não se veem essas comunidades como produtivas, dignas até mesmo de valor mercadológico, e se desconhecem sua história e seus costumes. Pesa contra a divulgação dos assentamentos, ainda, o fato de que seus produtos não são objetos de propaganda, como aqueles do agronegócio. “Como os *mass media* são sustentados pelos interesses das grandes firmas que se engrenam no presente sistema econômico e social, os *media*

contribuem para a manutenção desse sistema” (MERTON e LAZARFELD, 2011, p. 134). Ou seja, por serem “patrocinados comercialmente” (p. 135), os veículos dão preferência à disseminação da ideologia da elite dominante e findam por restringir a formação crítica do público a quem destinam suas mensagens.

Ao se manipular a massa, é necessário camuflar os objetivos, de forma que o leitor assimile os conceitos transmitidos como sendo julgamentos seus, é cotidiana e sistematicamente colocado diante de uma realidade artificialmente criada pela imprensa e que se contradiz, contrapõe e frequentemente se superpõe e domina a realidade real que ele vive e conhece (ABRAMO, 2003, p. 24).

Entretanto, tal realidade pode ser alterada em parte com o advento das “redes abertas de comunicação digital” e o “novo mundo”, constituído pelo “ciberespaço”, que emerge dessas redes tem transformado as relações humanas na denominada “era da informação” (LAIGNIER e FORTES, 2009, p. 128), que surge no último quarto do século XX.

Nessa nova ordem econômica resultante do declínio da manufatura e da expansão do setor de serviços, vimos nascer a era da informação e sua importância crescente como fonte de produtos, de crescimento e de criação de riquezas. “Movimentar bits em vez de átomos custa muito menos”. O valor do conhecimento como um “bem universal” perdeu espaço para a mercantilização do conhecimento. O conhecimento e a informação passam a ser mais um produto no mercado globalizado (BRANCO, 2005, p. 228).

As consequências dessa era de convergência digital sobre a sociedade são interpretadas sob diferentes perspectivas por teóricos como Pierre Lévy, Paul Virilio e Manuel Castells (LAIGNIER e FORTES, 2009). Esse novo sistema de comunicação nascido com as tecnologias de comunicação e informação não se distingue da estrutura dos *mass media* porque também trata informação como mercadoria e, da mes-

ma forma, “potencializa o consumo e as relações econômicas de poder” (LAIGNIER e FORTES, 2009, p. 130) por, cada vez mais, se basear em propaganda e ter no ciberespaço reproduzidos os conglomerados de comunicação. Entretanto, a internet distingue-se por “abrir brechas contra-hegemônicas” (LAIGNIER e FORTES, 2009, p. 130), ao permitir maior interação com o público e possibilitar que qualquer pessoa com acesso a computador e internet seja um potencial emissor de informações. É por isso que, neste mapeamento, propomos a inserção dos dados na internet, a fim de potencializar sua divulgação, sem depender de recursos financeiros e dos veículos de comunicação de massa.

DADOS E SISTEMATIZAÇÃO

Os dados obtidos na pesquisa em campo foram organizados de acordo com as seguintes categorias e subcategorias:

1. **Estrutura produtiva** (1.1 Cooperativas e associações; 1.2 Agroindústrias; 1.3 Experiências agroecológicas). Foram elencadas quais são e onde se localizam as experiências organizativas que permeiam a formação cultural do espaço rural em estudo.



Figura 2 – Produção na Cooperativa Regional de Comercialização do Extremo-Oeste (Cooperoeste)
Fonte: Assessoria de Comunicação do Incra em Santa Catarina.

2. **Infraestrutura** (2.1 Escolas; 2.2 Postos de saúde; 2.3 Centros comunitários; 2.4 Campos de futebol; 2.5 Canchas de bocha; 2.6 Ginásios ou quadras de esportes; 2.7 Parques infantis; 2.8 Rádios e 2.9 Casas digitais). A identificação das estruturas se fez necessária por compreendê-las como elementos que compõem a vida social e permeiam a formação cultural dos sujeitos pesquisados.
3. **Grupos organizados** (3.1. Grupos de Jovens; 3.2. Grupos de Idosos e 3.3. Grupos de Mulheres). O mapeamento dos grupos existentes nos assentamentos visou possível planejamento de ações junto a estes, bem como visualizar os territórios com potencial para desenvolvimento de ações culturais voltadas a públicos específicos e também fomentar a formação de novos grupos em locais que não aparecem no mapeamento.



Figura 3 – Grupo de idosos buscando a liberdade, Assentamento Sandra, Abelardo Luz⁵

Fonte: MAGEDANZ, Márcio. Assessoria de Comunicação e Informação da Prefeitura Municipal de Abelardo Luz

5 Disponível em: <http://www.redeprincesa.com.br/index.php/desc_noticia/abelardo_luz_assentamento_25_de_maio_sediara_2_edicao_dos_jogos_da_melhor_>. Acesso em: 12 dez. 2015.

4. **Manifestações religiosas e folclóricas.** Objetivando dar visibilidade às manifestações encontradas nas áreas de assentamento do estado de forma que elas sejam fortalecidas e reconhecidas pela sociedade e por aqueles que as compõem como legítimas representações da cultura daquele território.



Figura 2 – Visita às residências na Folia de Reis PA Lageado Grande – São José do Cedro.
Fonte: Autora Tatiane A. Chagas.

5. **Festas e feiras regionais.** O mapeamento das festas e feiras é desafiante, pois são numerosas e dinâmicas. Cada região possui tradição em realizar feiras e/ou festas regionais características como forma de estimular a participação social e comunitária das famílias assentadas e sua relação com a sociedade em geral.



Figura 2 – Produção na Cooperativa Regional de Comercialização do Extremo-Oeste (Cooperoeste)
Fonte: Assessoria de Comunicação do Incra em Santa Catarina.

6. **Manifestações artísticas** (6.1 Música; 6.2 Teatro; 6.3 Artesanato; 6.4 Artes visuais; 6.5 Dança; 6.6 Poesia e literatura e 6.7 Eventos culturais). Foram levantados os artistas que, de alguma forma, manifestam a arte de viver num espaço tão rico e diverso como os assentamentos, local onde se unem socialmente diferentes culturas em busca de um único objetivo, que é cultivar, não só a terra, mas a vida. São artistas e as expressões que eles trazem consigo de forma individual ou coletivamente.



Figura 6 – Grupo Vertente Teatral, Abelardo Luz.
Fonte: Autora; Vanessa Ibrahim M. de Castro.

7. **Monumentos.** Uma das formas de manifestar-se enquanto povo que resiste nos assentamentos, os monumentos registram a história que os forja enquanto seres sociais. Foram mapeados durante a pesquisa monumentos e murais que compõem os espaços onde eles estão inseridos.



Figura 7 – Monumento Fogo na Ponte, assentamento Papuã I – Abelardo Luz.

Fonte: Reprodução⁶.

8. **Comidas típicas.** A forma como se preparam os alimentos é outro elemento que compõe a formação cultural das famílias rurais. O seu reconhecimento e o de seu espaço nessa construção mostrou-se imprescindível, pois, além de dar visibilidade, valoriza e fortalece costumes que vão se perdendo ao longo do tempo, como, por exemplo, o milho: desde o seu cultivar com semente crioula para fazer a canjica, a quirela, a farinha de milho para a polenta. Processos feitos conjuntamente pela família, que, ao final, se senta ao redor da mesa e saboreia a polenta com carne de galinha caipira ou a polenta com leite

6 Disponível em: <<https://mapaculturaldareformaagrariasc.files.wordpress.com/2015/04/monumento-fogo-na-ponte.jpg>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

ou, ainda, *brustulada* na chapa do fogão de manhã antes de ir para a roça. Essa categoria foi a que gerou mais entusiasmo nos questionamentos, revivendo lembranças que os entrevisitados viajavam no tempo para relatar com entusiasmo.

9. **Práticas de saúde/medicina alternativa.** Muitas formas de intervenção caseiras ainda hoje são realizadas, apesar de pouco se ouvir falar a respeito, pois as formas oficiais de tratamento alopáticos tomaram conta de uma sociedade que se embasa no capital, no qual trabalhadores devem estar sempre prontos e dispostos ao trabalho a qualquer custo – uma sociedade do imediatismo, em que tomar um chá é perda de tempo. Este estudo buscou elencar as práticas alternativas desenvolvidas nas áreas de assentamento como forma de valorização do saber popular e resistência a esse modelo, do conhecimento das plantas, das rezas e benzimentos.



Figura 8 – Ezanir Prates, agricultora assentada em Fraiburgo e benzedeira.

Fonte: Reprodução⁷

⁷ Disponível em: <[https://mapaculturaldareformaagrariasc.wordpress.com/2015/04/02/ezanir-prates-benzedeira-assentamento-contestedo-fraiburgo/](https://mapaculturaldareformaagrariasc.wordpress.com/2015/04/02/ezanir-prates-benzedeira-assentamento-contestado-fraiburgo/)> Acesso em: 2 abr. 2015.

Ao todo, foram identificadas dezesseis cooperativas e associações, sete agroindústrias e 41 experiências agroecológicas, doze grupos de jovens, oito grupos de idosos, doze grupos de mulheres/mães, cinco manifestações folclóricas/religiosas: Folia de Reis, festa junina, confraternização evangélica, 22 eventos de festas e feiras regionais, 26 escolas, nove postos de saúde, 42 centros comunitários, 29 campos de futebol, 21 canchas de bocha, cinco ginásios, três parques infantis, uma rádio, seis casas digitais, 31 músicos – violonistas, violeiros, gaiteiros e cantores –, seis atores e/ou grupos de teatro, 28 artesãos, sete artistas visuais – murais, pintura, estêncil, fotografia e vídeo –, dois grupos de dança, dez poetas/compositores, oito eventos culturais, um monumento, sete murais, 21 pessoas detentoras de conhecimentos de práticas de saúde/medicina alternativa, e foram identificadas comidas típicas à base de milho (quirera, bolo, polenta), pinhão (entrevero, paçoca) e carne suína. Os dados podem ser acessados no endereço mapacultural-dareformaagrariasc.wordpress.com.⁸ Nessa página, estão elencados os dados obtidos no mapeamento, que podem ser pesquisados pela barra superior em relação à sua localização (Região – Município – Assentamento) ou pela coluna esquerda, em função da categoria de linguagem artística em que se encaixam. A página admite a descrição das manifestações culturais e inserção de links, fotos e vídeos, configurando-se enquanto plataforma multimídia, pela qual é possível uma navegação atrativa e que permite ao usuário comum obter um significativo panorama acerca do que é a cultura dos assentamentos da reforma agrária catarinense. A intenção é que a página seja atualizada constantemente e tenha seus recursos aprimorados com a inserção da localização geográfica de cada manifestação/artista e a possibilidade de colaboração dos usuários. É o início de uma proposta que, assim como o mapeamento em si, pode ser ampliada e convertida em inúmeros produtos.

⁸ Os dados aqui apresentados podem sofrer alteração conforme a inserção de informações na plataforma.



Figura 9 – Página Mapa Cultural da Reforma Agrária em Santa Catarina

Fonte: Reprodução⁹.

Por mais que tenha sido um primeiro passo em direção ao universo cultural dos assentamentos, a pesquisa já revelou um universo cultural relevante. É como olhar pela fechadura e ver apenas uma fresta de um todo, que pode se revelar muito mais amplo do que imaginam seus próprios realizadores. Afinal, é o que se ouvia ao início do trabalho, que nos assentamentos catarinenses não havia muita “arte”. E qual a surpresa de descobrir justamente o contrário!

O processo de descoberta e divulgação com finalidade de valorização – iniciado com os dados coletados em campo – teve prosseguimento, então, com a realização de entrevistas e a coleta de imagens para elaboração de obras audiovisuais que contassem um pouco dessas histórias. Os

⁹ Disponível em: <<https://mapaculturaldareformaagrariasc.wordpress.com/>> Acesso em: 13 jul. 2015.

registros foram editados e converteram-se nos primeiros produtos resultantes desse projeto de mapeamento: uma série intitulada Mapeamento Cultural da Reforma Agrária em Santa Catarina, com seis documentários em curta-metragem, de duração variada, de três a sete minutos cada, postados no canal do Incra Santa Catarina no YouTube (<https://www.youtube.com/channel/UC3gaBAwRmahM1o1jbKvGAJQ>). São eles: As feiras da reforma agrária; José Miranda, Gaiteiro – Timbó Grande; Grupo Vertente Teatral, Abelardo Luz; Gilberto Pereira, artesão – Timbó Grande; Escola 25 de Maio, Fraiburgo; e Maritania Andretta – Artista Plástica.

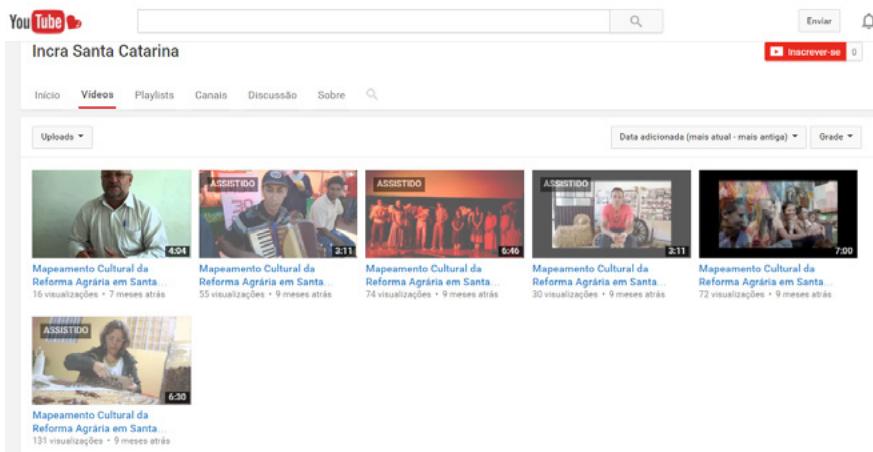


Figura 7 – Monumento Fogo na Ponte, assentamento Papuã I – Abelardo Luz.

Fonte: Reprodução¹⁰.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Já diriam os Titãs que “a gente não quer só comida, a gente quer comida, diversão e arte” (ANTUNES et al., 1987). Também não querem somente comida os camponeses e não são somente produtores de alimento os assentados da reforma agrária. Em Santa Catarina, esses assentados pintam, bordam, cantam, tocam e dançam toda sua sensi-

¹⁰ Disponível em: <<https://www.youtube.com/channel/UC3gaBAwRmahM1o1jbKvGAJQ/videos>> Acesso em: 26 de abr de 2015..

bilidade humana em diferentes linguagens, dotadas da complexidade própria a essas vidas, tão marcadas pela sua história de luta e opressão. Eles querem transformar sua realidade, traduzindo em forma humana a natureza, as relações, os saberes e sabores, tudo. Isso está aqui documentado nas entrevistas, nas cores vivas de suas obras, nos sons de seus acordeões, nas vozes que falam por querer ser ouvidas. E por que não são? Quiçá seu canto chore mais baixo do que os rios que carregam o veneno da plantação ao lado; talvez seus olhares não alcancem tão longe quanto os aviões pulverizantes, ou seu capim não seja verde quanto o que farta as carteiras, ou seu quadro – pintura torpe – não se encaixe no quadrado da televisão, mas esses camponeses se organizam, cooperam, produzem bens materiais e imateriais, provam que resistem e existem e que, portanto, vale a pena enfrentar padrões hegemônicos, romper cercas em busca de justiça social e distribuição de renda no Brasil.

É indispensável, tanto ao MST quanto ao Incra, apropriar desses resultados em seu discurso, a fim de constantemente reafirmarem a importância da política da reforma agrária para o país. Um meio para isso é fortalecer e pluralizar os canais de comunicação dessas entidades com o público, como fez em 2015 o MST, por exemplo, ao reformular seu portal na internet. Disponibilizadas em rede, as informações positivas sobre a reforma agrária podem vir a sugerir mais estudos científicos, artigos jornalísticos, ou simplesmente saciar curiosidades e esclarecer qualquer pessoa que buscar dados como esses. Conquista-se um importante espaço de legitimação da reforma agrária, mostrando-a produtiva, mas também humana, possibilitando ainda dar retorno à sociedade dos investimentos estatais realizados nessa ação de democratização do acesso à terra. Foi também com esse interesse que o mapeamento foi realizado e disponibilizado na internet.

No que se refere à continuidade do mapeamento aqui retratado e realizado de forma amostral, ele suscitou a adoção de novos procedimentos pelo Incra e pela Cooptrasc. Com vistas à ampliação das informações, foi realizada a inserção de algumas questões voltadas à cultura nos levantamentos de campo realizados pelas equipes de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) para abastecimento do Sistema Inte-

grado de Gestão Rural da Ater (Sigra). O Sigra¹¹ é um instrumento de gestão de informações das famílias assentadas nos projetos de reforma agrária do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. O sistema de domínio do Programa de Ater foi criado e atualizado anualmente pelas equipes técnicas nos núcleos operacionais e sua gestão, mantida sob responsabilidade do Conselho Estadual da Ater. No ato de sua implantação, os objetivos do Sigra foram disponibilizar informações qualificadas para as famílias assentadas e entidades locais e regionais relacionadas à reforma agrária; facilitar a proposição de ações e de políticas que contribuam com o desenvolvimento dos assentamentos; desenvolver um instrumento que auxilie as equipes de Ater no processo de organização, planejamento e acompanhamento do trabalho; criar um sistema ágil, capaz de gerenciar e organizar as principais informações da realidade dos assentamentos da reforma agrária.

O sistema entrou em funcionamento em Santa Catarina no ano de 2014 e, até 2017, tornou possível a realização de consultas, mediante senha, a dados precisos sobre a realidade das famílias assentadas, um grande avanço para as equipes de Ater, para as famílias e entidades e/ou organizações que desenvolvem ações dentro das áreas de assentamento. Porém, um dos limites que o Sigra ainda apresentava residia no tratamento dos dados produtivos e econômicos das famílias, com uma breve abordagem social, mas que ainda não refletia a amplitude das relações sociais e culturais existentes nos assentamentos. Portanto, levantou-se a necessidade de inclusão e ampliação desses dados culturais coletados nesse sistema. Para isso, a pesquisa aqui relatada se mostrou essencial, no sentido de fornecer metodologia capaz de colocar em pauta o tema da cultura como algo tão importante quanto a produção no âmbito da Ater. A intenção foi de que os dados levantados pudessem fundamentar políticas de Ater que contemplassem o universo cultural das famílias assentadas. Entretanto, embora fizessem parte dos levan-

¹¹ O acesso ao sistema é realizado pelo site <http://www.sigra.net.br> para usuários cadastrados ou mediante solicitação de dados ao Incra.

tamentos realizados pela equipe entre os anos de 2015 e 2016, as consequências efetivas dessas informações em benefício de ações para as famílias não chegaram a ser discutidas, uma vez que o contrato de Ater entre o Incra e a Cooptrasc teve fim em meados de 2017. Ainda assim, o trabalho não se mostrou em vão, uma vez que os dados continuam a integrar um banco de dados rico sobre os assentamentos catarinenses, cujo acesso pode ser disponibilizado para consulta.

As reflexões nascidas deste trabalho também mostram que nunca são em vão os esforços articulados entre o Estado e os movimentos sociais na busca por promover a educação e a cultura no campo. Se este trabalho de mapeamento foi gerado no âmbito do curso de Especialização em Arte no Campo (contemplado pela Chamada Pública CNPq/MDA-Incra nº 26/2012) e trouxe consequências para o trabalho no Incra, na Cooptrasc e no MST, o curso também teve desdobramentos, como a realização do projeto de formação de agentes culturais da juventude camponesa, o Residência Agrária Jovem (contemplado pela Chamada Pública MCTI/MDA-Incra/CNPq nº 19/2014 – Fortalecimento da Juventude Rural), que acontece ao longo de 2016 e 2017 nos telecentros de seis assentamentos em diferentes regiões de Santa Catarina. O resultado desses esforços são mais pessoas pensando e produzindo cultura no campo, qualificando os trabalhos e provando que os agricultores familiares abastecem o país não somente de comida, mas também alimentam e são alimentados com arte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

ADORNO, Theodor W. **Résumé sobre indústria cultural**. Trad. Carlos Eduardo Jordão Machado, 1963. Disponível em: <<https://artenocampo.files.wordpress.com/2014/109sumc3a9-sobre-industria-cultural.doc>>. Acesso em: 22 mar. 2015.

ALVES, F. D. et al. Territorialização camponesa, identidade e reproduções sociais: os assentamentos rurais na metade sul do Rio Grande do Sul. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, v. 2, n. 4, ago. 2007.

ANTUNES, Arnaldo et al. Comida. In TITÃS. **Jesus não tem dentes no país dos banguelas**. São Paulo: WEA, 1987. 1 disco sonoro.

ANTUNES, Douglas Ladik. **Cipozeiros em movimento: cultura material, conflitos territoriais e relações educativas em design** (tese). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011.

BOGO, Ademar. O MST e a cultura. **Caderno de Formação** n. 34, 2. ed., 2000.

BOSI, Alfredo. Cultura brasileira e culturas brasileiras. In: _____. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOSI, Ecléa. **Cultura de massa e cultura popular: leituras de operárias**. Petrópolis: Vozes, 1986.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. Vol. II.

CEPAL et al. **Perspectivas de la agricultura y del desarrollo rural en las Américas: una mirada hacia América Latina y el Caribe**. Santiago: FAO, 2012.

CRESWELL, J. W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens**. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

CROCHIK, José Leon. **Preconceito, indivíduo e cultura**. 2. ed. São Paulo: Robe Editorial, 1997.

FUINI, Lucas Labigalini. **Território, territorialização e territorialidade na perspectiva da música popular brasileira**. 2013. Disponível em: <ht-

[tp://www.ige.unicamp.br/cact/semana2013/programacao/minicursos/opcao6/](http://www.ige.unicamp.br/cact/semana2013/programacao/minicursos/opcao6/). Acesso em 25 abr. 2015.

GARCÉS, Vicent. O Fórum Mundial sobre a Reforma Agrária (FMRA) “Pascual Carrión”. **O Fórum Mundial sobre a Reforma Agrária: Valência/2004**. São Paulo: Carta Maior, 2004.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAIGNIER, Pablo; FORTES, Rafael (orgs.). **Introdução à história da comunicação**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2009.

MERTON, Robert K.; LAZARFIELD, Paul F. Comunicação de massa, gosto popular e a organização da ação social. In: LIMA, L. C. (org.). **Teoria da cultura de massa**. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SAUER, Sérgio. **Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro**. Embrapa Informação Tecnológica: Embrapa/Secretaria de Gestão e Estratégia, 2008.

SEEMANN, Jörn. “Cartografias culturais” na geografia cultural: entre mapas da cultura e a cultura dos mapas. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 21, n. 2, 2001. Disponível em: <<http://revistas.jatai.ufg.br/index.php/bgg/article/view/4214/3687>>. Acesso em: 26 abr. 2015.

STÉDILE, João Pedro. **Questão agrária no Brasil: o debate tradicional (1500-1960)**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

RÁDIO CAMPONESA: UMA EXPERIÊNCIA DE COMUNICAÇÃO NO ASSENTAMENTO PALMARES (CE)

Maria Vanderlucia Lopes do Nascimento¹

INTRODUÇÃO

No presente texto serão abordados aspectos pertinentes ao campo da comunicação, precisamente, a experiência em comunicação feita pela Rádio Camponesa, emissora instalada em 2011 no Assentamento Palmares, no município de Crateús (CE). A conquista dessa rádio se deu pela luta do Assentamento Palmares, articulado pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), que, por meio do seu Setor de Comunicação, discute propostas para democratizar a comunicação para os trabalhadores, sobretudo os campeses, que, durante todo o processo histórico, sempre ficaram à mercê de uma mídia hegemônica e conservadora.

Por meio de uma programação culturalmente diversificada, a Rádio tem atingido objetivos como: socializar as informações para a classe trabalhadora; divulgar a luta pela reforma agrária e as conquistas dos movimentos sociais, especialmente do MST; e promover a cultura local.

O interesse por pesquisar tal elemento surgiu desde o início da Especialização Lato Sensu Residência Agrária em Cultura Popular, Arte e Educação do Campo, oferecida pela Universidade Federal do Cariri. O referido curso utiliza a metodologia da alternância: ora desenvolve atividade em sala de aula (tempo universidade), ora realizam-se atividades nas comunidades e áreas de assentamento da Reforma Agrária (tempo comunidade).

¹ Aluna do Curso de Especialização em Cultura Popular, Arte e Educação do Campo – Residência Agrária da Universidade Federal do Cariri – UFCA. Contato: vandacrateus@gmail.com

A partir dessa experiência, surgiu a curiosidade de observar para compreender como se deu o processo de instalação da Rádio Camponesa nessa área de assentamento, como ela vem atuando no assentamento, nas comunidades circunvizinhas e nos municípios que abrange. Já com os objetivos propostos, as visitas foram iniciadas à Rádio Camponesa e logo surgiram os seguintes questionamentos: Qual o objetivo dessa rádio? Qual a sua importância para o assentamento e para outras comunidades? De que forma socializa as informações para a classe trabalhadora? Qual a abrangência da FM Camponesa? Como e por quem é feita a programação? Enfim, quais são as estratégias utilizadas pelos coordenadores da Rádio Camponesa para democratizar a comunicação no assentamento e em toda região que ela abrange?

Traçou-se então um percurso metodológico na área da comunicação, recorrendo aos estudos de Gomes, para compreendermos a comunicação como direito, bem como aos de Peruzzo, sobre a história das rádios comunitárias no Brasil, entre outros autores.

Neste estudo, o interesse está precisamente na busca por entender que a comunicação é um direito, haja visto que essa é uma das lutas do Movimento Sem Terra. Por fim, foi feita uma abordagem sobre a Rádio Camponesa, inserindo-a no contexto das rádios comunitárias e no processo de comunicação do Assentamento Palmares e região.

DIREITO À COMUNICAÇÃO: A LUTA DO MOVIMENTO SEM TERRA (MST)

A palavra comunicação possui significados múltiplos. As tentativas de defini-la ocupam, nesse aspecto, um campo muito amplo no mundo do saber. Portanto, o objetivo aqui não é buscar um conceito para comunicação, mas entendê-la como direito essencial ao ser humano. A comunicação se tornou parte do processo de afirmação da humanidade por meio das relações do ser humano com os animais, com seus semelhantes e com a natureza, quando agem e reagem, seja numa situação de consenso ou conflitos.

Entender a comunicação como direito implica, sobretudo, perceber que ela está ligada às relações de poder estabelecidas na sociedade.

Nesse sentido, vale lembrar as palavras de Gomes, quando diz:

Sem desconsiderar as objeções ao determinismo histórico da evolução da comunicação e de sua instrumentalização, é preciso reconhecer também que, de forma linear em alguns aspectos e descontínua em outros, as condições à comunicação contribuíram com a afirmação da existência humana, fazendo parte da sua vida material e imaterial. Talvez, inclusive, não seja pretensão afirmar que o ser humano, da forma que se reconhece hoje, não existiria sem a comunicação. Das microrrelações, no viver cotidiano da esfera privada; às macrorrelações, no viver social, cultural, político e econômico da esfera pública; o processo da comunicação atuou e, sobretudo nos dias atuais, atua como uma das bases estruturadoras das sociedades (2007, p. 25).

Decorre daí a compreensão de comunicação não só como transmissão de ideias, mas também como um intercâmbio de ideias que nos possibilita expor e conhecer outros pontos de vista a partir da nossa e de outras realidades, num esforço contínuo de compreender e ser compreendido. E, mais ainda, de planejar o que se deseja transmitir aos demais, criando dessa forma vínculos, seja como emissor ou receptor.

Conforme diz Menezes:

Na contemporaneidade, os meios de comunicação assumem a missão de informar, interpretar e opinar sobre os fatos “mais importantes” ocorridos em determinado intervalo de tempo em todo o planeta. Entretanto, eles vão além e determinam a forma como o mundo deve ser compreendido, pois produzem a realidade (2009, p. 10).

Da discussão empreendida pelo autor, pode-se inferir que a comunicação vai além do processo de transmissão de informações, ela passa a ser elo de ligação na vida das pessoas, ou elemento de efetivação das relações sociais.

O Artigo 220 do Capítulo V da Constituição Federal deixa claro que toda e qualquer forma de manifestação do pensamento não sofrerá nenhum tipo de restrição, sendo vedado qualquer tipo de censura, seja de natureza política, ideológica ou artística. Mas, na realidade, as ações se dão de forma diferente, portanto, nos leva a perceber que as leis, em alguns casos, são construídas para promoverem a desigualdade, já que, na prática, inúmeras são as situações que desrespeitam o direito das pessoas de manifestar suas opiniões ou, ainda, há restrições que certos grupos sociais encontram ao defenderem suas ideias na grande mídia.

Assim como as lutas pela qualidade da educação, pela melhoria do serviço de saúde, por mais segurança pública, entre outros direitos, têm sido constantes nos diversos setores que os representam, na área da comunicação não é diferente. Ainda é desafiador observar mudanças nessa área, apesar de se terem atingido alguns avanços nesses últimos anos, principalmente no campo da telefonia móvel. Na maioria das vezes, esses avanços acontecem pela pressão dos movimentos sociais sobre os sujeitos detentores do poder.

Os movimentos sociais desenvolvem um importante papel na sociedade, reivindicando, denunciando e organizando a grande massa para lutar por esses direitos. Sendo assim, os movimentos sociais surgem a partir de um contexto de necessidades e de negação dos direitos do ser humano.

O MST, por exemplo, surge a partir da negação do direito à terra, da falta de terra para os trabalhadores do campo, os “desgarrados da terra”,² como diz a canção de Chico Buarque, transformando-os “em novos sujeitos sociais, tanto na sua dimensão de grupo que luta pela terra, quanto na dimensão de assentados, que passam a produzir e a organizar uma nova vida na terra que foi conquistada pela sua organização” (CALDART, 2004, p. 32).

² Trecho da canção “Levantados do chão”, de Chico Buarque de Holanda.

O surgimento do MST se deu no início da década de 1980, quando o país vivia um período pós-ditadura militar. Em grande parte do Brasil os trabalhadores apoiados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) se organizavam para lutar por seus direitos. Tendo suas bases sociais nas camadas mais populares da sociedade, o movimento organizou os trabalhadores para lutar pela reforma agrária e por mudanças no país.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é um movimento socioterritorial que reúne em sua base diferentes categorias de camponeses pobres – como parceiros, meeiros, posseiros, minifundiários e trabalhadores assalariados chamados de sem-terra – e também diversos lutadores sociais para desenvolver as lutas pela terra, pela reforma agrária e por mudanças na agricultura brasileira (FERNANDES, 2012, p. 496).

Desse modo, o MST é herdeiro de lutas anteriores, iniciadas por movimentos com os mesmos ideais, como as Ligas Camponesas, e por isso surge, para legitimar as estratégias de ocupação em terras improdutivas, como forma de assegurar o acesso à terra para quem nela trabalha. “A partir de então, o MST busca adquirir visibilidade pública e utilizá-la como estratégia política para sua maior inserção na sociedade” (MENEZES, 2010, p. 35).

A luta pelo direito à terra surgiu antes mesmo da formação do MST, que tem seus pilares nos setores de base da Igreja Católica. Conforme Menezes:

O MST surgiu em 1984, em Cascavel, no Paraná. O contexto era de grande mobilização social em busca, principalmente, da redemocratização do país. O movimento afirmava ser legítima a estratégia de ocupação de terras improdutivas como forma de garantir a realização da tão esperada reforma agrária. Naquela época, o movimento garantia ter linhas políticas e objetivos definidos, herdeiros de movimentos como as Ligas Camponesas e a Comissão Pastoral da Terra (MENEZES, 2006, p. 2).

O trabalho da Igreja Católica, mediado pelas Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs) e pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), foi de grande importância. A partir dessas vertentes, surgiram diversos movimentos que contribuíram com o processo de lutas da história do país. Como afirma Stahelin:

No final da década de 1970 e início dos anos 1980, a região sul do Brasil foi palco do fortalecimento de diversos movimentos sociais que tiveram grande importância na redemocratização do País. No campo, ocorre o processo que leva ao surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Consolidam-se também os movimentos inspirados pelas pastorais sociais das igrejas, especialmente a católica. Em Santa Catarina, ocorre a criação da Frente Nacional por Políticas Democráticas de Comunicação, embrião do atual Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) (2006, p. 36).

Ao longo do tempo, o MST foi construindo sua história, fortalecendo e ampliando suas lutas e se expandindo em todo o território brasileiro. Em cada estado onde iniciou sua luta, teve sempre como marco a ocupação. A ocupação é o princípio da luta e da organização, é o que dá a visão do que realmente são e o que representam.

Nasceu da ocupação da terra e se reproduz por meio da espacialização e da territorialização da luta pela terra. As conquistas de frações do território do latifúndio e a sua transformação em assentamento acontecem pela multiplicação de espaços de resistência e de *territórios camponeses* (FERNANDES, 2012, p. 498, grifo do autor).

O MST tem sido atuante na busca de seus objetivos e os trabalhadores sabem que a luta não deve ser só pela terra, ela precisa ser ampliada no acesso a muitos outros direitos necessários ao ser humano:

A luta é dimensionada em vários setores de atuação do movimento, como a produção, a educação, a cultura, a saúde, as políticas agrícolas e a infraestrutura social. Por meio desse processo de territorialização, o MST contribuiu para a formação de milhares de assentamentos e centenas de cooperativas e de associações agropecuárias (FERNANDES, 2012, p. 499).

Todos esses direitos foram pautas de discussões nos congressos realizados pelo MST a cada cinco anos. Os congressos enfocam temáticas pertinentes às demandas de lutas e linhas de organização do movimento. Lemas como “Sem reforma agrária, não há democracia” (1º Congresso Nacional, 1985); “Ocupar, resistir e produzir” (2º Congresso Nacional, 1990); “Reforma agrária, uma luta de todos” (3º Congresso Nacional, 1995); “Reforma agrária: por um Brasil sem latifúndio” (4º Congresso Nacional, 2000); “Reforma Agrária: por justiça social e soberania popular!” (5º Congresso Nacional, 2007); “Lutar, construir reforma agrária popular!” (6º Congresso Nacional, 2014), inspiraram debates e discussões para analisar os problemas sociais que afetaram e afetam o país, buscando, a partir de experiências da coletividade, apontar alternativas de soluções.

Assim como a educação, a produção, a cultura e a infraestrutura são direitos fundamentais. Outro de igual importância é a comunicação, uma questão que vem sendo agregada às demandas do MST, que, por sua vez, precisa ser visualizada como direito do ser humano. O movimento entende que há a necessidade de uma luta política pelo direito à comunicação, já que, no Brasil, os meios de comunicação estão concentrados nas mãos de poucas empresas familiares que têm a mesma concessão há décadas. Como nos diz Menezes:

No nosso país, a concentração da mídia tradicional nas mãos de poucos é evidente e as alianças também existem (Grupo Folha e Organizações Globo criaram o jornal *Valor Econômico*). Os principais veículos de comunicação estão sob o domínio de menos de dez famílias. Eles seriam os

responsáveis por pautar a agenda pública, embora em alguns momentos haja um contra-agendamento e a própria sociedade paute esses meios de comunicação (2010, p. 19).

Em consequência disso, os grandes dominadores dos meios de produção são também detentores dos meios de comunicação. Tudo isso acontece porque muitos setores ainda estão na tentativa de compreender a comunicação como um direito.

Percebe-se, assim, que a comunicação pode se tornar uma importante aliada na luta pela terra e por reforma agrária. Para um movimento social de alta relevância, como é o caso do MST, a comunicação é fundamental no processo coletivo de formação e organicidade³.

Ao longo do tempo, muito se foi produzido nessa área, como também nas outras, mas um marco desses produtos foi a criação do *Jornal Sem Terra*, lançado em 1981, criado antes mesmo do MST no acampamento da Encruzilhada Natalino, em Ronda Alta, no Rio Grande do Sul. Esse jornal tornou-se de fundamental importância para divulgar as ações e informar e mobilizar a classe trabalhadora camponesa. Vendo que caminhava na direção certa, o movimento dá um importante passo, criando o Setor de Comunicação, que, desde então, passou a integrar a militância do Movimento Sem Terra. De acordo com Menezes:

O setor de comunicação também dava sinais de estar no rumo certo. Afinal, havia sido importantíssimo na construção identitária dos militantes do movimento. Por isso ganhava mais força e, no início da década de 1990, aceitou outro grande desafio: dar visibilidade ao grupo perante toda a sociedade brasileira (2010, p. 38).

Tal fato se deu e muitos militantes intensificaram a utilização dos meios de comunicação para dar notoriedade às lutas e conquistas, de-

³ Palavra criada para designar a relação de parte da organização com as demais partes. Não deve ser apenas uma relação teórica, tem que ser também física, prática e mística.

nunciando e dando voz aos trabalhadores no cenário nacional. Em 1997 foi lançada a *Revista Sem Terra*, que também vem nesse contexto de produção do MST. Ela foi criada para buscar estratégias de apropriação das mídias e para dar legitimidade ao discurso jornalístico. Tanto o jornal como a revista contribuíram essencialmente para a fundação do jornal *Brasil de Fato*.

Atualmente, o MST tem uma larga produção nos meios de comunicação. Contrapondo-se à mídia burguesa, tem na internet uma página que divulga matérias e reportagens diárias relacionadas às políticas sociais para o campo, entre outras, mostrando também a vida do camponês de forma diferente da grande mídia.

Outro exemplo de luta e organização no campo da comunicação são as rádios populares dentro dos assentamentos, favorecendo as populações dos assentamentos e comunidades rurais vizinhas. Tem sido uma experiência inovadora, com o diferencial de ter esse meio de comunicação a serviço dos trabalhadores, no qual eles dispõem de um espaço para expressar, sem censura, suas ideias e opiniões. Outra iniciativa de igual importância é a inserção do MST nas redes sociais e, mais recentemente, o movimento, por meio da luta, passou a investir na formação de comunicadores populares, como é o caso do Curso de Jornalismo da Terra, desenvolvido pela Universidade Federal do Ceará (UFC), que capacitou jovens para atuar nos meios de comunicação dos mais diversos espaços que ocupam.

Se se analisar a realidade dos meios de comunicação no Brasil, possivelmente se chega a alguns dados que, injustamente, refletem a situação atual do monopólio da mídia, restrita a poucas famílias que, ideologicamente, são ligadas aos grandes latifundiários e, consequentemente, ao agronegócio.

RÁDIO CAMPONESA NO CONTEXTO DAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS: PARTICULARIDADES NA COMUNICAÇÃO NO ASSENTAMENTO PALMARES

A comunicação cria na sociedade muitas formas de convivência, estreita as relações entre as pessoas e interfere na produção do conhe-

cimento entre as gerações. Sejam quais forem os meios, a comunicação é um elemento essencial na vida do ser humano.

Como parte dessa comunicação, as rádios comunitárias têm desempenhado nessas últimas décadas um papel importante na história dos meios de comunicação no Brasil. Pautam-se na esfera pública, porque, na sua maioria, são conquistas da classe popular, das classes subalternas, e fazem parte de projetos que não visam ao lucro, funcionam sem fins lucrativos. Seus interesses são bem claros e objetivos: criar possibilidades de uma comunicação feita coletivamente e a serviço de um projeto popular voltado para as classes mais empobrecidas e marginalizadas. Para reforçar essa ideia, utilizamos as palavras de Peruzzo:

As rádios comunitárias no Brasil são emissoras de caráter público, sem fins lucrativos, historicamente criadas e geridas, na maioria dos casos, coletivamente. Desempenham importante papel no processo de conscientização e mobilização social sobre questões relativas à vida de segmentos da população empobrecidos e discriminados socialmente. Sua programação é de interesse público e está a serviço dos grupos organizados das classes subalternas e/ou das localidades nas quais se inserem, o que faz com que contribuam para o desenvolvimento social. Fornecem informações e discutem assuntos de interesse local, difundem a produção cultural (entre outras) criada no contexto dos próprios grupos, aos quais também destinam sua programação. Servem como “escola” para a educação informal em comunicação. Lutam para conquistar o direito à comunicação ao exercitarem a liberdade de expressão e o empoderamento das tecnologias que ajudam a viabilizá-lo (2010, p. 1).

Como se pode observar, a praxe das rádios comunitárias no Brasil é desempenhar a função social. Mesmo sendo vistas com maus olhos por muitos, elas buscam promover a cultura local das comunidades em que estão inseridas. Há que se dizer que tais rádios possuem estruturas e características específicas, embora algumas tenham formatos semelhantes.

As rádios comunitárias são emissoras regidas pela Lei nº 9.612/1998 e funcionam com autorização do Ministério das Comunicações, órgão do Governo Federal que delibera tais projetos mediante a demanda de interesse. Para seu funcionamento, alguns critérios devem ser observados, de acordo com as definições da Lei nº 9.612/1998, como explica Peruzzo:

A exigência de as emissoras comunitárias operarem com potência de apenas 25 watts em ERP, no raio de um quilômetro e com antena de trinta metros, é outro grande limite imposto. A lei também diz que elas não podem vender espaço para anúncio publicitário, apesar de poderem angariar apoio cultural, mas não prevê fundo público que garanta seu funcionamento (2010, p. 8).

Procura-se deixar claro que, ao mesmo tempo em que a lei é criada para regulamentar tal ato, por outro lado, limita o serviço de transmissão das rádios comunitárias. E aqui é válido retomarmos a discussão anterior sobre as situações de desigualdade provocadas pelas leis e, nesse caso específico, das rádios comunitárias. Percebem-se claramente os obstáculos impostos por essa lei, quando ela limita sua atuação a uma pequena área, que, muitas vezes, não chega a abranger por total nem mesmo a comunidade em que está inserida.

Outra contradição encontrada na lei é a autorização para funcionamento de rádio comunitária para grupos com interesses e objetivos distintos. Certos grupos se apoderaram do projeto das rádios comunitárias para seus interesses próprios, prática muito utilizada por grupos políticos, dentre outros. Sobre esse fato, Peruzzo reforça:

Como a lei de radiodifusão comunitária é a única que permite a transmissão em baixa potência e a primeira que acena com possibilidades (mesmo que limitadas) de democratização do espectro radiofônico, muitos microempresários e outros grupos se valem dessa prerrogativa para montar a “sua” rádio comunitária, o que prejudica

o movimento como um todo porque muitas dessas emissoras des caracterizam o aspecto comunitarista. Há, por exemplo, emissoras que recebem autorização para funcionar como comunitárias, mas que, de fato, atuam como emissoras comerciais e a serviço de interesses políticos e econômicos de seus donos e/ou de grupos políticos no exercício do poder local a eles vinculado, além de outras, de cunho religioso tradicional e sem preocupação com o desenvolvimento comunitário. Ambos os modelos, embora dentre eles haja rádios que prestam serviços de interesse público benéficos em suas localidades, contribuem para gerar controvérsias e transformar o setor num campo de incompreensões e conflitos (2010, p. 5).

As rádios comunitárias, também chamadas de radiodifusão, se dividem em rádios comunitárias, rádios livres comunitárias, rádios de alto-falante e rádios virtuais comunitárias. As rádios comunitárias e livres comunitárias são semelhantes, segundo Peruzzo, no sentido de serem lideradas por organizações e associações comunitárias que se destinam a atender às áreas rurais e urbanas, mas se diferenciam quanto à autorização para funcionamento. As rádios comunitárias funcionam com autorização do Ministério das Comunicações, enquanto que as rádios livres comunitárias não têm autorização para funcionar e, por isso, alguns setores da sociedade questionam seu funcionamento.

São, de fato, rádios livres de caráter comunitarista, as quais os setores conservadores chamam de “piratas” ou “clandestinas”. Elas não se consideram piratas porque não visam ao lucro, nem clandestinas, pois não escondem seus endereços nem as frequências por meio das quais difundem seus conteúdos (PERUZZO, 2010, p. 2).

Na realidade, existem centenas dessas rádios funcionando nas mesmas condições, “são ilegais do ponto de vista jurídico, embora sejam legítimas do ponto de vista social, por causa do trabalho emancipatório que desenvolvem” (PERUZZO, 2010, p. 2). Já as rádios de alto-falante,

também desenvolvidas por movimentos sociais, funcionam com pequenos sistemas de som, as chamadas bocas de alto-falante, instalados em postes de iluminação pública, com o intuito de informar e mobilizar a comunidade. Sobre as rádios de alto-falante, enfatiza Peruzzo:

Trata-se de um tipo especial de “rádio”, desenvolvido por movimentos sociais e associações comunitárias, além de igrejas, especialmente a Católica, e até mesmo isoladamente, por comunicadores populares ativistas, com finalidade informativa, mobilizadora e educativa para fazer frente ao impedimento legal de uso do espectro radiofônico oficial por parte do cidadão e das comunidades (2010, p. 3).

Outro exemplo de rádio comunitária são as rádios virtuais, que funcionam somente na internet, o que significa dizer que sua comunicação é mais restrita a um público de interesses afins. Por outro lado, não fica limitada a uma questão geográfica.

Difundem suas mensagens somente pela internet, portanto só existem no ciberespaço. São ligadas a grupos ou comunidades constituídas a partir da afinidade de interesses e/ou de vivências de problemáticas em comum, tais como as de fundo linguístico, étnico, relações de gênero etc. Sua *performance* participativa tende a ser menos coletivizada do que a das rádios comunitárias de base territorial geográfica (PERUZZO, 2010, p. 3).

O surgimento das rádios comunitárias vislumbra, no contexto das ações dos movimentos e organizações sociais, uma tentativa de evidenciar e resolver os graves problemas sociais existentes no país e também mobilizar e organizar as comunidades em que estão inseridas para que lutem por melhores condições sociais; e ainda, em outro contexto, com o propósito de se contrapor ao serviço prestado pelas rádios comerciais, que funcionam na maioria dos municípios brasileiros com uma programação geralmente voltada para as cidades mais influentes na região, ou com uma produção que privilegia os interesses da classe

dominante e, em muitos casos, ligados a grupos político-partidários. Nas rádios comerciais, a população nem sempre encontra espaço.

Como exemplo de rádio comunitária, tem-se a Rádio Camponeza, que foi instalada em abril de 2011 no município de Crateús (CE). Após uma semana de formação, a rádio foi inaugurada no Assentamento Palmares sob orientação e capacitação de membros do Setor de Comunicação do MST. A Rádio Camponesa, que funciona em frequência modular (FM), é uma emissora de caráter livre comunitária. Foi conquistada pelo Assentamento Palmares, articulado à luta do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

Na concepção do MST, quando a comunicação é restrita ao domínio de poucos, é um latifúndio que precisa ser vencido. Com mais de três anos de funcionamento, a rádio dá um sinal visível da sua importância e da função social a que se propõe.

A Rádio Camponesa, assim como muitas instaladas em vários assentamentos em todo o Brasil, é o resultado das lutas do Movimento Sem Terra, que, dentre tantas, tem a comunicação como uma de suas principais lutas.

No Ceará foram instaladas quatro rádios, sendo a Camponeza a quarta e última a ser implantada. Todas foram conquistadas em 2008 para ser instaladas até 2011. São elas: FM 95.3, no Assentamento 25 de Maio, no município de Madalena; FM 94.7, no Assentamento Lagoa do Mineiro, em Itarema; FM 94.3, em Aracati; e FM 95.7, no Assentamento Palmares.

Para um maior conhecimento da Rádio Camponesa, nos dedicamos à pesquisa que foi realizada entre os meses de março de 2014 e janeiro de 2015. Foram realizadas nesse período atividades como: observação, conversas individuais, roda de conversa em grupo, participação em eventos e datas comemorativas referentes à rádio e às conquistas do assentamento. Por último, para a coleta de dados, realizamos entrevista com os comunicadores da rádio. O critério de preferência pelo referido grupo se deu por considerarmos que estão diariamente ligados à comunicação da Rádio Camponesa e porque são os que acompanham diretamente todo o processo desde o início.

Na amostragem realizada utilizamos um questionário do tipo semiestruturado com as seguintes indagações: Qual o objetivo dessa rádio? Qual a sua importância para o assentamento? De que forma socializa as informações para a classe trabalhadora? Qual a abrangência da FM Camponesa? Como e por quem é feita a programação? Enfim, quais são as estratégias utilizadas pelos coordenadores da Rádio Camponesa para democratizar a comunicação no assentamento e em toda a região que ela abrange?

Para a compreensão funcional da Rádio Camponesa e da comunicação que ela desempenha, torna-se pertinente a análise da entrevista feita com um assentado:

A questão da comunicação sempre foi um direito, assim como outros, que são negados, e os trabalhadores sempre foram apenas receptores, nunca tiveram oportunidade de ser os sujeitos de sua própria comunicação. Então, a partir do momento em que o assentamento discute um novo projeto de vida, discute uma nova sociedade e também tem como objetivo lutar pela comunicação, construir seus próprios meios de comunicação. E uma rádio como a Rádio Camponesa tem uma importância grande para o assentamento. Primeiro, de divulgar os trabalhos do próprio assentamento; segundo, de contribuir, o assentamento dá sua contribuição para a classe trabalhadora como um todo pelo processo de envolvimento com as comunidades. Então, serve também para divulgar a própria reforma agrária, que é uma pauta do assentamento, a luta pela reforma agrária, pela transformação social. Então, é uma importância muito grande ter um veículo de comunicação, uma rádio, principalmente no campo. O assentamento conseguiu, graças à sua luta, sua organização, ter essa rádio (Pedro Neto, assentado, entrevista realizada em 8 jan. 2015).

A Rádio Camponesa tem na sua organicidade uma coordenação geral que é formada pelos comunicadores que residem no próprio assentamento, chamada de coletivo interno. Dentro dessa organização, a

rádio é dividida ainda em três coordenações: política, financeira e técnica. O coordenador político é responsável pela manutenção dos princípios e por manter o diálogo aberto com a sociedade. O coordenador financeiro é responsável por receber os apoios culturais e administrar esses recursos. Ao coordenador técnico compete a função de observar a parte técnica da rádio, aparelhamento etc. Além dos comunicadores do assentamento, há os que são das comunidades vizinhas e os que representam entidades e organizações sociais de objetivos e interesses semelhantes, como é o caso do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Crateús e das Igrejas Católica e Evangélicas. Vale lembrar que, anualmente, acontece um encontro geral para avaliação e planejamento das atividades envolvendo comunicadores, coordenadores e assentamento em geral.

Quanto à formação, relata Pedro Neto que, desde o início, tem sido um desafio, porque ele entende que, para conduzir um projeto como o da rádio, é necessário a formação, principalmente política, sobretudo porque a rádio defende um projeto político de sociedade, que é o da classe trabalhadora. Outro desafio foi no tocante à formação técnica, de como usar os meios, desenvolver a técnica de programação etc. Diante desses desafios, a busca de parcerias foi necessária, como, por exemplo, com o Setor de Comunicação do MST, com a Universidade Federal do Ceará, por meio do Curso de Jornalismo da Terra, entre outras. Compreende-se ainda que todos os espaços são formativos, inclusive os promovidos pelo MST.

Postos esses desafios, é importante que se tenha clareza de que implantar uma experiência como essa é realmente desafiador, mas também se deve compreender o quanto relevante é para a vida social, política e cultural da comunidade. Construir coletivamente uma rádio não é tarefa fácil, porém é extremamente importante:

Assim sendo, enfatiza-se mais uma vez que a rádio comunitária, em seu estágio participativo mais avançado, independentemente do formato tecnológico adotado, é aquela que possui um caráter público, ou seja, é sem fins

lucrativos e comprometida com a melhoria das condições de vida e o desenvolvimento da cidadania por meio do envolvimento direto e ativo dos cidadãos. Uma rádio comunitária é um canal para o exercício da liberdade de expressão da população local ou de membros de outras comunidades. Favorece a participação das pessoas como protagonistas do processo de comunicação, desenvolve um trabalho de informação, educação informal, desenvolvimento da cultura local e regional e de mobilização social, na direção da autoemancipação cidadã (PERUZZO, 2010, p. 6).

Dada a sua importância, cabe-nos analisar a grade de programação oferecida pela Rádio Camponesa, que, de maneira geral, contempla toda a faixa etária das áreas em que a Camponesa atua. Para uma melhor análise, será demonstrado nas tabelas seguintes o período da programação, o programa, o comunicador:

Tabela 1 – Programação Semanal da Rádio Camponesa

Programa	Horário		Comunicador (a)
	Início	Término	
Manhã Camponesa	5h00	6h59	Raimundo Bombom
Momento de Fé	7h00	7h59	Maria Luiza
Show da Manhã	8h00	10h59	Livramento, Zé Paulo e Raimundo Bombom
Parada Esportiva	11h00	11h59	Venceslau, Calixto Melo e Guadameyre
Camponesa Informa	12h00	12h59	Venceslau e Pedro Neto
A Hora do Reage	13h00	13h59	Programado
A Tarde é Nossa	14h00	15h29	Maria Luiza
Show da Reforma Agrária	15h30	16h59	Livramento Pinto
Viva Sertão	17h00	18h59	Raimundo Bombom
Falando ao Coração	19h00	22h00	Zé Paulo

Fonte: Coordenação da Rádio Camponesa.

Tabela 2 – Programação da Rádio Camponesa aos sábados

Programa	Horário		Comunicador (a)
	Início	Término	
Tocando a Boiada	5h30	6h59	Livramento, Zé Paulo e Raimundo Bombom
Jovem Guarda	7h00	8h59	Zé Paulo
Sabadão de Sucesso	9h00	10h59	Zezinho Rodrigues
Parada Esportiva	11h00	11h59	Venceslau, Mardônio, Calisto e Guadameyre
Programado	12h00	12h59	
Brasil Pop Cultura	13h00	13h59	Gisele
Show do Brega	14h00	16h00	Chaga Simplício
Transmissão de Futebol	16h00	17h59	Venceslau, Calisto, Casado e Mardônio
Ave Maria	18h00	18h59	Maria Luiza
Falando ao Coração	19h00	22h00	Zé Paulo

Fonte: Coordenação da Rádio Camponesa.

Tabela 3 – Programação de domingo

Programa	Horário		Comunicador (a)
	Início	Término	
Manhã Sertaneja	5h00	6h59	Cizinho e Valderi
Sem-Terrinha em Ação	7h00	7h59	Lázaro, Renato e Venceslau
Viola Camponesa	8h00	8h59	Venceslau e Valderi
Programa do Sindicato dos Trabalhadores Rurais	9h00	9h59	Edivar
Junta e Mistura	10h00	11h59	Zé Pereira e Guadameyre
Brasil em Movimento	12h00	13h29	Pedro Neto
Missões Sem Fronteiras	13h00	15h29	Naziel, Gonçalo e Nelton
Transmissão de Futebol	15h30	17h00	Venceslau, Calisto, Casado e Mardônio
Bregão do Domingão da Camponesa	17h00	19h00	Raimundo Bombom

Fonte: Coordenação da Rádio Camponesa.

Ao observar a programação da Rádio Camponesa, percebe-se, por meio de seus programas, que há uma diversidade cultural e que ela atende a um público variado. Em conversas individuais, pode-se obser-

var ainda que a diferenciação de estilos das músicas tocadas contempla as preferências e gostos musicais da população.

Os “horários programados” e o revezamento dos comunicadores em determinados programas demonstram o compromisso com que eles mesmos têm assumido a rádio, sendo, na sua maioria, trabalhadores do próprio assentamento que, mesmo tendo o tempo comprometido por suas atividades econômicas ou laborais, dedicam-se ainda às atividades de funcionamento da rádio. Observa-se, assim, a necessidade de mais pessoas para assumir tais compromissos.

Há que se dizer ainda da discussão e preocupação por parte dos coordenadores no sentido de pautar uma comunicação voltada para a classe trabalhadora com músicas de qualidade, notícias e informações. Por isso se dá a definição da Rádio Camponesa como “a rádio do trabalhador”, porque tem uma proposta contrária às rádios comerciais que estão postas no município. A esse respeito, relata o assentado Pedro Neto:

É uma questão que a gente debatia com a chegada da rádio, como seria esse processo de lidar com esse veículo. É algo novo para os trabalhadores que têm a oportunidade de dar sua opinião. Logo no início a gente deixou bem claro que seriam bem definidos os objetivos da rádio. E, realmente, é defender os interesses dos trabalhadores, colocando a posição dos trabalhadores perante o próprio Estado, os governos, e defender suas pautas de reivindicações. Então, em toda a nossa programação, mesmo a musical, ela traz a opinião. Considero que, realmente, é, sim, formadora de opinião, porque traz a opinião dos trabalhadores, a sua luta, e coloca isso para as comunidades. Além de motivar os próprios comunicadores a buscar mais entendimento, a buscar mais compreensão sobre a própria luta e também, a partir daí, se formar para dar sua opinião (Entrevista realizada em 8 jan. 2015).

A Rádio Camponesa se contrapõe às rádios locais pelo fato de ser um meio de comunicação no qual quem ocupa o espaço são os trabalhadores e, numa maior contradição, está localizada numa área de

assentamento da reforma agrária, na zona rural desse município, fato incomum de se ver. “Ocupando o latifúndio do ar” é o *slogan* criado para demonstrar o sentimento de pertença dos trabalhadores a esse meio de comunicação e para dizer que o ar é livre, que a comunicação deve estar acessível a todos.

O trabalho dos comunicadores é totalmente voluntário e fazem uma comunicação voltada para a classe trabalhadora, com o objetivo de defender seus interesses, promovendo e valorizando a cultura local, “uma comunicação em que seja trabalhador falando para trabalhador”, como nos diz o comunicador:

O movimento social tinha muita análise, o que deixava a população em geral de forma que não tinha uma real posição do movimento social, principalmente quando se trata de comunicação, porque todo mundo sabe do latifúndio que é a comunicação no Brasil. Apenas onze famílias comandam toda a comunicação, formam e desenham as opiniões do jeito que elas querem e, na contradição disso, o movimento era sempre criminalizado, ou os movimentos sociais em geral são sempre criminalizados. Os trabalhadores recebem as informações da forma que eles pretendem passar e isso deixava uma certa ignorância sobre a população a respeito da ação do movimento social, dos trabalhos sociais que o movimento fazia. [...] A ideia do Movimento é que se tenha uma comunicação feita de trabalhador para trabalhador. Isso vai trazer, primeiro, a preservação da comunicação e o entendimento da comunicação feita por quem fala a língua dos trabalhadores, porque, por mais que alguém que esteja nos meios de comunicação da elite tenha a intenção de fazer a comunicação como o trabalhador, ele vai ser sempre uma imitação, porque a práxis da comunicação no Brasil é a práxis da comunicação do mundo inteiro, são pessoas acadêmicas, já passaram por formações de academias e isso demanda, às vezes até puxa uma outra cultura, geralmente são pessoas dos grandes centros. O Movimento optou nas suas rádios livres por fazer uma

comunicação em que o trabalhador pudesse estar trabalhando (Venceslau Lopes, comunicador assentado, em entrevista realizada em 24 jun. 2014).

De acordo com as entrevistas, há uma percepção do trabalho que a Rádio Camponesa vem desenvolvendo na região. Com uma abrangência em localidades dos municípios de Crateús, Tamboril e Iaporanga, vem atuando na divulgação de notícias, eventos, fazendo os apoios culturais, levando à população uma programação diferenciada e socializando as informações para os trabalhadores. Sendo rádio comunitária, como dito anteriormente, ela não se prende a ordens nem ao modelo que a mídia hegemônica impõe. Diz o assentado e comunicador:

Nossa rádio é rádio livre, porque ela tem esse caráter de enfrentamento e de não esperar pelo Estado para vir a concessão. A concessão é dada pelo povo a partir do seu trabalho e esse retorno, se a rádio está cumprindo seu papel social e ela é comunitária, porque as comunidades participam, então não tem um único dono que diz é isso, tem que fazer. Então ela tem mais aspecto comunitário do que algumas que se dizem comunitárias e que têm a concessão dada pelo Estado, mas que, na prática, não cumprem seu papel de comunitária. Então nós caracterizamos ela com essas duas características: comunitária e livre ao mesmo tempo (Pedro Neto, assentado e comunicador, em entrevista realizada em 8 jan. 2015).

Apesar das contribuições da rádio camponesa ao longo desses anos é importante observar a pouca participação da juventude na programação. Na opinião de alguns comunicadores, a juventude teria mais disponibilidade e possibilidade para criar e produzir novos programas, já que é um espaço onde eles têm total liberdade para expressar suas opiniões e anseios. Pergunto: O que falta? O que falta para a juventude assumir com mais compromisso esse espaço? O que isso pode significar?

Destaca-se a juventude pelo fato de ser um público por cuja participação e perspectiva de criatividade e inovação se alimenta maior

expectativa. Por ser um público do qual se pode exigir capacidade de criar, inventar e reinventar ideias.

De acordo com as observações feitas, verifica-se que há uma dificuldade por parte desses jovens em assumir os programas na rádio, por não querer se comprometer, não querer assumir horários. Outros, ainda, por não se achar com capacidade ou habilidade para desenvolver trabalhos nessa área.

Isso significa que a juventude está deixando de ocupar um importantíssimo espaço, que é o da comunicação. Está deixando de criar oportunidades de novas lutas. Isso significa que, devido à pouca participação da juventude, alguns comunicadores ficam mais sobrecarregados, principalmente porque há seu revezamento em determinados programas, para não deixar o horário apenas “programado”, visto que já existe, de acordo com a tabela apresentada.

Atualmente, a Rádio Camponesa conta com um site na internet, podendo ser ouvida via online. Esse espaço conquistado permite que haja um maior acesso, pelo fato de atingir um público geograficamente diversificado. Por tudo isso, a Rádio Camponesa torna-se uma emissora necessária, pois é um interessante veículo a favor da classe trabalhadora e ao alcance das pessoas, para que seja utilizada como um bem público independente, a serviço do coletivo, e não como negócio privado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No atual contexto de mudanças sociais, precisamos preservar ideias mais ousadas para enfrentar os desafios da vida. É animador ver na comunicação de rádios comunitárias a possibilidade de socializar as informações para a classe trabalhadora e de produzir uma comunicação em que ela possa ser protagonista. Pode-se dizer que a Rádio Camponesa do Assentamento Palmares é um fio condutor para um novo projeto de democratização da comunicação, sobretudo no campo, que, apesar de tantas lutas e conquistas, ainda é visto como um lugar estigmatizado.

Retornando ao desafio no tocante à dificuldade de adaptação da Rádio Camponesa na área de assentamento, quando se diz não ser comum, está-se referindo ao paradigma geral de instalações de rádios somente em zona urbana, ou seja, o campo sempre ficou distante desse padrão. Por isso mesmo considera-se ousado e, ao mesmo tempo, fundamental que mais experiências como essas sejam efetivadas em comunidades rurais.

Também, outra questão similar à anterior é a programação da Rádio Camponesa. Torna-se necessário frisar sua contribuição para o aumento da participação das pessoas em eventos, sobretudo em eventos culturais. No esporte, principalmente, tem-se destacado um trabalho dos comunicadores pela valorização da cultura esportiva local, como, por exemplo, a grande participação das pessoas nos jogos transmitidos pela rádio, quando eles acontecem no assentamento e nas comunidades vizinhas.

Ainda com relação à programação e à inclusão da juventude, sentimos que esse é um ponto que merece mais atenção. Os questionamentos levantados foram na busca de entender e deixar comprehensível que se torna necessário que a juventude se firme no processo de comunicação do assentamento. Sobretudo para o jovem camponês, é uma oportunidade de mostrar seus valores, fortalecer sua identidade, valorizar a cultura e garantir seu protagonismo.

Algo inquietante nesse aspecto da pouca participação juvenil é o fato de serem jovens assentados, quando se espera deles que tenham consciência e participação política, demonstrando isso por meio do engajamento em diversas atividades comunitárias. Assim, sugerimos que sejam propiciados à juventude momentos de debate, para que ela possa alcançar a compreensão de sua importância e das lutas que precisam ser forjadas.

A participação dos jovens se faz necessária em todas as comunidades, mas especialmente em áreas de assentamento, onde ela tem uma importância maior, porque esses são os novos sujeitos que vão conduzir o processo de luta social empreendida pelos movimentos sociais e forjada na coletividade.

A Rádio Camponesa aponta novos caminhos de emancipação política e social para a classe trabalhadora por meio da comunicação. Ela mostra que, de posse das ferramentas da comunicação, a luta do trabalhador, associada à voz da comunicação, pode superar desafios.

Enfim, a Rádio Camponesa representa uma estratégia de enfrentamento ao sistema que controla os meios de comunicação no país. A juventude e os trabalhadores devem continuar construindo esse processo para superar o limite colocado pela mídia hegemônica na história das rádios comunitárias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Constituição Federal. **Capítulo V: da comunicação social (art. 220 a 224)**. 1988. Disponível em: <<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/constfed.nsf/16adba33b2e5149e032568f60071600f/867cob7d461bdcb50325656200704c11?OpenDocument>>. Acesso em: 5 jan. 2015.
- CALDART, Rosely Salete et al. (orgs.). **Dicionários da Educação do Campo**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- _____. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- GOMES, Raimunda Aline Lucena. **A comunicação como direito humano: um conceito em construção** (dissertação). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2007. Disponível em: <www.dhnet.org.br/direitos/textos/.../gomes_comunicacao_como_dh.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2014.
- MENEZES, Antonio Simões. **Discurso ideológico da objetividade jornalística: manipulação dos enunciados das fontes**. Fortaleza, 2009. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/congresso/regionais/2009/nordeste/intercom-nordeste_chamada.shtml>. Acesso em: 12 jan. 2015.

_____; NUNES, Márcia Vidal. **Jornalismo de resistência: apropriações das estratégias discursivas do campo midiático pela Revista Sem Terra** (dissertação). Fortaleza, 2010. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/679>> Acesso: 12 jan. 2015.

PERUZZO, Cicillia M. Krohling. **Rádios comunitárias no Brasil: da desobediência civil e particularidades às propostas na CONFECOM**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://compos.com.puc-rio.br/media/g6_cicilia_peruzzo.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2014.

_____. **Políticas públicas para radiodifusão comunitária no desenvolvimento local**. São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.researchgate.net/publication/237283565_Polticas_Pblicas_para_Radiodifuso_Comunitaria_no_Desenvolvimento_Local1>. Acesso em: 9 nov. 2014.

STAHELIN, Camila. **Vozes da democracia: histórias da comunicação na redemocratização do Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social, 2006. Disponível em: <<http://intervozes.org.br/publicacoes/vozes-da-democracia/>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

ENTRE O VENTO E A LUTA, SURGE UMA SEMENTE: GRUPO DE TEATRO SEMENTES DA ARTE/ ASSENTAMENTO MACEIÓ (CE)

Lucyane Ribeiro Diniz¹

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo socializar a experiência de como surgiu o Grupo de Teatro Sementes da Arte, há dois anos e meio, dentro da Escola Estadual de Ensino Médio Maria Nazaré de Sousa, mais conhecida como Escola do Campo Nazaré Flor, localizada no Assentamento Maceió, no município de Itapipoca (CE). Pretende-se mostrar como foi esse desenvolvimento – usando a metáfora da semente, como esse grupo brotou dentro da dinâmica de lutas e resistência deste povo.

Desse modo, se faz necessário uma retrospectiva histórica dos processos de lutas pelos quais o assentamento veio passando desde o surgimento dos seus primeiros moradores – presente na memória coletiva e repassada nas histórias orais, de geração em geração –; a luta pela terra antes da desapropriação em 1985; a luta contra a especulação imobiliária contra o empresário português Júlio Trindade; e o surgimento da Escola do Campo Nazaré Flor (de maneira muito sucinta), até os dias atuais, quando se tem a ameaça da instalação de um parque eólico na região.

A energia eólica tem pouca visibilidade na perspectiva das comunidades atingidas por ela e, por ter sido o tema da primeira peça teatral do grupo, dando-lhe notoriedade, fez-se um capítulo específico

¹ Graduada em Ciências da Religião pela Universidade do Estado do Pará (2004). Especialista em Cultura Popular, Artes e Educação do Campo, pela Universidade Federal do Cariri-UFCA.

sobre essa temática e, logo em seguida, contaram-se os primeiros passos desse coletivo, assumindo sua identidade como um grupo, destacando, nesse momento, o que os próprios membros do grupo pensam sobre sua participação nesse espaço e como isso contribuiu com sua formação como jovens de luta.

Foi escolhida essa prática por ter sido a experiência concreta de vivência da pesquisadora em meio à juventude do Assentamento Maceió e também por ser um fenômeno novo, que envolveu jovens que até então não tinham tido uma experiência de luta e resistência e por ter envolvido comunidades diferentes, visto que o grupo é formado por jovens de distintas comunidades do assentamento – Comunidade Apiques, Sítio Coqueiro, Córrego da Estrada, Córrego Novo – e de duas comunidades de fora do assentamento – Zé do Lago e Distrito da Baleia, destacando-se esta última por ser uma comunidade que nunca se integrou na luta e onde surgiram quatro jovens que se integraram, subvertendo a própria comunidade e suas famílias.

Ao descrever esse processo de formação de sujeitos por meio do teatro, dialoga-se precisamente com Augusto Boal, o criador do Teatro do Oprimido, pois o grupo tem sua sustentação nessa metodologia (a semente está plantada neste chão); com Paulo Freire – o próprio Teatro do Oprimido se inspira na Pedagogia do Oprimido; e com Roseli Caldart, que vem, ao longo da sua história, sistematizando a Educação do Campo. Esses três autores auxiliaram-me a pensar essa experiência como um processo de formação e educação dos sujeitos por eles mesmos e perceber que uma atividade lúdica como o teatro tem uma forte habilidade de fazer com que um indivíduo se veja e se reconheça como um ser transformador, político e participativo em sua comunidade.

As atividades com esse grupo começaram bem antes de a pesquisadora ingressar no Curso de Especialização em Cultura Popular, Arte e Educação do Campo, mas esse fato fez com que seu olhar se modificasse e a auxiliou a trazer novos elementos para partilhar com o grupo. No andamento da pesquisa, foram realizados levantamento biográfico, conversas informais, reuniões, acompanhamento de outros pesquisadores e contribuição direta dos jovens do Sementes da Arte e

das pessoas que participaram das lutas desse povo. Então, assim, se começa a contar essa história.

CHÃO ONDE A SEMENTE FOI LANÇADA

*Eu creio sim, eu creio sim
Eu creio na semente lançada na terra,
Na vida da gente, eu creio no amor.*²

Dunas, areia, dunas, coqueiros, estrada de chão. Dunas, coqueiros, azul infinito do céu de um sol sempre forte e de um mar infinito. Dunas, coqueiros, casas de alvenaria com os seus alpendres, cercas de talos dos galhos de coqueiros, de cajueiros. Coqueiros, flores e plantas em frente e ao redor das casas. Todas as comunidades têm suas igrejas, seus comércios, suas escolas, seu povo e um vento impetuoso, que é sempre presente, a empurrar para frente toda a história de liberação de uma gente corajosa. Assim se descreve esse pedaço de chão tão disputado.

O Assentamento Maceió está localizado na planície litorânea oeste do Ceará, no distrito de Baleia, em Itapipoca, a cerca de 60 km da sede do município. Esse território tem os seus limites com as comunidades do Zé do Lago, Lagoa das Mercês, Pau D'Arco, Baleia e Marinheiros, sendo que ele compreende uma área de 5.844,72 hectares, composta por doze comunidades, que são: Jacaré, Mateus, Apiques, Bom Jesus, Córrego da Estrada, Córrego Novo, Barra do Córrego, Sítio Coqueiro, Lagoa Grande, Humaitá, Sítio Bode e Maceió. Sua economia gira em torno de empregos públicos, pesca e agricultura, como bem afirma Cornell:

As comunidades do Maceió estão localizadas numa área de um pouco mais 5 mil hectares. [...] Ocupam as costas

² Trecho da música “Eu creio na semente”, do Pe. Osmar.

do Oceano Atlântico entre Icaraí e Mundaú, em uma extensão de dois quilômetros. Três comunidades estão situadas na praia e têm no peixe a maior parte de sua renda, enquanto que as outras vivem mais da agricultura, especialmente de coco, mandioca e caju. Entre a produção para o uso das comunidades estão gado, batata-doce e frutas diversas. [...] A região do Maceió está localizada a cerca de setenta quilômetros da cidade mais próxima, de nome Itapipoca (1994, p. 4).

Esse assentamento é resultado da luta organizada do povo, que, ao longo dos anos, por meio das reuniões em comunidades e estudo bíblico, dentro da linha da Teologia da Libertação,³ foram se organizando e resistindo às opressões. Assim é descrito no Projeto Político-Pedagógico da Escola do Campo Nazaré Flor:

A liberdade que existia, a terra, o trabalho e o alimento passaram a ser arrendados e concentrados pelos descendentes de invasores estrangeiros. Quem não pagava renda era expulso, obrigado a votar em candidatos que eles defendiam. Muitos que reagiam eram torturados ou presos (2011, p. 7)⁴.

Vê-se que essa luta pela libertação teve vários estágios – e, quem sabe, ainda esteja passando por mais uma fase. Em um primeiro mo-

³ A Teologia da Libertação tem sua raiz nos movimentos sociais da França, mas se desenvolveu com mais força na América Latina no final da década de 1950 e início dos anos 1960, dentro de um contexto de muito conflito com a ditadura militar. A Teologia da Libertação nasceu no meio do povo e se alojou na Igreja Católica. Nasceu onde povo tentava se organizar, tendo como ferramenta principal a Bíblia, que sempre estava inserida na discussão econômica e das lutas sociais. A Teologia da Libertação teve vários teólogos que sistematizaram essa experiência das comunidades de base da América Latina. Um dos seus expoentes é Leonardo Boff.

⁴ PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DE FORMAÇÃO INTEGRAL DO CAMPO DE ENSINO MÉDIO MARIA NAZARÉ FLOR. Itapipoca, 2012.

mento, chegaram a essas terras uns marinheiros europeus, destacando-se o Sr. Carneiro, presente ainda na memória dos tataranetos e bisnetos dos primeiros moradores dessa terra, que afirmam que tal pessoa não era confiável. Conta-se que Carneiro enganou Maria Bonfim, que era a verdadeira proprietária daquelas terras, como conta a bisneta de Maria Bonfim, Nazaré Flor, que foi uma importante liderança do assentamento e que faleceu no dia 11 de outubro de 2007. Esta entrevista foi concedida a pesquisadora Rodrigues:

Aconteceu que eles contavam que chegou aqui nesta terra um senhor que se dizia ser da Europa – um europeu. E o nome desse cara é um tal de Zé Maria, que também dava o nome de marinheiro, porque ele se arranchou lá pras “bandas” das terras dos marinheiros. [...] Então, esse cara chegando, ele tentou conquistar a terra. Claro! O pessoal quando vem de fora e vê essas praias lindas, se apaixona, né? E, esse cara, ele disse que comprou um pedacinho pra lá, não sei de quem – um pedacinho de terra – e, para tentar enrolar minha bisavó, ele inventou um truque. Veio pedir os documentos da terra para confrontar com os documentos dele e saber se minha avó era confinante das terras dele, que ele dizia que tinha comprado. Nessa armação, ele levou a documentação da velha, né? Nessa época, o Pedro Souza já tinha morrido e Maria Bonfim era viúva pela segunda vez. Então ele conduziu todo o material, toda a papelada, toda a coisa que a velha tinha de documento e adeus! Nunca mais! (1994, p. 83).

Dessa mulher que fora enganada pelo marinheiro Carneiro desce a maioria das pessoas que moram no Assentamento Maceió. Na memória do povo, esse marinheiro se juntou com uma mulher que era bisavó dos Pracionas e Soares. Seus descendentes, ao longo dos anos, foram adentrando o território dos camponeses e pescadores, expandindo suas cercas, amedrontando o povo, queimando casas e cercando coqueiros, como muitos contam até hoje. Eles passaram a cobrar renda

dos moradores do Maceió, de forma abusiva, chegando à violência, como Nazaré Flor descreve:

Chegou um dia certo homem bem preparado e soube tomar aquela terra. Verdade essa que é preparação muito assim, né? E desde já começou a dominar aqueles pobres, né? Eu lembro que na fase de 6 ou 7 anos de idade... Nessa época eu vi meu pais pagar de um roçado – um só roçado – três vezes a renda. Porque aqueles familiares daquele senhor sabido que soube tirar a terra daqueles pobres pressionava com que pagasse (apud McCabe, 1994, p. 7).

Com o passar dos anos, o povo já não mais aguentava pagar a renda – que era uma espécie de pagamento que se tinha que fazer de tudo que se produzia, aos ditos patrões, como McCabe explicita em uma entrevista de Nazaré Flor em um programa de rádio de 1985, em que ela diz:

Eu vi também o meu sogro pagar renda de uma capoeira, enquanto toda água invadiu aquela capoeira e nada produziu! Então, só por a questão de ele ter explorado o mato, o proprietário o obrigou a pagar renda. E como? Como não tinha gênero para pagar, ele teve que trabalhar para esse senhor muitos dias de serviço (1995, p. 126).

Nesse momento da história, Itapipoca se tornou uma diocese, tendo como seu primeiro bispo Dom Paulo Pontes, que era primo e amigo do Pe. Albani Linhares, que vinha desenvolvendo uma metodologia de ação pastoral na Diocese de Sobral chamada de “Movimento Dia do Senhor”.⁵ Esse movimento tinha uma equipe – estavam presentes o Pe. Felipe e as irmãs Bete e Maria Alice, da Congregação das Irmãs de

⁵ O Movimento “Dia do Senhor” foi, segundo a definição de McCabe: “um trabalho de educação popular, baseado na Bíblia, que foi iniciado na Diocese de Sobral, nos anos 1960. O movimento tinha, e ainda tem, como diretriz básica a autonomia (1994, p. 8).

Notre Dame de Namur,⁶ entre outras pessoas – que ajudava as pessoas das comunidades a animarem e interligarem a vida com a Bíblia.

A partir da vivência e da fé do povo, juntos e juntas foram descobrindo que não era certa a exploração que eles e elas estavam sofrendo. Assim, antes mesmo de o conflito maior em relação à terra começar, o povo do assentamento já estava se reunindo e descobrindo juntos – por meio da Bíblia – nesses encontros do Dia do Senhor, como afirma Enilda, uma das lideranças daquela luta:

Como observa Enilda do Coqueiro, “Deus tocou nossos corações e nós começamos a nos unir. Não foi difícil para nós ficar unidos porque o Movimento nos ajudou, nos acordou antes da luta da terra aparecer. Então, quando apareceu, nós já tinha a coragem de agir no livro” (apud MCCABE, 1994, p. 73).

O período da luta pela terra está profundamente marcado na alma desse povo, transparente em sua fala, em suas crenças, em sua organização social e, principalmente, na lembrança do tempo da escravidão, como os mais velhos denominam aquele tempo.

Na década de 1980, após passar por uma grande seca, os que se diziam donos daquela propriedade começaram a negociar a venda das terras para as empresas de coco e caju, a firma Agropecuária Alvoredo, de Tarso Jereissati, como McCabe diz:

Nessa época também, os donos das terras da região litorânea do Ceará começaram a vendê-las para as “firmas”. São terras apropriadas para o cultivo de caju e do coco, produtos de indústria exportadora. Os especuladores reconhecem a oportunidade de lucro fácil e rápido (1994, p. 72).

⁶ A Congregação das Irmãs de Notre Dame de Namur foi fundada em 2 de fevereiro de 1804 em Amiens, na França, por Julie Billiart e Françoise Blin de Bourdon, cuja finalidade era a educação das meninas pobres francesas.

Assim, o povo estava sob a ameaça de ser expulso de suas terras, onde, de maneira oprimida, viviam e trabalhavam para sustentar suas famílias, os colocando em uma situação crucial para a própria sobrevivência, como bem descreve McCabe:

Por gerações, os camponeses tinham convivido com as secas, com a exploração do seu trabalho e com a desvalorização de sua produção. Agora, aparece a pior das ameaças: a expulsão da terra. Para esses agricultores, a terra é uma questão de vida ou morte. Por cinco gerações tinham vivido e trabalhado nessas terras como moradores, rendeiros ou parceiros explorados pelos “donos”, mas, apesar da exploração e das opressões, a terra representa a única esperança de vida, de alimentação, de cultura e trabalho. Expulsos, eles não têm para onde ir. Deixar a terra representa a morte (1994, p. 72).

Após uma luta acirrada e a resistência do povo, tendo o apoio das religiosas e padres que os acompanhavam, no ano de 1985 o Incra reconheceu esse território como Assentamento do Imóvel do Maceió, ganhando, assim, o povo o título coletivo da terra.

Quando tudo indicava que o povo do Maceió viveria em paz, no ano 2000 aparece mais um estrangeiro querendo tirar esse povo do seu território: o português Júlio Trindade tentou se apropriar da faixa de praia do Assentamento Maceió. Começa, outra vez, outro processo de luta, em que, em um primeiro momento, o povo se auto-organizou, acampando na praia e resistindo. Essa luta teve conflitos violentos com a polícia, algumas pessoas estão sendo processadas e, dessa vez, esse conflito dividiu a comunidade. Até hoje na praia do Maceió tem o Acampamento Nossa Terra e o Acampamento do Pirata, dividido por uma pequena faixa de terra, pessoas de uma mesma família encontram-se em lados opostos. Quando o conflito se acirrou, não demorou muito para aparecer o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no final de 2005, o Instituto Terramar e a Irmã Mary Alice para os acompanhar nesse novo processo em defesa do território.

Ressalta-se que, mesmo com esses apoios, o povo organizado foi e é o maior protagonista.

É dentro desse cenário de luta e com a participação plena do povo e da militância do MST que começou também a luta por uma escola de Ensino Médio, pois, até então, os jovens que quisessem fazer essa etapa do estudo tinham que se dirigir para o distrito de Baleia ou para a sede do município, em Itapipoca. Assim, após uma jornada de luta, no ano de 2010, o povo, juntamente com o MST, conseguiu trazer para o Assentamento Maceió a Escola Estadual de Ensino Médio Maria Nazaré de Sousa, mais conhecida como Escola do Campo Nazaré Flor. Um fator que contribuiu para que a escola viesse para esse lugar é que ela está em um dos mais antigos assentamentos do Ceará e com um número significante de famílias.

Agora, nos últimos anos (2010-2015), mesmo que a luta na praia não tenha sido resolvida com o falecimento do Júlio Trindade, pois seu herdeiro continua pleiteando na justiça aquele trecho de praia, os moradores desse território se veem diante de mais uma ameaça: a energia eólica.

ENTRE AMEAÇAS A SEMENTE GERMINA

*Vento que balança as palhas do coqueiro
Vento que encrespa as ondas do mar
Vento que assanha os cabelos da morena
Me traz notícia de lá.⁷*

Atualmente, o estado do Ceará é um dos produtores em potencial de energia eólica no Brasil. No ano de 2003 começaram os primeiros experimentos em relação à energia eólica. Em 2009 começaram a aparecer os primeiros parques eólicos na região leste do Ceará – Aracati,

⁷ Trecho da música “Prece ao vento”, de Fernando Mendes.

Camocim e Taíba –, tendo mais de dezoito parques eólicos instalados e mais 97 projetos a serem implantados, segundo os últimos dados da Associação Brasileira de Energia Eólica.

Porém, os parques eólicos instalados nas dunas cearenses têm impactado a natureza e o modo de vida das comunidades da zona costeira. Conforme Meireles (2009), a forma como essa energia vem sendo produzida tem alterado profundamente a paisagem, a fauna, a flora e a vida das pessoas:

As dunas representam reservas estratégicas de sedimentos, água, paisagens e ecossistemas que desempenham relações socioeconômicas vinculadas ao uso ancestral e sustentável das comunidades litorâneas e étnicas. São de interesse direto dos turistas, que vêm conhecer paisagens únicas no planeta. Com a industrialização das dunas, a degradação está alcançando os manguezais, praias e margens dos estuários. As aves migratórias que vêm da América do Norte (várias em risco de extinção) vão encontrar nas suas rotas sobre o rio Timonha as praias de Camocim, Acaraú e Beberibe e, provavelmente, sobre os manguezais de Icapuí moinhos decepadores com oitenta metros de altura. [...] Provocaram a fragmentação e completa artificialização da paisagem dunar, o soterramento das lagoas interdunares e danos irreparáveis aos achados arqueológicos (MEIRELES, 2009, p. 1).

As comunidades impactadas com o projeto de energia eólica falam ainda das modificações causadas no processo de implantação dos parques. A estruturação de estradas para o trânsito de caminhões, a presença de máquinas de grande porte nas comunidades e a derrubada de árvores modificam o território. Acrescenta-se a tudo isso o impedimento das pessoas, no caso das comunidades de mangue, de terem acesso aos seus manguezais, haja vista serem proibidas de transitarem no espaço do parque eólico; ouvimos relatos de comunidades ficarem impedidas, inclusive, de acessar o mar, como na comunidade do Cumbe, em Aracati.

Um dos mais novos projetos é o Complexo Eólico Baleia, a ser instalado no município de Itapipoca, atingindo diretamente o Assentamento Maceió, praticamente a única faixa litorânea do estado livre das eólicas. No ano de 2011, quando esta autora chegou ao assentamento, se ouviam as primeiras conversas a respeito desse assunto. Em 2012, via internet, o povo do Maceió ficou sabendo que um parque eólico estava vindo para a região. Esse povo já tinha ouvido e visto a experiência de um dos assentamentos vizinhos, Assentamento Sabiaguaba, no município de Amontada (CE), de como esse povo sofreu impactos ambientais e sociais que alteraram sua vivência e sua relação com o território.

Essa troca de experiências entre as lideranças locais aconteceu porque muitos deles – tanto do Maceió quanto do Sabiaguaba – são parentes e/ou amigos e também foi mediada pela presença do Instituto Terramar, que é uma organização não governamental que há vinte anos vem acompanhando as lutas e os conflitos na Zona Costeira do Ceará, auxiliando no “desenvolvimento humano, com justiça socioambiental, cidadania, participação política, autonomia dos grupos organizados e fortalecimento da identidade cultural dos Povos do Mar do Ceará” (Instituto Terramar).

Em 2012 houve as primeiras reuniões a respeito dos impactos causados pelos parques eólicos, promovidas pelo Instituto Terramar, nas comunidades do assentamento assessorado pelo professor doutor em Geografia da UFC, Jeovah Meireles, culminando em um grande seminário que favoreceu o intercâmbio de experiência entre os estados do Ceará, do Rio Grande do Norte e da Bahia. Todos esses processos auxiliaram o povo do Assentamento Maceió a conhecer mais sobre os impactos negativos em seu território e, assim, a ter uma visão crítica sobre tal empreendimento, e os primeiros seis integrantes do Grupo de Teatro Sementes da Arte estavam participando dessas atividades, conhecendo mais sobre esse assunto.

Em 2013, continuou-se a falar e discutir sobre esse problema, intensificando as reuniões e trocas entre as comunidades da Zona Costeira Leste, que já eram atingidas com os parques eólicos ou estavam sob ameaça de os ter instalados em seu território. No mês de setembro

de 2014, o Assentamento Maceió foi surpreendido com uma audiência pública sobre a instalação do Complexo Eólico da Baleia em sua região. Nessa única audiência, pela primeira vez, a população de Itapipoca obteve mais informações acerca desse empreendimento, como bem eles descrevem: “O Complexo Eólico Baleia será composto por um total de 58 aerogeradores, as centrais geradoras eólicas (CGE’s) gerarão uma potência total de 116 MW e apresentam uma expectativa de vida útil de vinte anos” (EIA-RIMA, 2014).⁸ Assim, algo que era apenas conversado, percebido como algo que poderia vir a acontecer, se tornou mais concreto quando a empresa começou a sondar o povo, mapear áreas, marcar regiões e entrevistar o povo para o EIA-RIMA. E, quando, na audiência pública, foi mostrado o mapa das regiões atingidas, se tornou concreta a ameaça que antes era meramente especulativa em conversas.

Um dos argumentos da energia eólica é que ela é energia limpa e sinônimo de desenvolvimento, sustentabilidade e avanço econômico para a região. Começou-se a pensar no conceito de desenvolvimento a partir da Revolução Industrial, e as consequências dos novos modos de produção e o triunfo do capitalismo como um modelo preponderante e sólido.

Há um certo tempo se vem discutindo o que é esse “desenvolvimento” que vem atrelado ao significado de progresso, crescimento, eficiência, riqueza. Uma das bases do desenvolvimento é o crescimento da taxa de lucro, que faz, até exaurir, com que a produção cresça, aumentando o consumo de mercadorias e assim propiciando uma corrida em busca dos recursos naturais.

Esse aceleramento em busca de um crescimento econômico cria uma relação de usurpação com o meio ambiente, visto que os recursos naturais são esgotáveis e/ou lentamente renováveis. Um exemplo disso

⁸ EIA é o Estudo de Impacto Ambiental. Trata-se de um diagnóstico da área onde o projeto será instalado, caracterizando o seu aspecto físico, biológico e socioeconômico desse local. O RIMA é o Relatório de Impacto Ambiental que refletirá as conclusões do EIA.

é a quantidade de torres eólicas projetadas nos parques (58 aerogeradores no Complexo Eólico Baleia e 1.300 torres já estão instaladas na Zona Costeira) e a quantidade de água utilizada por dia para a construção das torres (1 metro cúbico, que equivale a mil litros de água, 15 mil litros por torre). Tal aceleramento é insustentável porque a velocidade do avanço de construções de complexos de energia eólica é bem maior que a capacidade de os mananciais se renovarem com as chuvas (lençóis freáticos).

Atualmente, vivenciamos uma crise hídrica em vários estados do Brasil, principalmente na região sudeste. Apesar de décadas de projeções acerca da escassez de água, não houve uma gestão eficiente no âmbito do estado a fim de amenizar efeitos de uma possível e previsível escassez de água. Essa situação hídrica é uma consequência do modelo de desenvolvimento econômico e industrial que o Brasil vem adotando, pelo qual o lucro e o crescimento econômico se sobrepõem ao cuidado com o planeta e seus recursos naturais esgotáveis.

Esse contexto atual pode propiciar que a energia eólica venha a ser apresentada como um novo modelo de energia para superar esse colapso do sistema hidrelétrico, sendo imprescindíveis novos parques eólicos para salvaguardar energia elétrica para a população; porém sabemos que o consumo domiciliar é de apenas 25% e que o setor industrial consome 50%, sendo o restante em prol dos serviços públicos, entre outros. Dessa forma, essa energia não é para a população, e sim para o setor industrial, que visa ao mercado internacional.

Essa visão de mundo vai de encontro ao modo que sempre as comunidades tradicionais vêm se mantendo. Seu modo de viver é conectado com a terra, com os seus ciclos, com os seus sinais (o vento, a lua, as formigas etc.). Os pescadores e agricultores, com saberes herdados de geração em geração, sempre retiraram do mar e da terra o que lhes era necessário para viver (comer) e sobreviver (vender a pesca ou a farinha ou qualquer outro produto de seu trabalho na terra ou no mar, para assim comprarem o que lhes falta, como açúcar, sal, roupa etc.). Assim, respeitando suas necessidades, bem como os ciclos da terra (mesmo praticando algumas ações nem um pouco ecológicas, como queimar para fazer o roçado, prática muito comum no Assentamento Maceió), sua ma-

neira de produzir é sustentável porque está sincronizada com o viver da terra e suas comunidades e, mesmo as suas ações não benéficas – como a citada queimada – não são nada em comparação com a grande escala de prejuízos ecológicos que a construção de um parque eólico pode causar.

Só pelo que fora dito acima, o argumento de sustentabilidade mostra sua ineficiência ao afirmar que a energia eólica é limpa e sustentável. A ideia de sustentabilidade nos lembra que, nos últimos anos, a crise ambiental e seus efeitos em nível planetário se tornaram tema entre muitos grupos e organizações e, no âmago desses debates, a questão natureza e economia impulsiona as diversas posições que se têm a respeito desse assunto, provocando as pessoas a pensarem a relação de exploração que a economia detém sobre a natureza. Como diz o economista espanhol Martinez Alier, “estamos acostumados a viver num sistema de mercado generalizado. Até mesmo a terra, conquanto seja propriedade pública, constitui geralmente propriedade privada e é objeto de compra e venda” (1984, p. 1). Podemos dizer o mesmo em relação ao vento, que é a força motriz da energia eólica, que impulsiona os aerogeradores a produzir a energia, privatizando o vento e dando-lhe um valor monetário.

Desse modo, é a necessidade de se ganhar mais dinheiro que leva a uma produção desenfreada, na qual é irreparável o dano ambiental, e não a necessidade humana, já que tal energia produzida pelos ventos não chega à casa do povo, mas sim às empresas siderúrgicas, termoelétricas, entre outras que estão a serviço do capital privado, mesmo tendo esse empreendimento caráter público, com investimento de 60% do capital público e 40% das empresas privadas.

Dessa forma, percebemos que os conflitos socioambientais têm sido regra neste país, haja vista esses serem apenas alguns dos exemplos de tantos outros projetos agro-hidroenergéticos presentes no Brasil. Não por acaso esses territórios são historicamente pertencentes a comunidades tradicionais, com forte memória e cultura étnica, a exemplo também do Assentamento Maceió, que ainda traz com seu povo herança indígena e negra quilombola. Assim, podemos também refletir sobre o racismo ambiental (PACHECO, 2007), categoria tão cara que

revela as injustiças ambientais cometidas por empresas com aval do Estado a territórios demarcados pelas suas dimensões étnico-raciais e demais populações vulneráveis.

OS PRIMEIROS BROTOS

*Se temos de esperar, que seja para colher a semente boa
que lançamos hoje no solo da vida. Se for para semear,
então que seja para produzir milhões de sorrisos de so-
lidariedade e amizade.⁹*

No ano de 2012, com a inserção desta autora na escola Estadual de Ensino Médio Maria Nazaré de Souza como educadora regente do Espaço de Multimeios Nazaré Flor, deu-se início ao Grupo de Teatro Sementes da Arte. Tudo começou em meados de junho, quando foi colocado nos quadros de avisos um convite para os jovens educandos que quisessem fazer parte de um grupo de Teatro do Oprimido.

O cartaz em si não fez muito sucesso por causa do nome, mas, aos poucos, foi-se informando sobre o que era a proposta, quando os jovens apareciam na biblioteca. Assim, vieram se inscrever os seis primeiros jovens: Elenilça – mais conhecida como Dulia –, Maria Girlene – mais conhecida como Bibia –, João Fortunato, Maria Gedvâne (todos da comunidade de Apiques e que já faziam parte do grupo teatral Flores da Arte, do grupo de jovens da capela católica, a jovem Naisângela, da comunidade Sítio Coqueiro, e o jovem Lúcio Cunha, do distrito de Baleia, que fica fora do assentamento.

Em agosto de 2012 as reuniões do grupo começaram e foram tirados dois dias da semana para que o grupo pudesse se reunir. Como já estava próximo do dia 7 de setembro, dia da Independência do Brasil, o

⁹ Poesia de Cora Coralina.

grupo construiu junto uma poesia baseada em sua realidade, ensaiou, pensou como seria a apresentação na escola e combinou que não avisaria ninguém. Também nesse ínterim o grupo escolheu seu nome, após muita conversa.

Desse modo, no dia 4 de setembro de 2012 o grupo declamou nas salas de aula a sua poesia e chamou aquele momento de “batizado”. Um dos pontos centrais dessa primeira atuação do grupo foi problematizar a situação pela qual os estudantes estavam passando: a greve do transporte escolar. Assim, sua primeira atuação já tinha um cunho político. Nos meses seguintes o grupo foi realizando suas reuniões, se conhecendo e foi se apropriando da metodologia do Teatro do Oprimido por meio dos jogos e exercícios.

Desse modo, esse grupo tem como base o Teatro do Oprimido, que foi uma metodologia desenvolvida pelo teatrólogo brasileiro Augusto Boal, que, por meio de exercícios, jogos e técnicas teatrais, traz à tona as situações de opressão que sofrem tanto os integrantes do grupo quanto os da comunidade que os pratica.¹⁰ Esse método do Teatro do Oprimido surgiu no final da década de 1960, por meio de debates e experimentações dos integrantes do Teatro de Arena,¹¹ e tem como influência direta as metodologias da Educação Popular Latino-Americana, de Paulo Freire, e da Teologia da Libertação, sempre ressaltando a prática de ação-reflexão-ação. Augusto Boal, no que tange ao Teatro, diz que é uma arte marcial, inclusive ele tem um livro com esse título, afirmando que o teatro é uma forma de lutar,

¹⁰ O Teatro Fórum é uma prática do Teatro do Oprimido, em que, por meio da problemática apresentada no palco, a plateia é convidada a intervir na cena, subindo ao palco e substituindo o protagonista e, assim, apresentando uma possível solução para aquela situação de opressão.

¹¹ O Teatro de Arena foi um grupo teatral de São Paulo (SP) que se tornou ímpar na história do teatro brasileiro. Foi um grupo atuante nas décadas de 1960 e 1970 que propiciou uma nacionalização do teatro brasileiro. Seu maior sucesso foi a peça de cunho sócio político *Eles não usam black-tie*.

sempre em favor dos oprimidos, como ele mesmo diz: “O Teatro do Oprimido, em todas as suas formas, busca sempre a transformação para as ações futuras. Não basta interpretar a realidade: é necessário transformá-la, disse Marx com admirável simplicidade” (2005, p. 19). Gadotti afirma que “o potencial pedagógico do teatro é ainda maior quando ele se torna intencionalmente educador, como o caso do Teatro do Oprimido” (2007, p. 42), contribuindo, assim, com a formação dos sujeitos, na afirmação de sua identidade dentro de um cenário político de lutas sociais.

O “teatro popular”, ou “teatro operário”, já tem um longo percurso, que remonta ao final do século XIX, quando surgiram expressões teatrais lideradas pelos trabalhadores operários, cujo objetivo era facilitar uma comunicação de operários para operários, com as temáticas políticas da luta por direitos dessa classe. Assim, no início da década de 1970, em São Bernardo do Campo, tal experiência era vivida na região via sindicato, dando uma nova caracterização às lutas trabalhistas, nas quais se interligavam política e cultura, discutindo temas tais como: “a estrutura moral e econômica da sociedade, os embates pelo poder e o capital, as pequenas negociatas, a exploração do operário” (Paranhos, 2006, p.10). O teatro operário incentivou de forma ímpar o movimento metalúrgico em São Bernardo do Campo, dando sua contribuição ao sindicalismo brasileiro.

O Teatro do Oprimido tem como objetivo democratizar o ato de encenar, possibilitar uma reflexão acerca da situação de opressão vivida individualmente e coletivamente e buscar alternativas para transformar as situações de opressão, por meio do diálogo que se desenvolve em cena entre os atores e os espectadores, por meio do Teatro Fórum, favorecendo o protagonismo, nesse caso específico, da juventude. Assim, caracteriza-se como um teatro político, libertador e dialógico e, no Teatro do Oprimido, há de se ter sempre uma posição política perante a realidade circundante.

Como Freire diz, “quanto mais crítico um grupo humano, tanto mais democrático e permeável, em regra. Tanto mais democrático quanto mais ligado às condições de suas circunstâncias” (2011, p. 126). Assim, percebe-se a inserção dos educandos e educandas que atuam

no grupo de teatro a respeito dos conflitos e lutas do Assentamento Maceió. Não que o teatro seja o único espaço que favorece tal criticidade, mas, digamos, é um dos espaços que propicia tal engajamento e consciência a respeito dos conflitos na Zona Costeira, na qual esse território está inserido. E o pertencer a um grupo de Teatro do Oprimido é também uma opção política, como afirma Boal:

Fazer Teatro do Oprimido já é resultado de uma escolha ética, já significa tomar o partido dos oprimidos. Tentar transformá-lo em mero entretenimento sem consequências seria desconhecê-lo; transformá-lo em arma de opressão seria traí-lo (2012, p. 25).

Esse teatro, dentro do âmbito da escola do campo, não é um mero teatro escolar; ao contrário, ele se opõe ao teatro escolar, que retrata meramente os dias especiais do calendário escolar, mas tem como característica predominante a posição política e atuante dos integrantes que dele fazem parte.

Pensando no espaço escolar como ponto de partida, já que a existência de tal grupo pesquisado nasce dentro de um contexto escolar e relacionando com o pensamento de Gramsci, que diz que “a escola é o instrumento para elaborar os intelectuais de diversos níveis” (1982, p. 9), é proposto à escola o desafio de formar sujeitos críticos e propiciar condições aos seus educandos/as de estabelecerem ações que mudem os segmentos e estruturas que os oprimem. Nesse sentido, a escola do campo nasce a partir da luta dos camponeses organizados, empoderados de suas identidades e que têm como característica a luta como base de sua existência, de sua organização e de sua própria pedagogia. A Educação do Campo nasce da ausência de direitos, está dentro do contexto da luta por terra e dentro de uma classe social específica, a classe trabalhadora, nascida e ancorada pelos movimentos sociais.

Um dos jovens que fora entrevistado para entrar no grupo disse que o que chamou sua atenção e o cativou a participar foi porque o grupo retrata questões da vida do povo e que o povo pode falar, interagir

com os atores e atrizes. O que ele mais gostou foram as intervenções do público no palco e as opiniões que as pessoas expressaram espontaneamente. O foco desta pesquisa não é propriamente a produção artística, mas sim a ação pedagógica por detrás das atuações teatrais dos jovens e o desencadeamento político das ações que tais apresentações suscitam tanto nos jovens do grupo teatral como na comunidade que os assiste e dentro do próprio espaço escolar.

Assim, os educandos e educandas do grupo teatral da Escola do Campo Nazaré Flor, ao vivenciarem a opressão de grandes empreendimentos, tais como a especulação imobiliária, a ameaça da implantação de parques eólicos em sua região, os Planos Locais de Desenvolvimento da Maricultura (PLDM) – que visa à criação de algas e peixes em gaolas, em alta escala dentro do mar –, também percebem as opressões dentro do cenário da comunidade escolar, já que, por meio da vivência com o teatro, esses jovens começam também a questionar tanto as opressões sociais macros quanto as micros. Um exemplo disso foi a peça *Que droga é essa, man?*, que foi apresentada nas comunidades no ano de 2013, dialogando sobre a problemática das drogas tanto na escola quanto nas comunidades. Percebe-se que, de certa forma, o teatro contribui para que o educando desenvolva seu senso crítico da realidade tanto no âmbito escolar quanto dentro do espaço comunitário.

AS SEMENTES NO CAMPO

*Vou pro campo. No campo tem flores. As flores têm mel.
Mas à noitinha estrela no céu, no céu, no céu....¹²*

O grupo já desenvolveu sete peças teatrais, seis delas envolvendo a temática das ameaças pelas quais passa esse povo, já citadas anteriormente, e uma de cunho de resgate cultural, que foi *Os encantados do*

¹² Trecho da música “Meninos”, de Xangai.

Maceió, na qual o grupo fez uma pesquisa sobre as histórias antigas de Trancoso, botijas de ouro e aparições, ao perceberem que tais histórias estão se perdendo, já que as comunidades, cada vez mais, têm pouco tempo de partilha de histórias entre seus membros jovens e idosos.

Vê-se que a peça que mais fez o grupo se destacar – por ter sido a primeira – foi *Os filhos do vento*. A partir de uma conversa sobre o que estava acontecendo no Assentamento Maceió naquele ano de 2012, surgiu a ideia de se trazer à tona para a comunidade escolar, bem como para as comunidades do Assentamento Maceió, algum tipo de ameaça, de opressão que estava atingindo, ou que poderia, no futuro próximo, atingir a comunidade. Os jovens do grupo descobriram um tema relevante, um conflito: o projeto de implementação dos parques eólicos, esse seria o conflito a ser dramatizado e discutido por meio do teatro.

Para se chegar à peça em si, ao diálogo das personagens, fizeram-se algumas oficinas com o grupo de teatro e com mais dez jovens da Roda de Leitura, atividade que a biblioteca fazia todas as quartas-feiras para os educandos e educandas que tinham dificuldades com a leitura, naquele ano de 2012. Esses dois grupos, totalizando quinze jovens, assistiram a reportagens sobre a energia eólica, ouviram entrevistas de moradores de comunidades praianas no Ceará que foram atingidas pela energia eólica e, conjuntamente, construíram um cordel que se tornou a fala das personagens da peça *Filhos do vento*. Ressalta-se aqui, o ato de educar; está intrinsecamente permeando toda ação dentro deste grupo de teatro bem como da escola do campo, como bem diz o Gadotti:

Educar é sempre impregnar de sentido todos os atos de nossa vida cotidiana. É entender e transformar o mundo e a si mesmo. É compartilhar o mundo, compartilhar mais do que o conhecimento, ideias, compartilhar coração. Numa sociedade violenta como a nossa é preciso educar para o entretenimento. Educar também é desequilibrar-se (e por que não desaprender), duvidar, suspeitar, lutar, tomar partido, estar presente no mundo (2007, p. 42).

A peça traz a problemática da instalação dos parques eólicos no litoral cearense, focalizada pelo olhar da juventude, que se encontra dentro do processo de violência social, ambiental e cultural que tais projetos trazem às comunidades praianas e camponesas. Enfoca de modo particular a história das jovens, que, em muitos empreendimentos como esse, acabam se envolvendo amorosamente com os trabalhadores das construções, ficam grávidas e são abandonadas por esses homens, sofrendo assim todo um preconceito dentro de sua própria comunidade.

A jovem protagonista dessa peça chama-se Maria. Após um relacionamento amoroso com um dos trabalhadores do parque, fica grávida, em uma situação social de exclusão, por estar grávida de “um filho do vento”,¹³ ainda se depara com a proibição de ir até a praia catar lodo – algas marinhas – para poder vender e comprar o enxoval da criança, se vê diante de uma lagoa secando, devido às torres eólicas, que destroem as dunas, que são filtros naturais de manutenção das lagoas doces, e do barulho ensurdecedor das torres, que não lhe deixa fazer dormir sua criança, quando ela nasce, e ainda faz tremer sua casa. Tudo isso de maneira simples, direta e cômica.

O grupo Sementes da Arte apresentou a peça *Filhos do vento* nas comunidades do Assentamento Maceió, ajudando-as a refletir sobre os impactos da instalação desse empreendimento no Assentamento Maceió.

O teatro é uma linguagem, em si, lúdica e, dentro de um espaço escolar, está dentro dos muros da escola e além dele, propiciando que a escola chegue até as comunidades por meio das dramatizações e que assuntos complicados e doloridos possam ser entendidos e até irônicos. Ao mesmo tempo, empodera os educandos, capacita-os a refletir sobre suas ações, suas posições, dando sentido ao seu ser político. No Projeto Político-Pedagógico da Escola Nazaré Flor, é bem claro que:

¹³ Assim o povo chama as crianças de pais que não assumem sua paternidade, principalmente em casos de grandes empreendimentos.

A escola do campo, concebida nesse projeto, pretende contribuir com a formação de um novo homem e uma nova mulher, sujeitos de uma nova sociedade, superando os valores do individualismo, do egoísmo e do consumismo, raízes da exploração dos seres humanos, que produz miséria e violência; e da destruição ambiental, que ameaça a vida em todo o planeta (2013, p. 23).

O espaço educacional – na maioria das vezes – tende a repetir a pirâmide social que nos é imposta pelo sistema capitalista, corroborando assim a escola, na manutenção do *status quo* de uma hegemonia intransitiva, que é vertical, de cima para baixo, do centro para as periferias, da cidade para o campo. Assim, a hierarquia escolar assemelha-se às classes sociais.

Nesses dois anos e meio de existência do grupo Sementes da Arte, já passaram por esse grupo cerca de trinta jovens. Uns chegaram e ficaram participando ativamente; outros vêm, demoram-se um pouco e partem; outros, ainda, vêm por um dia e já basta. Todo início de ano se fazem convites para novos integrantes e essa dinâmica se repete. Também tem se tornado uma constante alguns rituais que marcam a identidade e formação desses sujeitos: o batizado dos novos integrantes, fazendo a *performance* nas salas de aula com alguma poesia construída pelo coletivo e fazendo referência a alguma situação atual de opressão; se tem algum projeto conversado por todos e todas para ser desenvolvido naquele ano; participam ativamente das reuniões a respeito da eólica; e o que chama atenção é que, mesmo os educandos e educandas que já finalizaram o Ensino Médio, permanecem atuando no grupo, o que, de uma certa maneira, é o que os mantêm interligados à escola do campo Nazaré Flor. Os jovens falam claramente de como ter participado do grupo contribuiu para sua formação como pessoa, como bem explicita este depoimento:

A honra de ver o ser humano que sou é dessa galera, que participou completamente dessa transformação. Conhecer o outro lado e deixar de se importar só com o

seu nariz, foi o que aquela companheirada me ensinou. O ser crítico politizado não nasceu nos cursos de militância,

ou na prática de luta, o ser crítico que tenho em mim nasceu com vocês (Sementes da Arte). Sabe aquele lance de a transformação ter que acontecer em você para poder pensar em mudar o mundo? Pois foi isso que aconteceu, não só em mim, mas nessa galera toda.¹⁴

Outra jovem, que faz parte do grupo desde sua origem, reforça que é “um teatro que intervém com o povo, que coloca situações reais, principalmente aquelas mais presentes no nosso cotidiano”. Ressalta-se, então, que, de uma maneira singular, o grupo de teatro Sementes da Arte contribui para a formação política de seus sujeitos de uma maneira que eles mesmos se formam por meio de suas vivências e, ao longo do processo de formação e atuação nos palcos, reconhecem as mudanças ocorridas neles e ao redor deles. Nesse sentido, a educação entraña-se na pele, fica o essencial para a vida, como bem diz Castro (apud FRIGOTTO, 2004, p. 297): “Educação é o que fica depois que se esqueceu o aprendido. É ser capaz de falar sobre o que não se aprendeu a falar. É lidar com as perguntas cujas respostas não se aprenderam na escola”, justamente porque ensina para a vida, para além dos conteúdos das matérias, para além dos muros da escola, como também afirma outra jovem do grupo, quando explicita que, por meio de sua atuação no grupo, ela desenvolveu sua formação “humana, política e solidária.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS: EM SOLO FÉRTIL AS SEMENTES RESISTEM

*Ontem um menino que brincava me falou
Que hoje é semente do amanhã...*

¹⁴ Entrevista concedida à pesquisadora.

Pra não ter medo que este tempo vai passar...

*Não se desespere não, nem pare de sonhar.*¹⁵

A formação desses jovens do Grupo de Teatro Sementes da Arte está em um processo contínuo, como qualquer grupo formado por jovens. Eles e elas têm suas dificuldades de relacionamento, têm os seus altos e baixos e vêm, nesse encadeamento de vivências, se autotransformando entre si e no ambiente em que estão atuando. Pode-se dizer que o grupo marca a formação desses sujeitos, afirmado por eles mesmos que foi parte integral de sua formação, mesmo por aqueles que não mais participam diretamente do grupo.

O fato de se estar inserido em uma escola oferece vantagens, como a facilidade de interagir com a juventude do assentamento, visto que a maioria estuda na escola do Campo Nazaré Flor; ajuda a multiplicar informações e mobilizar para as apresentações nas comunidades, mas, ao mesmo tempo, percebe-se uma dificuldade de os jovens do teatro terem um diálogo mais próximo com a gestão e até mesmo com alguns educadores, por eles e elas não se sentirem valorizados pela escola em si. Outro fator que os ajuda é a aproximação com o Instituto Terramar, que os convida para as atividades tanto dentro como fora do assentamento, bem como as próprias comunidades do entorno.

Sempre houve entre os mais velhos da luta no Assentamento Maició a reclamação de que a juventude não está se inserindo na luta e o que se percebe, a partir desse grupo, é que, de um jeito muito singular, eles e elas vêm se apropriando do sentido de lutar, de defender seu território, sua identidade como jovem do campo, não de uma forma abrupta, repentina, mas dentro do movimento de fazer parte de um grupo cultural político. Ao permanecer e se sentir pertencente ao grupo, vai-se dando a formação do sujeito, em ritmo pessoal e coletivo, em que uns perseveram e outros desistem. E existe o reconhecimento, por

¹⁵ Trecho da música “Semente do amanhã”, de Gonzaguinha.

parte dos que têm mais anos na luta, desses jovens como pessoas que estão ativamente na defesa da sua terra e cultura.

O grupo, por suas características próprias, não consegue agregar um grupo numeroso de jovens, mas, em suas atuações e trabalhos de base (participações em reuniões, animações em novenários, celebrações religiosas, eventos esportivos, festas etc.), conseguem passar informações a outros jovens quando são abordados ou quando, nesses momentos, pedem a palavra para dar algum recado referente às lutas que estão acontecendo. Em algumas famílias, os jovens tiveram o apoio dos seus pais; em outras, houve atritos justamente pelo tipo de teatro que o grupo pratica. Há pais que apoiam e outros que não, mas deixam seus filhos/as permanecerem no grupo.

Atualmente, o grupo se esforça para fazer seus encontros e está abrindo inscrições para novos componentes. É mister observar que, quando o grupo não se reúne, eles e elas manifestam seu desejo de se reunir e fazer algo juntos. O futuro do grupo vai se desenvolvendo no mesmo ritmo das lutas desse povo, misturando de uma maneira significativa vida, arte e luta. As sementes se transformam e esses jovens, mulheres e homens, hão de se transformar e carregar a sua história, pois o Teatro do Oprimido proporciona que os jovens reafirmem seu compromisso para o bem comum, para os seus direitos enquanto povos do mar, fazendo-os sair do espaço de indiferença perante as opressões de sua comunidade e os incentivando a buscar sua história, reconhecendo-a como um valor a ser defendido e, por fim, dando um sentido de pertença à herança de força dessa cultura camponesa, praiana, cuja história continua a semear novos protagonistas dessa luta viva do povo do Assentamento Maceió.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEZERRA, Viviane Prado. **Porque se nós não agir o pudê não sabe se nós isiste nu mundo:** o MEB e o Dia do Senhor em Sobral (1960-1980). Sobral: Edições ECOA, 2014.

_____. “**O mundo também era para nós**”: camponesas dizem de sua vida e trabalho no Movimento do Dia do Senhor em Sobral(CE) (1970-1990). Disponível em: <http://www.encontro2012.historiaoral.org.br/resources/anais/3/1337889164_ARQUIVO_Omundotambemeraparanoscamponesasdizemdesuavidetrabalho-noMovimentodoDiadoSenhoremSobral- CE_1970-1990_.pdf>. Acesso em: 1º out. 2014.

BOAL, Augusto. **Jogos para atores e não atores**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

_____. **Teatro do Oprimido e outras poéticas políticas**. 12. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

_____. **O teatro como arte marcial**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

BOSI, Alfredo (org.). **Cultura brasileira: temas e situações**. São Paulo: Ática, 1987.

SEED-PR – Secretaria de Estado da Educação de Curitiba. **Educação do campo/ Paraná**. Superintendência da Educação/Departamento de Ensino Fundamental. Curitiba, 2005 (Cadernos Temáticos).

CALDART, R. S. A escola do campo em movimento. In: ARROYO, M. G. et al. (orgs.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

CONNEL, Lorraine. **Cocos pavimentam a estrada do desenvolvimento:** a história do desenvolvimento econômico de uma comunidade de base no Brasil. Boston: Irmãs de Notre Dame, 1994.

DEMO, Pedro. **Pesquisa participante:** saber pensar e intervir juntos. 2. ed. Brasília: Liber Livro, 2008.

CALDART, Roseli Salete et al. (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____. Pedagogia do Oprimido. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (orgs.). **Ensino Médio: ciência, cultura e trabalho**. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Brasília: MEC; SEMTEC, 2004.

GADOTTI, Moacir. Teatro do Oprimido e educação. **METAXIS: Informativo do Centro do Teatro do Oprimido (CTO-Rio)**, Rio de Janeiro, n. 3, nov. 2007.

_____. **A escola e o professor: Paulo Freire e a paixão de ensinar**. São Paulo: Publisher, 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

MARTINEZ-ALIER, Joan. Economia e ecologia: questões fundamentais. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_07/rbcs07_05.htm>. Acesso em: 1 fev. 2015.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT. **Manual de investigação em ciências sociais**. Lisboa: Gradiva, 1988.

MCCABE, Maria Alice. **História na mão:** algumas camponesas contam como se conscientizaram (uma história oral). Irmãs de Notre Damme de Namur, 1994.

MEIRELES, Antônio Jeovah Andrade. Usinas devoradoras das dunas. **O Povo**, Fortaleza. Disponível em: <<http://opovo.uol.com.br/opovo/opiniao/914559.html>>. Acesso em: 23 set. 2014.

PARANHOS, Kátia Rodrigues. **Teatro e trabalhadores:** textos, cenas e formas de agitação no ABC paulista. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/062/62paranhos.htm>>. Acesso em: 14 mar. 2015.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DE FORMAÇÃO INTEGRAL DO CAMPO DE ENSINO MÉDIO MARIA NAZARÉ FLOR. Itapipoca, 2012.

RODRIGUES, Maria de Fátima Ferreira. **Terra camponesa como recriação:** genealogia do lugar e da paisagem (dissertação). Universidade de São Paulo. São Paulo, 1995.

RODRIGUES, Romir. O Ensino Médio no Brasil: da invisibilidade à onipresença. In:

CALDART, Roseli Salete et al. **Caminhos para a transformação da escola:** reflexões desde práticas da licenciatura em educação do campo. São Paulo: Expressão Popular: 2010.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, Edson. **A aventura antropológica.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

WEIL, S. **A condição operária e outros estudos sobre a opressão.** Antologia organizada por Ecléa Bosi. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

PARA ALÉM DO QUE SE VÊ, OUVE E LÊ: INDÚSTRIA CULTURAL E A CONSTITUIÇÃO DA JUVENTUDE DO MST

Alison Cleiton de Araújo¹

Maiara Batista²

INTRODUÇÃO

Atualmente, evidenciamos a consolidação do agronegócio como estratégia do capital internacional. Essa estratégia visa articular a agricultura à indústria, de modo a promover a integração campo-cidade pelo incremento técnico, científico e informacional, de modo a legitimar-se socialmente e ocultar os processos perversos constituídos pelo uso de defensivos agrícolas, pela manutenção da monocultura, pela concentração fundiária e pelo trabalho escravo. Diante de tal demanda, há o fomento do caráter ideológico, na esfera da reprodução do ser social, tendo a necessidade de uma indústria que objetiva a difusão de produtos culturais para o consumo.

Deparei-me com tal contexto a partir da militância política em áreas de reforma agrária junto ao movimento social Levante Popular da Juventude,³ fato que me estimulou a estudar tal temática durante a graduação em Serviço Social e na Especialização em Direitos Sociais do Campo, cujo interesse parte do questionamento acer-

¹ Docente do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Goiás. Orientador pedagógico na Especialização em Direitos Sociais do Campo, Turma Dom Tomás Balduíno. E-mail: alisonufg@yahoo.com.br.

² Docente do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Goiás. Especialista em Direitos Sociais do Campo pelo Programa de Residência Agrária da Universidade Federal de Goiás. E-mail: maiarabatista_fss@hotmail.com.

³ Levante Popular da Juventude é um movimento social nacionalizado em 2011 que busca a organização da juventude brasileira a partir de sua inserção territorial em torno das pautas do Projeto Popular. Mais informações em: <http://www.levante.org.br>.

ca dos impactos da indústria cultural na constituição da juventude sem-terra.

Estudar a indústria cultural na conformação da juventude do campo significa identificar os principais elementos influenciadores na formação do modo de pensar e viver do jovem do campo, possibilitando a compreensão do uso da cultura como forma de construção de consenso pelo capital e também da totalidade contraditória na qual estão inseridos, de modo que tais apreensões possam estimulá-los à reflexão acerca da realidade do campo, dos direitos sociais negados, destacando a necessidade de organização para contrapor-se a tal processo.

Na atualidade, o estudo acerca da indústria cultural no interior das universidades é caracterizado pelo isolamento em institutos e, especificamente, nos programas de pós-graduação, impossibilitando articulação com outros campos do saber e outras expressões da questão social, como a questão agrária e a juventude do campo. Nos movimentos sociais existe a necessidade de apreender e refletir sobre os impactos da indústria cultural e a mercantilização da cultura e da vida, sendo ainda necessário aprofundar e refletir sobre ações contra-hegemônicas. Daí a importância da formalidade deste estudo dentro do espaço institucional da universidade, como uma forma de disputa de ideias, fomentando a criação de uma ciência com intencionalidade classista e que responda a necessidades coletivas concretas.

Visando a um estudo que materializasse uma perspectiva classista acerca da temática, a metodologia utilizada nesta pesquisa baseou-se nos princípios do método materialista histórico dialético, que oferecem elementos para a análise dos múltiplos determinantes da realidade de forma crítica e totalizante. Optou-se também pela pesquisa-ação,⁴ que, diferentemente da tradicional entrevista, busca, para além

⁴ A pesquisa-ação é um exemplo de metodologia participativa que, segundo Thiollet (2003), ganha destaque em 1980 com a diferenciação da extensão universitária, no auge dos anos 1960 e 1970, marcada pelos movimentos de contracultura e críticos à sociedade que estão em efervescência. O surgimento dessas metodologias deu-se como forma de questionar a extensão predominante na época, caracterizada pela mera

da coleta de dados e da construção de retratos da realidade, identificar problemas e modos de solução por parte dos sujeitos envolvidos e também contribuir para a construção do conhecimento teórico e conceitual (THIOLLENT, 2003, p. 59).

Dando prioridade para a fala do sujeito e o compartilhamento de saberes, valorizamos, ao longo de todo o trabalho, ações visando ao conhecimento da área a ser pesquisada, ao diálogo permanente com o movimento social, à articulação com instituições que já realizavam atividades na área de pesquisa, à criação de vínculo com os sujeitos participantes.

Para o início das atividades, realizamos em junho de 2013 um plano de ação baseado em três objetivos centrais: 1) contribuir com a formação dos jovens do assentamento; 2) conhecer a realidade vivenciada por eles; 3) apreender a categoria juventude do campo. Para cada objetivo, pensou-se em ações pertinentes que, ao longo dos “tempos escola”⁵, foram avaliadas e reelaboradas para condizerem com a realidade vivenciada, norteada pelos objetivos já citados.

Diante desse posicionamento, passamos a realizar atividades em conjunto com o Projeto de Extensão da Faculdade de Serviço Social (FSS) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), intitulado “Inclusão digital para jovens de áreas de assentamentos rurais da Zona da Mata” e, consequentemente, das atividades desenvolvidas na universidade sobre a temática.

Importante ressaltar que o contato com o Setor Estadual de Juventude e o Coletivo de Juventude do assentamento foi uma das ações prioritárias realizadas durante os “tempos comunidade”, uma vez que

transmissão do conhecimento universitário. Desejava-se uma extensão cujos sujeitos envolvidos, internos e externos, pudessem participar da produção do conhecimento e também o reconhecimento do papel imprescindível da extensão para tal.

5 “Tempo escola” (TE) e “tempo comunidade” (TC) são elementos constitutivos da Pedagogia da Alternância, que aponta uma nova relação trabalho-educação baseada na cooperação e autogestão e é aplicada principalmente em espaços de educação do campo.

nos permitiu dialogar com o movimento para conhecer as demandas, além de construir coletivamente as atividades e acessar documentos e publicações referentes à juventude. O processo de planejamento, monitoramento e avaliação, ocorridos principalmente pelos relatórios dos “tempos comunidade”, foi essencial para a realização do referido projeto.

Exposto isso, este trabalho pretende socializar, por meio do relato de experiência, as vivências e apreensões obtidas nos últimos quatro “tempos comunidade” junto ao Coletivo de Juventude, espaço auto-organizado da juventude sem-terra, e ao projeto de Extensão.

Como material de reflexão, utilizamos as impressões, as análises e os questionamentos realizados ao longo das atividades dos quatro “tempos comunidade”, sendo que a temática indústria cultural e juventude do campo foram trabalhadas mais sistematicamente em uma roda de conversa feita com a juventude do assentamento e um grupo focal.⁶ Essa escolha deu-se devido à potencialidade de tal técnica para obtenção de informações qualitativas e estímulo reflexivo dos envolvidos. Como os sujeitos participantes das atividades são jovens entre 14 e 18 anos, optamos por realizar o grupo focal em formato diferenciado para estimular a participação. Foi feita uma oficina sobre cultura e indústria cultural, construída a partir de um jogo – Teen’s Game –, objetivando identificar elementos constitutivos da indústria cultural no cotidiano dos jovens do campo.

Abaixo, apresentamos tabela com as atividades realizadas juntamente ao Projeto de Extensão da FSS/UFJF e o Coletivo de Juventude durante o período de junho de 2013 a dezembro de 2014.

⁶ Dias (2000) destaca que essa técnica surge nos anos 1950 com a proposta de analisar a opinião de consumidores em pesquisas mercadológicas e em 1980 é ressignificada. Seu objetivo principal é identificar percepções, sentimentos, atitudes e ideias dos participantes a respeito de determinado assunto. O grupo participante está em torno de seis a dez pessoas, podendo ser composto de forma mais homogênea ou não, dependendo dos objetivos da pesquisa. O facilitador é responsável pelo planejamento e pela coordenação do grupo. Durante a coordenação, o facilitador deve criar um espaço propício ao debate, esclarecendo os objetivos do grupo e utilizando exercícios de descontração.

Atividades	Períodos			
	1º TC Junho 2013	1º TC Julho 2013	2º TC Agosto a Dezembro 2013	2º TE Janeiro 2014
Conhecimento do Território (documentos, conversa com militantes, pesquisas em geral)	X		X	
Elaboração Plano de Trabalho	X			
Planejamento e participação de atividades referentes a questão agrária na Universidade			Organização mesa de debates “Nem um minuto de silêncio – Violência no campo na América Latina e no Brasil”	
Reuniões Grupo de Pesquisa Questão Agrária FSS/ UFJF			X	
Planejamento, avaliação e execução de oficinas junto a Projeto de Extensão da FSS/ UFJF e MST				
Diálogo com MST: Coletivo Estadual de Juventude MG e Coletivo de Juventude do Assentamento Cultura	X		X	
Fomento à vivência e participação da Juventude Sem Terra com outros movimentos sociais locais			– Curso de Realidade Brasileira na Escola – Módulo Questão Agrária – Organização “Cinema no Assentamento” – Grito dos Excluídos 2013 – Participação reunião setor de Juventude – Participação Preparação para VI Congresso Nacional MST	
Avaliação e monitoramento			X	X
Pesquisa Bibliográfica		X	X	X
Orientação		X		X
Sistematização e elaboração de artigo				

Atividades	Períodos			
	3º TC Fevereiro a Julho 2014	3º TE Julho 2014	4º TC Agosto 2014 a Março 2015	4º TE Seminário de Encer- ramento Abril/ 2015
Conhecimento do Território (documentos, conversa com militantes, pesquisas em geral)	X		X	
Elaboração Plano de Trabalho				
Planejamento e participação de atividades referentes a questão agrária na Universidade	– Jornada Univer- sitária em Defesa da Reforma Agrária UFJF; – Participação Grupo de Estudos sobre Questão Agrária		– Participa- ção Grupo de Estudos sobre Questão Agrária	
Reuniões Grupo de Pesquisa Questão Agrária FSS/ UFJF	X		X	
Planejamento, avaliação e execução de oficinas junto a Projeto de Extensão da FSS/ UFJF e MST	– Oficinas de teatro – Preparação Jorna- da Universitária		– Oficinas de Audiovisual – Grupo Focal Indústria Cultural e Juventude Sem Terra – Roda de conversa so- bre Juventude	
Diálogo com MST: Coletivo Estadual de Juventude MG e Coletivo de Juventude do AssentamentoCultura	X		X	

Atividades	Períodos			
	3º TC Fevereiro a Julho 2014	3º TE Julho 2014	4º TC Agosto 2014 a Março 2015	4º TE Seminário de Encer- ramento Abril/ 2015
Fomento à vivência e participação da Juventude Sem Terra com outros movimentos sociais locais	– VI Congresso Nacional MST; – II Acampamento Nacional Levante Popular da Juventude; – Participação Ato Político “Círcuito 64”; – V Encontro dos Movimentos Sociais; – Construção I Encontro Estadual da Juventude Sem Terra de Minas Gerais; – Construção I Encontro Regional da Juventude Sem Terra da Zona da Mata Mineira; – Encontro Regional de Mulheres do MST; – Festa Junina;		– II Encontro Estadual da Juventude Sem Terra/ Minas Gerais – Plebiscito Popular por uma Nova Constituinte Soberana e Exclusiva do Sistema Político; – Curso de Realidade Brasileira na Escola; – Participação Plano de Desenvolvimento Assentamento;	
Avaliação e monitoramento			X	
Pesquisa Bibliográfica		X	X	
Orientação		X	X	
Sistematização e elaboração de artigo	X	X	X	X

A seguir, faremos um breve levantamento bibliográfico baseado na relação capitalismo, sociabilidade burguesa, indústria cultural e ju-

ventude do campo, para, posteriormente, apresentarmos o instrumento de pesquisa-ação utilizado, seguido de nossas reflexões.

A BUSCA PELA HEGEMONIA CAPITALISTA

Pertencente à esfera da reprodução, a cultura é a materialização das formas de pensar e comportar-se de determinada sociedade em um período histórico específico, constituído a partir do concreto real. Cultura caracteriza-se, portanto, como uma prática social “que institui um campo de símbolos e signos, de valores e comportamentos” (CHAUI, 2006, p. 135) a partir de determinadas condições históricas, por meio do movimento teleológico de reflexão acerca das relações sociais vivenciadas, ocasionando a criação de novos modos de vida. Williams (1979) conceitua o termo de forma ampliada, associando as já existentes concepções a um conceito de “modo de vida geral”, que se divide em três esferas principais que se interrelacionam: modos de pensar, disposição mental individual e coletiva; modos de vida, costumes e hábitos de determinada comunidade; e modos de se expressar, representação artística e intelectual das relações sociais.

O capital, enquanto relação social, possui dependência com a força de trabalho, que é constituída por elementos objetivos (condições materiais de sobrevivência do trabalhador) e subjetivos (condições referentes à reprodução espiritual: modos de vida, valores, tradições). Dessa forma, o capital é impossibilitado de se legitimar enquanto modo de produção somente por meio da produção, tornando imprescindível a reprodução do trabalhador e também do capital. Diante da necessidade de camuflar essa relação de exploração no modo de produção capitalista, existe a estratégia, por parte das classes dominantes, de analisar as relações sociais isoladamente, objetivando a difusão da sociabilidade capitalista e a consolidação da hegemonia do capital.

O pensamento gramsciano nos auxilia na compreensão do significado da hegemonia por meio da sua teoria do Estado integral. Sinteticamente, tal teoria comprehende o Estado como constituído pela sociedade política e pela sociedade civil, sendo a primeira formada pe-

los aparelhos repressivos do Estado e a segunda, pelos aparelhos privados de hegemonia. Segundo Antônio Gramsci, a sociedade civil possui em seu interior diversos projetos societários que disputam a hegemonia que ao obtê-la passa a constituir a sociedade política em que a busca do consenso e direção, por meio dos aparelhos repressivos de Estado.

Segundo Ianni (2004), a hegemonia é uma categoria política que, ao necessitar de “interesses, ideais, modos de viver e trabalhar, visões de mundo” para o exercício da capacidade dirigente e/ou hegemônica, envolve também a cultura, “expressando culturalmente, por meio de palavras de ordem, políticas culturais, tendências artísticas, explicações sobre o presente e o passado, reinterpretações da história” (2004, p. 173).

Assim, em uma sociedade cujo projeto societário burguês é hegemônico, os aparelhos privados de hegemonia tendem a reproduzir os valores inerentes à sociabilidade burguesa. E é na ascensão do capitalismo monopolista que se coloca o uso da indústria cultural como importante instrumento de hegemonia.

Tal estágio do capitalismo é configurado pela tendência à formação de monopólios e à associação com o setor bancário (capital financeiro) para responder à crescente demanda de aumento da produtividade e composição orgânica do capital. Nesse contexto, o capital cria mecanismos para sua restauração, baseando-se: 1) na ideologia neoliberal, que pressupõe, entre outras medidas, a não intervenção do Estado na economia, a redução da formulação e implementação de políticas públicas; 2) na reestruturação produtiva, que se refere ao novo modo de organização do processo produtivo – a acumulação flexível; 3) no pensamento pós-moderno fundamentado na difusão de um modo de pensar constituído por uma nova forma de individualismo, marcada pela descrença nas ideologias vigentes até então (teorias socialistas, por exemplo). Tem-se, assim, os elementos essenciais da política, economia e cultura para garantir a manutenção da sociabilidade capitalista.

Nesse processo, é recorrente a mercantilização da vida social, que possibilita ao capital maior capacidade para efetivar sua reprodução e intensificar os processos de exploração da mais-valia. E é nesse contexto de reprodução da vida social que a indústria cultural é inse-

rida como forma de articular cultura, arte e divertimento a partir da perspectiva do modo de vida capitalista, ampliando a dominação do capital para o tempo livre da classe trabalhadora.

A expressão “indústria cultural” foi utilizada pela primeira vez por Theodor Adorno e Max Horkheimer⁷ na obra *Dialética do esclarecimento*, publicada em 1947. Adorno esclarece, em “Resumé sobre indústria cultural”, que tal termo foi utilizado como substitutivo do termo “cultura de massas”, utilizado nos rascunhos do livro, de modo que não fosse entendido como uma cultura que surge espontaneamente das massas.

Bastos et al. (2012) afirmam que:

A indústria cultural procura converter toda a população em consumidores passivos, fabricando e estimulando um desejo pelo consumo, aparentemente democrático, como se estivesse acessível a todas as classes, quando na verdade é inacessível para a maior parte da população. Os produtos da indústria cultural são carregados de valores e mensagens que reafirmam a necessidade e o funcionamento do sistema capitalista, ao mesmo tempo em que estimulam permanentemente a satisfação pelo consumo de mercadorias que não correspondem à satisfação das necessidades básicas de sobrevivência (casa, comida, escola). É uma estratégia engenhosa de articulação entre coerção e consentimento, na medida em que o

⁷ Tais autores viviam em um contexto de ascensão dos regimes totalitários e vitória da Revolução Russa. Um dos grandes questionamentos desses autores referia-se à não emancipação do homem diante dos avanços das condições técnicas. A partir de seus estudos, é possível compreender a indústria cultural como uma estratégia do capital diante dos desafios do capitalismo monopolista, tendo como principal característica a articulação mercadológica entre cultura, arte e divertimento, prolongando as relações do chão da fábrica para o espaço de lazer do trabalhador. Por isso, referimos a indústria cultural como um instrumento de busca de hegemonia da classe dominante. Assim como as escolas, os meios de comunicação também o são. Dessa forma, busca-se generalizar aquilo que se refere aos interesses de uma classe, tornando-o pensamento de toda a sociedade.

indivíduo (ou mesmo classes inteiras) se reconhece naquilo que, na verdade, lhe limita a autonomia (2012, p. 414).

Os autores colocam que, no Brasil, a indústria cultural ganhou destaque a partir de 1930 com o sistema de radiodifusão, que possibilitava a propaganda do Governo e ações de Getúlio Vargas, visando consensualizar interesses e criar uma identidade nacional. Também possuiu grande importância para a manutenção da modernização conservadora durante o período de redemocratização por meio da construção de modos de vida que materializassem valores do antigo regime, apesar das mudanças políticas que ocorreriam.

Para o campo, a indústria cultural representou, durante os anos 1970, a confirmação do projeto agrário das classes dominantes, marcado pela mecanização, pelo êxodo rural, pela mistificação das cidades, e essa materialização deu-se, muito principalmente, pela consolidação de um sistema de televisão de abrangência nacional e pelo monopólio dos meios de comunicação, que passaram a exercer papel fundamental para a manutenção da hegemonia.

A BUSCA PELA TERRA

A formação sociohistórica brasileira é amplamente marcada por processos de revolução passiva, enquanto processos de modificação que são realizados sob a coordenação da classe dirigente, em um movimento de manutenção da ordem a partir da renovação e restauração. Esse contexto caracteriza a participação popular por momentos de conformismo e resistência, sendo a violência e a desmobilização uma contrapartida da última, que se agravam quando o público em destaque é a população do campo. A tomada de consciência era mais difícil para aqueles que viviam nas regiões rurais, famílias marcadas pelo isolamento, distâncias e diversidades. Comparato (2003) afirma que havia uma subestimação da economia camponesa, além da consolidação de relações clientelistas, nas quais o direito aparece como favor na figura da classe dominante. Entretanto, esse cenário

foi configurado também por resistência uma vez que a população do campo organizou movimentos, muitas vezes de caráter messiânico e religioso, em busca da superação das condições precárias que vivenciavam e, diante de uma cultura política como a descrita acima e a ampla repressão estatal, não conseguiu consolidar-se enquanto classe organizada.

Esse forte embate do Estado a tais movimentos demonstrava o incômodo causado por essas organizações para a manutenção do poder vigente. Nas palavras de Comparato (2003), “as classes dominantes, no Brasil, sempre tiveram consciência do mau que focos de insurreição poderiam representar para o resto do continente, não hesitando em castigá-los exemplarmente”.

O aprendizado com essas e outras experiências históricas de organizações de trabalhadores foi estratégia utilizada pelo MST no processo de resistência às ofensivas do Estado. Assim, Comparato (2003) afirma que, embora o MST seja um novo sujeito coletivo, suas ações são resultados de experiências históricas de outras organizações de trabalhadores, sendo inovadora a maneira como dialoga com os diversos segmentos da sociedade: movimentos urbanos e universidades.

A constituição do MST e sua resistência por 31 anos é um fato muito considerável e que contradiz a formação conservadora brasileira. Em Minas Gerais, há organização do MST há trinta anos, possuindo duas áreas de reforma agrária na região da Zona da Mata, sendo a mais recente o território de desenvolvimento das nossas atividades: o assentamento Dênis Gonçalves, antiga Fortaleza de Sant’Anna, que possui uma área registrada de 4.683,6 hectares, pertencendo aos municípios de Goianá, Chácara, Coronel Pacheco e São João Nepomuceno, sendo três quartos dela localizada no município de Goianá.

Em março de 2010 ocorreu a ocupação da fazenda, protagonizada pelo MST, em parceria com vários setores da sociedade civil, dentre eles os sindicatos e o movimento estudantil de universidades próximas da fazenda ocupada. Juntamente a esses parceiros, foi elaborado e divulgado laudo agronômico de fiscalização feito pelo Incra, declarando a fazenda como latifúndio improdutivo.

Um dos fatores que influenciaram a escolha dessa propriedade pelo MST foi a sua trajetória histórica de utilização de trabalho escravo, sendo considerada o “coração da elite cafeeira mineira”, mas também por razões de degradação ambiental e produtivos. Nos estudos elaborados pelo MST sobre a região, verificou-se que ela é dependente da cidade de Juiz de Fora como prestadora dos mais variados serviços públicos e privados, fato que ocorre devido à proximidade entre elas.

Além disso, levantou-se como problema comum às cidades médias da região a questão da pobreza da população, com grande número de moradores de rua. Considerando tal contexto, foi realizado trabalho de base com esses sujeitos, buscando dialogar acerca da situação vivenciada por eles e sobre as implicações em suas vidas da ocupação de um latifúndio.

Após a reintegração de posse, ocorrida em janeiro de 2011, o acampamento instalou-se na BR 353, em Goianá, Minas Gerais, local onde permanecem acampadas cerca de sessenta famílias. Em agosto de 2012 houve a homologação e a reocupação da fazenda, que passou a ser denominada Assentamento Dênis Gonçalves, atualmente desenvolvendo o Plano de Assentamento, etapa da institucionalização da terra que garantirá acesso às políticas de permanência na terra.

Atualmente, o Assentamento Dênis Gonçalves possui aproximadamente cem famílias, provenientes das regiões de entorno, mas também de outros acampamentos de Minas Gerais, marcando a diversidade regional no seu interior. Como principais desafios, tem-se apresentado a dificuldade de acesso às políticas públicas, tais como saúde, educação, moradia, lazer. No que se refere à juventude do assentamento, apresenta-se a formação política como importante desafio a ser enfrentado.

Acerca dos setores existentes no movimento, podemos citar: a frente de massa, responsável por realizar o trabalho de base com a sociedade, buscando fomentar o processo de construção da consciência e da identidade classista do sem-terra; o setor de formação; o setor de educação, destacando a educação como ferramenta para o desenvolvimento da consciência crítica e da capacidade técnica dos militantes;

o setor de produção, que busca o desenvolvimento de um modelo de produção alternativo ao vigente, sendo a cooperação agrícola iniciativa amplamente incentivada; além de outros setores, como os de finanças, projetos, comunicação, relações internacionais, gênero, direitos humanos e coletivos, em que se destaca o Coletivo de Juventude.

A BUSCA POR UMA JUVENTUDE SEM-TERRA

A juventude insere-se nesse contexto como um dos públicos desejados pelos produtos da indústria cultural. No interior do debate acerca da conceituação da categoria juventude, um dos poucos consensos existentes refere-se à complexidade desse termo e à incompreensão de seu sentido e significado.

Considerando a juventude como uma das diversas etapas da vida, alguns autores a colocam como uma etapa intermediária entre duas outras importantes: a imaturidade e a maturidade plena, concepção essa que é geradora de polêmicas, uma vez que pode desconsiderar o jovem como sujeito capaz de refletir criticamente sobre sua realidade.

É fato que tal etapa é marcada por um complexo de variáveis que receberão determinada ênfase conforme o campo de conhecimento do interlocutor, mas Menegozzo destaca o equívoco de reduzi-la em um “estado de espírito ou uma atitude diante do mundo; a faixas etárias estanques ou a um comportamento, supostamente natural, de rebeldia e identificação com as causas populares” (2012, s/p).

Parte-se do pressuposto de que é na situação juvenil que ocorrem as primeiras compreensões conscientes das experiências vivenciadas, sendo que, na maturidade, novas experiências serão analisadas por um posicionamento racional e reflexivo baseado no conhecimento já sedimentado. Já Groppo (2006) coloca a juventude como uma categoria social que ultrapassa as noções existentes em relação à faixa etária ou à classe social.

Compreendemos, no entanto, que “tais representações simbólicas e situações sociais” que “caracterizam uma situação vivida em

comum por certos indivíduos”, no caso, os jovens, são vivenciadas a partir de um recorte classista, de modo que a possibilidade de acesso de determinados espaços de vivência de um jovem burguês será diferenciado de um jovem pobre, por mais que haja traços culturais, de gênero e raça em comum.

Por essa razão, optamos pela categoria de juventude a partir da noção de totalidade, conforme Menegozzo (2010), considerando os jovens nem como revolucionários, nem como reacionários, mas como categoria que reflete e participa de determinado modo de produção.

Para cada sociedade, existe um tipo de significação para a categoria juventude. Na sociedade moderna, o trabalho, a capacitação profissional, a responsabilidade pelo próprio sustento são caracterizados como uma atividade destinada à vida adulta, sendo a etapa da juventude um momento de experimentação, vivência e busca pelo lugar no mundo. Isso não simboliza, no entanto, uma etapa de ampla liberdade. Ao contrário, existe a pressão na juventude de definir seu papel e lugar em um mundo onde não há espaço para tais sujeitos. A busca pelo encontro de um local e papel no mundo propulsiona a aglutinação de jovens, conformando movimentos de dimensão coletiva que possibilitam a experimentação, a vivência, o compartilhamento de experiências e até mesmo normas de conduta, nem sempre progressistas.

Menegozzo (2012) conceitua a juventude a partir de seus espaços de vivência, do território em que vivem e dos equipamentos sociais a que têm acesso: escola, praça, universidade, teatro, cinema, centros de saúde, igrejas, transporte público, entre outros. Em uma sociedade marcada pela mercantilização da vida social em todas as dimensões e na consolidação de uma indústria de consumo destinada aos jovens, tem-se um impacto direto na possibilidade da vivência juvenil plena e de seu importante compartilhamento de experiências.

Para o autor, os determinantes econômicos impactam muito na vivência juvenil, em seu direito a uma relação experimental com o presente, com potencial de renovação cultural da sociedade. Assim, no rol da totalidade de determinantes objetivos da vivência juvenil, tem-se a existência ou não de espaços de vivência, a possibilidade de formação

do jovem e, particularmente, as condições econômicas e a necessidade ou não do trabalho.

Essa experimentação também é impactada por uma diferenciação territorial resultante de uma distribuição desigual do desenvolvimento, caracterizando uma vivência estudantil de acordo com a etnia, a cor e, principalmente, a classe do jovem. Há uma segregação espacial que reflete uma segregação de classes, criando territórios nos quais são mais ou menos acessíveis os bens de serviço, como educação, saúde, lazer, habitação, renda, caracterizando a apropriação do espaço de forma diferenciada, em que o campo e seus sujeitos são invisibilizados ou analisados a partir da leitura urbana.

A partir dessas definições, surge constantemente a relação da juventude no campo, segundo Castro (2012), com a temática da “migração”, significando descontinuidade da “vida do campo”, desconsiderando, no entanto, as diversas outras variáveis presentes nesse processo, como a não aceitação do controle paterno diante da permanência do poderio patriarcal.

A autora apresenta dados do Censo 2010 que atestam existir cerca de 8 milhões de jovens morando em regiões rurais, havendo uma masculinização dos campos, comprovada por dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Assim, enquanto nos centros urbanos, na faixa etária de 15 a 29 anos, existem 49,1% homens e 50,9% de mulheres, o mesmo não se observa com a população jovem do campo: 53,2% de homens para 46,8% de mulheres nessa faixa etária; sendo que o desequilíbrio é ainda maior na faixa etária de 15 a 17 anos: 55% e 45%.

No entanto, ao problematizar tais dados, pouco se considera sobre a oferta das políticas sociais no campo para a juventude e os impactos dessa escassez do acesso aos direitos sociais e à liberdade de escolha em viver no campo ou na cidade.

Considerando a necessidade de existência de espaços para a concretização dessas vivências, propulsionando pontos de encontro favoráveis à canalização da energia potenciadora renovadora, a juventude do campo tem se organizado em coletivos.

Reconhecendo a possibilidade de a juventude representar uma potencialidade na condução e renovação, os movimentos sociais, em especial o MST, preocupam-se com o desenvolvimento desse âmbito da vida social para a consolidação de novas relações sociais. Daí a importância dada ao movimento a processos de organização interna, tal como o fomento à consolidação do Coletivo de Juventude e, principalmente, a formação de seus sujeitos.

No Assentamento Dênis Gonçalves, existe um universo de 21 jovens, sendo seis do sexo feminino. Dentro eles, das atividades realizadas pelo presente projeto, participaram de 9 a 10 jovens, sendo todos do sexo masculino e participantes do Coletivo de Juventude. Abaixo exporemos as atividades realizadas no Grupo Focal e, em seguida, nossa reflexão acerca dele.

1. Apresentação

Tema	Objetivo
Aquecendo motores	Acolher oficinados e preparar o ambiente para iniciar as atividades. Desinibir os jovens de modo a estarem mais dispostos para a atividade. Relembrar organicidade do coletivo e apresentar proposta de atividade.

Metodologia

Fazer apresentação dos oficinados, assim como relembrar atividades do último encontro. Em um cartaz, relembrar nome das brigadas (Che Guevara e Fidel Castro) e seus respectivos participantes. Explicar que a atividade ocorrerá por meio do jogo Teen's Game e sugerir a mudança nominal das brigadas para "MC Guimé" e "Henrique e Juliano". Tais nomes estarão escritos em tarjetas que serão coladas sob os antigos nomes. Solicitar que utilizem faixa de identificação das equipes. O jogo consiste em algumas atividades lúdicas, que serão pontuadas entre as duas equipes por uma juíza, que a todo momento estará observando e avaliando o desempenho dos jovens. Propor a eles jogos do Teatro do Oprimido.

Após o café, iniciamos a atividade com 13 participantes homens, havendo variação do contingente ao longo da atividade. Quando ques-

tionados sobre a identidade de suas brigadas, lembraram os seus respectivos nomes (pensados coletivamente em outras oficinas) e não se opuseram à sua substituição para nomes de artistas famosos. Feita a mudança dos nomes dos grupos, realizamos alguns exercícios do Teatro do Oprimido visando desinibir o grupo, mas focando seus elementos de competição. Diferentemente dos primeiros espaços de contato com os jovens, eles se mostraram mais disponíveis para a realização de exercícios, sem aquela percepção de estarem “pagando mico”, o que nos mostrou a potencialidade de instrumentos pedagógicos diferenciados, como o utilizado.

2. O lazer da juventude sem-terra

Mimicando

Identificar as principais atividades de lazer dos jovens e se, dentre elas, algumas são amplamente caracterizadas pelo urbano.

Mimicando consiste em um jogo de mímica. Cada equipe deve escolher um representante para fazer a mímica, que terá um minuto para adivinhar a ação realizada. Existem as seguintes ações: ajudar na roça, filmar, jogar bola, jogar capoeira, ficar no face, estudar, ir à cidade, viajar, comer. Ao final desse jogo, perguntar quais outras formas de diversão preferem ou não.

Foram realizadas mímicas para as ações de ajudar na roça, filmar, estudar, ir à cidade e jogar bola. Questionados sobre outros tipos de lazer, foram recorrentes atividades relacionadas ao campo, como ir à cachoeira e andar a cavalo. Afirmaram não gostar de ir à cidade devido ao preconceito existente nesse espaço em relação àqueles que vivem no campo. Interessante destacar que todos demonstraram gostar de capoeira e jogar bola, além de salientarem gostar de viajar, como o movimento para conhecer pessoas e lugares.

3. O gosto musical

Facebook musical

Conhecer o gosto musical dos jovens e de seus familiares, buscando identificar diferenças geracionais no que tange à indústria cultural na música.

Distribuir para cada oficinando uma plaquinha com o símbolo “Curtir”, originário do Facebook. A cada música colocada, os participantes devem mostrar a plaquinha, indicando se curtem ou não o que escutam. Ao longo do jogo, indagar se a música escutada seria curtida pelos pais e dirigentes do assentamento. Anotar o processamento do jogo em papel Kraft.

Foram selecionados os seguintes tipos musicais: sertanejo, funk, hino do MST, capoeira, axé, MPB.

As músicas foram selecionadas a partir de sua popularidade e de sugestões dos próprios jovens. Esse foi o exercício com maiores possibilidades de identificar diretamente os impactos da indústria cultural na formação da juventude do campo. Eles mostraram ter um gosto musical diferenciado, optando por músicas mais tradicionais, como Tonico e Tinoco; atuais, como MC Guimé; e de resistência, como as de capoeira, que foram as únicas músicas que todos que estavam presentes “curtiram”.

Sobre outras músicas, apenas dois curtiram “Romaria”, de Elis Regina; dez curtiram “Gordinho saliente”, de Henrique e Juliano, afirmando que pessoas mais velhas não curtiriam essa música. “Eles gostam de música velha”; onze curtiram os funks “Dom, dom, dom”, “Na pista eu arraso”, de MC Guimé, e o axé “Segura o tchan”, de É o Tchan, em um ambiente de muito riso; nove curtiram “Adeus Mariana”, de Tonico e Tinoco, declarando que gostam muito por influência dos pais (“Vovô ensinou”); e todos curtiram as músicas de capoeira, dizendo que “faz parte da nossa cultura”, que consideram “maneiro” e gostam dos instrumentos utilizados. Importante destacar que, semanalmente, há aulas de capoeira no assentamento que são marcadas pela grande participação dos assentados, desde crianças aos mais velhos; apenas um jovem curtiu “Apesar de você”, de Chico Buarque, alegando influência da mãe, e o restante desconhece a letra e o cantor, colocando ainda que os dirigentes do movimento iriam gostar dessas músicas; e 14 curtiram o “Hino do MST”, os que não curtiram foram pressionados pelos

outros jovens com questionamentos “Mas você não gosta do hino?” e mantiveram-se firmes em seu posicionamento, justificando que a batida do hino é ruim.

Percebemos o ecletismo do gosto musical dos jovens reafirmando reflexões realizadas em outros espaços com a juventude sem-terra acerca da existência de uma incorporação das músicas pertencentes à indústria cultural, articulada a um conflito geracional e uma certa cultura de resistência, como é demonstrado por meio da capoeira e do gosto pela música de raiz. Durante o II Encontro da Juventude Sem Terra de Minas Gerais, ocorrido em agosto de 2014 em Governador Valadares, Minas Gerais, foi também perceptível tal situação. Muito embora os jovens fossem adeptos da “moda ostentação” constituída pelo boné de aba reta, tênis de marca e óculos escuros, demonstraram gosto pelas músicas construídas pelo movimento.

4. Sonhos de consumo

Minuto comprar

Identificar maiores desejos de consumo dos participantes, atentando para elementos da tecnologia.

Incentivando a quantidade, propor que as equipes escolham um representante para, em um minuto, falar o que desejam comprar. Disponibilizar tempo para pensar coletivamente e gravar as falas separadamente.

Ao elaborar a fala para os exercícios, jovens demonstraram-se muito preocupados em relação à quantidade, já que se tratava de mais um jogo a ser pontuado. Em um minuto foram apresentados os seguintes “sonhos de consumo”:

Henrique e Juliano – Brigada Fidel Castro	MC Guimé – Brigada Che Guevara
Casa; terra para o pessoal do movimento; educação para distribuir; escola; celular; carro; moto; cesta básica para o movimento; TV; internet grátis para o povo; apartamento para o povo; ônibus e avião à disposição do movimento; animais para andar; moto de trilha.	Reforma agrária; sítio; peruca para Celinho; Rio de Janeiro; clube de piscina; casa; universo; Zapzap; Fazenda de Sant'Anna; moto; carro; firma de caminhão; Lamborguinho (carro); Ornete (moto); 1100 (moto); mulher (grupo denomina como puta); campo de futebol.

Interessante observar que os itens desejados pelos jovens, em sua grande maioria, dizem respeito às necessidades coletivas voltadas aos direitos sociais que foram historicamente negados ao campo (e à população em geral). Os elementos, em sua maioria, aparecem primeiramente como anseios coletivos e, posteriormente, àquilo que seria de âmbito mais individual, como as marcas de carro (que estão na moda, como disseram) que aparecem no final da lista do MC Guimé. Ao questioná-los sobre o porquê de comprar uma “puta”, afirmaram que mulher para ser comprada tem que ser denominada como tal. Importante salientar que a citação desse elemento foi ao final do minuto e já havia pressão do grupo para que seu representante apresentasse mais pontos. No entanto, não é um fato a ser desconsiderado, uma vez que pode representar a configuração machista da sociedade capitalista e que é amplamente transmitido pela indústria cultural.

5. O assentamento que eles desejam

Desejos
Externalizar os desejos dos jovens para o assentamento. Verificar quais tipos de instalações e serviços públicos que anseiam. Em equipes, disponibilizar uma cartolina e algumas folhas avulsas e solicitar que pensem, em coletivo ou individualmente, acerca dos desejos que possuem para o assentamento, sendo possível desenhar, escrever, colar. Solicitar que apresentem suas elaborações, podendo questionar e provocar algumas questões.

A intencionalidade desse exercício era provocá-los acerca de como desejariam organizar o assentamento. Ao explicar o jogo, exemplifico que, se desejassem, poderiam colocar um shopping e fui, imediatamente, questionada: “Para quê? Shopping é na cidade”. Embora não seja nosso objetivo, os jovens possuem uma definição do que deve existir no campo e o que é da cidade, sem, muitas vezes, perceberem a interlocução desses dois territórios, exemplificada pelos desejos do último jogo, em que anseiam a construção de apartamentos no assentamento. Isso nos leva ao questionamento: existiria uma paisagem ideal para cada espaço ou seria ela decorrente da construção social? Seguem abaixo os desejos das equipes:

Henrique e Juliano – Brigada Fidel Castro Fizeram cartaz com palavras e desenhos	MC Guimé – Brigada Che Guevara Transcrição literal do cartaz
<p>Escola; campo; criar animais exóticos (para mostrar para pessoas); museu; biblioteca; pista cavalgada; eventos e encontros (dos mais diversificados possíveis relacionados ao movimento e não); moradia digna; área de lazer; agrovila; rádio; internet grátis; igualdade (utilizaram uma charge que chama de burro aquele que acha que homem é igual a um macaco); saúde.</p>	<p>Energia barata; casas boas; pastagens boas; escola; posto médico; cooperativa; sindicato; linha de ônibus; internet; campo; quapas; treinador de esporte; trator; pista de vaquejada; comércio (vender produtos produzidos no assentamento); farmácia; rádio; serviço para todos; espaço de festas; pista de motocross; turismo na mata; rapel; ponto de asa-delta; cursos profissionalizantes; tratamento da água; reserva para animais; restauração das casas antigas para turismo; reflorestamento; mais mulheres bonitas; espaços religiosos; território de plantio; mais recursos.</p>

O que os jovens apresentam como desejos para o assentamento vem reafirmar os resultados do último jogo acerca de suas reivindicações pela existência dos direitos sociais do campo. Sugerem também o sistema de agrovilas, formação de cooperativa, boas áreas para

plantio e, ao questioná-los sobre trator, pensando muito nas propostas agroecológicas, respondem-me: “Como fazer tudo no braço?”. Um dos grupos citam a questão religiosa, afirmando que deveria existir, como existe uma igreja católica, uma igreja evangélica, de modo que todas as religiões tivessem um espaço dentro do assentamento. No entanto, a reivindicação de espaços de lazer são as demandas mais latentes da juventude.

6. Afinal, o que querem?

Jovem sai da toca	Observar valores e comportamentos possíveis da sociabilidade burguesa.	Jogo análogo à brincadeira “Coelho sai da toca”. Fazer dois círculos no chão que representam uma alternativa. A cada pergunta (em anexo) realizada, os oficinandos optam por uma resposta. Anotar as respostas em papel.
-------------------	--	--

O resultado do último jogo foi o seguinte:

Perguntas	Resultado	Comentários
1. Qual refrigerante você prefere?		Com ar de descontração, rapidamente direcionam-se à opção
a) Coca-Cola. b) Americana.	3 9	B e dizem “Nós somos humildes”, “Coca-Cola é estranho”.

Perguntas	Resultado	Comentários
2. O que escolheria?		
a) Comprar um tênis da Nike que ninguém tem no assentamento tem.	1	Nike que nada”, jovens tentam satirizar o jovem (mais novo) que opta pela opção A.
b) Comprar um tênis tão bonito quanto o da Nike, mas que não é Nike.	11	
3. Que mulher é mais bonita?		
a) Bruna Marquezine.	0	Rapidamente direcionam-se à opção B, falando: “Preferimos a morenona!”
b) Taís Araújo.	12	
4. Que homem é mais bonito?		
a) Neymar.	4	Todos saem do local das atividades afirmando que não tem como descrever que homem é bonito.
b) Militante do MST.	9	Afirmam que pode ser menos feio. Ao falar que perderiam ponto, eles retornam e optam pelo militante local.
5. Cidade produz tecnologia e cultura. Campo não. O que acha da afirmação?		
a) Concordo.	1	Sem pestanejar, são contrários a tal afirmação, colocando que o campo também produz cultura.
b) Não concordo.	11	
6. Prefiro morar...		
a) ...no campo.	11	Novamente, reafirmam seu desejo de ficar no campo, justificando que na cidade há violência, drogas.
b) ...na cidade.	1	Um jovem mais novo coloca que na cidade tem internet e mais coisas.

A elaboração de tais atividades com um estereótipo de juventude do campo com traços amplamente urbanos foi amplamente ressignificada. Nesse último jogo, por exemplo, em princípio, imaginamos que optariam pelas marcas referentes a Coca-Cola e Nike; Bruna Marquezine (pelo estereótipo de beleza); e optariam por sair do campo. Apenas

a reação em eleger um homem bonito já era esperada, demonstrando outros elementos da cultura machista da sociedade capitalista que é estimulada pelas músicas e também no seu cotidiano.

O discordar dos jovens acerca da concentração na cidade da tecnologia e cultura num comportamento de reafirmação do campo foi considerado por nós o ápice da potencialidade da ação política da juventude sem-terra.

7. Fazendo conexões

E daí?	Processar todos os jogos, colocando a intencionalidade de cada um.	Disponibilizar a pontuação final, em que as duas equipes receberão a mesma pontuação, de modo a estarem empatadas. Problematizar sobre a meritocracia e quem estará apto a receber o prêmio. 1) Questionar o comportamento de competitividade durante o jogo. Problematizar o nome em inglês do jogo, fazendo alusão a essa característica no cotidiano; 2) Comentar a posição de aceitação da mudança do nome; 3) Perguntar sobre o porquê da realização daqueles jogos; 4) Explicar os objetivos da atividade, articulando com conceitos de cultura, indústria cultural, juventude e os impactos dessas expressões no cotidiano deles; 5) Fazer tais questionamentos problematizando e estimulando-os à fala; 6) Pensar sobre o vídeo como proposta contra-hegemônica à indústria cultural; 7) Conversar sobre o que entendem por ser jovem, falando sobre as concepções de juventude que existem. Propor que materializem em um papel o que é ser jovem para eles. Pedir para cada um explicar sua produção.
--------	--	---

Nesse momento, os questionamos sobre a relação dos jogos realizados com a organização da sociedade e do assentamento. Afirmam que são nos latifúndios que ocorrem situações de competitividade como as vivenciadas durante os jogos e que no interior no assentamento era diferente. Declararam ainda que só fomentaram a rivalidade porque sabiam que era um jogo. Provocados sobre a significação da modifi-

cação dos nomes das brigadas para MC Guimé e Henrique e Juliano, disseram que esses não possuíam o mesmo significado que os antigos nomes, Che e Fidel. Perguntamos como eles reagiriam a essa constatação: se manteriam os nomes impostos ou resgatariam aqueles por eles escolhidos. Optaram, prontamente, pelos antigos, rasgando aqueles que haviam sido fixados em cima deles.

No pouco que se refere à concepção deles sobre a vivência juvenil, afirmam que a juventude é o tempo de curtir e que muitos adultos tratam os jovens como portadores de menos conhecimento e mais energia, reconhecem a diferença entre jovem e adulto, principalmente no diferencial existente entre eles nos espaços de organização.

A BUSCA PELA CONTRA-HEGEMONIA: CONSIDERAÇÕES SOBRE CÂMERAS, SONHOS E LUTAS

Considerando a indústria cultural como mecanismo ideológico para criação do consenso, discutimos ao longo de todo este trabalho como ela materializa valores essenciais à reprodução de um modo de vida condizente às classes dominantes no cotidiano humano por meio da padronização, desde as questões mais subjetivas, como um modelo de sexualidade, de religião, de lazer, de música, de programas televisivos, até aquelas mais objetivas, como configuração das casas, dos territórios, disponibilização de equipamentos sociais, a maneira como será realizado o trabalho.

Valores como a competitividade, consumismo, machismo, intolerância ao diverso são internalizados nos sujeitos sociais mediante, por exemplo, músicas de sertanejo e funk que coisificam o corpo feminino, propagandas televisivas fomentadoras do desejo pelo comprar, novelas construídas a partir dos principais dramas burgueses adentram o cotidiano da população, seja ela inserida ou não em movimento social.

A juventude sem-terra explicita essa realidade de conservação de determinados valores quando os participantes, em sua totalidade homens, negam-se a declarar a beleza de outro homem, referem-se a mulheres com determinado comportamento sexual como “putas” ou

mesmo quando são intolerantes à diversidade sexual ou religiosa. Como afirmaria Iasi (2005), o processo de consciência dá-se processualmente e, em paralelo a relações sociais progressistas, existe a manutenção de tantas outras conservadoras.

Entretanto, considerar que a incorporação dos padrões culturais do capitalismo ocorre de forma passiva é desconsiderar a contradição na qual nossa sociedade é configurada e o potencial criativo existente nos sujeitos. A indústria cultural está disponível e é impossível impedir sua existência no cotidiano, o que não significa uma incorporação acrítica e conformista diante dessa realidade.

Da mesma forma que os jovens participantes do grupo focal aceitam a mudança dos nomes de suas brigadas de forma pacífica e que relatam gostar de músicas amplamente difundidas nos meios de comunicação, o gosto pelas atividades de lazer relacionadas ao campo, a unanimidade, entre eles, da paixão pela capoeira, a preferência por produtos “sem marca”, a recusa em sair do campo, a rejeição à consideração de o campo ser sinônimo de atraso e não construtor de cultura demonstram como esses processos de produção da consciência de classe são complexos e surpreendentes.

Fomos surpreendidos com o desenvolvimento das respostas dos jovens durante o grupo focal muito, por termos planejado a atividade a partir de uma leitura urbana da juventude do campo. Eles demonstraram compreender a realidade vivenciada e, mesmo ao serem estimulados ao consumo (quando propusemos que elencassem os itens que possuíam maior desejo de consumo), desejaram primeiramente itens de necessidade coletiva. Ou seja, mesmo pressionados a competitividades, desejaram direitos sociais negados historicamente, desejaram espaços de vivência da juventude dentro do assentamento. Ao reivindicar necessidades coletivas, esses jovens reconhecem a desigualdade territorial na oferta dos serviços sociais, denunciam o permanente preconceito às comunidades rurais, explicitam muitas das motivações de êxodo rural, desejam mudanças. E, ao desejarem isso, organizam-se.

O item organizativo associado ao investimento permanente em formação e toda a história de vida da juventude sem-terra permitiram a configuração de conversas e debates ricos de criticidade. Per-

cebemos uma considerável diferença na compreensão da totalidade, da vida no campo e dos desafios da juventude do campo entre os jovens mais antigos e os menos antigos no movimento, demonstrando a importância da formação política dentro do movimento como forma contra-hegemônica à sociabilidade burguesa. O desenvolvimento cultural dessa juventude impacta diretamente sua capacidade de disputar hegemonia, de pensar e propor alternativas ao modelo vigente. Faz-se essencial o processo de formação e vivência política para o estabelecimento dos nexos causais em relação a uma realidade fragmentada como a contemporânea.

Assim, mesmo a indústria cultural desejando a sua padronização, a juventude em processo de organização, mesmo que inconscientemente, ressignifica as materializações dessa indústria no seu cotidiano ao construírem suas paródias, ao aprenderem a lidar com câmeras e descreverem sua realidade a partir de sua ótica, tornando essencial a importância da apropriação da técnica pelos jovens para a criação de uma estética que simbolize a realidade real e seja uma alternativa contra-hegemônica, daí a importância do trabalho de audiovisual já realizado no assentamento para o processo de formação política e de construção de um sonho emancipatório junto aos seus pais e companheiros.

Juventude organizada mostra-se como uma potencialidade de superar o clientelismo que, durante muitos anos, perdurou no campo, fortalecendo movimentos de resistência. No entanto, é de suma importância a compreensão de que, apesar das diversidades étnicas, culturais e territoriais, existe uma gama de problemáticas oriunda da sociabilidade burguesa que impacta tanto a juventude do campo quanto da cidade, sendo essencial a articulação e a vivência dessas juventudes em torno de um projeto de sociedade.

Contudo, avaliamos muito positivamente o desenvolvimento e a sistematização deste estudo devido às diversas reflexões por ele desencadeadas. Destacamos, porém, a necessidade de pensarmos metodologias diferenciadas para o trabalho com a juventude que estimulem a criatividade e a participação. Percebemos que a formatação do grupo focal propulsionou as discussões e o processo reflexivo. Apesar da

insuficiência de dados e alguns referenciais, o ato de sistematizar as atividades do tempo comunidade fez-nos refletir acerca da responsabilidade de se fazer pesquisa, praticar extensão, estar em contato com outros sujeitos. Muito mais que resultados empíricos e quantitativos, tal processo tornou-se bonito na medida em que motivou o aprofundamento da temática, do ato de pesquisar e, principalmente, aproximou pessoas, tornando-as mais humanas, constituindo como um passo para a verdadeira construção do conhecimento e da possibilidade de ir além do que se vê, ouve e lê.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, T. W; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**. Trad. Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- BASTOS, M. D. et al. Indústria cultural e educação. In: CALDART et al. (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- CHAUI, M. **Cidadania cultural: o direito à cultura**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.
- COMPARATO, B. K. **Ação política do MST**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2003.
- CASTRO, E. G. Juventude do campo. In: CALDART, R. (orgs.). **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012.
- DIAS, C. A. Grupo focal: técnica de coleta de dados em pesquisas qualitativas. **Informação & Sociedade**, v. 10, n. 2, 2000.
- GROOPPO, L. A. A juventude como categoria social. In: _____. **Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas**. Rio de Janeiro: Difel, 2000.

IANNI, O. **O pensamento social no Brasil**. São Paulo: EDUSC, 2004.

IASI, M. L. **As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MENEGOZZO, Carlos Henrique. **Juventude e socialismo: questões fundamentais**. Disponível em: <<http://csbh.fpabramo.org.br/node/8676>>. Acesso em: 15 out. 2012.

THIOLLENT, M. Metodologia participativa e extensão universitária. In: _____.

Extensão universitária: conceitos, métodos e práticas. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003.

VILLAS BÔAS, R. L. Novo ciclo de modernização conservadora: centralidade da indústria cultural no contexto de reconfiguração da hegemonia. In: **Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos**, Santa Catarina, Universidade Federal de Santa Catarina, v. 1, n. 3, 2011.

WILLIAMS, R. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

CAMPO, CAMPESINATO E EDUCAÇÃO DO CAMPO: DISCUTINDO A IDENTIDADE POLÍTICO-CULTURAL

Marcos Lima dos Santos¹

José Luís da Silva Costa²

Antônio Lopes do Nascimento³

José Orlando do Lago Costa⁴

Kleiton de Sousa Brazil⁵

INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca abordar, ainda que de maneira geral, a categoria cultura no contexto da realidade campesina, bem como refletir sobre como se deu o processo de formação do campesinato no Brasil e como os elementos históricos, étnicos, políticos e culturais do camponês podem se afirmar como identidade. Discutir-se-á a relação entre escola do campo, cultura, conhecimento popular e identidade

¹ Professor da Casa Familiar Rural de Zé Doca, pós-graduado em Questão Agrária, Agroecologia e Educação do Campo. IFMA – Campus São Luís – Maracanã. E-mail: raicoparta182@hotmail.com.

² José Luís da Silva Costa. Estudante do Curso de Especialização em Questão Agrária, Agroecologia e Educação do Campo. IFMA – Campus São Luís – Maracanã. E-mail: zeluisscosta@gmail.com.

³ Antônio Lopes do Nascimento. Estudante do Curso de Especialização em Questão Agrária, Agroecologia e Educação do Campo. IFMA – Campus São Luís – Maracanã. E-mail: revalopes@yahoo.com.

⁴ José Orlando do Lago Costa. Estudante do Curso de Especialização em Questão Agrária, Agroecologia e Educação do Campo. IFMA – Campus São Luís – Maracanã. E-mail: joseorlando231@gmail.com.

⁵ Kleiton de Sousa Brazil. Estudante do Curso de Especialização em Questão Agrária, Agroecologia e Educação do Campo. IFMA – Campus São Luís – Maracanã. E-mail: kleitonbrazil@gmail.com.

camponesa. Para tanto, traremos a experiência da Casa Familiar Rural (CFR) de Zé Doca, mostrando um pouco da história dessa escola e debatendo o método Pedagogia da Alternância, e, por fim, será debatida a realidade da juventude do campo nos dias atuais e a relação com as categorias supracitadas, a fim de contextualizar o papel da identidade cultural camponesa na formação social do jovem.

De forma genérica, a cultura faz parte da totalidade de uma determinada sociedade, nação ou povo. Essa totalidade é tudo o que configura o viver coletivo. São os costumes, os hábitos, a maneira de pensar, agir e sentir, as tradições, as técnicas utilizadas que levam ao desenvolvimento e à interação do homem com a natureza.

No final do século XVII e no período seguinte, o termo germânico *Kultur* era utilizado para simbolizar todos os aspectos espirituais de uma comunidade (LARAIA, 2009). Nesse sentido, Edward Taylor (1832-1917), no vocábulo inglês *culture*, definiu de forma que combatteu a aquisição de cultura a partir de mecanismos biológicos. Segundo Laraia (2009), cultura, “tomando em seu amplo sentido etnográfico, é esse todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade (TAYLOR apud LARAIA, 2009, p. 25).

Na contramão de um debate antropológico (em si) de frágil conteúdo político, a partir de uma perspectiva histórico-dialética, cultura resulta do trabalho humano de modificação da natureza e modificação de si próprio. Como afirma Chaui, etimologicamente, cultura tem origem latina, advém do termo *colere*, que significa “cultivar, criar, tomar conta, cuidar” (1997, p. 292). Assim, o *cultivo* de si mesmo tem a ver com a materialidade de origem do próprio homem no mundo, que possibilita a emergência do imaterial nesse processo.

O ser humano vai, assim, imprimindo suas marcas na natureza, “tendo essa como mediadora às suas relações e comunicações entre si e com ela própria” (SOUZA, s. d.). E, com isso, humaniza a natureza, na medida em que

imprime nela seus objetivos e a resolução prática de situações em benefício da satisfação das suas necessidades humanas. Na condição de ser biológico e natural, vai histórica e espacialmente realizando transformações crescentes e constituindo assim sua humanização, distinguindo-se na natureza como portador de cultura, com um novo “modo de ser radicalmente inédito, o ser social” (NETTO e BRAZ, 2010 apud TARDIN, 2012, p. 181).

Assim, em sua gênese histórico-social, o homem constrói-se ontologicamente por meio do trabalho. Segundo Freire (1979), cultura se trata de “toda atividade de trabalho humano que transforma, produzido por diferentes movimentos e grupos culturais constituidores do povo”. Nesse sentido, entende-se que os modos de vida que a lógica do capital impõe também caracterizam-se como culturas.

Nesse contexto, as condições naturais do desenvolvimento da cultura estão ligadas à natureza do homem e à natureza que o rodeia. Para Marx (1968), essas condições podem se apresentar em duas grandes categorias: riquezas naturais dos meios de subsistência e riquezas nos meios de trabalho.

Assim, na busca de controlar as condições naturais, os homens criam novos objetos, os quais não só se incorporam ao ambiente, modificando-o, como passam às próximas gerações. Os resultados da atividade e da experiência humanas que se objetivam são acumulados e transmitidos por meio da cultura. É por meio da ação produtiva que o homem humaniza a natureza e também a si mesmo. O processo de produção e reprodução da vida por meio do trabalho é, para Marx, a atividade humana básica a partir da qual se constitui a “história dos homens”.

Nesse campo, abordar cultura e identidade no contexto da vida e da produção camponesa pretende passar pelo fundo histórico-crítico, a partir da materialidade dos antagonismos e contradições impostas pelas relações sociais de produção hegemônica. Implica, assim, uma abordagem classista e dialética.

CAMPO, CAMPESINATO E CULTURA NO CONTEXTO DA VIDA E PRODUÇÃO CAMPONESA

O termo cultura camponesa é ligado diretamente à formação do campesinato no Brasil, que se deu desde o período colonial. Segundo Martins (2012), a formação do campesinato no Brasil se realizou historicamente numa relação de contradição e de subalternidade com o latifúndio da sesmaria, com as empresas mercantis e, depois, capitalistas. Assim, desde o período colonial, os “povos africanos negros e povos europeus foram condicionados historicamente a se encontrarem neste vasto território, sob o domínio da nobreza, a de alguns países europeus” (TARDIN, 2012, p. 182). Diante disso, ainda, Martins (2012) reafirma que não houve nesse percurso histórico uma “trégua econômica, política ou social” que permitisse que o campesinato se consolidasse e pudesse manter sua reprodução social sem hostilidades por parte das classes dominantes.

Com isso, e a partir de complexos processos que vão desde a fundação do latifúndio até os dias atuais, formou-se o campesinato, que é fruto das determinações do capital agrário-exportador, do processo migratório e da miscigenação histórica desses vários povos. Nesse sentido, José Maria Tardin destaca que “essa constituição pluriétnica cada vez mais miscigenada vai gestar tipos humanos diferenciados e regionalizados territorialmente, os quais, em suas interações com os ambientes específicos de cada lugar, vão configurar as paisagens com suas peculiaridades culturais (TARDIN, 2012, p. 180).

O campesinato brasileiro advém de uma forte miscigenação étnica, principalmente africana, indígena e europeia, que teve seu início desde os primeiros anos da colonização e ganhou contornos dramáticos com a liberação dos trabalhadores escravizados em 1888, “que foram, ao mesmo tempo, impedidos de se transformarem em campões” (STÉDILE, 2005). Nesse período, milhões de adultos ex-escravos saem das fazendas e se dirigem para as cidades, onde ficam ainda mais à margem, tendo em vista que suas habilidades e conhecimentos baseavam-se na produção agrícola. Para o trabalho nas fazendas, o Brasil recebeu imigrantes europeus que fugiram do avanço do capitalismo industrial do século XIX. A esse respeito, Stédile explica que:

O surgimento do campesinato se deu em duas vertentes. A primeira trouxe quase dois milhões de camponeses pobres da Europa para habitar e trabalhar na agricultura nas regiões Sudeste e Sul; e a segunda teve origem nas populações mestiças que foram se formando ao longo dos 400 anos de colonização, com a miscigenação entre brancos e negros, negros e índios, índios e brancos e seus descendentes. Essa população passou a migrar para o interior do país, pois nas regiões litorâneas as melhores terras já estavam ocupadas pelas fazendas que se dedicavam à exportação. A longa caminhada para o interior, para o sertão, provocou a ocupação do nosso território por milhares de trabalhadores, que foram povoando o território e se dedicando a atividades de produção agrícola de subsistência. Não tinham a propriedade privada da terra, mas a ocupavam, de forma individual ou coletiva, provocando, assim, o surgimento do camponês brasileiro e de suas comunidades. Produto do sertão, local ermo, despovoado, o camponês recebeu o apelido de “sertanejo” e ocupou todo o território do nordeste brasileiro e dos estados de Minas Gerais e Goiás (STÉDILE, 2005).

Assim, o campesinato se desenvolveu culturalmente a partir das relações em comunidade, no contexto de luta por território e educação. Nesse processo, houve uma acentuada fundição de diversidades ideológicas, crenças, técnicas e costumes baseados nos antepassados, além de manifestações artísticas riquíssimas que apoderaram a cultura do homem do campo. Há de se considerar que “o campesinato como sujeito social histórico se forja em condições sociais, materiais e políticas acentuadamente adversas que marcarão as suas culturalidades” (TARDIN, 2012, p. 179). Nesse sentido, a cultura camponesa ocupa um espaço de suma importância na identidade do povo brasileiro, uma vez que

Ele se constitui a partir de uma diversidade de sujeitos sociais e históricos que se forjaram culturalmente numa íntima relação familiar, comunitária e com a natureza, demarcando territorialidades com as transformações

necessárias à sua reprodução material e espiritual, gerando uma miríade de expressões particulares que, ao mesmo tempo, respaldam-se em elementos societários gerais, marcando sua humanização e humanizando a natureza, em um intrínseco complexo de agroecossistemas (TARDIN, 2012, p. 179).

Tal diversidade, inerente à composição étnica do campesinato, é um elemento que também tem sido utilizado como alvo de discriminação social. Segundo Martins (2012), os camponeses, como trabalhadores manuais, são historicamente desprezados pelas classes dominantes, que, “nos diversos períodos históricos da formação econômica e social brasileira, sempre se mantiveram racistas (em face dos povos indígenas e dos negros) e preconceituosas com relação aos trabalhadores manuais, artesãos ou não. Esse autor categoriza esse fenômeno como “reacionarismo cultural”, que se ramifica nas opressões materiais mais intensas, como a negação da terra e demais direitos que configuram a dignidade do camponês.

JUVENTUDE CAMPONESA E EDUCAÇÃO DO CAMPO

Apesar da hegemonia e do poderio da classe latifundista-empresarial-burguesa, que tenta, por meio dos aparelhos ideológicos e represivos, incutir ideologias distorcidas à classe trabalhadora do campo e cidade, há um componente que tem conseguido fazer frente à expansão capitalista e às opressões daí derivadas, qual seja: a resistência social. Tal questão, materializada pela luta via organizações camponesas clássicas, tem permitido o desenvolvimento de uma consciência política a partir da experiência da luta social em defesa de seus interesses. Esse aspecto fundamental tem contribuído para a reafirmação, a cada dia, de sua identidade com o modo de produzir e viver camponês. “Isso quer dizer que se assumem como camponeses. Portanto, reiteram a sua especificidade” (MARTINS, 2012, p. 30).

Logo, no processo de educação do e para o camponês, é imprescindível a valorização e a revitalização dos princípios de existência e

produção social que historicamente estão ligados ao campesinato. As práticas dessa educação devem principalmente contemplar a busca pelo trabalho com a riqueza social e humana da diversidade de seus sujeitos, por meio das formas de trabalho raízes e produções culturais, formas de luta de resistência, de organização, de compreensão política, de modo de vida (CALDART, 2012).

Como atesta o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, pelo Censo de 2010, o Brasil possui cerca de 8 milhões de jovens morando nas áreas rurais. Esse conjunto de pessoas convive com graves problemas relativos à questão agrária, bem como à falta de uma educação pública de qualidade social e política no campo. Como a lógica capitalista neoliberal implica a minimização de direitos, a vida no campo tem sido cada vez mais difícil, pois, com a pouca assistência do Estado na garantia das políticas sociais públicas e, sobretudo, sem a garantia e oferta de educação de Ensino Médio, os jovens acabam saindo dos assentamentos em busca de educação e de melhores condições de vida.

Desses que são obrigados a deixarem suas comunidades, a maioria não volta mais para os assentamentos, o que tem intensificado a saída gradativa da juventude do campo. Sobre o retrato da desigualdade de acesso dos jovens à escola no campo, a Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária (Pronera) (BRASIL, 2005) apontou dados alarmantes para o entendimento da dimensão material que deve compor a discussão acerca da “fuga de jovens” do campo brasileiro, dimensão essa que abrange desde a carência da garantia de infraestruturas de acesso à escola, bem como transporte escolar seguro.

Em estudo sobre a educação em assentamentos (Brasil, 2005), essas dificuldades se confirmam como nacionais. De 2,5 milhões de entrevistados, 26% têm entre 16 e 30 anos; se somarmos esse número à população com menos de 15 anos, ampliamos o percentual para um universo de 64%. Desses, 38,8% frequentam escolas (987.890), sendo: 48,4% estudantes do primeiro segmento do Ensino Fundamental (representando 95,7% da população com idade para estar matriculada nessas séries); 28,5% do segundo segmento do Ensino Fundamental;

e apenas 8% do Ensino Médio e Profissionalizante. Dos que têm até 18 anos e estão fora da escola, 45% estudaram até o 5º ano do Ensino Fundamental e 14% não estudaram. O 6º ano do Ensino Fundamental é marcado por uma evasão significativa (CASTRO, 2012, p. 444).

Casas Familiares Rurais, uma boa alternativa – a experiência da Casa Familiar Rural de Zé Doca

Diante dessa problemática, algumas alternativas de Educação do Campo têm se mostrado exitosas. As Casas Familiares Rurais (CFRs), que são escolas comunitárias organizadas por famílias de agricultores, já estão presentes em vários estados brasileiros e, apesar de muitas dificuldades, elas resistem e buscam garantir uma formação emancipadora.

Traremos aqui um pouco da história e da experiência da CFR de Zé Doca, que tem como método a Pedagogia da Alternância.

A Pedagogia da Alternância surgiu no Brasil em 1969, por meio da ação do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES), o qual fundou a então Escola Família Rural de Alfredo Chaves, Escola Família Rural de Rio Novo do Sul e Escola Rural de Olivânia, esta última no município de Anchieta.

O modelo brasileiro de escola família em funcionamento no Espírito Santo foi uma volta à experiência francesa, via experiência argentina. Essa influência teve início em 1973. Nessa época, o MEPES iniciou a troca de experiência com representantes das Casas Familiares da Argentina sobre a metodologia adotada pelas suas redes de escolas. Segundo Santos (2012) “várias foram as realizações que propiciaram essa troca de experiência, porém a mais importante foi o convênio firmado em 1974 entre essas duas instituições para intensificação do intercâmbio”. Pessoti (1978, p. 14) nos diz que o objetivo primordial era atuar sobre os interesses do homem do campo, principalmente no que diz respeito à elevação do nível cultural, social e econômico. O mesmo autor aponta que:

Não foi só no aspecto legal que a escola família se ajustou ao sistema de ensino brasileiro. Com o decorrer da experiência, ela ajustou sua organização escolar e os instrumentos metodológicos da alternância às necessidades de sua clientela, procurando encontrar o modelo brasileiro que mais se adaptasse ao meio rural capixaba (PESSOTI, 1978, p. 21).

Atualmente, existem no Brasil diversas experiências de educação escolar que utilizam a Pedagogia da Alternância como método. As experiências mais conhecidas são as desenvolvidas pelas Escolas Famílias Agrícolas (EFAs)⁶ e pelas Casas Familiares Rurais (CFRs). O Parecer CNE/CEB nº 1/2006, aprovado em 1º de fevereiro de 2006, recomenda:

“A adoção da Pedagogia da Alternância em Escolas do Campo”. O Parecer trata especificamente dos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFA), em suas formulações de Escolas Famílias Agrícolas (EFA, com 123 centros presentes em 16 estados brasileiros), de Casas Familiares Rurais (CFR, com 91 centros presentes em seis estados brasileiros) e de Escolas Comunitárias Rurais (ECOR, com três centros no estado do Espírito Santo). O projeto político-pedagógico dos CEFFA é particularmente recomendável do ponto de vista da iniciação ao trabalho (anos finais do Ensino Fundamental) e da Educação Profissional de nível técnico (Ensino Médio). Como os CEFFA apresentam constituição e organização de caráter comunitário, atendendo famílias de pequenos agricultores, sendo pouco numerosos os centros criados e mantidos pelo poder público municipal, é oportuno

6 Sem descuidar da educação escolar, a pedagogia em que se alternam tempos e espaços de trabalho-educação nas CFRs está mais ligada à aprendizagem do trabalho agrícola, enquanto que, nas EFAs, está direcionada à escolarização formal, sem, no entanto, descuidar do trabalho agrícola. As EFAs e as CFRs coincidem, no entanto, na adoção da terminologia Pedagogia da Alternância, o que pode ser identificado em livros, artigos e boletins informativos que tratam do assunto (RIBEIRO, 2010, p. 319).

que a SECAD/MEC estude formas de viabilizar o financiamento dessas instituições de Educação do Campo no campo (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2013, p. 273).

Em sua essência, a Pedagogia da Alternância já é uma ferramenta contra-hegemônica na medida em que quebra um conceito de escola tradicional, que estabelece um calendário escolar baseado em uma lógica que não beneficia nem facilita a vida de quem precisa plantar e colher. Outro importante fator que a constitui como tal ferramenta é a dimensão do trabalho como núcleo do método. Para Ribeiro (2010), as iniciativas de educação para o campo que estão na origem da Pedagogia da Alternância “resultam do desencanto com a educação escolar oferecida a filhos de agricultores”, segundo ela; isso explicaria sua construção a partir de práticas sociais dos camponeses, “que reconhecem a importância do vínculo entre o estudo e o trabalho para que seus filhos possam garantir a permanência na terra”. Estevan (2005, p. 26) ressalta a importância do trabalho com a terra na Pedagogia da Alternância: “utiliza em seu processo de aprendizagem situações vividas pelos jovens, encontradas e observadas em seu meio, em vez da simples aplicação na prática das aulas teóricas, como acontece nas escolas tradicionais”.

A Pedagogia da Alternância dos CEFFAs representa um caminhar permanente entre a vida e a escola. Sai da experiência no encontro de saberes mais teóricos, para voltar novamente à experiência, e assim sucessivamente. Dessa maneira, coloca-se para o alternante uma dupla relação: o trabalho e o mundo da produção e seus saberes, a vida social, econômica, ambiental e cultural dos lugares onde vive, de um lado; e um outro lugar “escolar”, com suas atividades, sua cultura e seus saberes, de outro lado (GIMONET, 2007, p. 29).

O jovem que aprende e coloca o conhecimento em prática materializa a importância do trabalho desde cedo, diferentemente da

pedagogia tradicionalista, que aparta educação e trabalho, priorizando a participação dos jovens no mercado em detrimento de sua formação final.

O município de Zé Doca está localizado na microrregião de Pindaré, mesorregião do Oeste Maranhense. O município foi criado em 1988 e possui uma área de 2.413,751 km². O município está localizado a uma distância de 320 km de São Luís, capital do estado do Maranhão, com acesso pela BR 222 e MA 034. Possui clima quente e úmido, com temperatura elevada durante o verão e chuvas de janeiro a maio, com maior abundância em abril.

A Casa Familiar Rural de Zé Doca nasceu da necessidade de uma educação diferenciada para filhos de lavradores, visto que o calendário nas escolas rurais segue os mesmos das escolas urbanas, da mesma forma que os currículos e conteúdos trabalhados.

Inicialmente, foram realizados seminários de mobilização para a criação da associação que administraria a Casa Familiar Rural, que foram realizados em Zé Doca em julho de 2007, respectivamente, com representantes de movimentos populares, pequenos agricultores, os gestores dos municípios, parceiros, secretários municipais de Agricultura e Educação. Essas reuniões aconteceram com o intuito de tomar decisões sobre a Pedagogia da Alternância, o Estatuto da Associação da CFR e a fundação para seu funcionamento.

Na assembleia de fundação da Associação da CFR, na Sede da Associação da Vila Boa Esperança, localizada no KM 201 BR 316, Belém (PA), em Zé Doca, foi eleita a diretoria da associação da CFR de Zé Doca, composta de agricultores e pais de jovens agricultores. Decidiu-se que a gestão dessa associação fosse de comum acordo.

Em março de 2008 foi realizada uma reunião com a Associação da CFR e a Associação das Casas Familiares Nordeste Norte do Brasil (ARCAFAR), para dar início à pesquisa participativa, com as famílias, para a seleção da primeira turma da CFR, que iniciaria em maio de 2008, com uma turma de trinta jovens do Ensino Fundamental.

Em 16 e 17 de maio aconteceu a primeira formação com as famílias da Associação da Casa Familiar Rural de Zé Doca, que culminou

com o início das aulas na CFR de Zé Doca, em 19 de maio de 2008, com o objetivo de formar jovens e adultos do campo na Pedagogia da Alternância, com ênfase em agroecologia, promovendo a profissionalização com participação das famílias.

A CFR de Zé Doca, atualmente, trabalha com alternância de quinze dias de tempo escola e quinze dias de tempo comunidade. Apesar das limitações, os alunos têm boas experiências na área da escola e com a Pedagogia da Alternância, pois, em sua maioria, conseguem reproduzir essas experiências nas propriedades com auxílio das famílias. Em visitas periódicas dos monitores às famílias, é possível visualizar a importância que o trabalho tem no desenvolvimento do interesse do jovem pela terra. Isso reflete na família e alimenta as expectativas futuras, não só para aquele jovem, mas também para a propriedade. No entanto, um dos grandes problemas relacionados à juventude no campo parte da concepção pessimista dos pais com relação à vida no campo.

O método das CFRs possibilita que o jovem quebre esse preconceito a partir do trabalho, na medida em que envolve a família no processo de formação desses sujeitos, a partir do momento que esse indivíduo é educado pelo trabalho, e mostra os resultados para sua família e comunidade, que, evidentemente, se vê como protagonista da realidade e do local onde vive. Por isso a importância da Pedagogia da Alternância na formação dessa identidade camponesa.

Outro importante fator que se alia com Educação do Campo, Pedagogia da Alternância e Casas Familiares Rurais na formação social dos jovens e na construção de uma identidade contra-hegemônica é a agroecologia⁷. Além de estar demarcada como princípio da Edu-

⁷ A agroecologia foi definida por Altieri (1989) como as bases científicas para uma agricultura alternativa. Como ciência, a agroecologia emerge de uma busca por superar o conhecimento fragmentário, compartmentalizado, cartesiano, em favor de uma abordagem integrada. Seu conhecimento se constitui mediante a interação entre diferentes disciplinas, para compreender o funcionamento dos ciclos minerais, as transformações de energia, os processos biológicos e as relações socioeconômicas como um todo, na análise dos diferentes processos que intervêm na atividade agrícola. A agroecologia po-

cação do Campo, aparece como elemento fundamental no regimento das CFRs:

Oportunizar aos jovens do campo o acesso à educação, que proporcione uma formação integral, conjugando desenvolvimento humano, inserção na sua realidade, escolarização e profissionalização qualificada, fortalecer a agricultura familiar, com base na agroecologia, através da ação multiplicadora dos/as jovens estudantes, contribuir para o desenvolvimento sustentável e solidário do campo. Reconhecer e valorizar o direito de participação humana nos processos produtivos (Regimento Escolar do CFR, 2012, p. 6).

A agroecologia na Pedagogia da Alternância assume sua definição mais ampla, que “vai além de instrumento metodológico que simplesmente permite melhor compreensão dos sistemas agrários e soluciona problemas produtivos que a ciência agronômica convencional não resolve, ou mesmo agrava”. De acordo com Guhur:

Nesse sentido mais amplo, as variáveis sociais ocupam papel relevante. Ainda que se parta da dimensão técnica de um agroecossistema, daí se pretende compreender as múltiplas formas de dependência dos agricultores na atual política e economia. Outros níveis de análise dizem respeito à matriz sociocultural ou comunitária, ou seja, à práxis intelectual e política, à identidade local e às relações sociais em que os sujeitos do campo se inserem. Isso resulta na inserção da produção ecológica em propostas para “ações sociais coletivas” que superem o modelo produtivo agroindustrial hegemônico, discussão agroecológica e contra-hegemônica (2012, p. 63).

de ser caracterizada como “uma disciplina que fornece os princípios ecológicos básicos para estudar, desenhar e manejar agroecossistemas produtivos e conservadores dos recursos naturais, apropriados culturalmente, socialmente justos e economicamente viáveis” (ALTIERI, 1999, p. 9; tradução livre).

Na CFR, a agroecologia é a base das aulas do eixo técnico. Muitas experiências são realizadas em parceria com assentados. Os jovens usam os quintais para aplicarem na prática os conhecimentos adquiridos em sala.

Diante de tudo, ainda sim, a escola enfrenta problemas, como um acentuado número de alunos desistentes e o desinteresse pelo trabalho dentro do método da CFR, que, ao que parece, estão relacionados com a falta de identificação desses jovens com sua própria realidade. Nesse sentido, na sequência, faremos uma discussão sobre identidade político-cultural no contexto da juventude camponesa.

Identidade político-cultural

Os jovens estudantes dessas escolas do campo são, em sua grande maioria, filhos de assentados da reforma agrária ou moram em zonas rurais. O contexto de vida desses indivíduos se dá em meio à precarização da vida, educação e produção no campo, bem como uma crescente invasão do ideário de educação corporativa no ambiente rural. Rapidamente se deparam com uma contradição típica do ser humano, que é seduzido pelo poder do capital e o fetiche da mercadoria. Os assentamentos e as zonas rurais em que esses indivíduos vivem estão impregnados dessa realidade, que condensa o consumo (razão de existir no capitalismo) e identidade cultural e política camponesa (fruto das lutas, costumes e conhecimento popular de uma classe). Nesse contexto, Champagne nos lembra que:

As representações dos jovens resultam da socialização e refletem a visão de mundo e a concepção de profissão dos pais, bem como a concepção mais ou menos pessimista das perspectivas futuras. Ao fazer essas considerações, os jovens comparam suas condições de vida com aquelas dos trabalhadores urbanos, levando em conta principalmente as alternativas de lazer e tempo livre e o volume de preocupações (CHAMPAGNE, 1986 apud CARNEIRO e CASTRO, 2007, pp. 37-8).

A pedagogia burguesa, que se apresenta explícita e, ao mesmo tempo, oculta na socialização e formação dos sujeitos, sejam eles da cidade ou do campo, fortalece a reprodução e ampliação do capital, por meio da subjugação histórica da classe trabalhadora. Essa questão atinge superestruturalmente a construção de uma consciência que nega a condição de classe e cultura camponesa. Tal elemento acaba produzindo a fragilização ideológica das lutas e a deterioração dos costumes e conhecimentos que identificam os sujeitos sociais num ambiente coletivo.

Na perspectiva de mudança desse quadro, a Educação do Campo emerge como uma possibilidade contra-hegemônica no contexto de reprodução desigual do acesso ao saber no campo. Nesse sentido, toma-se como princípio a defesa da vida, da produção e da cultura do “ser camponês”. Tal referencial, emergido no seio dos movimentos sociais, toma como assento o princípio da negatividade e positividade (CALDART, 2009).

A Educação do Campo, para Caldart (2009), deve ser compreendida em sua materialidade de origem, por meio da tríade campo-políticas públicas-educação. Dessa forma, não se pode entender a escola do campo sem compreender o próprio campo. Dentro do processo que envolve homem do campo, escolas do campo, campesinato, cultura e identidade, o conhecimento popular dialoga com o saber sistemático, pois, segundo Freire (1984), o sujeito deve superar a consciência espontânea rumo a uma consciência epistemológica. Para ilustrar o conhecimento como resultado de um processo de aprendizagem nesse processo dialético e dialógico, Freire observa:

Nesse processo em que o homem busca “se fazer”, ele cria cultura, ou seja, ele acrescenta algo ao mundo, modificando a sua paisagem, sua paisagem natural, e inventando modos de ser e de interagir com os outros. E essa produção do humano e do mundo humano se dá mediante processos de aprendizagem, que são, em última instância, processos de criação, sendo que o ímpeto de criar nasce da inconclusão do homem (1984, p. 32).

Freire nos mostra a dinâmica do processo do conhecimento e a maneira como ele se dá em função da necessidade do homem de criar e buscar se completar enquanto ser humano. Nesse contexto, a Educação do Campo nasce no contexto de lutas históricas do campesinato e ganha uma dinâmica que vai muito além do aspecto pedagógico. Antes disso, ela é ferramenta de luta e ganha “tons” de palavra de ordem, em meio à busca dos direitos do camponês. Caldart (2012) afirma que, como conceito em construção, a Educação do Campo, sem se descolar do movimento específico da realidade que a produziu, “já pode configurar-se como uma categoria de análise da situação ou de práticas de educação dos trabalhadores do campo”. Assim, vale lembrar também o papel que a escola deve desempenhar nesse processo. Segundo as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das escolas do campo:

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país (BRASIL, 2002, p. 8).

A dinâmica de ensino deve ser pautada na universalização cultural dos agentes desse processo – as práticas desenvolvidas são elaboradas de acordo com as necessidades reais dos jovens – e na revitalização da cultura camponesa, por meio de místicas, festas tradicionais, resgate da história das comunidades, aproveitamento dos conhecimentos ancestrais nas técnicas aplicadas, inserção direta da família na escola, visita às propriedades, palestras com moradores e associações, sustentabilidade e preservação dos recursos naturais. Técnica, ciência e cultura andam juntas e dialogam entre si no processo de satisfação do que é necessário ao jovem para sua reprodução material e ideológica dentro do movimento campesino. Nesse sentido, Caldart (2012) define como a Educação do Campo deve se dispor:

Visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades campesinas. Objetivo e sujeitos arremetem às questões do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais dos camponeses e ao embate de classe entre projetos de campo e entre lógicas de agricultura que têm implicações no projeto de país e de sociedade e nas concepções de política pública, de educação e de formação humana (2012, p. 257).

Tudo isso deve estar associado ao ensinoprático e científico e quedará o caráter técnico a essa educação, mas que nunca se sobreporá ao conhecimento que Freire (1971) chamou de “sincrético-religioso do camponês”⁸.

Nesse sentido, Pacheco (2008) afirma que é preciso pensar em uma forma de educação que contribua para a substituição do pensamento mágico e condicionado de caráter sincrético-religioso do camponês em relação às situações cotidianas do seu trabalho, sem substituir sua cultura. Nota-se, então, a importância que o autor dá para a cultura do camponês ao sugerir uma educação que substitua o pensamento puramente religioso diante de algumas situações, sem substituir sua identidade cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate atual sobre cultura camponesa e educação do campo é amplo. Vários intelectuais e o próprio Estado, bem como os movimentos sociais que lutam pela educação do e para o campo, discutem sobre a questão. Os movimentos que historicamente buscaram uma educação de qualidade para os camponeses, como o Movimento Sem Terra, defendem que o camponês precisa de uma educação que o eman-

⁸ Os elementos culturais de caráter sincrético-religiosos presentes nas ações e no pensamento do camponês não podem ser substituídos pela extensão mecânica do técnico agrônomo, mas sim por um processo de aprendizagem, “pois só aprende verdadeiramente aquele que se apropria do aprendido, transformando-o em apreendido” (FREIRE, 1971, p. 27).

cipe ideologicamente e que possibilite a sua reprodução material dentro da sua realidade e da sua cultura e, ainda, que essa educação deve ser elaborada pelos próprios movimentos, com a participação direta dos campesinos.

O Estado, como mediador, atua de forma contraditória, ofertando a criação de dispositivos legais que buscam garantir esse direito a essas populações, porém continua negando a garantia do acesso qualitativo ao direito subjetivo à educação pública. Além disso, interfere quando elabora currículos e avaliações que não respeitam as particularidades das escolas que estão nas zonas rurais. Soma-se a esse processo a existência de influências externas do capital, que vêm embutidas no modelo tradicional de escola que é imposto pelo Estado, e a própria influência, no interior das comunidades, do imediatismo pelos bens de consumo impostos, principalmente aos jovens. Logo, não se pode fazer Educação do Campo a partir de currículos feitos para a cidade. Nessa perspectiva, Miguel Arroyo afirma que o campo não é uma projeção da cidade. O campo tem sua identidade, sua cultura, suas raízes, suas formas de pensar. O trabalho no interior produz conhecimentos, valores, cultura. A infância e a adolescência estão inseridas radicalmente nessas culturas, nessas raízes.

Portanto, a Educação do Campo é um “quadro inacabado”, não somente porque ainda se luta muito por ela em todo o Brasil como direito do homem do campo, mas também porque, quando acontece dentro dos moldes esperados, ela se dá de forma aberta às transformações tecnológicas e técnicas e é positivamente influenciada pela cultura dos povos do campo, que, por sua vez, é formada pelas lutas, pela história e por conhecimentos ancestrais. Nesse sentido, pode ser transformada, adaptada e reinventada de acordo com as peculiaridades de cada região brasileira.

A ideia de não reproduzir a proposta da escola convencional se dá basicamente no sentido de atender às necessidades dos jovens do campo dentro de sua realidade, necessidades essas que não se restringem a fatores econômicos ou estruturais, mas perpassam principalmente a formação social do indivíduo, que agirá organicamente dentro

de sua comunidade, seja nas associações, trazendo benefícios para os assentamentos, nas cooperativas, ou nas atividades agroecológicas, para benefício de sua família e do coletivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, M. G. O campo não é uma projeção da cidade. **Jornal do Professor**, ed. 9. 2008. Disponível em: <<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/conteudoJornal.html?idconteudo=236>>. Acesso em: 26 nov. 2010.

CALDART, R. S. **Dicionário da Educação do campo**. Rio de Janeiro; São Paulo, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012.

CARNEIRO, M. J.; CASTRO, Elisa Guaraná. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X 2007.

CORDÃO, F. A. **Coletânea de metodologia científica do 1º tempo acadêmico**. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. Belém: PRO-CAMPO – IFPA, 2010.

ESTEVAN, D. A alternância na formação do jovem rural. **Marco Social: Educação e Empreendedorismo no Campo**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, ago. 2005.

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

GIMONET, J.. **Praticar e compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAs**. São Paulo: Vozes, 2007.

GOMES, J. C. C. **Pluralismo metodológico en la producción y circulación del conocimiento agrario.** Fundamentación epistemológica y aproximación empírica a casos del sur de Brasil (tese). Universidad de Córdoba. Córdoba, 1999.

LARAIA, R. de B. **Cultura: um conceito antropológico.** 23. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

LDB – LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional [recurso eletrônico]. 8. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2013.

MARX, K.; ENGEL, F. **Cultura, arte e literatura: textos escolhidos.** Trad. José Paulo Netto e Miguel Makoto Cavalcanti Yoshida. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica.** Secretaria de Educação Básica/Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília, 2013.

PACHECO, L. M. D. In: Streck, Danilo R. et al. (orgs.). **Dicionário Paulo Freire.** Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PESSOTI, A. L. **Escola família agrícola: uma alternativa para o ensino rural.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1978.

SANTOS, R. M. L. **O processo de formação do aluno na Casa Familiar Rural em Zé Doca-MA** (trabalho de conclusão de curso). Universidade Estadual do Maranhão. Zé Doca, 2013.

STÉDILE, J. P. **A questão agrária no Brasil.** São Paulo: Ed Expressão Popular, 2013.

TARDIN, J. M.. Cultura campesina. In: CALDART, Roseli (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012.

TEIXEIRA, E. S. **Estudos sobre Pedagogia da Alternância**. In: _____. Metodologia da pesquisa do trabalho de conclusão de curso. São Luís: Uemanet, 2011.

Parte II

Agroecologia

APRESENTAÇÃO

O Grupo de Trabalho de Agroecologia recebeu 67 trabalhos, oriundos de todas as regiões do país, para serem apresentados e debatidos durante o Congresso Nacional de Residência Agrária. A maioria dos trabalhos apresentados foi fruto de atividades de diagnóstico, pesquisa e intervenção realizadas durante o Tempo-Comunidade junto a territórios camponeses (quilombolas, extrativistas, ribeirinhos e, sobretudo, assentados da reforma agrária), numa perspectiva de superar o ideário produtivista, que historicamente orientou o Ensino Técnico e Superior brasileiro e fortaleceu os sistemas produtivos baseados na monocultura e no pacote tecnológico propagado pela Revolução Verde.

Frente ao considerável número de trabalhos recebidos, o GT de Agroecologia se organizou da seguinte forma até chegarmos a essa publicação: foi realizada a leitura minuciosa de todos os trabalhos recebidos, que, posteriormente, foram divididos nas temáticas: Sistemas Agroflorestais e Quintais Produtivos; Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional; Sementes Crioulas e Viveiros Florestais; Produção Animal Agroecológica; Recursos Hídricos, Tecnologias Sociais, Políticas de Convivência com o Semiárido; Mulheres e a Agroecologia e Plantas medicinais, Fitoterápicos e Saúde do Campo.

Cada representante do GT ficou responsável por fazer a releitura dos respectivos trabalhos e elaborar uma síntese, seguida de considerações para reflexão e de questões para nortear o debate no grupo durante o Congresso. Paralelamente, os colaboradores Bruno Villaça e Fernando Curado realizaram a facilitação gráfica¹ do espaço.

¹ É um instrumento metodológico de fácil reconhecimento e entendimento que utiliza, em tempo real, meios criativos de linguagem visual (imagens, figuras e gráficos) que ajudam a sistematizar as questões mais relevantes discutidas no GT.

Posteriormente, para esta publicação, o GT elegeu seis trabalhos que se destacaram pela experiência, pelo método e resultados ou, ainda, pelo debate durante o Congresso. Os autores foram contatados no intuito de verificar seu interesse em participar da publicação e adaptar seu texto aos parâmetros recomendados para o *e-book*.

Cabe ressaltar que todos os trabalhos apresentados foram importantes para o debate coletivo, com relevante troca de experiências entre os participantes e os autores. No entanto, dada a inviabilidade de uma publicação com todos os artigos apresentados no Congresso, consideramos que os selecionados representam simbolicamente as diversas iniciativas e todos os autores e participantes, estudantes e pesquisadores que se debruçaram para levantar informações e colaborar com processos de transição agroecológica nas suas comunidades.

Se, por um lado, foi possível observar nesse processo os inúmeros avanços e resultados bastante positivos no modo de organização e produção das famílias, progressos na construção do conhecimento agroecológico e a conquista de algumas políticas públicas, como a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, que possibilitou a ampliação da assistência em áreas de reforma agrária, por outro, ainda foi possível visualizar as precárias condições às quais milhares de famílias camponesas ainda estão submetidas e o quanto as políticas públicas existentes ainda são insuficientes.

Compreendemos que a construção da agroecologia não é um processo simples, e a diversidade dos trabalhos confirma a importância de realizar processos populares de geração e aprofundamento do conhecimento e das relações entre seres humanos e natureza, bem como de denunciar os limites do Estado e implementar experiências demonstrativas ou maciças de técnicas agroecológicas visando à garantia da soberania e da segurança alimentar e nutricional. Esperamos que esta pequena amostra da diversidade de trabalhos recebidos e debatidos colaborem com esse caminho.

A segurança alimentar e nutricional se apresenta por um conceito muito abrangente e complexo. Para a sua garantia, é necessária a observância de diferentes aspectos em cada etapa do sistema alimentar,

desde a produção ao consumo do alimento, perpassando a distribuição, o acesso e os resultados desse consumo no organismo humano. No que se refere à etapa da produção, o artigo “Problemática do uso de agrotóxicos na Comunidade Baixa do Juá, Santana de Mangueira (PB)”, dos autores Jocimário Alves Pereira, Joelma de Jesus, Natanaelma Costa e Marcos de Medeiros, foi selecionado com o intuito de trazer reflexões, a partir da percepção dos agricultores familiares, sobre o uso de defensivos químicos na produção agrícola e suas consequências, tanto no âmbito pessoal quanto profissional. Um resultado que chamou atenção foi a necessidade de esclarecimentos por parte desses atores, que alegaram que não usariam esses produtos se conhecessem outra técnica eficiente para o controle de pragas e doenças. Ficou evidente a deficiência da assistência técnica e da troca de saberes, em especial nas pequenas comunidades.

Numa outra vertente, versando sobre os resultados do consumo alimentar, já em uma das etapas finais do sistema alimentar, o trabalho intitulado “(In)segurança alimentar entre hipertensos e diabéticos no Assentamento 8 de Outubro”, das autoras Josefa Adriana Leal, Kiriaque Barra e Danielle Góes, trouxe a avaliação de indicadores de alimentação e saúde de uma comunidade de Sítio Alto, em Sergipe. Os resultados apontaram o distanciamento entre a produção e o consumo alimentar dos moradores do Assentamento 8 de Outubro e as nefastas consequências para a saúde. A obesidade é uma doença crônica não transmissível, um expressivo problema de saúde pública, e é considerada atualmente uma forte expressão de insegurança alimentar. Para alcançar a segurança alimentar e nutricional é necessário imprimir mudanças estruturais nas comunidades, em especial aquelas relativas ao sistema agroalimentar dominante.

Sabe-se que, ao longo da história, homens e mulheres têm realizado melhoramento participativo e compartilhado sementes, adaptadas a suas regiões. No entanto, diante do avanço das multinacionais do agronegócio, tanto as sementes crioulas como o modo de vida camponês têm sofrido sérias ameaças. O artigo capitaneado por Carine da Cas, sobre a experiência de sementes agroecológicas da Bionatur,

foi realizado em grupo, a partir do curso de Residência Agrária “Especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo II”, da Universidade Federal de Santa Maria. Ele conta a experiência de criação de uma rede de produção de sementes agroecológicas pioneira na América Latina, criada pelos agricultores assentados em Hulha Negra (RS), vinculados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O trabalho utilizou-se do estudo de caso como metodologia e descreve a história da Bionatur a partir de sua criação em 1997 por um grupo pioneiro de doze famílias assentadas. A experiência contada não apenas se ampliou para todo o território nacional, como representa, desde a sua criação, um foco de resistência ao monocultivo da soja e de outras monoculturas e tem importância não só econômica para seus cooperados, mas também no que se refere à saúde das famílias e à sua segurança e soberania alimentar.

Entre os trabalhos apresentados, foi possível verificar a situação de precariedade da assistência técnica em vários assentamentos, trazendo reflexões importantes sobre o aumento do uso de agrotóxicos em alguns assentamentos, remetendo à reflexão de que o uso dos pacotes tecnológicos da Revolução Verde vai na contramão da busca por autonomia e soberania alimentar, uma vez que contribuem tanto para a acumulação de capital por parte das grandes empresas de biotecnologia como para os problemas de saúde dos trabalhadores, tanto do campo como das cidades, que estão adoecendo não só pela aplicação de agrotóxicos, mas também pelo consumo de alimentos contaminados. No artigo “Desafios e perspectivas da produção agroecológica no Assentamento Pirituba II”, os autores Luiz Carlos Ronan e Ana Terra Reis procuram entender, a partir da experiência de um assentamento localizado na região sudoeste de São Paulo, por que os agricultores insistem em cultivar a partir do uso exagerado e indiscriminado de agrotóxicos, mesmo sabendo que esses produtos fazem mal à saúde humana e ao ambiente. Os autores chamam a atenção para o alto consumo de agrotóxicos, apresentam alguns desafios para o avanço da produção agroecológica na região e trazem dados que demonstram que, mesmo diante do avanço do capital, que impõe aos agri-

cultores um modelo agrícola altamente atrativo e, ao mesmo tempo, destrutivo, existem movimentos de resiliência e diversidade nas práticas de agricultura tradicional.

O artigo elaborado por Gabriel Dayer Lopes de Barros Moreira, intitulado “Agricultura beiradeira: sabedorias e resistências no cultivar da liberdade”, faz um resgate dos traços coloniais do atual padrão agrícola brasileiro e compactua com a tese de Francisco de Oliveira quando este autor afirma que a moderna agricultura brasileira é “a reprodução ampliada e atualizada do passado histórico do país” (2005, p. 172). A partir da experiência do autor como integrante da equipe que desenvolvia serviços de assistência técnica e extensão rural em comunidades localizadas na região do Médio Xingu, no estado do Pará, associada à utilização das categorias agroecologia e território, o artigo elenca expressões de resistência associadas ao saber-fazer e às dinâmicas socioculturais como chave fundamental para desmitificar o saber-poder hegemônico e a globalização da agricultura.

Já o artigo de Gabriela Cristina Ribeiro Grilli Cardoso, elaborado a partir das vivências da autora na região do Pontal do Paranapanema, mais especificamente no Assentamento Tucano, apresenta uma reflexão sobre a participação e o protagonismo das mulheres assentadas da reforma agrária e demonstra a importância dos quintais produtivos tanto para a subsistência da família como a para geração de renda, a partir da comercialização junto ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

No que se refere às questões de gênero, verificou-se, a partir do GT de Agroecologia e no Congresso de Residência Agrária como um todo, um avanço, tanto na participação feminina nos espaços de formação – alguns cursos de Residência Agrária tiveram mais mulheres matriculadas do que homens – quanto no debate gerado durante o GT, que apontou a necessidade de se dar visibilidade ao feminismo no campo da agroecologia, na perspectiva de buscar superar as relações de opressão que historicamente marcaram e marcam o mundo rural.

Por fim, finalizamos esta apresentação destacando que os participantes do GT chamaram a atenção para o fato de que, além da ne-

cessidade de fortalecer a discussão e as ações relacionadas a gênero e agroecologia no âmbito dos cursos do Pronera, há outros desafios a serem superados, a perceber:

- Considerando que a agroecologia é necessária e fundamental para a reprodução do modo de vida camponês, precisamos ampliar o debate nos cursos de Residência Agrária, de modo que, nas próximas chamadas públicas, a agroecologia seja um tema essencial a ser trabalhado em todos os cursos.
- Superar as experiências piloto e unidades demonstrativas e avançar em processos maciços de agroecologia;
- Relacionar as atividades dos cursos com as políticas públicas nas diversas etapas do processo produtivo;
- Gerar conhecimento, a fim de contribuir com a ampliação e o fortalecimento de feiras agroecológicas e circuitos curtos de comercialização;
- Trabalhar com o resgate dos conhecimentos tradicionais, dando atenção especial ao resgate das sementes crioulas;
- Ampliar as atividades de pesquisa no campo das sementes, visando ao melhoramento participativo e popular;
- Ampliar e fortalecer os projetos de convivência com o semiárido;
- Avançar em estudos e pesquisas no campo da produção animal agroecológica;
- Superar os métodos positivistas de pesquisa e desenvolver/ apropriar-se de novos métodos, que contemplem a complexidade da agroecologia;
- Promover mais intercâmbios entre camponeses e entre os cursos de todo o Brasil;
- Expansão do Pronera na rede de ensino tecnológico nos institutos federais;
- Aprofundar a interdisciplinaridade na formação em agroecologia;
- Articulação entre universidades, empresas públicas de pesquisa e sujeitos políticos nos territórios, objetivando-se pes-

- quisas pautadas nas demandas da realidade camponesa;
- Fortalecer ações de desenvolvimento e multiplicação de tecnologias sociais;
 - Promover a formação política de pesquisadores e professores numa perspectiva diferenciada e engajada na defesa da reforma agrária.

Rita Fagundes, doutoranda do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais, Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Andhressa A. Fagundes, professora no Departamento de Nutrição e do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Nutrição da Universidade Federal do Sergipe.

Rodrigo Machado Moreira, professor no Departamento de Agroecologia e Agropecuária e no curso de Especialização de Agroecologia da Universidade Estadual da Paraíba.

Luiz Henrique Gomes de Moura, doutor em Geografia pela Universidade Federal de Goiás, membro da coordenação nacional do MST e dos grupos de pesquisa Modos de Produção e Antagonismos Sociais (MPAS-UnB) e do Núcleo de Estudos Agrários (Neagri-UnB).

PROBLEMÁTICA DO USO DE AGRÓTÓXICOS NA COMUNIDADE BAIXA DO JUÁ, SANTANA DE MANGUEIRA (PB)

Jocimário Alves Pereira¹

Joelma Farias Vieira de Jesus²

Natanaelma da Silva Costa⁵⁵

Marcos Barros de Medeiros³

INTRODUÇÃO

A agricultura familiar é compreendida pelo empreendimento de atividades rurais cujas terras não ultrapassem quatro módulos fiscais (o tamanho do módulo fiscal varia de acordo com a legislação regional) e que utiliza mão de obra familiar em todos os âmbitos (INCRA, 2014), representando um dos alicerces sociais mais importantes, visto que dela depende o abastecimento de alimento para a manutenção da vida há mais de dez mil anos. Foram muitos os métodos e técnicas desenvolvidos que favoreceram o avanço tecnológico das ferramentas utilizadas na agricultura, desde a enxada, básica e útil, até a criação de grandes máquinas colheitadeiras.

No período pós-Segunda Guerra Mundial, a partir da justificativa de que a população mundial vinha crescendo de forma avassaladora, a preocupação com a modernização da agricultura e com o aumento

¹ Especialista no Ensino de Química – Universidade Cândido Mendes (UCAM)

² Especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo – Residência Agrária. Eixo temático: Saúde e Segurança Alimentar e Nutrição no Campo. Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

³ Professor DR. Associado IV do Departamento de Agricultura – DA. Centro de Ciências Humanas Sociais e Agrárias - CCSA. Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Campos III, Bananeiras.

da produção tornou-se uma estratégia para as grandes empresas bélicas resguardarem suas ações de conversão das armas químicas da guerra em agentes biológicos e químicos letais aos insetos que limitavam a produção agrícola. E, por meio dessa atitude, se introduziram a produção, a comercialização e a distribuição de agrotóxicos ao redor do mundo.

A distribuição dos pacotes tecnológicos foi composta pelo incentivo a novas técnicas de cultivo, equipamentos para mecanização, fertilizantes, defensivos agrícolas e sementes selecionadas, que se definiu como “Revolução Verde”, que, ideologicamente trazia a modernização da agricultura, com o aumento da produção agrícola, o que poderia acabar com a fome no mundo. Esses argumentos foram implantados por meio de políticas públicas e de grupos privados que subsidiavam projetos de pesquisa em tecnologia agrícola que propiciaram o crescimento da venda desses insumos, mediante a popularização desses produtos pelo mundo (DE ANDRADES e GANIMI, 2007).

Para Londres (2011), a prática da “Revolução Verde” popularizou as técnicas modernas de cultivo, expandindo a implantação dos agrotóxicos, impulsionados pelo fim das Grandes Guerras, quando a indústria que fabricava veneno para armas químicas sentira na agricultura um novo mercado econômico.

No Brasil, historicamente, as políticas públicas demonstram essa tendência, mesmo quando ocorrem mudanças na gestão política. Nesse contexto, muitos estudos certificam o Brasil como um dos principais consumidores de agrotóxicos do mundo, como apontado na pesquisa intitulada *Regulation of pesticides: a comparative analysis*, divulgada em 2013, nos Estados Unidos da América (ORGANICSNET, 2014).

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) revela a preocupação não apenas com a quantidade, mas com a maneira como esses produtos estão sendo utilizados em nosso país. Um relatório de 2013 divulgado pela agência afirma que os dados são preocupantes, necessitando de maior formação por parte dos agricultores (ANVISA, 2013).

Observando que as políticas públicas levaram a uma “modernização agrícola”, afetando até os pequenos agricultores nacionais, com

novos métodos e ferramentas agrícolas, emergiram o questionamento e o interesse de pesquisar e avaliar como está sendo o trabalho da agricultura familiar e o uso de defensivos químicos em suas lavouras.

Diante do exposto, este trabalho objetiva investigar o uso de defensivos químicos na produção agrícola da comunidade Asproba-ja, no município de Santana de Mangueira (PB), avaliando as possíveis consequências dessa prática no âmbito pessoal e profissional da agricultura familiar.

DEFENSIVOS AGRÍCOLAS

As definições para defensivo químico são muitas, podendo ser citadas: agrotóxico, praguicida, pesticida, produto fitossanitário, entre outras. Entre essa vasta nomenclatura para produtos diversos de mesma finalidade, o Brasil os define pela Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, como agrotóxicos:

Os produtos e os agentes de processos físicos, químicos ou biológicos destinados ao uso nos setores de produção, no armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas, nativas ou implantadas, e de outros ecossistemas e também de ambientes urbanos, hídricos e industriais, cuja finalidade seja alterar a composição da flora ou da fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos; substâncias e produtos empregados como desfolhantes, dessecantes, estimuladores e inibidores de crescimento (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1989, p. 1).

Esses produtos foram introduzidos no Brasil na década de 1960, quando o governo desenvolveu um Plano Nacional de Defensivos Agrícolas, atendendo às políticas públicas da “Revolução Verde” e seguindo uma agenda dentro do pacote de modernização agrícola, financiando o uso de agrotóxicos por meio de créditos rurais (GIRALDO, 2014).

As concessões fiscais a esses produtos fizeram com que as indústrias desse ramo crescessem e se perpetuassem no nosso país, popularizando, dessa forma, técnicas e práticas que utilizam esses produtos (LONDRES, 2011). Assim, devido a todo o adorno de atratividade influenciado pelas políticas públicas e discursos pomposos, os agrotóxicos chegaram à agricultura familiar brasileira.

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a agricultura familiar é responsável por mais de 70% da produção de alimentos da mesa do brasileiro, ou seja, os alimentos utilizados nas refeições são produzidos à base de agrotóxico, o que é preocupante, principalmente quando o Ministério da Saúde (MS) afirma que ocorreram 208,8 mil casos de intoxicação por agrotóxicos entre os anos de 1985 e 2008.

Segundo Peres e Moreira (2003), a contaminação atinge não apenas pessoas, mas o solo, a água e todo o meio ambiente. Corroborando esse pensamento, Ribas e Matsumura afirmam que os agrotóxicos “traz uma série de transtornos e modificações para o ambiente, tanto pela contaminação das comunidades de seres vivos que o compõem, quanto pela sua acumulação nos segmentos bióticos e abióticos do ecossistema” (2009, p. 154), o que evidencia o impacto ambiental, social e econômico do uso desses produtos.

Os prejuízos vêm da vulnerabilidade e da socialização dos resultados negativos, entre os quais a saúde humana está ligada a todos os fatores prejudicados (CARNEIRO, 2012). E, como ocorre em outros fatores limitantes, as camadas de baixo poder aquisitivo sofrem os maiores efeitos, como apontado por Porto (2012) e, assim, se produz um sistema em cadeia, fazendo todo o país ter prejuízo.

DIAGNÓSTICO DA COMUNIDADE

A Associação dos Produtores Rurais da Comunidade Baixa do Juá (Asprobaja), CNPJ: 04.450.386/0001-94, foi fundada em maio de 2001 com o desmembramento da comunidade Boa Vista, ficando formada pelos produtores e residentes dos sítios Baixa do Juá e Boa Vista

II e III, tendo como sede a pequena Escola Municipal Francisco Ramos de Moura, localizada no sítio Boa Vista II, no município de Santana de Mangueira (PB).

A comunidade fica a 19 km da sede do município, porém mantém maiores vínculos comerciais com a sede do município de Conceição (PB), que fica a apenas 13 km e cujo acesso é mais seguro. Atualmente a associação conta com 48 membros, sendo que cerca de 50% deles não se encontram no perímetro da comunidade, mantendo com ela, entretanto, vínculo fiscal e comercial.

A comunidade se compõe por mais de mil hectares, sendo que em nenhuma das propriedades há registro de reserva legal. Mesmo assim, todas as propriedades possuem certas localidades preservadas. Esse fato ocorre principalmente por essas áreas ficarem longe das sedes e, com o crescente fenômeno do êxodo rural e anos de prejuízos devido à seca, má gestão agrícola, falta de assistência, entre outros fatores, boa parte das terras ficam intactas (sem serem exploradas/cultivadas), exceto em alguns casos, para retirada de madeira para manutenção da propriedade (construções, lenha etc.) ou na época de inverno, para soltar animais.

AGROTÓXICO NA COMUNIDADE

Na década de 1980 os sítios que formam à Asprobaja foram grandes produtores de algodão arbóreo, mas, com a chegada do bicudo-do-algodoeiro⁴ (*Anthonomus grandis*) por volta de 1990, esse cenário se modificou – as plantações foram devastadas pela praga, o que levou a comunidade a um colapso econômico.

⁴ O besouro bicudo-do-algodoeiro (*Anthonomus grandis*) pertence à família Curculionidae, que se caracteriza pelo rosto bem desenvolvido, alvo da origem do nome “bicudo”. Essa praga é específica do algodoeiro, por essa ser a espécie de planta que proporciona condições para que esse inseto complete todo o seu ciclo de vida (GRIGOLLI, 2014).

Com o fim das plantações de algodão, os produtores passaram a trabalhar com agricultura de subsistência, criando animais (bovinos, ovinos, caprinos, aves etc.) e cultivando milho e feijão. Nesse período do fim do “ouro branco” do sertão, os produtores foram seduzidos pelos financiamentos agrícolas concedidos pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB), que tinham como principais finalidades a construção de *áreas de pastagem*, cercas, pequenos açudes, espaços para guardar silagem (silos) e a aquisição de bovinos e insumos.

Foi exatamente nessa atmosfera sedutora que a comunidade entrou em contato com os produtos químicos, para “auxiliar” nas lavouras. A recomendação do BNB era a de que fossem derrubadas e queimadas as vegetações nativas e introduzidas gramíneas e leguminosas exóticas, prática essa citada por um resumo doutrinário elaborado pela Agroceres e publicado pelo BNB e pelo Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS).

Com a introdução de plantas exóticas, tornou-se comum o uso de agrotóxicos para controle de pragas e doenças das pastagens, porém nenhum informativo ou treinamento foi repassado para os produtores, tampouco pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) ou qualquer outra empresa ou pessoa física ligada à extensão rural.

METODOLOGIA

O trabalho foi realizado com os produtores associados à Asprobaja que residem no perímetro da comunidade, que é formada por três sítios: Baixa do Juá e Boa Vista II e III, todos no município de Santana de Mangueira, cidade situada na microrregião de Itaporanga, sertão da Paraíba. A cidade de Santana de Mangueira tem sua população estimada em 5.257 habitantes e uma área de 402,152 km² (IBGE, 2014).

As atividades realizadas foram: pesquisa bibliográfica sobre agrotóxicos, pesquisa documental na Asprobaja, pesquisa de campo, entrevistas, análise e discussão dos dados. A pesquisa bibliográfica garante a

introdução do processo histórico da temática e, de acordo com Marconi e Lakatos, essa metodologia “coloca o pesquisador em contato direto com tudo que foi escrito sobre determinado assunto” (1986, p.63).

A pesquisa documental sobre a Asprobaja procurou entender sua fundação, história e situação. Essa parte da atividade foi mesclada com entrevistas a cinco agricultores que fazem parte do conselho da associação, para descrever cronologicamente fatos importantes da comunidade e de seus moradores.

Salienta-se que “Os pesquisadores não se preocupam em buscar evidências que comprovem hipóteses definidas antes do início dos estudos. As abstrações se formam ou se consolidam basicamente a partir da inspeção dos dados num processo de baixo para cima.” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 2). Já as entrevistas procuram obter informações por meio de perguntas padronizadas, com assuntos predefinidos, porém mantendo um tom informal, com a intenção de manter o entrevistado à vontade, sem sair do ponto objetivado, como orienta Boni e Quaresma (2005).

A pesquisa de campo foi realizada *in loco*, com a observação dos procedimentos cotidianos dos agricultores e a aplicação de questionários a dez “chefes de família”⁵ da associação, que residem no perímetro da comunidade, no período de junho de 2014. Dessa forma, toda a metodologia do trabalho foi voltada para uma descrição quantitativa e qualitativa dos fatos e da situação da agricultura familiar dessa região, demonstrando suas características de forma transparente, imparcial e com intuito científico.

Nessa prática, aplicou-se um olhar social sobre a pesquisa, tratando a realidade humana na participação e ação dos objetos, oportunizando ao pesquisado fazer parte do estudo, se inserindo no espaço pesquisado com imparcialidade, permitindo maior aprofundamento dos resultados e, dessa forma, assimilando o passo a passo dos resul-

⁵ O termo “chefe de família” se aplica neste trabalho no sentido de pessoa responsável pela administração da casa e da propriedade.

tados obtidos, com responsabilidade política e social em relação à ideologia da comunidade, ao longo de todo um processo construtivo de diálogo não doutrinário, sendo de parte a parte dinâmico e modificável, como ratificam Brandão e Borges (2007).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A comunidade é formada por 48 associados, mas apenas 25 deles residem em um dos três sítios que fazem parte da Asprobaja. Esses 25 associados compõem as dez famílias locais. Os outros 23 associados deixaram suas propriedades em busca de melhorias – foram para as cidades circunvizinhas ou grandes centros comerciais, como Petrolina (PE) –, porém mantêm vínculo fiscal com a associação.

Entre as famílias que residem no perímetro da comunidade, 80% são “chefiadas” por homens e 20%, por mulheres. As características administrativas das propriedades são bem semelhantes, apesar da diferença de faixa etária dos seus proprietários e administradores (Figura 1), o que garante uma afinidade cultural entre as famílias distintas.



Figura 1: Faixa etária dos “chefes de família” da Asprobaja

Essa afinidade faz parte do processo cultural e social entre os moradores entrevistados, dos quais 10% residem na comunidade desde o nascimento, 20% moram na comunidade há cinco a quinze anos, 40% há quinze a 25 anos e 30% há mais de 25 anos. Com esse tempo que residem na comunidade, vale ressaltar que 70% são donos de suas próprias terras; os outros 30% são rendeiros.

Essas propriedades possuem extensão variável: 10% têm entre vinte e cinquenta hectares, 30%, cinquenta a cem hectares e 40%, mais de cem hectares. Apesar do tamanho das propriedades, apenas 40% têm a agricultura como renda principal. Os outros 60% têm como renda principal benefícios públicos, como empregos nas prefeituras e no estado ou aposentadoria do INSS. Esses dados da renda podem/devem estar ligados à área de exploração agrícola das terras, já que 30% exploram menos de um hectare, 10%, cinco hectares, 10%, de cinco a dez hectares, 40%, de dez a vinte hectares e apenas 10% exploram mais de vinte hectares (Figura 2).

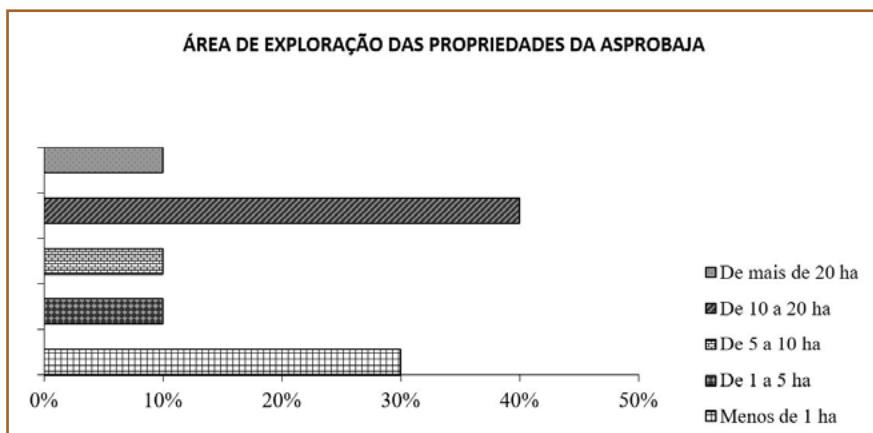


Figura 2: Área de exploração das propriedades da Asprobaja

Nas áreas exploradas é desenvolvida agricultura de subsistência, sendo que 100% criam aves (galinha-caipira, pato, guiné), 70% criam bovinos, 60%, suínos, 40%, ovinos, 20%, caprinos e 70%, outros animais, como equinos e muares, demonstrando uma diversificação da pecuária na localidade. Quanto às plantações, 100% plantam feijão e milho e fazem pastagem, 40% plantam batata-doce e 60% plantam outras culturas, como hortaliças, plantas medicinais e frutas.

Nas observações, o mais preocupante foi que 90% dos agricultores fazem uso de insumos químicos (agrotóxicos): Barrage, Touchdown, Glifosato 480 Agripec, Folidol, Roundup e Decis 25 EC, os quais

são classificados de acordo com seu grau toxicológico, que varia de I a IV, sendo a classificação I extremamente tóxico, II, altamente tóxico, III, média toxicologia e IV, pouco ou muito pouco tóxico (Quadro 1).

Quadro 1 – Classificação toxicológica dos insumos químicos utilizados na Asprobaja

CLASSIFICAÇÃO TOXICOLÓGICA	I	II	III	IV
BARRAGE			X	
TOUCHDOWN			X	
GLIFOSATO 480 AGRIPAC		X		
FOLIDOL	X			
ROUNDUP		X		
DECIS 25 EC		X		

Enfatiza-se que, além da preocupação com o grau de toxicidade dos produtos, observou-se o uso do Folidol, o qual tem venda e consumo proibidos no Brasil, o que leva a grande preocupação, já que a recomendação é feita pela Anvisa. Já o Glifosato é outro que gera grande preocupação, devido à manifestação de Aranda, que afirma que esse produto “aumenta a probabilidade de desenvolver câncer, sofrer abortos espontâneos e nascimentos com má-formação” (2014, p. 1).

Diante das análises sobre o uso de produtos de alta toxicidade e de outros de uso proibido, chama mais atenção a não utilização dos equipamentos de proteção individual (EPI), o descarte incorreto das embalagens e a falta de leitura das orientações (bula dos produtos), ocorrendo uso demasiado, muitas vezes com aplicações bem acima do recomendado pelos fabricantes.

Isso se reflete na concepção dos produtores, dos quais 100% acreditam que o uso de agrotóxico faz mal à saúde. Essa definição ocorre devido a 40% dos entrevistados já terem se intoxicado enquanto trabalhavam com a aplicação dos agrotóxicos nas lavouras. Já com relação ao meio ambiente, 20% acreditam que eles não trazem prejuízo, mas a maioria, 80% (Figura 3), relatam perceber queda da produção, aumento de pragas e deficiência dos solos e afirmam categoricamente que grande parte desses problemas vem do uso de agrotóxico.

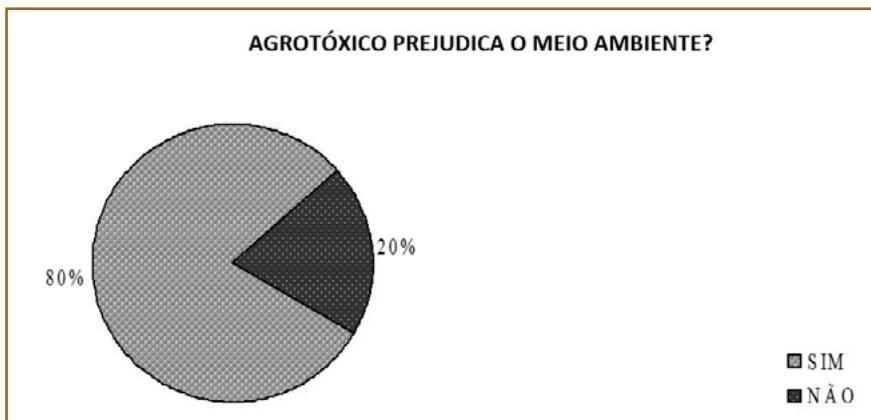


Figura 3: Agrotóxico prejudica o meio ambiente?

Mesmo com o entendimento dos agricultores com relação ao uso de agrotóxico e suas implicações para a saúde humana e o meio ambiente, 70% dos agricultores entrevistados acreditam não ser possível produzir sem esses produtos.

A crença na necessidade do uso de agrotóxicos está ligada ao aumento da produtividade para concorrer com produtos de outras regiões, disputa que, para os agricultores, é desleal, pelo valor dos produtos, pelos benefícios dos investimentos e pelo acompanhamento de extensão rural. Mesmo com problemas de saúde e ambientais, eles acreditam que a melhor forma de produzir é fazendo uso de insumos químicos. Contudo, 90% declararam que, se conhecessem algum método eficiente de produção que não utiliza defensivos químicos, não usariam agrotóxicos em suas plantações e 10% dos entrevistados relataram que, mesmo conhecendo esse tipo de método, utilizariam os produtos químicos (Figura 4).

UTILIZARIA ALGUM MÉTODO SEM USO DE AGROTÓXICO, SE CONHECESSE?

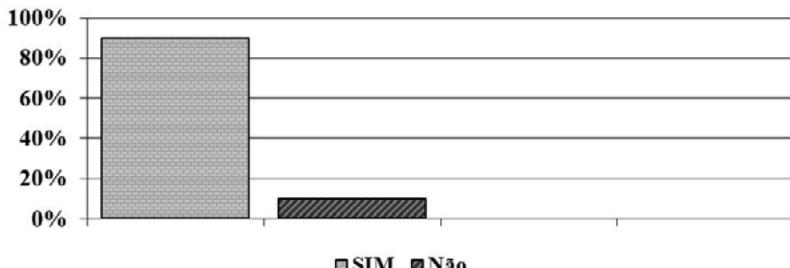


Figura 4: Utilizaria algum método sem uso de agrotóxico, se conhecesse?

Em apreciação, é iminente identificar a falta de alternativas dos agricultores, que não dispõem de conhecimentos técnicos, extensão rural ou qualquer assistência, ao ponto de “esquecerem” os manejos tradicionais da prática agrícola, que praticavam antes dos manejos com insumos químicos. Considera-se que esse desapego às tradições de manejo seja reflexo de anos de prejuízo, devido à baixa produtividade ou à perda total das safras, ocasionadas por pragas ou escassez de chuvas, o que veio a desvalorizar certos métodos de trabalho.

Em entrevista com os membros do conselho, foi relatado que não há grandes expectativas de futuro para a comunidade. Também acreditam que, com o passar do tempo, todas as portas da comunidade se fecharão. Essa percepção pode ser transcrita em um trecho da entrevista em que o Entrevistado A desabafa:

A nossa situação é desanimadora. Não temos assistência, a seca castiga. Não quero meu filho passando pelo que já passei. Ele já estuda na rua e quero que vá mais longe ainda, quem sabe à capital... Não quero que ele adoeça de novo com uso de veneno nem caleje a mão na enxada.

Esse depoimento é marcante e atesta que o futuro dessa família na comunidade é curto. A transcrição do Entrevistado B revela muita insatisfação com o poder público:

A comunidade é abandonada, não tem saúde, não há educação, segurança, ninguém nos enxerga, a não ser no período eleitoral. Eu bebo, como e vendo veneno, mas é para sustentar a família, não é por maldade. Já senti o que os agrotóxicos podem fazer, porém não temos alternativa. Esse é o mal de quem não estudou.

Os agricultores se sentem acuados e sem muitas perspectivas de vida no campo, onde a realidade é essa mesma. E, segundo os entrevistados, eles só recebem visita de algum órgão ligado à agricultura (Ema-ter e Secretaria de Agricultura Municipal) na época do cadastramento do Seguro-Safra, ou seja, anualmente.

A apreciação dos dados também revela o olhar dos moradores em relação à natureza, pelo qual já sentem falta de enxames de abelhas e de espécies vegetais como a jitirana (*Ipomoea sericophylla*), que é importante planta na alimentação de animais na época de inverno (período chuvoso do Nordeste), além de observarem a desertificação de áreas de roçado. Essa constatação é refletida na fala de todos os entrevistados, a exemplo da explanação do Entrevistado C:

Não sei o que está acontecendo, mas tem muita terra escravada (desertificada). Antes não tinha isso... Falta de chuva sei que não é, porque sempre choveu pouco, mas assisti na TV que agrotóxico causa isso... Eu até tentei deixar de usar, mas, quando a lagarta aparece, ou passa veneno ou fica sem lavoura.

A perplexidade do Entrevistado C se reflete em toda a comunidade, que se sente abandonada. Os resultados são claros, apesar de não haver análise do solo e da água. A preocupação da comunidade com o uso de insumos químicos é evidente, entretanto não veem saída para a desarticulação dessa metodologia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O postulado da pesquisa revela a situação de precariedade do assistencialismo agrícola em pequenas comunidades, abandonadas pelo poder público. A Asprobaja traz entranhada no seu contexto histórico uma metodologia “revolucionária”, que foi instruída por órgãos públicos (BNB e DONOCS) no início da década de 1990 e que carregam consigo até os dias atuais.

O uso de insumos químicos (agrotóxicos) nas lavouras é corriqueiro, mesmo com problemas ocasionados aos moradores e suas propriedades. Eles se sentem obrigados a utilizá-los, já que não veem alternativas, mas sabem que é um mal iminente à saúde e à produtividade local.

A demonstração dos elementos descritivos do trabalho aponta para um decrescimento e “infecção” da produção, ocasionada pela insatisfação com o modo com que os agricultores trabalham e vivem na comunidade.

Este momento de exposição revela a necessidade de um trabalho educativo e estruturante na prática agrícola de trabalhadores, com dispositivos que possam fortalecer as ações da localidade, fazendo com que o cenário seja reordenado, modificado e assegurado para o desenvolvimento pessoal e comunitário. Com a revelação dessa situação, a construção de mais pesquisas se torna possível para, assim, proporcionar um presente e um futuro prósperos aos moradores da Asprobaja.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANVISA. Relatório da Anvisa indica resíduo de agrotóxico acima do permitido. Disponível em: <<http://portal.anvisa.gov.br/wps/content/anvisa+portal/anvisa/sala+de+imprensa/menu+++noticias+anos/2013+noticias/relatorio+da+anvisa+indica+residuo+de+agrotoxico+acima+do+permitido>>. Acesso em: 10 out. 2014.

ARANDA, Darío. **Após oito anos de pesquisas, relatório confirma vinculação glifosato/câncer.** Disponível em: <<http://tudosobreplantas.wordpress.com/2014/10/09/apos-oito-anos-de-pesquisas-relatorio-confirma-vinculacao-glifosatocancer/>>. Acesso em: 3 nov. 2014.

ASCOM/MDS. Programa de Aquisição de Alimentos fortalece política de segurança alimentar. Disponível em: <<http://www.brasilsemmisseria.gov.br/noticias/ultimas-noticias/2014/marco/programa-de-aquisicao-de-alimentos-fortalece-politica-de-seguranca-alimentar>>. Acesso em: 11 mar. 14.

ASPROBAJA. Livro de Atas. Santana de Mangueira, 2001.

BONI, Valdete; QUARESMA, Silvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v. 2, n. 1, jan.-jul. 2005.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; BORGES, Maristela Correa. **A pesquisa participante: um momento da educação popular.** Uberlândia: Popular, 2007

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília: Presidência da República, 2006.

_____. **Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989.** Brasília: Presidência da República, 1989.

_____. Ministério da Saúde. **Brasil notificou 208,8 mil casos de intoxicação por agrotóxicos em 25 anos.** Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/profissional-e-gestor/vigilancia/noticias-vigilancia/172-noticias-anteriores-vigilancia/7815->>>. Acesso em: 29 abr. 2014.

CARNEIRO, F. et al. Dossiê da Abrasco: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. 1ª parte. Rio de Janeiro: Abrasco, 2012.

CARSON, R. **Primavera silenciosa**. São Paulo: Gaia, 2010.

DE ANDRADES, Thiago Oliveira; GANIMI, Rosângela Nasser. Revolução verde e a apropriação capitalista. 2007.

DNOCS – Departamento Nacional de Obras de Combate à Seca. **Melhores pastagens para o Nordeste**. Agroceres: Fortaleza, 1979.

GIRALDO, Lia. **Há muitas evidências de danos dos agrotóxicos à saúde**. Entrevista concedida à Fundação Oswaldo Cruz. Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/index.php?Area=Entrevista&Num=22>>. Acesso em: 21 fev. 2014.

GRIGOLLI, José Fernando Jurca. **Pragas do algodão: bicudo-do-algodoeiro**. 2014. Disponível em: <<http://ruralcentro.uol.com.br/analises/pragas-do-algodao-bicudo-do-algodoeiro-3777>>. Acesso em: 9 jun. 2014.

IBGE. **IBGE Cidades**: Paraíba – Santana de Mangueira. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=251350&search=paraiba|santana-de-mangueira|infograficos:-informacoes-completas>>. Acesso em: 25 out. 2014.

INCRA. **O que é propriedade familiar?** Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/content/perguntas-frequentes-o>>. Acesso em: 2 maio 2014.

LONDRES, Flavia. **Agrotóxicos no Brasil**: um guia para ação em defesa da vida. Rio de Janeiro: Articulação Nacional de Agroecologia; Rede Brasileira de Justiça Ambiental, 2011.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli EDA. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. 1986.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1986.

ORGANICSNET. Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo. Disponível em: <<http://www.organicsnet.com.br/2014/09/brasil-e-o-maior-consumidor-de-agrotoxicos-do-mundo/>>. Acesso em: 19 set. 2014.

PERES, Frederico; MOREIRA, Josino Costa. Saúde e ambiente em sua relação com o consumo de agrotóxicos em um polo agrícola do estado do Rio de Janeiro, Brasil. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v23s4/13.pdf>>. Acesso em: 2 maio 2014.

PORTE, M. F. Modelo de produção agrária no Brasil. Seminário de Enfrentamento aos Impactos dos Agrotóxicos na Saúde Humana e no Meio Ambiente. Rio de Janeiro: Fiocruz, 4 jun. 2012.

RIBAS, Priscila Pauly; MATSUMURA, Aida Terezinha Santos. A química dos agrotóxicos: impacto sobre a saúde e meio ambiente. Revista Liberato, v. 10, n. 14, 2009.

(IN)SEGURANÇA ALIMENTAR ENTRE HIPERTENSOS E DIABÉTICOS NO ASSENTAMENTO 8 DE OUTUBRO

Josefa Adriana Leal dos Santos¹

Kiriaque Barra Ferreira Barbosa⁵⁹

Danielle Góes da Silvav⁵⁹

INTRODUÇÃO

Entende-se por alimentação adequada e saudável a prática alimentar apropriada aos aspectos biológicos e socioculturais dos indivíduos, bem como ao uso sustentável do meio ambiente. Deve estar em acordo com as necessidades de cada fase do curso da vida e com as necessidades alimentares especiais; referenciadas pela cultura alimentar e pelas dimensões de gênero, raça e etnia; acessível do ponto de vista físico e financeiro; harmônica em quantidade e qualidade; baseada em práticas produtivas adequadas e sustentáveis, com quantidades mínimas de contaminantes físicos, químicos e biológicos (BRASIL, 2013a).

Tal conceito se insere no referencial da segurança alimentar e nutricional, que consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (PEIXOTO, 2014; BRASIL, 2012).

A Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PN-SAN) (BRASIL, 2010) visa, dentre outros objetivos, ampliar o conceito de alimentação saudável, superando as premissas reducionistas baseadas em prescrição quantitativa de nutrientes, além de propul-

1 Especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo – Residência Agrária. Eixo temático: saúde e segurança alimentar e nutrição no campo. Universidade Federal de Sergipe. kiribarra@yahoo.com.br.

sionar mudanças estruturais em políticas públicas de desenvolvimento social, de agricultura, de alimentação e nutrição (AZEVEDO, 2012; 2011).

A obesidade, decorrente da ocidentalização do estilo de vida, sobretudo pela adoção de hábitos alimentares inadequados e pela redução da prática regular de atividade física, é também um indicador de insegurança alimentar e constitui em importante fator de risco para a manifestação precoce de complicações metabólicas que, por sua vez, determinam desfechos desfavoráveis à saúde, como o desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis (hipertensão arterial sistêmica, diabetes *mellitus*, doenças cardiovasculares dentre outras) (DUNCAN et al., 2012; MALTA, 2014).

A hipertensão arterial sistêmica (HAS) dobra o risco de ocorrência de doenças cardiovasculares e é um fator de risco para todas as manifestações da aterosclerose. Constitui um fator predisponente independente para a insuficiência cardíaca congestiva (ICC), doença arterial coronária (DAC), acidente vascular cerebral (AVC) isquêmico e hemorrágico, insuficiência renal (IR) e doença arterial periférica (DAP) (BRASIL, 2013b).

A HAS tem alta prevalência de internação, além de altos índices de mortalidade. Segundo os dados do Datasus referentes ao ano de 2014, no Brasil, o número de internações devidas à HAS, excluindo as que ocorreram durante a gestação, foi de 98.338 pessoas, sendo 714 registradas no estado de Sergipe. Relativamente aos óbitos, foram registrados, no ano de 2013, 49.091 no Brasil e 678 em Sergipe (BRASIL, 2014).

O excesso de peso se associa com maior prevalência de HAS desde idades jovens. Na vida adulta, mesmo entre indivíduos fisicamente ativos, o incremento de 2,4 kg/m² no índice de massa corporal (IMC) acarreta maior risco de desenvolver HAS (SBC, 2016).

Relativamente ao DM, no Brasil, dados da pesquisa *Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico* (Vigitel), de 2011, mostraram que a prevalência na população acima de 18 anos aumentou de 5,3% para 5,6% entre 2006 e 2011 (BRASIL,

2013c). O Datasus aponta que, somente no estado de Sergipe, foram registrados 792 casos de internação devido ao DM, em 2014 (BRASIL, 2014).

Nesse contexto, a presente proposta teve como objetivo avaliar o indicador de alimentação e saúde entre hipertensos e diabéticos do Assentamento 8 de Outubro, a saber: frequência de hábitos alimentares saudáveis; prática regular de atividade física; e produção de alimentos por essa comunidade. Justifica-se a realização do estudo pela vulnerabilidade da população no que se refere às condições de saúde e acesso aos serviços, bem como pela escassez de informações sobre a situação de insegurança alimentar, que se expressa de diferentes formas nas populações: obesidade, doenças associadas à má alimentação, consumo de alimentos de qualidade duvidosa, entre outros indicadores mais clássicos.

METODOLOGIA

Este estudo, realizado no Assentamento 8 de Outubro, no município de Simão Dias, teve um caráter descritivo explicativo, de natureza aplicada, oportunizando geração de conhecimentos para trabalhar junto com a comunidade e órgãos competentes com o objetivo de modificar a qualidade de vida dos hipertensos e diabéticos da comunidade.

Foram utilizadas as abordagens quantitativa, avaliando frequências absolutas e relativas, analisadas de forma padronizada, e qualitativa, pela análise ampliada do conhecimento da realidade vivenciada pela população.

Para a realização deste estudo, os procedimentos foram desde a pesquisa bibliográfica para aprimoramento dos temas de HAS e DM, indicadores de saúde e (in)segurança alimentar e nutricional, coleta de dados a partir de questionamento direto dos sujeitos envolvidos, até a pesquisa-ação, uma vez que, durante o processo, os sujeitos receberam informações sobre os seus problemas de saúde, assim como formas de enfrentamento para um melhor controle.

Além disso, posteriormente à pesquisa, as informações foram utilizadas com o intuito de mobilizar os órgãos competentes para a rea-

lização de ações direcionadas à população estudada, visando melhorar o controle de suas doenças e, consequentemente, a qualidade de vida.

Aspectos Éticos

Com o objetivo de respeitar os aspectos éticos foi oficialmente solicitada autorização para utilizar os dados gerados pela equipe de saúde da comunidade estudada, assinada pelo secretário de Saúde do Município de Simão Dias. Também foi confeccionado Termo de Consentimento Livre Esclarecido, que foi assinado por todos os participantes da pesquisa.

Caracterização do Local

De acordo com dados coletados do Projeto de Desenvolvimento Agrário (PDA, 2007), lideranças do Movimento dos Sem Terra (MST, 2011), moradores do assentamento e equipe de saúde local, o Assentamento 8 de Outubro está localizado no povoado Cumbe, município de Simão Dias, distanciando-se da sede apenas em seis quilômetros, cujo acesso se dá pela rodovia asfaltada, que vai ao município de Pinhão. Tem uma área total de 1.512,20 hectares, divididos em 82 lotes destinados à produção de alimentos.

As primeiras reuniões realizadas com o objetivo de organizar a população para a ocupação da terra tiveram início no dia 20 de junho de 1997. Essa foi a primeira ocupação de terra do município de Simão Dias. Os agricultores se organizaram com a orientação do MST-SE, fazendo a ocupação da terra no dia 9 de outubro de 1997.

Apesar da ocupação ter se dado no dia 9 de outubro, o nome do assentamento ficou decidido entre os ocupantes como P.A. 8 de Outubro, em homenagem ao grande revolucionário Ernesto Che Guevara, que foi executado nessa data, em 1967. A emissão de posse foi dada dia 6 de agosto de 1998, quando os ocupantes finalmente se fixaram na sede da até então Fazenda Quinjibe, onde foram estruturados os 82 lotes urbanos para a instalação do assentamento.

Atualmente, no assentamento, existem 98 famílias e 223 pessoas que vivem em casas de alvenaria, com boa estrutura em sua maioria.

Algumas delas foram feitas no decorrer desse período por filhos de assentados que foram formando novas famílias.

A coleta do lixo é realizada uma vez por semana sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Simão Dias. As ruas são cuidadas, na maioria das vezes, pela própria população, que as mantém rigorosamente limpas.

Até o momento, não há postos de saúde. Desta forma, a Equipe de Saúde da Família que atende essa população e mais outras 11 comunidades vizinhas vai até a localidade uma vez ao mês. Os atendimentos são realizados, com estrutura precária, na antiga sede da fazenda. Quando existe a necessidade de atendimento fora do dia agendado e comunicado pelo agente de saúde, é necessário que os assentados se desloquem até a sede, que fica a 13 km de distância. Da mesma forma ocorre quando apresentam algum problema de saúde e necessitam de atendimento de urgência.

O acesso à água potável é feito por coleta de água de chuva em cisternas e caminhões pipa. Também existem no assentamento três poços artesianos com água salobra, com recente encanação, para a maioria das casas. A água utilizada na produção de alimentos é exclusivamente das chuvas, o que limita a produção e a diversificação de alimentos.

O principal acesso das famílias aos alimentos consumidos no assentamento é a feira livre, realizada duas vezes por semana, além de supermercado localizado na sede. Dentro do próprio assentamento são comercializados carnes bovinas, derivados do leite e alguns legumes e vegetais que são produzidos fora do assentamento.

Casuística (sujeitos)

Este estudo foi realizado com a população de hipertensos e diabéticos maiores de 18 anos, de ambos os sexos, fora dos períodos de gestação ou lactação, cadastrados pela Equipe de Saúde da Família 5 do município de Simão Dias.

A partir dos registros da equipe de saúde, todos os hipertensos e diabéticos cadastrados no Assentamento 8 de Outubro foram convidados a participar de rodas de conversa sobre os temas de hiper-

tensão arterial sistêmica e diabetes *mellitus*. Essas rodas de conversa ocorreram em três momentos, com a apresentação do projeto de pesquisa e a defesa da sua importância para a comunidade. Participaram do estudo todos aqueles que estiveram presentes, aceitando ser voluntários mediante a assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido.

Cada um dos momentos foi iniciado com uma roda de conversa, na qual se discutiu sobre a importância de os participantes conhecerem o que ocorre no organismo de um hipertenso e/ou diabético, assim como os resultados esperados dos diferentes tratamentos, medicamentoso ou dietético, e das possíveis complicações decorrentes dessas duas doenças se não forem tratadas adequadamente. Concomitantemente à discussão dos temas, foi destacado que o êxito do processo terapêutico depende da participação ativa de cada paciente.

Uma vez feito o convite para participar deste estudo, deixando claro que a participação é voluntária, seguimos com a leitura do termo de consentimento, assim como sua assinatura.

Procedimento de coleta de dados

A população foi informada sobre todo o processo e, após assinatura de termo de consentimento, partimos para a aplicação do questionário e a aferição dos seguintes parâmetros: peso, altura, pressão arterial e glicemia capilar.

Vale destacar que o terceiro dia de atividade foi realizado em domicílio, para que não fosse excluído o único paciente acamado, devido a sequela de acidente vascular cefálico (AVC), como consequência de hipertensão arterial sistêmica descompensada.

A coleta de dados foi realizada na seguinte sequência:

Entrevista estruturada: foi apresentada ao coletivo, antes da aplicação individual, para que tivessem conhecimento do conteúdo que seria perguntado a cada um e, assim, fossem esclarecidas as dúvidas que ocorriam. Logo após, deu-se início às perguntas de forma individual, respeitando a privacidade de cada um.

Aferição de peso e estatura: realizadas segundo técnicas padro-

nizadas previamente (BRASIL, 2009), utilizando balança mecânica de marca G-Tech e fita métrica fixada em parede, respectivamente.

Aferição de pressão arterial sistêmica: realizada por meio de esfigmomanômetro mecânico de coluna de mercúrio, da marca Solidor, e estetoscópio MDF duplo, em braço não dominante, depois de mais de trinta minutos de repouso, sem ingestão de café nem bebidas alcoólicas nesse período.

Aferição de glicemia capilar: realizada coleta de sangue da ponta do dedo médio de todos os usuários e aferida a glicemia capilar por meio do aparelho On Call Plus.

Coleta de informação de prontuários: informações como data de nascimento, para calcular a idade de alguns usuários, e tratamento utilizado foram coletadas a partir de prontuários, assim como o uso de medicação.

Os dados foram processados por meio do software Excel for Windows. Procedeu-se a análise descritiva por meio de frequência absoluta (n) e relativa (%), média (\bar{x}) ± desvio padrão (DP).

RESULTADOS

Distribuição de gênero por faixa etária

Participaram do estudo 22 indivíduos, todos maiores de 50 anos. A distribuição de gênero na totalidade dos assistidos foi equilibrada. Quando se considera a distribuição por faixa etária, foi maior a frequência de homens entre aqueles com mais de 80 anos. Nas demais faixas etárias, prevaleceram as mulheres. Os dados podem ser observados no Gráfico 1.

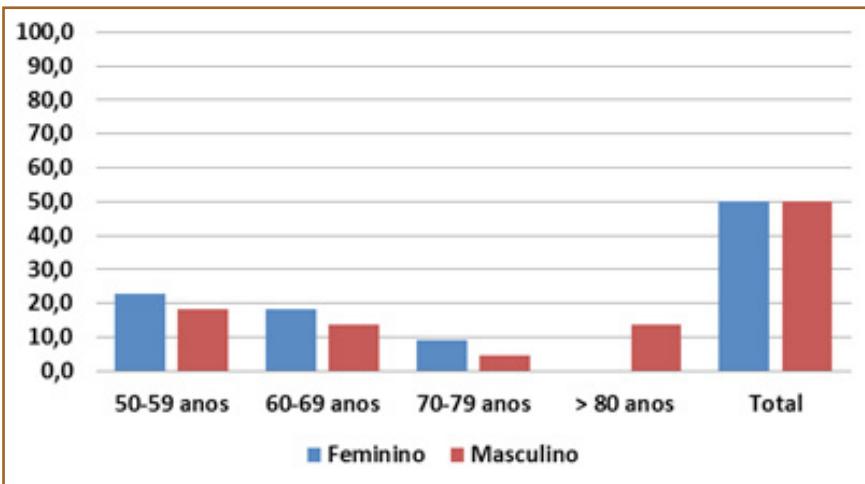


Gráfico 1– Distribuição de gênero por faixa entre os indivíduos do Assentamento 8 de Outubro, município de Simão Dias (SE), 2013 (n=22)

Estado nutricional, prevalência de doenças e alterações metabólicas

Relativamente à classificação do estado nutricional pelo índice de massa corporal, obteve-se um contingente considerável de indivíduos acima do peso (76,2% sobre peso ou obesidade). Em contrapartida, menos de 5% dos indivíduos estudados estavam com baixo peso (Gráfico 2).

Entre os indivíduos classificados acima do peso ideal, 50% e 28,5% apresentaram níveis elevados de pressão arterial e glicemia capilar, respectivamente.

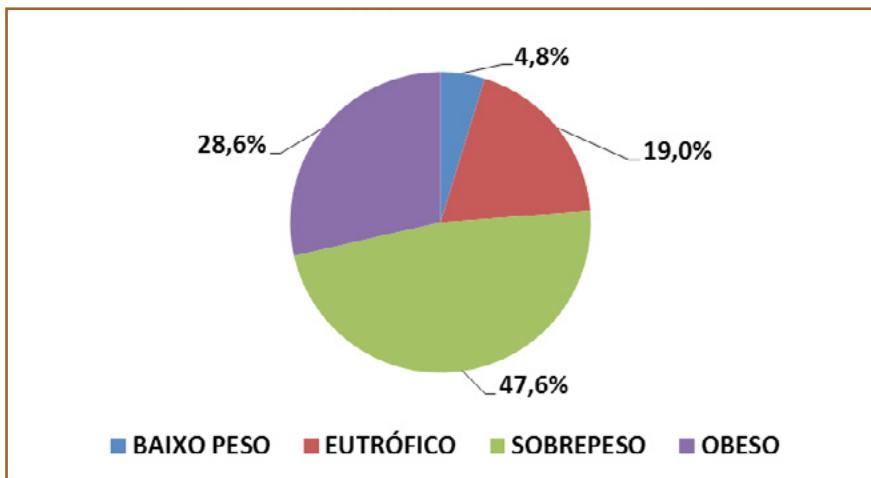


Gráfico 2– Classificação do estado nutricional entre os indivíduos do Assentamento 8 de Outubro, município de Simão Dias (SE), 2013 (n=22)

No Assentamento 8 de Outubro encontramos, entre os assistidos pela equipe de saúde, um total de 40 indivíduos (17,7%) com o diagnóstico de diabetes *mellitus* tipo 2 e/ou hipertensão arterial sistêmica, distribuídos conforme demonstrado na Tabela 1.

Tabela 1– Frequência de diabetes *mellitus* tipo 2 e hipertensão arterial sistêmica entre os indivíduos do Assentamento 8 de Outubro, município de Simão Dias (SE), 2013 (n=40)

	N	%
Diabetes <i>mellitus</i> tipo 2 (DM)	04	1,7
Hipertensão arterial sistêmica (HAS)	28	12,5
DM e HAS	08	3,5
Total	40	17,7

Frequência absoluta (n) e relativa (%)

Fonte: Dados de prontuário.

Participaram da entrevista 22 pessoas, representando 55% do total daqueles com diagnóstico de DM tipo 2 e/ou HAS. A maioria padecia de HAS de forma isolada ou associada à DM tipo 2, representando 86% dos entrevistados (Gráfico 3).

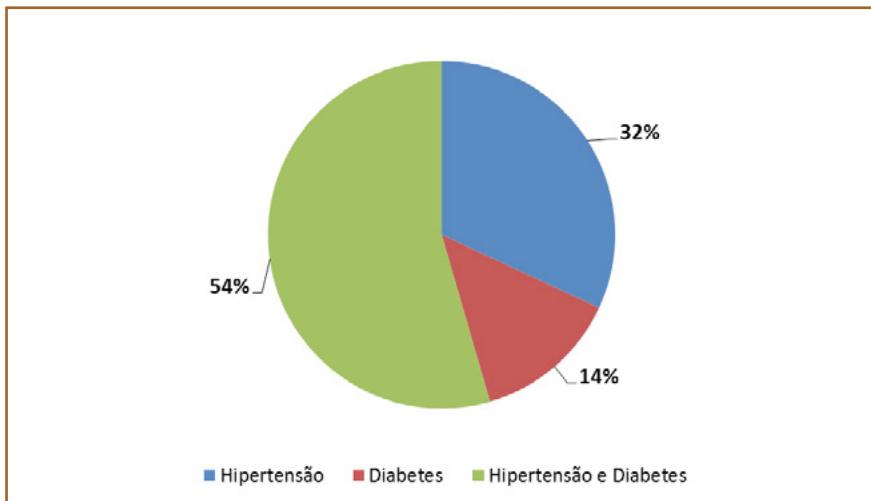


Gráfico 3– Distribuição do diabetes *mellitus* tipo 2 e/ou hipertensão arterial sistêmica entre os indivíduos do Assentamento 8 de Outubro, município de Simão Dias (SE), 2013 (n=22)

Avaliação de pressão arterial sistêmica e glicemia capilar pós-prandial

A pressão arterial foi aferida em todos os entrevistados e se observou que um contingente expressivo (72,7%) apresentou níveis elevados. Dessa forma, pode-se afirmar que somente 27,3% estão com bom controle de PA, alcançado, sobretudo, às custas de tratamento medicamentoso com mais de uma droga anti-hipertensiva.

Relativamente à glicemia capilar, observou-se que a maioria apresentava bom controle. Mais da metade (59,1%) dos entrevistados apresentaram níveis glicêmicos dentro dos limites normais.

Uso de medicamentos

Nesse quesito foi possível observar que a maioria fazia uso de medicação anti-hipertensiva, assim como de hipoglicemiantes orais. Quando de avaliaram os registros dos prontuários, contatou-se que a maioria fazia uso de mais de uma droga anti-hipertensiva, assim como de hipoglicemiantes orais e insulina (Gráfico 4).

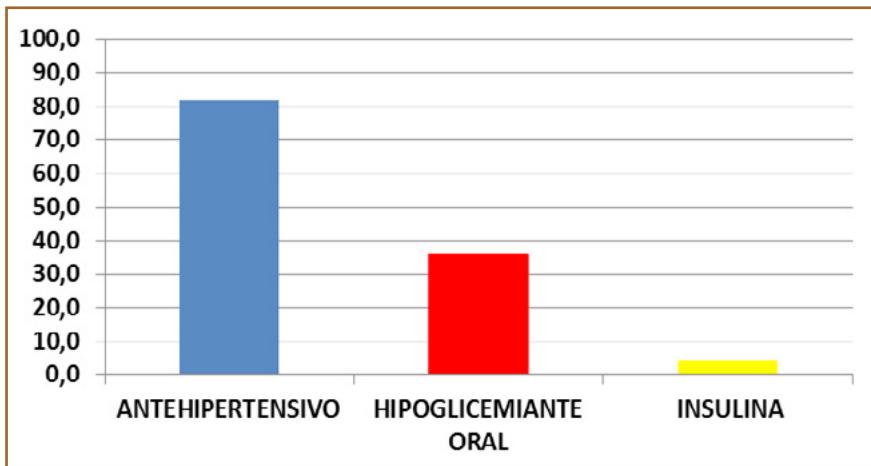


Gráfico 4– Uso de medicamentos entre os indivíduos do Assentamento 8 de Outubro, município de Simão Dias (SE), 2013 (n=22)

Determinantes de alimentação e saúde: frequência de consumo de dos alimentos

Relativamente aos hábitos alimentares e à frequência de consumo dos alimentos, observou-se que o alimento mais consumido diariamente foi o feijão, sendo citado por mais de 80% da população estudada. Quanto ao consumo de frutas e verdura, a maioria relatou a ingestão desses alimentos mais de quatro vezes por semana. Os alimentos gordurosos foram consumidos, predominante, com frequência semanal.

Observou-se um baixo consumo de álcool, refrigerantes e outros alimentos ricos em açúcar. A maioria consumia menos de uma vez por semana (Gráfico 5).

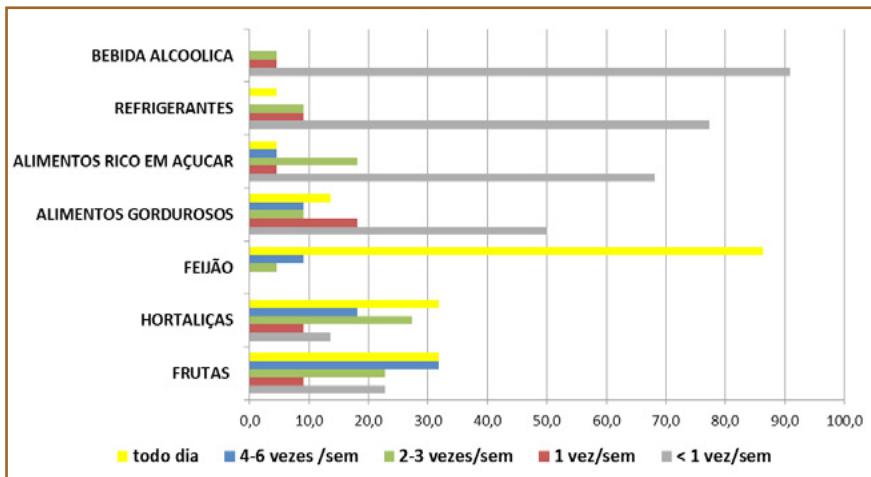


Gráfico 5– Consumo alimentar entre os indivíduos do Assentamento 8 de Outubro, município de Simão Dias (SE), 2013 (n=22)

Ao perguntar se as pessoas acrescentavam sal à comida depois de pronta, a maioria (81,8%) respondeu que não. Dos 18,2% que responderam sim, todos são hipertensos e fazem uso de medicação anti-hipertensiva e, desses, 50% apresentaram níveis pressóricos elevados.

Quando se perguntava quantas refeições realizavam durante o dia, houve importante omissão de lanches. Muitos fazem apenas duas refeições diárias: almoço e jantar. O café da manhã foi omitido por quase 15% da população; a ceia, por mais de 90% da população (Gráfico 6).

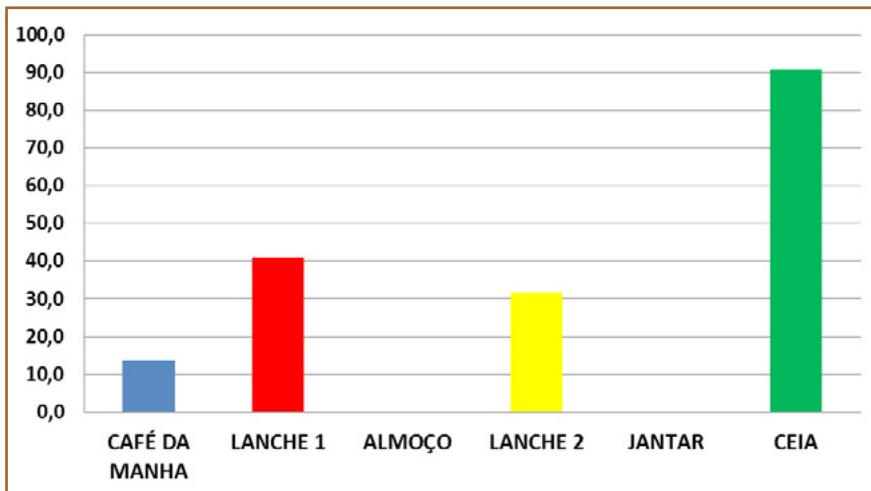


Gráfico 6– Número de refeições diárias realizadas pelos indivíduos do Assentamento 8 de Outubro, município de Simão Dias (SE), 2013 (n=22)

O tempo dedicado à realização das refeições foi avaliado de forma comparativa com os outros membros da família: 31,8% dos entrevistados responderam que, na maioria das vezes, eram a primeira pessoa a terminar as refeições. Dos que responderam que comiam muito rápido, 85,7% estiveram com peso acima do normal (sobre peso ou obesidade). Entre os que responderam que não comem muito rápido, houve menor frequência de sobre peso e obesidade (66,6%).

O consumo de produtos industrializados referido no estudo foi considerável: cerca de 40% dos entrevistados relatam não consumir alimentos processados. Vale ressaltar que foi explicado o que era considerado alimento processado antes da aplicação dos questionários. Os alimentos processados mais consumidos foram os embutidos e margarina (Gráfico 7).

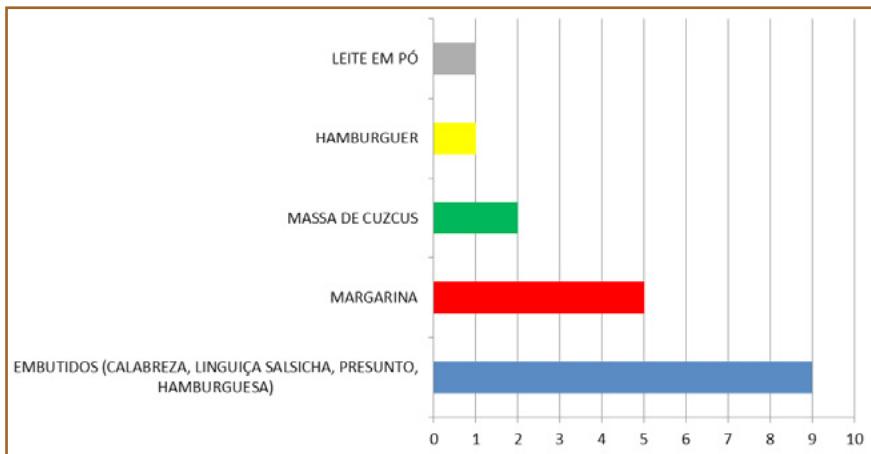


Gráfico 7– Consumo de alimentos processados (frequência com que foram citados) entre indivíduos do Assentamento 8 de Outubro, município de Simão Dias (SE), 2013 (n=22)

A maioria dos entrevistados respondeu que não realizava atividade física regular; no entanto, é frequente a realização de atividades laborais nessa população, sobretudo relacionada à produção de alimentos.

Produção de alimentos

Apesar de ser um grupo predominantemente idoso, no qual 59% são maiores de 60 anos e todos maiores de 50 anos, 54,5% relataram conseguir produzir alimentos para seu consumo.

Os mais produzidos foram o milho, o feijão e a couve, seguidos de outros alimentos, representados no Gráfico 8.

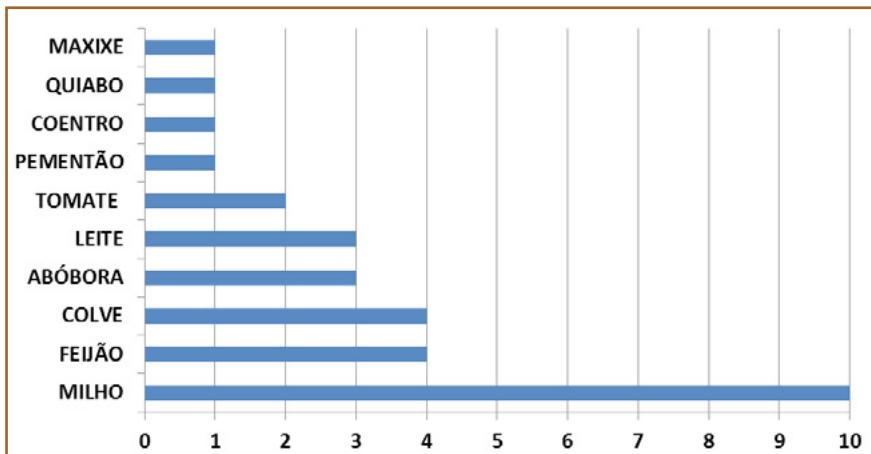


Gráfico 8– Alimentos produzidos (frequência com que foram citados) pelos indivíduos do Assentamento 8 de Outubro, município de Simão Dias (SE), 2013 (n=22)

Apesar da variada produção de alimentos no Assentamento 8 de Outubro, constatou-se que a maioria (58,3%) comprava produtos derivados dos alimentos produzidos por eles mesmos, a exemplo da massa de cuscuz.

DISCUSSÃO

A Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) (BRASIL, 2010), homologada em 2010, visa propulsionar mudanças estruturais em políticas públicas de desenvolvimento social, de agricultura, de alimentação e de nutrição e ampliar o conceito de alimentação adequada e saudável, superando as premissas reducionistas baseadas em prescrição quantitativa de nutrientes (AZEVEDO, 2012; 2011).

Esse conceito consolida a ideia da realização do direito universal ao acesso regular e permanente a uma alimentação saudável e adequada, que seja cultural, social, econômica e ambientalmente sustentável (BRASIL, 2007).

Azevedo e Ribas (2016) apontam que a alimentação adequada e saudável é concebida tendo como pauta o referencial tradicional e local de produção e consumo. Objetiva fomentar a soberania alimentar

e promover sistemas de produção familiar e sustentável, com o mínimo de impactos socioambientais e de desigualdades relacionadas ao acesso à terra. Deve atender aos princípios de variedade, equilíbrio, moderação e prazer e considerar as dimensões de gênero e etnia e priorizar alimentos livres de contaminantes físicos, químicos, biológicos e de produtos transgênicos. Clama por respeitar aspectos biológicos e sociais dos indivíduos, considerando as especificidades de cada fase do curso da vida e também suas necessidades especiais. Isso significa que comer e ser obeso, diabético, celíaco, alérgico, estéril ou ter câncer também significa viver – ou morrer – sob condições de insegurança alimentar.

Uma vez que o conceito de segurança alimentar é amplo e complexo, vários são os indicadores recomendados e utilizados para a identificação das situações de insegurança: entre eles, o consumo alimentar, a disponibilidade e o acesso a alimentos e a avaliação do estado nutricional por meio da aferição das medidas antropométrica de peso e estatura, entre outros. (PANELLI-MARTINS et al., 2007; ANJOS; BURLANDY, 2010; BRASIL, 2014; AZEVEDO; RIBAS, 2016; KEPPLER; SEGALL, 2011). Segundo o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), situações de insegurança alimentar e nutricional podem ser detectadas a partir de diferentes tipos de problema: fome, obesidade, doenças associadas à má alimentação e ao consumo de alimentos de qualidade duvidosa ou prejudicial à saúde (PEIXOTO, 2014).

O presente estudo foi realizado cumprindo com os objetivos propostos, pelos quais foi entrevistada 55% da população hipertensa e diabética do Assentamento 8 de Outubro. Nesse estudo, foi possível fazer uma avaliação dos hábitos alimentares da população estudada, assim como uma avaliação de estilo de vida, relacionando os fatores determinantes da hipertensão arterial sistêmica e diabetes *mellitus*.

A população estudada apresentou problemas relacionados ao controle dos níveis pressóricos e glicêmicos, apesar de a maioria receber tratamento medicamentoso. Observou-se que 54,5% e 40,9% da população estudada apresentava níveis elevados de pressão arterial e

de glicemia capilar pós-prandial, respectivamente. Cabe ressaltar que uma pequena parcela fazia o controle dessas patologias por meio de estratégias dietéticas, sem uso de medicação.

A maioria dos hipertensos e diabéticos fazia uso de mais de um tipo de medicação, buscando controlar essas doenças, incluindo o uso de insulina.

Poulain (2004) destaca a importância de normalizar o conceito de alimentação saudável que vigora dentro da ciência da nutrição.

A emergente proposta de medicalização da nutrição clínica, em sua visão biomecânica e funcional do alimento como instrumento terapêutico, reduzindo-o de sua integralidade e enfatizando sua composição micronutricional, acaba por minimizar ou desconsiderar o patrimônio social que os sistemas agroalimentares tradicionais representam à construção e consolidação de um estado nutricional saudável. (POULAIN, 2004)

Nesse sentido, cabe destacar as estratégias drásticas que são conduzidas ao tratamento das doenças decorrentes de situações de insegurança alimentar, a exemplo da obesidade, relativas a processos cirúrgicos e intervenções dietéticas hiper-restritivas, que geram outros desequilíbrios à saúde.

A obesidade e o sobrepeso foram aspectos importantes, uma vez que 76% da população estudada pertencia a um desses dois grupos, constituindo importante fator de risco para a manifestação precoce de complicações metabólicas decorrentes, que, por sua vez, determinam a ocorrência de desfechos desfavoráveis à saúde, como o desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis, entre elas, sobretudo, as doenças cardiovasculares e o diabetes *mellitus*.

Relativamente à alimentação, constataram-se hábitos inadequados, como a baixa frequência de consumo de frutas e verduras, limitada a quatro vezes por semana, o considerável contingente de entrevistados que relataram consumir alimentos processados industrialmente (cerca de 40%), grande omissão de refeições (merendas

e ceia) e a adição de sal nos alimentos depois de servidos no prato. O resultado dessa adição de sal aos alimentos em 18,2% da população estudada refletiu-se diretamente nos níveis de pressão arterial elevada que foram constatados em 50% dos que mencionaram essa prática.

A restrição de sal na dieta é uma medida recomendada não apenas para hipertensos, mas para a população de modo geral. Tal orientação objetiva a ingestão em torno de 100 mEq/dia (6g de sal = uma colher de chá). Do ponto de vista prático, deve-se evitar a ingestão de alimentos processados, tais como enlatados, conservas, embutidos e defumados, uma vez que têm alto teor de sódio. Deve-se, ainda, orientar os pacientes a utilizar o mínimo de sal no preparo dos alimentos, além de evitar o uso de saleiro à mesa durante as refeições (SBC, 2016).

Cabe ainda ressaltar o elevado consumo de alimentos processados, predominantemente dos embutidos (calabresa, salame, salsicha etc.). Esse hábito, segundo Azevedo e Ribas (2016), é conflitante com o intuito de minimizar o consumo de alimentos industrializados, altamente lucrativos para a indústria alimentar e com repercussões negativas para a saúde humana, destacando a necessidade eminente de gerar estratégias sociais e governamentais para o enfrentamento do processo de produção industrial dos alimentos, pressionando as indústrias desse setor, os órgãos reguladores do Estado e as instituições de direito do consumidor.

Outro aspecto importante foi a relação entre a omissão de refeições e a prevalência de obesidade e sobrepeso, uma vez que 80% da população estudada que referiu fazer menos de quatro refeições diárias foi classificada com obesidade e sobrepeso. A omissão de refeições prediz o risco de descontrole das taxas glicêmicas e dos eventos de saciedade, uma vez que decorre um considerável tempo de jejum e refeições com grande volume, respectivamente. A maioria da população relatou consumir apenas duas refeições diárias: o almoço e o jantar. A baixa frequência da prática de exercício físico na população foi outro aspecto importante, dado que 81% daqueles que relataram não realizar atividades físicas regularmente também estavam no grupo dos sobreos e obesos.

Apesar de todos os entrevistados serem maiores de 50 anos e a maioria maior de 60 anos, mais da metade ainda produzia os alimentos de consumo para a família e se constatou que os alimentos mais produzidos foram o milho, o feijão e a couve, apesar desta última ser um cultivo de curto período (chuvisco). Porém, apesar de produzirem alimentos de consumo, mais da metade vendem seus produtos e depois compram derivados desses mesmos produtos, como, por exemplo, a massa de milho para o cuscuz, desconstruindo o referencial recomendado de produção e consumo de alimentos locais para a promoção de sistemas de produção familiar e sustentável.

Comprar e consumir produtos industrializados, possivelmente, é determinado pelo anseio do “pertencimento social”, impulsionado pelo apelo midiático, que também deve ser trabalhado pelos profissionais locais. Segundo Peixoto (2014), a imposição de padrões alimentares que não respeitam a diversidade cultural também é provocadora de insegurança alimentar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com relação aos hipertensos estudados, constatou-se um número elevado de pessoas com níveis de pressão arterial elevada no momento da pesquisa, o que retrata um alto índice de descontrole da doença. Associadas a isso, foram evidenciadas algumas inadequações do consumo alimentar que podem ter contribuído com esse fato. Entre elas, o alto consumo de alimentos processados, ricos em sódio, omissão de refeições e o consumo insuficiente de frutas e verduras.

O sobrepeso e a obesidade, também detectados num grupo importante da população estudada, tanto contribuem com o descontrole da hipertensão como da diabetes *mellitus*.

Outros dois fatores de risco associados à obesidade e, em consequência, à hipertensão e à diabetes merecem destaque: a baixa adesão da população a atividades físicas regulares e a omissão das refeições.

Com relação à produção de alimentos no assentamento, constatou-se que a população estudada, apesar da idade (maioria idosos), ain-

da apresenta uma boa produtividade de alimentos para seu consumo e de suas famílias, porém se observa que os alimentos produzidos mais citados são insuficientes para garantir uma boa alimentação. Claro, devemos considerar as dificuldades de acesso à água para maior diversificação da produção de alimentos.

A população estudada teve uma considerável adesão ao tratamento medicamentoso, uma vez que a maioria fazia uso de mais de um grupo farmacológico, buscando o controle de suas doenças, porém tem dificuldades para a realização de mudanças de hábitos alimentares e do estilo de vida.

Cabe ressaltar que, posteriormente à pesquisa, as informações foram utilizadas com o intuito de mobilizar os órgãos competentes para a realização de ações direcionadas à população estudada, visando melhorar o controle de suas doenças e, consequentemente, a qualidade de vida.

Diante do exposto, alcançar a segurança alimentar e nutricional é um desafio que consiste em intencionar mudanças estruturais nas comunidades relativas ao sistema agroalimentar dominante. É necessário que os profissionais de saúde promovam uma visão mais ampla no que tange aos determinantes das doenças, bem como relativamente a suas estratégias terapêuticas, convergindo para um olhar que vise identificar as situações de vulnerabilidade integradas ao contexto sociocultural e biológico dos indivíduos e/ou comunidades, com vistas a possibilitar a adoção de ações de promoção à saúde e prevenção de doenças, em detrimento daquelas meramente curativas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANJOS, L. A.; BURLANDY, L. Construção do conhecimento e formulação de políticas públicas no Brasil na área de segurança alimentar. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, 2010, pp. 19-30.

AZEVEDO, E. O valor nutricional na construção do conceito de alimento saudável: uma discussão a partir dos alimentos orgânicos e da promoção da saúde. In:

MIALHE, F. L., PELICIONI, M. C. F. (orgs.). **Educação e promoção de saúde: teoria e prática.** Rio de Janeiro: Santos, 2012, pp. 257-69.

_____. Riscos e controvérsias na construção social do conceito de alimento saudável: o caso da soja. **Revista de Saúde Pública**, v. 45, n. 4, 2011, pp. 781-8.

_____; RIBAS, M. T. G. O. Estamos seguros? Reflexões sobre indicadores de avaliação da segurança alimentar e nutricional. **Revista de Nutrição**, v. 29, n. 2, 2016, pp. 241-51.

BRANDÃO, A. et al. Conceituação, epidemiologia e prevenção primária. **Revista Brasileira de Hipertensão**, Rio de Janeiro, v. 7, 2010, pp. 7-10.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 7.272, de 25 agosto de 2010.** Regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e dá outras providências. Brasília: Casa Civil. Diário Oficial da União, 2010.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição.** Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2012, p. 33.

_____. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR. **Por uma cultura de direitos humanos:** direito à alimentação adequada. Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013a, pp. 31-52.

_____. Ministério da Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Cadernos de Atenção Básica n. 37.** Estratégia para o cuidado da pessoa com doença crônica.

Hipertensão arterial sistêmica. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2013b, p. 57.

_____. Ministério da Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Cadernos de Atenção Básica n. 36**. Estratégia para o cuidado da pessoa com Doença Crônica. Diabetes mellitus. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2013c, pp. 19, 50, 71.

_____. Ministério da Saúde. **Datasus – tecnologia da informação a serviço do SUS**. 2014. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sih/cnv/nruf.def>>. Acesso em: 19 fev. 2014.

CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Relatório final**. GT Alimentação Adequada e Saudável. Brasília: Consea, 2007. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/Consea/static/documentos/Tema/AlimentacaoAdequa/RelatorioFinal.pdf>>. Acesso em 14 jan. 2013.

DUNCAN, B. B. et al. Doenças crônicas não transmissíveis no Brasil: prioridade para enfrentamento e investigação. **Revista de Saúde Pública**, v. 46, 2012, pp. 126-34.

KEPPEL, A. W.; SEGALL-CORRÊA, A. M. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, 2011, pp. 187-99.

MALTA, D. C. Doenças crônicas não transmissíveis, um grande desafio da sociedade contemporânea. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n. 1, 2014, p. 4.

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. **Caderno de subsídios do MST**: textos para estudos e debates. São Paulo: MST, 2011, p. 35.

OMS – Organização Mundial de Saúde. **10 dados de nutrição e saúde**. Organização Mundial de Saúde, 2012. Disponível em: <<http://www.who.int/features/factfiles/nutrition/facts/es/index4.html>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

PANELLI-MARTINS et al. O. Segurança alimentar e nutricional: desenvolvimento de indicadores e experimentação em um município da Bahia, Brasil. **Revista de Nutrição**, v. 1, n. 21, 2008, p. 6.581.

PEIXOTO, A. **Segurança alimentar e nutricional.** Textos de estudos legislativos. Senado Federal, 2014. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/outras-publicacoes/temas-e-agendas-para-o-desenvolvimento-sustentavel/seguranca-alimentar-e-nutricional>>.

POULAIN, J. P. **Sociologias da alimentação:** os comedores e o espaço social alimentar. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.

SBC – Sociedade Brasileira de Cardiologia. 7^a diretriz brasileira de hipertensão arterial. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, v. 107, n. 3, 2016.

BIONATUR SEMENTES AGROECOLÓGICAS: UMA HISTÓRIA DE SONHO, LUTA E RESISTÊNCIA NO SUL DO BRASIL

Carine da Casa¹

Alecsandra Santos da Cunha

Andréia Furtado da Fontoura Maier

Janice Cristiane Chies

José Geraldo Wizniewsky

Mario Gusson

José Roberto Porto Garcia

Mônica Pivetta Foldenauer

Júlio Henrique Welter

Ivando Siqueira

Antonio Marcos Vignolo

Cleomar José Pietroski

Idalencio Machado

INTRODUÇÃO

Este trabalho foi fruto do trabalho de Tempo Comunidade da primeira autora no curso de Especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo da Universidade Federal de Santa Maria. Efetuada a parte de campo, este artigo foi elaborado em conjunto com colegas do Grupo de Estudo em Agroecologia da referida Especializa-

1 Especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo II – Universidade Federal de Santa Maria. Endereço eletrônico dos autores: carinedacas@hotmail.com; alecsandrascunha@gmail.com, andreia.ufsm@gmail.com; janicecristiane@yahoo.com.br; zecowiz@gmail.com; pitagusson@gmail.com; robertoportogarcia@hotmail.com; mfoldenauer@emater.tche.br; jhwelter@hotmail.com; ivando_siqueira@yahoo.com.br; amvig74@yahoo.com.br; cleomarpietroski@yahoo.com.br; idalencio.machado@hotmail.com.

ção por meio do estudo e da análise do documento que também deu origem à monografia de conclusão de curso.

A Bionatur é uma organização de agricultores assentados da reforma agrária e produtores de sementes de diversas espécies vegetais, como olerícolas, forrageiras, ornamentais e grãos. Bionatur é a marca comercial das sementes, criada em 1997, idealizada pelo produtor de sementes de hortaliças João Rocket e proposta à Cooperativa Regional dos Agricultores Assentados Ltda. (COOPERAL), tendo seu início com um grupo de 12 agricultores assentados no município de Hulha Negra (RS), que se propuseram a mudar do cultivo convencional de sementes para produzir sementes de hortaliças em manejo agroecológico.

O principal objetivo da rede é produzir e comercializar sementes agroecológicas que possam ser cultivadas, multiplicadas, conservadas e melhoradas pelos agricultores que as adquirem, expressando seu potencial produtivo. Atualmente, a Bionatur é uma rede de sementes consolidada, com mercado igualmente consolidado. O viés agroecológico no qual a rede trabalha aparece dentro dos ideais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e traz uma série de benefícios sociais e ambientais para a região. Mesmo assim, hoje a cooperativa apresenta um déficit de produção, precisando de mais produtores de sementes para atender ao mercado.

Propõe-se, com este trabalho, contar a história da formação da Bionatur, observadas as dificuldades enfrentadas e constatando as potencialidades. Em um primeiro momento, foram entrevistados os sócios-fundadores do projeto, os técnicos da empresa que trabalham atualmente, entre outros informantes-chave. Depois, foi analisada, junto à administração da Cooperativa, a produção de sementes agroecológicas no Município de Hulha Negra, verificando-se o número de produtores, quais as espécies cultivadas e os assentamentos onde se encontram para conhecer as lavouras e entrevistá-los posteriormente.

Nas visitas às propriedades, foi observado como a produção de sementes agroecológicas é realizada, como é a organização do lote e como é feito o processo de certificação das áreas de plantio. O processo de transição agroecológica exige um refazer, repensar, reprender a

trabalhar com a terra, fazendo uma leitura do agroecossistema local, sabendo inserir-se nele, preservando os recursos para a geração futura. Nas entrevistas, os agricultores relataram suas trajetórias na transição agroecológica, as dificuldades que enfrentaram com a falta de infraestrutura no início do assentamento, a oportunidade de trabalhar com um projeto totalmente inovador de produção de sementes orgânicas, citando os benefícios alcançados com esse trabalho, fazendo uma avaliação das suas experiências e, a partir da realidade presente, analisaram as expectativas para o futuro da produção de sementes agroecológicas dentro do lote e na região.

METODOLOGIA

Para a realização do presente estudo, foram realizadas visitas à Bionatur com a finalidade de conhecer o objeto de estudo e ter acesso aos dados atuais da produção de sementes e do número de associados produtores que residem nos assentamentos de Hulha Negra, bem como sua localização nos respectivos assentamentos, para, posteriormente, fazer-se uma visita a esses agricultores. Também foi realizada uma pesquisa junto ao acervo histórico da empresa, observando como se deu o processo de criação da Bionatur dentro do contexto das famílias ali assentadas.

O método de pesquisa utilizado foi a técnica do estudo de caso, pois essa metodologia será adequada para alcançar os objetivos propostos no presente trabalho. O método proposto é dialético e, conforme Lakatos e Marconi (1985, p. 102), esse método “penetra o mundo dos fenômenos por meio de sua ação recíproca, da contradição inerente ao fenômeno e da mudança dialética que ocorre na natureza e na sociedade”.

Como principal ferramenta metodológica, foi utilizada a entrevista semiestruturada com os agricultores produtores de sementes, equipe técnica da empresa Bionatur e informantes-chave. As entrevistas aconteceram com o uso de gravador e câmera filmadora, sempre que previamente autorizados pelo entrevistado, e utilizando-se a técnica da “saturação de informações”. Ao todo, foram realizadas sete entrevistas.

CRIAÇÃO DA BIONATUR

A Bionatur foi criada em 1997, sendo parte integrante da Cooperativa Regional dos Agricultores Assentados (COOPERAL). A COOPERAL localiza-se no município de Hulha Negra (RS), no assentamento Conquista da Fronteira. O idealizador do projeto foi João Rockett, que, na época, era produtor de sementes de hortaliças para empresas de tecnologia convencional no município. João revela que era autodidata e estudava a questão dos transgênicos:

Comecei a trabalhar com sementes em 1983. Na época, eu estava morando no município de Hulha Negra e comecei a multiplicar sementes para a ISLA. Eu fui um cooperado da ISLA, na época. Comecei a plantar cenoura e outras plantas de verão, cucurbitáceas, enfim... Depois comecei a trabalhar com a Agroceres, mas, em algumas lavouras, já estava testando produção de sementes orgânicas e tendo uns resultados interessantes. Até mesmo a empresa que visitava as lavouras, na época, notava que as nossas lavouras estavam adoecendo menos ou mais tarde que as outras, tinha alguma coisa que tinha um diferencial... Em 1988 eu li o livro do Henk Hobbelink sobre a biotecnologia, que tratava a questão dos transgênicos, e era bem novo o assunto na época para a população em geral, e me tocou muito essa condição de estar na mão de empresas, as sementes com esse controle etc., que é o tema que está se discutindo hoje, bem comum, né? Desde aí eu comecei com essa ideia de montar um projeto de sementes orgânicas e discutir esse tema, trazer esse tema, porque isso estava muito restrito a um ambiente de empresas que produziam sementes e alguns poucos agricultores, que multiplicavam suas próprias sementes, mas isso era mais uma discussão em meios acadêmicos ou dentro de algumas organizações, não tinha um trabalho mais firme, vamos dizer assim, que tivesse a conotação que acabou tendo a Bionatur depois (João Rocektt).

A maioria dos produtores de sementes que iniciaram a Bionatur já produzia sementes de forma convencional para outras empresas, como Isla, Agroceres, Hortec e outras. Alguns agricultores contam que “em certo ano, produziram sementes para uma empresa, o caminhão veio, levou toda a produção embora e nunca mais os pagou. Chegaram a procurar o escritório em Bagé, mas quando chegaram lá não encontraram ninguém, a sala era alugada para essa empresa e haviam partido na semana anterior”. Esse ano é chamado pelos agricultores de “o ano do calote”. Também relatam que, embora alguns viessem de uma cultura em que se produziam alimentos para subsistência, sem uso de agrotóxicos e insumos externos, produzir sementes sem veneno era uma novidade, já que estavam acostumados com o pacote pronto das empresas, mas que foram capazes de se desafiarem a fazer diferente. O técnico da Bionatur, Pedro, relata que, no início, foram rotulados de loucos:

Os mais velhos da cooperativa, eles que, na verdade, pensaram, discutiram e botaram na prática todo o processo. Na verdade, o processo em si, pelo período da época 1996, 1997, 1998, falar sobre produzir sementes sem veneno, sem adubo químico, isso era considerado como louco: Tu é louco, tu fazer isso? Era impossível tu fazer isso. E os produtores, mesmo assim, discutiram e avaliaram que poderia ser uma possibilidade de um novo mercado, um novo processo, já cansados de levar, em anos anteriores, calote de empresa, a empresa chegar aqui com o pacote pronto, “tá aqui, tu tem que fazer isso, isso e isso”. Não ter a sua própria autonomia, não poder dizer não. Eu não quero fazer isso, eu não quero passar veneno. Eu não quero ser mandado por outra pessoa externa (Pedro, técnico da Bionatur).

Me perguntou do projeto das sementes, porque ele já sabia que eu tinha escrito um projeto de sementes e que eu estava atrás de recursos para montar um projeto de sementes orgânicas, que era um sonho antigo que me desenhou em 1988. Aí ele sugeriu de eu fazer essa proposta

para a cooperativa, se eu não estava a fim de fazer para a cooperativa uma proposta dessa, eu ia fazer um projeto individual, mas se eu não estava a fim de propor para a cooperativa. Eu disse “pode, podemos propor pra eles”, e um dia ele me procura dizendo que um presidente da cooperativa estava aqui em Bagé, na cidade, e que a gente poderia encontrar com ele e fazer uma conversa prévia. Eu tinha um projeto que tinha uma justificava grande, tinha uma série de elementos que discutia toda essa problemática que hoje está aí se discutindo, que na verdade nós estamos vivendo né, a questão dos transgênicos, perda da diversidade etc. Na época, era uma tese que tinha, na verdade não estava acontecendo isso ainda nessa época. Aí nos reunimos, eu, o Ciro e o Zezinho, que era o presidente da cooperativa, quando eu coloquei para eles a ideia do projeto, apresentei o projeto que eu tinha (João Rockett).

A cooperativa COOPERAL, na época, tinha um prédio que era utilizado como silo para armazenamento de grãos e para a secagem de milho e de outros grãos. Nesse prédio foi montada uma pequena unidade de beneficiamento de sementes. A COOPERAL já estava credenciada como produtora de sementes, mas não no âmbito de hortaliças. O projeto foi apresentado posteriormente aos delegados da cooperativa, sendo que todos votaram a favor do projeto de produção de sementes orgânicas.

Expliquei para eles como é que ia proceder, que a gente ia acontecer, criar uma marca, ter uma marca da cooperativa, onde eles iam ter gestão disso, onde a gente ia produzir as sementes e manufaturar lá dentro, empacotar lá dentro, a semente ia sair lá de dentro empacotada como qualquer outra empresa e que isso geraria trabalho dentro do assentamento, inclusive envolvendo mulheres e jovens, como acabou envolvendo depois, e que boa parte da coisa já tinha, até o prédio, já tinha alguma máquina e que eu tinha experiência na área de produção e que nós podia organizar um bom trabalho (João Rockett).

Então, no final do ano de 1996, os agricultores começaram a organizar as lavouras de inverno. Começou-se por elas em função do período em que estavam, iniciando o processo com cebola, cenoura e coentro, no primeiro ano (1997). Para montagem das embalagens, João relata que juntou várias embalagens de outras empresas de sementes, colocou-as lado a lado, comparando-as, para criar um texto para a embalagem da Bionatur.

Juntei todos esses textos, escrevi um único texto, que era mais ou menos a soma de todos os textos, com poucas diferenças, e aí botei um texto ao lado que seria o texto da Bionatur, tipo assim: os textos químicos diziam “proibido o uso dessa semente, proibida a ingestão dessa semente porque têm tanto por cento não sei o quê, proibida a venda para alimentar-se etc.”, não me lembro direito como é que é isso agora... E a gente colocava então essa semente, se bem lavada, ela pode ser usada para consumo humano, para produção de brotos, enfim, na verdade, tinha na época já um sonho, eu tinha visto em São Paulo os japoneses, chineses, comer vários brotos de várias coisas que até hoje ainda a gente nem come... Eu também almejava isso, começar um sistema de produção de brotos para essas culturas, vamos dizer assim, essas etnias diferentes que têm no país. Aí tu fica vendo que também tem toda uma jogada de marketing das empresas, tipo assim: essas sementes são garantidas pela empresa tal, que tem anos de experiência não sei o quê, não sei quanto, então nós botamos: “a semente da Bionatur tem a garantia do compromisso ético dos agricultores assentados e pequenos agricultores com a vida dos consumidores, ou com o solo etc. Comecei a fazer esse jogo de palavras e que coubesse todas essas palavras dentro de um rótulo. Então tudo isso foi dimensionado contando palavras (João Rockett).

Segundo João, ao deparar-se com os diversos contrapontos, ele observou que na embalagem das sementes convencionais tinha o de-

senho de uma caveira, que representava a morte, sendo que o contraponto da morte é a vida. Pensou então em representá-la com o desenho de uma mulher grávida, com um broto saindo de sua barriga. Entrou em contato com o Sebastião Pinheiro, professor da UFRGS, que havia indicado uma moça que já havia feito o logotipo com o nome da marca, mas o desenho não ficou pronto a tempo.

Acabamos não fazendo, mas isso era uma coisa que eu enxergava no rótulo, sempre me vinha essa imagem no rótulo, de botar isso, uma mulher grávida criando uma coisa da vida. Para mim era um pouco agressivo olhar daquela maneira uma semente como algo que te agride, quando, na verdade, tu tem uma unidade de vida ali dentro, como diz o Rudolf Steiner, que seria a grande concentração de vida numa semente, a maior concentração de vida que tem é uma semente. Se a gente conseguisse ouvir, na dimensão da semente, quando ela brota, é como se fosse uma grande bomba que estivesse explodindo, rasgando e se abrindo. Então, para mim, era louco olhar aquilo ali, aquela semente, com aquela caveira, com aquilo tudo, banhada em veneno, com aquela coisa (João Rockett).

Foi feito então um contato com a Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul, escritório de Pelotas, iniciando o trabalho de sementes de cebola certificada orgânica, entre 1997 e 1998. Todo o processo começou com doze famílias, há uma brincadeira entre eles, pela qual se chamam de os Doze Apóstolos da Matéria Orgânica.

Depois que eu apresento para os delegados a proposta e foi aprovada na cooperativa tem essa lógica de discussão horizontal, ou seja, da definição dos agricultores etc. Então foram criados critérios para quem poderia entrar no projeto, então foi assim, tinha que estar em dia com a cooperativa, tinha que estar em dia com o CA, com a parte política do movimento, tinha que estar com o filho na escola, tinha uma série de critérios. E o critério que eu

coloquei para a cooperativa, que fugiu um pouco da lógica do movimento, era que eu gostaria de escolher, pelo menos o primeiro ano, com quem eu iria trabalhar, justificando que a cooperativa estava botando um recurso, na verdade, que não tinha disponível para aquilo e que nós ia correr um grande risco, porque também já se sabia do El-Niño, estava-se falando já dessas coisas, e eles toparam. Então, dos 48 agricultores que eu entrevistei, eu separei doze, doze que eu achei que iam compor com a ideia, que você sentia que estava apaixonado por aquilo, que estava a fim de fazer aquilo, que era o que eu precisava, de gente muito a fim de fazer aquilo, porque a gente ia passar por vários problemas, e esses doze agricultores, eu brincava, eu chamava eles os Doze Apóstolos da Matéria Orgânica (João Rockett).

Os agricultores assentados relatam que, no início da Bionatur, não tinham uma renda alta, mas que o fato de estarem aprendendo a trabalhar de forma orgânica era gratificante. Trabalharam com uma feira de olerícolas orgânicas em Bagé, mas depois, como intensificaram a produção de sementes e também, a região passou um longo período de estiagem e, como não possuíam sistema de irrigação, nem água para consumo próprio, encerraram as atividades da feira.

No primeiro momento da Bionatur a gente não ganhou dinheiro, eu trabalhei sete anos, assim, sem ganhar nada, sete anos! Isso não é meio dia, são sete anos. Só que, dentro desses sete anos, a gente teve uma trajetória muito boa, porque veio, entrou um recurso que era por dentro da Cooperal e veio uns franceses que botavam dinheiro na cooperativa, que era formação do produtor na questão orgânica, aí eles não vieram especificamente para trabalhar em sementes, eles vieram especificamente para trabalhar a questão da alimentação orgânica e a gente foi convidado, e a gente tava dentro desse processo, a gente montou um grupo entre a Conquista e a Santa Helmira

aí de 18 famílias e trabalhou esse processo, a ideia de começar a produzir, levar para a cidade, mostrar para o povo o que era a produção orgânica. Dentro desse tempo eu fazia experiência para a Bionatur e tava dentro desse processo, a gente saía para viajar, conhecer lugares, formas de produção orgânica (José, produtor da Bionatur).

De acordo com Pedro, técnico da empresa, atualmente o trabalho todo é feito de acordo com as determinações do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), de forma horizontal, em grupos de produtores, não sendo aceitos produtores isolados, existindo a obrigatoriedade de fazer parte de um grupo, e é o grupo que decide quem sai da cooperativa e quem entra, é o grupo que se autogerencia e se organiza.

Já disseram não para as empresas, não queremos fazer o processo de terceirização, nós queremos produzir automaticamente, montar uma empresa de beneficiamento e, depois, ir para o mercado. Isso tudo era novo, como o processo de produção ecológica era novo. Tudo tinha que ser discutido, tudo tinha que se debater, tudo tinha que montar princípios, ideias, como seguir, como não seguir, quem, por exemplo, expulsar do grupo, porque desde o início da história da Bionatur foi montado o processo de produção em grupo. Não vai o técnico, por exemplo, fazer o acompanhamento de uma pessoa só, vai lá no grupo, faz a reunião, o planejamento e de lá se faz o acompanhamento na lavoura. Devido ao princípio do Movimento Sem Terra, que é se organizar dentro do acampamento em grupo, onde cada grupo tem um coordenador, que faz a discussão no grupo, depois vai para a coordenação. Não vai todo mundo para uma assembleia para discutir o assunto, não, vão os coordenadores que discutiram no grupo e depois retornam para o grupo de base e discutem o problema e a solução, como resolver, então isso diminui custo para a assistência técnica. A assistência técnica faz uma reunião, por exemplo, para todos, não vai de um em um discutindo o mesmo assunto, e isso constrói. O que eu sei, por exemplo, passo para outra pessoa que

não sabe: “Tive dificuldade esse ano com a cebola, que foi que aconteceu com a minha cebola?”. Não é o técnico que vai lá e diz: “Aconteceu a doença desse tipo, eu fiz tal e tal coisa, resolvi...”. Então, é uma troca de conhecimento entre os produtores, o técnico é mais um mestre, um professor que está ali ligando as coisas, não é mandando, é ligando as pessoas, a conversar uma com a outra. Para a sociedade, hoje, convencional, não é assim, o técnico tem que chegar lá, “tu tem que passar tanto de glifosato, tem que passar não sei o quê, não sei o quê, não sei o quê...” (Pedro, técnico da Bionatur).

Desde o início, os produtores fizeram o processo de certificação participativa, em que um produtor cuida do outro, relatando os problemas que ocorrem. Então, quem vai denunciar o uso de algum adubo químico, quem vai avaliar a pessoa em questão não é o técnico, é o grupo. Atualmente a Bionatur não pertence mais à COOPERAL, pois a cooperativa era de abrangência regional e só poderia ter produtores em Hulha Negra (RS), depois foi aberta uma filial em Candiota (RS), mas ainda era de abrangência restrita. Devido à necessidade de expandir-se, entre os anos de 2002 a 2004, depois de muitas reuniões e debates, criou-se uma nova pessoa jurídica chamada Cooperativa Agroecológica Nacional Terra e Vida Ltda. – Coonaterra – Bionatur (COONATER-RA), que é uma pessoa jurídica nacional, permitindo que possam haver produtores da Bionatur em todo o território brasileiro. Hoje a estrutura central da Bionatur localiza-se no município de Candiota (RS), no Assentamento Roça Nova.

A partir de 2010, devido a algumas leis que nos obrigaram, por exemplo, para ti ser orgânico tu tem que ter uma pessoa que diga que tu é orgânico, tem que ter um papel que diga que tu é orgânico, então nós somos obrigados a entrar dentro da lei, pagar para uma pessoa externa para vir aqui olhar e dizer “não, vocês são orgânicos”. Nós temos certeza que os nossos princípios é de cuidar daquilo que é de todos, de não contaminar a marca, de não

machucar a marca. Então, se tem alguma coisa errada, em vez de ficar bravos, vamos conversar, vamos discutir. Ái, em 2010, 2011, 2012, 2013 deu uma parada no processo de certificação porque é muito burocrático. Em 2014 nós retomamos, agora, nesse ano de 2015, vai ter de novo uma outra inspeção externa, através do IBD, que é quem faz o processo de inspeção. Nós temos tranquilidade. Bom, nós temos alguns problemas administrativos, temos alguns problemas organizativos, temos alguns problemas de estruturantes de galpão, de repente, o esterco bovino tá indo a campo limpo, o dejeto sanitário não está adequado, mas são coisas de primeira categoria, não é ter adubo químico dentro do galpão, ter o veneno químico dentro do galpão. Estou com uma dúvida, se o cara passou, esticou o braço do pulverizador da beira da lavoura de feijão e caiu na lavoura de melancia...”. Nós não temos dúvida disso, porque os produtores não dão essa dúvida para nós (Pedro, técnico da Bionatur).

Atualmente, a rede Bionatur está constituída por 25 grupos de agricultores, correspondendo aproximadamente a 165 famílias integrantes, localizadas em assentamentos de reforma agrária situados nas diversas regiões do estado do Rio Grande do Sul: Campanha, Sudeste, Fronteira Oeste e Missões. A rede conta também com uma experiência de produção em assentamentos localizados no sul do estado de Minas Gerais. Com relação às espécies produzidas e comercializadas pela Bionatur hoje, constam: 61 variedades de hortaliças, sendo 35 de inverno e 26 de verão, além de sete de flores ornamentais, nove de grãos (milhos crioulos e feijão) e onze de forrageiras e adubação verde, somando um total de 88 variedades² (BIONATUR, 2015).

² Informação acessada através de contato com Engenheiro Agrônomo da Bionatur, em 2015.

BIONATUR E A TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA

A agroecologia representa uma base para a transformação de um modelo de desenvolvimento rural e de agricultura insustentável, para um modelo de desenvolvimento rural e de agricultura sustentável, por ser uma ciência integradora e holística, capaz de apreender e pôr em prática conhecimentos de diferentes disciplinas científicas e também alimentar-se dos saberes, conhecimentos e experiências dos agricultores locais, sendo o potencial endógeno um componente fundamental na aprendizagem dos fatores socioculturais e agroecossistêmico, necessário para a construção de um desenvolvimento rural sustentável (CAPORAL et al., 2006).

Os agricultores produtores de sementes orgânicas da Bionatur queriam, inicialmente, autonomia, com a ideia de não sofrerem prejuízos com falta de pagamento por parte de empresas para as quais produziam as sementes, o modo de trabalho em grupo dialogado, dentro dos princípios do MST, queriam ser donos da sua própria empresa de sementes, mas nunca antes haviam trabalhado com a produção orgânica. Alguns relatam que plantavam para consumo de forma orgânica, que era a maneira que tinham aprendido com os pais. Mas, para as empresas de sementes, plantavam com todos os produtos que a empresa fornecia, pois se tratava de um pacote pronto trazido pelo técnico.

A produção de sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal cultivadas de forma orgânica, de acordo com o Censo Agropecuário 2006, representam um número muito pequeno do total de agricultores que se dedicam à produção orgânica, sendo apenas 0,06% (IBGE, 2006).

No processo de transição agroecológica, os agricultores aprenderam uns com os outros. No início, foram realizadas visitas a outras regiões, com exemplos de agricultura agroecológica. Também participavam de cursos, palestras e formações, além das reuniões realizadas nos grupos de produção, quando trocavam experiências sobre o andamento das lavouras, a maneira como cada um trabalhou, observando o que dava certo em cada propriedade e adaptando à realidade do seu lote. Dessa forma, fortaleciam o grupo e a vontade de seguirem adiante. Todos os agricultores entrevistados relatam que não têm dificuldade

em trabalhar com a produção orgânica atualmente, porém, o maior gargalo para produzir de forma agroecológica é a mão de obra.

Hoje eu não tenho dificuldade em trabalhar com orgânico. Eu pesquisei tudo que é semente de hortaliça e hoje eu levo para campo sem problema nenhum. Hoje eu estou plantando couve, rúcula deu muito pouco porque estragou as lavouras com a chuvarada e a maior lavoura que eu tenho hoje é a cebola, que eu vou começar a colher, transplantada, eu tenho lavoura de abóbora caserta e tenho lavoura de melão. E tem lavoura que eu vou plantar de morango agora de verão. Daqui a uns vinte dias, por aí, eu vou plantar uma lavoura de milho. Estou com uma lavoura já nascida de milho crioulo de Bagé que eu estou trabalhando a semente para multiplicar a semente e semente de flor girassol, beijo e papoula (José, produtor da Bionatur).

Eu tenho minhocário, tenho biofertilizante preparado aqui, que faz a vez da ureia, não tenho dificuldade em fazer um biofertilizante, em trabalhar com minhocário, isso tudo eu aprendi na trajetória na Bionatur. Estou trabalhando lá no colégio, passando o que eu aprendi para os mais novos, tudo é aprendizagem que a gente não perde (Leandro, 42 anos, produtor da Bionatur).

A mão de obra, tem que ter mão de obra, porque ela te obriga quatro vezes mais que a outra. Ali tu plantou, passa o veneno e deu; na agroecológica não, tu planta e tem que estar em cima ali, cuidando desde os insetos, tem que estar com a calda bordalesa ali, para poder manter... Tipo a cenoura: o principal da cenoura, o pulgão bateu, ele come tudo. Quando é novinha, ele come tudo, então tu tem que estar com cinamão, erva de bicho, erva Santa Maria e xaropeada e tudo para controlar (Isaiás, produtor da Bionatur).

De acordo com José, produtor da Bionatur, a certificação é feita por talhão, sendo que cada talhão é a área em que as culturas são im-

plantadas e a certificadora consegue rastrear por satélite. O tamanho fica entre 0,2 ha a 1 ha. Também ressalta a importância de fazer o rodízio de culturas:

Numa área, eu planto neste ano, no ano seguinte, eu não planto. O conhecimento dessa área de semente orgânica é tu ter o conhecimento de fazer o rodízio e não repetir a mesma produção na mesma área. Tem que fazer isso, porque, se tu não fizer isso, o que acontece, tu acaba deixando resíduos de doença naquele local e tu voltaria com a planta no ano seguinte e teria muito problema. Então tu pode utilizar essa cultura esse ano trocando de área ou até vir outra semente para aquela ou, se não, tu retornar para área de pastagem. Se tu retornar para área de pastagem, em um ano ou dois anos seguintes, tu acaba recuperando o terreno e não tendo problema na semente. A partir do que tu começar a dar muito seguimento em uma área de semente, esse ano plantar e outro e outro, se não fizer uma adubação verde ou outra coisa, tu vai perdendo muita matéria-prima do terreno e não vai ter uma boa produção, isso tu não vai ter. Então o recomendável é mais do que dois anos tu não botar a semente no mesmo local, retornar com área verde e botar de repouso a área, para depois tu retornar. Para tu não ter muita invasora, para não te dar muito serviço, que é essa a história que todo mundo diz que as áreas de sementes da Bionatur dá muito serviço, mas, na verdade, as pessoas dizem, mas não têm esse conhecimento, o que que acontece se tu tiver esse conhecimento, se livrou, porque aí tu defendeu a planta no primeiro momento, tu pode deixar (José, produtor da Bionatur).

Para José, a produção orgânica é bastante rentável se for bem planejada e vista de maneira global dentro da propriedade:

As pessoas pensam que lavoura de semente tem que estar no limpo, não é! No meio da abóbora eu limpo e, para não

perder tanto espaçamento, eu boto uma carreira de milho no meio e um sorgo forrageiro que possa aproveitar em qualquer outra coisa e não vai estorvar a abóbora. É ter o conhecimento e saber aproveitar o potencial e a área que tu tens, isso é importante. Eu planto cana para alimentar o gado e planto abóbora caserta no meio. Em uma área de semente, eu planto cana e, em três anos mais ou menos, destruo e volto com a semente. Tenho alimentação para o gado, que não precisa ficar debaixo de um lona lá, gastando com trator... É uma logística que eu aprendi. Esse ano, se não der contratempo, tenho abóbora de troninho para tirar 10 toneladas de boia para o gado, vaca de leite no coxo e em torno de 100-120 kg de sementes! 100 kg de semente são R\$1.500,00 e mais dez toneladas de boia para o gado. É só tu acreditando e fazendo que tu vai ter aquele teu resultado. 70 a 80% do nosso povo não tem esse conhecimento, então são poucos que têm e se desafiaram. Aprendi trabalhando e em cursos, visita em propriedades é coisa que nós não se cansamos de fazer, temos muitas visitas em nossa propriedade também. Curso, reunião, seminário é com nós. A minha margem de ganho com a Bionatur em termos de produção de verão e inverno, todo o ano, é uma faixa de R\$ 12.000,00/ano, aí tem ano que sobe um pouquinho mais, vai lá para 15, tem ano que cai (José, produtor da Bionatur).

Alguns autores têm expectativas positivas, mesmo com a crise ambiental e social que vive a humanidade. Para Görgen (2004), a sabedoria camponesa, adquirida ao longo de séculos de experiências, pode ensinar a alimentar a humanidade, com preservação ambiental e em ambientes socialmente justos. Para Costabeber, “os problemas de sustentabilidade não se resolvem mediante mera mudança tecnológica, pois certas opções (de produção e de consumo) se dão pela via da ética ou das preferências socioculturais” (1998, p. 187).

O monocultivo é um fator que atrapalha a produção de sementes orgânicas, seja pelo cruzamento de variedades híbridas ou pela contaminação com agrotóxicos. A preservação da saúde foi levantada pelos

produtores como sendo um fator importante para a permanência na atividade da produção de sementes agroecológicas:

Eu hoje não tenho dificuldade. Uma dificuldade que ainda não está me afetando é a produção de soja, que avançou bastante, mas as minhas áreas são bem protegidas. Eu tenho muito cuidado na localização das áreas. Mas a gente já está tomando algumas medidas de notificação dos produtores de soja, a partir do ano que vem já vai estar tudo notificado, e aí, se aparecer problema em qualquer área, eles vão ter que arcar com os danos. Porque a gente foi amparado por uma lei que diz que toda a cadeia de produção que for comprometida por outra tem que ser resarcida (José, produtor da Bionatur).

Só na questão da saúde já ajuda, porque hoje a gente vê muita gente na área da soja, os caras vêm e colhem 10, 15, 20 mil sacos durante o ano, na safra, ali, mas eu hoje estou na área de leite e, se somar, dentro do meu lote, 20 hectares, eu faço um comparativo com qualquer plantador de soja que com 20 hectares eu tenho e 20 hectares que estão plantando soja, aí eu tenho certeza que eu estou fazendo mais, faço o meu lote. É um lote agroecológico, que eu não uso veneno, e não estou intoxicado, que nem os caras que estão lidando com o veneno. Aí, qual vai ser o resultado da saúde deles ninguém sabe... Então eu acho que, para mim, eu não sairia da venda do leite e da própria planta da Bionatur para entrar na lavoura de soja, acho que isso é uma das vantagens, a questão da saúde (Leandro, 42 anos, produtor de sementes da Bionatur).

De acordo com Boff (2013), esse sistema atual de agricultura, o agronegócio, se propôs fundamentalmente a pensar quanto se pode ganhar com tempo mínimo menor, com investimento menor, no mais curto tempo, com novas tecnologias e potência de concorrência, desconsiderando o sacrifício que é feito pela natureza. Esse modelo vigente, que provocou a crise global, agora não traz soluções para os problemas

ambientais acarretados e pensaram em tudo, menos na terra. Para o autor, a cooperação não aparece na engrenagem sistêmica do sistema agrícola como está e o que aparece é a injustiça social e ambiental e a degradação da natureza e seus ecossistemas, mas a Agroecologia, por outro lado, consorcia diversos elementos necessários e cria dinâmicas de cooperação, nas quais o equilíbrio dinâmico é reestabelecido.

BIONATUR: SITUAÇÃO ATUAL E PERSPECTIVAS

Atualmente, mesmo com o pioneirismo na produção orgânica, a olericultura enfrenta alguns problemas, sendo um deles a pouca oferta de sementes orgânicas para atender ao processo de certificação em toda a cadeia produtiva. A certificação assegurará ao produtor de hortaliças orgânicas o plantio de sementes isentas de tratamento químico, produzidas em condições próprias e seguras, desde o campo até a embalagem final (NASCIMENTO et al., 2012).

De acordo com Nascimento et al. (2012), há uma preocupação com a preservação do meio ambiente e um crescimento da demanda por alimentos mais saudáveis, fazendo com que os preços pagos ao produtor sejam mais atraentes, influenciando a produção de hortaliças. Como exemplo, o preço dos produtos orgânicos, no nível do consumidor, pode variar entre 15 a 90% (em alguns países da Europa) e até 200% no Brasil. Essas considerações do autor mostram que o mercado de sementes orgânicas pode ser bastante promissor e, atualmente, a Bionatur tem a vantagem de ser pioneira e já estar organizada com produtores com certificação orgânica. Ainda para Nascimento et al. (2012), faltam sementes orgânicas em quantidade e qualidade no mercado brasileiro, sendo que grande parte do cultivo orgânico de hortaliças é feita com sementes convencionais. Atualmente, o país importa a maioria das sementes orgânicas que utiliza. O preço dessas sementes em nosso país é cerca de 20% a mais, enquanto, na Europa, o preço dessas sementes pode chegar até três vezes o da semente convencional, aumentando ainda mais o custo de produção do sistema orgânico. Os produtores de sementes da Bionatur concordam que a demanda evo-

luiu muito nesses 17 anos e que a tendência do mercado de sementes orgânicas é de melhorar:

É uma peleia velha, e o que eu espero é que vá para frente, que não termine, e está saindo, cada vez está ficando melhor, porque olha, maquinário que nós nunca tivemos na vida, quando tu queria fazer uma coisa não tem, e hoje tem, hoje está vindo, está vindo caminhão, está vindo trator, está vindo prédio novo, está se organizando, tem um monte de coisa boa que está saindo, então não pode terminar, agora que está na hora de a coisa levantar. Tem nome, tem venda, que a venda, para nós, no começo, foi braba, tu não achava de vender, na verdade. Teve ano que nós tiramos semente de cebola ali de apinchar para fora, ir lá e botar fora, várias bombonas de sementes de cebola que foi tudo fora, então era perda... E hoje não, hoje tem onde estar botando, tem negócio. Está indo lá para fora, está indo para longe (Isaías, produtor de sementes da Bionatur).

Se compararmos a Bionatur de 15 anos atrás com a de hoje, dá para dizer que ela evoluiu 100%, que nós começamos aqui, era uma coisa nova, ninguém conhecia. A Bionatur se criou praticamente aqui, nessa região, só que hoje ela se expandiu no estado, ela cresceu. Agora, o que vai dar seguimento para ela e manutenção dela vai ser a consciência das pessoas que ter um produto sem veneno é melhor. É a questão da saúde da pessoa que está em jogo aí (Leandro, 42 anos, produtor da Bionatur).

A gente esperava que ia ser uma boa para quem estava dentro da área de produção, só que a gente não esperava que ela ia se transformar. A gente não esperava isso, a gente esperava que a Bionatur fosse uma empresa de sementes igual às outras. No começo, não sei como nós não desistimos, muita gente desistiu. A partir dos dez anos da Bionatur, a gente passou a ganhar bem. Se abriu os laços

da Bionatur de ter produção de sementes, de ter comércio de vendas de sementes, e a gente começou a produzir bem, então começamos a ganhar dinheiro. Daí, hoje tem dados, o Nei ia me passar os dados que ele fez, que hoje nós temos, em média, 40% da renda do lote é dentro da Bionatur (José, produtor da Bionatur).

Um dos projetos da Bionatur é a criação de frangos, suínos e hortigrajeiros para a venda em mercados e venda institucional e, por se tratar de produtos com certificação orgânica, teria um acréscimo de 30% sobre o valor, sendo mais lucrativos para o produtor.

As dificuldades encontradas hoje pela Bionatur, citadas pelos técnicos, é a burocratização do processo de certificação orgânica, o melhoramento genético, que não é feito pela Bionatur, fazendo com que haja dependência de mantenedores externos. A comercialização também foi considerada um entrave, pois, como não são especialistas no assunto, estão em processo de aprendizagem.

Porque nós temos o conhecimento prático, como fazer, quando fazer, de que jeito fazer; a parte burocrática nós estamos aprendendo dia a dia, porque não é um cara que conhece toda a parte burocrática que montou a cooperativa, não é um empresário, são produtores que vão se tornar coordenadores, são filhos de produtores que vão se tornar coordenadores, não tem nenhum figurão que estudou administração ou contabilidade, vai-se aprendendo no dia a dia do processo. Então, algumas dificuldades que nós estamos tendo é a parte legal. O processo de certificação orgânica é uma pilha de papel que tem que se fazer, um processo de certificação deu 4,5 kg de papel (Pedro, técnico da Bionatur).

Os produtores de sementes, assim como os técnicos da Bionatur, não dimensionavam o desenvolvimento e a repercussão que o projeto teve. Atualmente, sentem-se valorizados.

Quando começou a cooperativa, ninguém imaginava, por exemplo, que hoje nós íamos estar em uma estrutura dessas aqui, ninguém imaginava que nós íamos estar vendendo para a Conab, ninguém imaginava que nós ia chegar a um leque de variedades que nós estamos produzindo, com algumas dificuldades em umas e outras, ninguém ia imaginar que a sociedade, um dia, no Globo Rural, ia dizer que vocês não são loucos, vocês fizeram uma coisa diferente, uma coisa pioneira, uma coisa totalmente diferente que, hoje, a sociedade, praticamente 18, 20 anos, está reconhecendo. Quando começamos, lá em 1997-1998, a discutir isso aí, o sistema convencional dizia “não, vocês são burros, vocês são bobos fazendo isso aí, estão botando dinheiro fora”. Hoje a sociedade está automaticamente dizendo que está certo, que querem isso. Mas isso tudo devido a que os produtores não desistiram daquilo que queriam, não desistiram de querer uma coisa diferente, não desistiram no primeiro empecilho que tiveram (Pedro, técnico da Bionatur).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluiu-se com o presente estudo que a Bionatur foi um projeto capaz de transformar a realidade nos assentamentos da região abrangida pela rede. Podem-se observar muitos agricultores assentados, que antes trabalhavam em um sistema convencional de produção, que não tinham prática com o manejo agroecológico, que tinham uma infraestrutura deficiente, entre outros fatores opostos ao projeto, que foram capazes de se motivarem e mudarem a consciência, passando a produzir sementes de forma orgânica, mesmo enfrentando dificuldades. No início da produção de sementes orgânicas, muitos deles admitem que não era um processo lucrativo, mas que a forma de trabalhar em grupo era animadora e o aprendizado que eles tiveram foi muito satisfatório.

Sobre as dificuldades encontradas atualmente, uma das reclamações é o monocultivo, principalmente da cultura da soja, que a cada

ano vem apresentando um crescimento substancial dentro dos assentamentos e, em alguns casos, está à beira de impedir algumas lavouras de produção de sementes orgânicas. Os agricultores assentados, mesmo cogitando a possibilidade de pararem com a produção de sementes da Bionatur, não pretendem voltar a usar agrotóxicos, graças à conscientização que tiveram dentro do processo agroecológico, embora haja algumas exceções. Os produtores ecológicos dizem que alguns lindeiros respeitam a produção orgânica, mas a maioria não; sendo que já foram perdidas lavouras pela contaminação com agrotóxicos e essa situação é objeto de processos judiciais. De acordo com a equipe técnica da Bionatur, há a tentativa de criar-se uma lei municipal pela qual o agricultor que produz de maneira convencional respeite 25 metros de distância do cultivo orgânico. Observa-se, nesse contexto, que, ao mesmo tempo em que o monocultivo avança sobre as lavouras de produção agroecológica, esta representa uma forma de resistência ao monocultivo.

Os gargalos enfrentados pela Bionatur, citados pelos técnicos, como o melhoramento genético e a burocratização do processo de certificação orgânica, estão sendo debatidos em grupo, estudados e, na medida do possível, sendo resolvidos.

Muitas expectativas positivas foram levantadas, como o fato de a demanda pelas sementes orgânicas aumentar, sendo esse um dos fatores responsáveis por esse aumento. Segundo a Instrução Normativa nº 64, de 18 de dezembro de 2008, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, as sementes e mudas para o sistema orgânico deverão ser originadas de sistemas orgânicos e, desde 2013, é proibida a utilização de organismos geneticamente modificados e o uso de agrotóxicos sintéticos no tratamento e armazenagem de sementes e mudas orgânicas.

A Bionatur está expandindo-se para outros estados brasileiros, buscando mais produtores para suprir a crescente demanda. Existe, ainda, de acordo com os produtores, a possibilidade de conciliar a produção de sementes orgânicas com a criação de frangos e suínos e a produção de hortigranjeiros para o mercado e para venda institucional, o

que seria positivo, pois aumentaria a renda dos produtores e abriria o leque de produção orgânica para famílias que não trabalham com plantio de sementes e que poderiam ter interesse nesse outro tipo de atividade.

Todos os produtores entrevistados alegaram que um dos fatores positivos que os mantêm na atividade é o fato de o trabalho com a produção orgânica de sementes ser um trabalho saudável, que não vai prejudicar a saúde dos membros da família.

Observou-se também, visitando as lavouras de produção de sementes agroecológicas, a diversidade de culturas para o autoconsumo que também é produzida, o que faz com que a família crie laços com a terra e com o fruto do seu próprio trabalho e fortaleça a interação com a terra, sendo esse um fator importante para a permanência da família no lote e que garante a soberania e a segurança alimentar dessas pessoas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOFF, L. **Agroecologia: cuidando da saúde do planeta.** VIII Congresso Brasileiro de Agroecologia. Porto Alegre, 2013.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Instrução Normativa nº 64, de 18 de dezembro de 2008.** Dispõe sobre normas dos sistemas orgânicos de produção vegetal. Seção 1. 2008.

CARPORAL, F. R.; RAMOS, F. L. **Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável: enfrentar desafios para romper a inércia.** Brasília, 2006. Disponível em: <<http://agroecologia.pbworks.com/f/Artigo-Caporal-Ladjane-Vers%C3%A3oFinal-ParaCircular-27-09-06.pdf>>. Acesso em: 1º out. 2017.

COSTABEBER, J. A. **Acción coletiva y processos de transición agroecológica em Rio Grande do Sul, Brasil** (tese). Universidade de Córdoba. Córdoba, 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário**

cuário- 2006. Rio de Janeiro, 2009.

GAIARDO, A. **Bionatur – situação atual.** Documento interno de comunicação da Comunicação, 2015.

GÖRGEN, F. S. A. **Os novos desafios da agricultura camponesa.** Edição do autor, 2004.

NASCIMENTO, W. M. et al. **Produção de sementes de hortaliças em sistema orgânico.** Embrapa, 2012.

MULHERES ASSENTADAS E AGRICULTURA AGROECOLÓGICA: A ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES DO ASSENTAMENTO TUCANO E O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOSO¹

Gabriela Cristina Ribeiro Grilli Cardoso²

Se temos que esperar, que seja para colher a semente boa que lançamos hoje no solo da vida. Se for para semear, então que seja para produzir milhões de sorrisos, de solidariedade e amizade.

Cora Coralina

INTRODUÇÃO

O Curso de Residência Agrária, modalidade Especialização em Geografia “Desenvolvimento territorial, trabalho, educação do campo e saberes agroecológicos” (Chamada Edital 26/2013 – CNPq/Pronera-Incra), está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/FCT-Unesp, Campus de Presidente Prudente, sob orientação da Profa. Dra. Maria Franco Garcia (UFPB) e coordenação do Prof. Dr. Antonio Thomaz Junior. Teve como público-alvo a população jovem e adulta das famílias beneficiárias dos projetos de assentamento criados ou reconheci-

-
- 1 Este texto sintetiza as discussões apresentadas no trabalho de conclusão de curso do Curso de Residência Agrária, modalidade Especialização em Geografia, Desenvolvimento Territorial, Trabalho, Educação do Campo e Saberes Agroecológicos, uma parceria entre FCT/Unesp, Pronera, Enff, Incra e CNPq, sob orientação da Profa. Dra. Maria Franco Garcia (UFPB).
- 2 Foi aluna do Curso de Especialização em Residência Agrária: Geografia Desenvolvimento Territorial, Trabalho, Educação do Campo e Saberes Agroecológicos FCT/Unesp-Presidente Prudente. E-mail: gabrielagrilli75@gmail.com.

dos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) que tivesse Ensino Superior concluído; professores e educadores, com vínculo efetivo ou temporário com as Secretarias Municipais e/ou Estaduais de Educação que exercessem atividades educacionais em atendimento direto às famílias beneficiárias, nas escolas localizadas em assentamentos ou no entorno, que atendesse à comunidade assentada e, ainda, técnicos da assistência técnica contratada pelo Incra.

Em razão da atuação e do acompanhamento profissional de diversas atividades desenvolvidas na região do Pontal do Paranapanema, tivemos contato com diversos programas e projetos de desenvolvimento territorial, tais como o Programa Territórios Rurais, Territórios da Cidadania, programas vinculados à Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, por meio da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (Cati), entre outros. Nesse percurso, tivemos a oportunidade de participar do processo de animação e consolidação desses programas e, ainda, a possibilidade de interagir com os diversos atores que se encontram envolvidos diretamente com a questão agrária: representantes de movimentos sociais, lideranças dos assentamentos, produtores, mulheres produtoras e jovens. Nesse momento, participando da sala descentralizada do Curso de Agroecologia no Assentamento Santa Zélia, em Teodoro Sampaio, estivemos cotidianamente enfrentando e participando do processo de capacitação/formação profissional de jovens daquele e de outros assentamentos vizinhos. No período que marcou os anos de 2001 a 2012, trabalhando nos municípios de Rosana e Teodoro Sampaio, participamos enquanto representação de todo o processo de implantação da Comissão de Implantação de Ações Territoriais (Ciat), que passou a ser considerado um colegiado permanente, deixando a nomenclatura Ciat para ser intitulado Colegiado de Desenvolvimento Territorial (Codeter).

O Codeter funciona como um fórum participativo composto por entidades da sociedade civil e do poder público e tem como principal objetivo discutir propostas e projetos coletivos que contribuam para a superação da pobreza e a geração de trabalho e renda no meio rural, a partir da perspectiva integrada de desenvolvimento territorial susten-

tável. No Pontal do Paranapanema, o Codeter funciona a partir de quatro câmaras temáticas: Organização da Produção e Comercialização; Educação e Cultura; Direitos e Desenvolvimento Social; Saúde, Segurança Alimentar e Nutricional.

Enquanto técnica da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (Catí) no Programa Estadual de Microbacias, além de vivenciar temáticas relacionadas à produção, também atuei em áreas vinculadas à questão ambiental, tais como promoção de técnicas de conservação e manejo do solo. Em razão de todo o contexto apresentado e das experiências vivenciadas na região, a possibilidade de participar do Residência Agrária representou uma inestimável oportunidade de aprofundamento e capacitação, uma vez que ele se relaciona estreitamente com as demandas e o contexto social enfrentado em minha prática profissional. Foi um instrumento de participação, discussão e interação, num ambiente construtivo e crítico, que possibilitou contribuir e compreender os arranjos sociais em questão.

Na década de 1990, o Pontal do Paranapanema, região do oeste paulista, destacou-se pelas inúmeras disputas territoriais ocorridas entre latifundiários, trabalhadores rurais sem-terra e desempregados. Naquele momento, a paisagem da região resumia-se a extensas áreas de terras griladas e devolutas que, no entanto, estavam em poder de uma minoria latifundiária com tradição na criação de gado de corte.

Em livro que trata da história da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp), órgão responsável pela elaboração e execução da política agrária e fundiária no estado de São Paulo, o passado na região é descrito da seguinte forma:

No estado de São Paulo, no período de 1930 a 1954, ocorreram várias lutas, localizadas e espontâneas, relacionadas à questão da terra. São célebres os conflitos no Pontal do Paranapanema, onde os posseiros lutavam para se manter na terra, enquanto os grileiros derrubavam a Mata Atlântica para transformar a região em pasto e justificar a sua presença na terra. Com o objetivo de estimular o desenvolvimento do capitalismo na agricultura

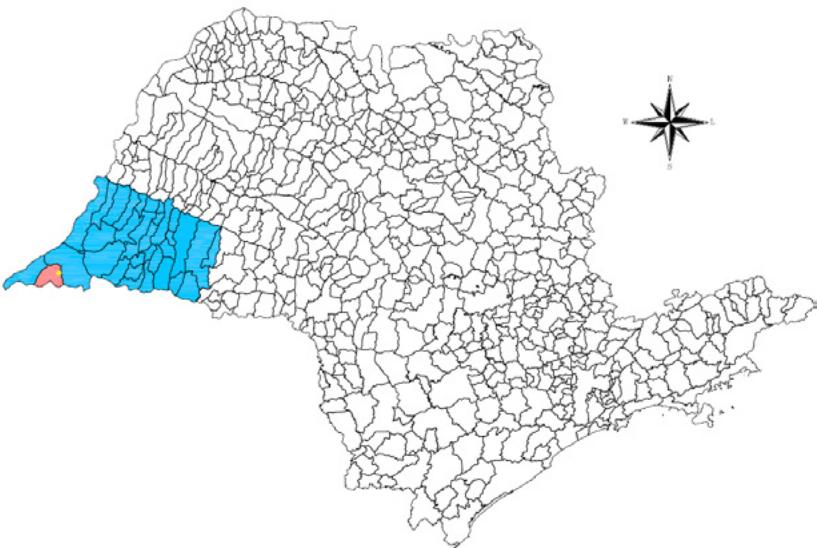
brasileira, a modernização promoveu o crescimento da produção agrícola e da economia nacional. Contudo, foi um processo excludente do ponto de vista social, que beneficiou, mais uma vez, apenas a elite ruralista, além de causar impactos negativos ao meio ambiente, com a intensificação do uso de produtos químicos na agricultura (PILLA et al., 2013, p. 25).

Essa configuração espacial mudou no decorrer das últimas décadas, todavia a concentração fundiária e a permanência de extensas áreas devolutas e terras griladas continuam sendo uma “marca registrada” do Pontal do Paranapanema em pleno 2014. Aliás, podemos afirmar que, além das antigas áreas de pastagem, encontramos hoje grandes explorações da monocultura da cana-de-açúcar, ocupando cada vez uma extensão maior, transformando radicalmente as relações de trabalho e produção das famílias de agricultores e assentados de reforma agrária. O discurso da empregabilidade, como segurança de renda no campo, faz com que muitos assentados e assentadas hoje abandonem suas práticas agrícolas familiares, se inserindo como trabalhadores assalariados no agronegócio da cana. Encontramos nos assentamentos, todavia, um número significativo de mulheres que têm reagido a essa estratégia de subordinação ao capital, desenvolvendo novas práticas agrícolas nos seus quintais, com base na agroecologia.

Atualmente, o município de Euclides da Cunha Paulista possui uma área territorial de 575,213 km² e conta com 10.214 habitantes, dos quais 3.783 pertencem à área rural e 6.431, à área urbana (IBGE, 2014). Essa área rural possui aproximadamente 653 famílias distribuídas em dez assentamentos rurais de reforma agrária. Neles, as atividades produtivas que predominam na agricultura local são: a) bovinocultura de leite; b) produção de hortaliças; c) cultivo da mandioca e; d) exploração da cana-de-açúcar. Além disso, o município conta com uma pequena unidade de processamento de derivados da mandioca. A organização do trabalho em todas as atividades agropecuárias citadas é de base familiar e sua produção é em pequena escala.

Estado de São Paulo

Escala: 1/600.000



Divisão Territorial Pontal do Paranapanema

Escala: 1/200.000

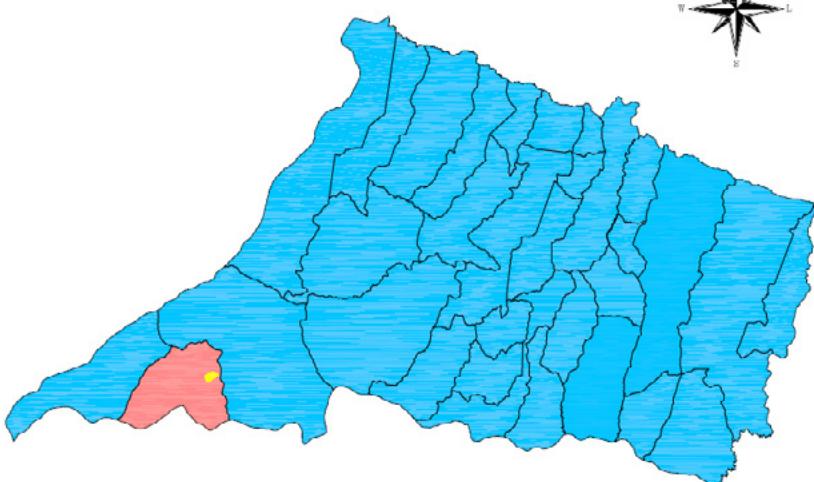


Figura 1 – Localização do Pontal do Paranapanema e do município de Euclides da Cunha Paulista

O assentamento Tucano (Figura 2), foco deste trabalho, está organizado em 35 lotes, com uma área total de 664,8 ha. Nele se produzem leite, mandioca e, recentemente, hortaliças. A incorporação do cultivo de hortaliças no assentamento foi produto da ação da Organização das Mulheres do Assentamento Tucano (Omat), fundada há 12 anos.

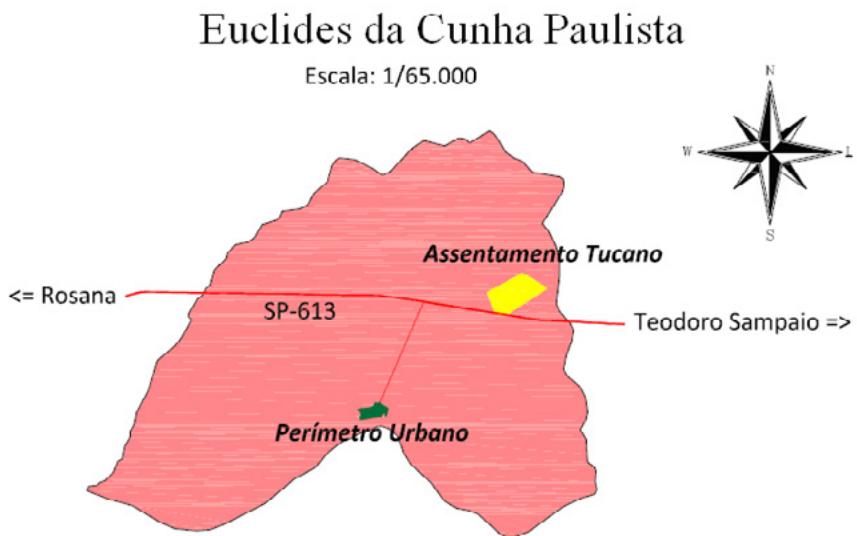


Figura 2 – Localização do Assentamento Tucano

Durante a caminhada profissional, estivemos em contato com algumas das agricultoras familiares do Assentamento Tucano e já conhecíamos um pouco da história de luta dessas mulheres, porém em outros momentos. Identificar o papel das práticas agroecológicas desenvolvidas por elas e a transformação da realidade dessas agricultoras motivou a realização desta pesquisa no referido local.

É importante ressaltar que o cultivo de hortaliças possibilitou uma alternativa de renda, além da principal cultura de mercado, e de liderança direta, exercida pelas mulheres por meio de práticas agroecológicas. Essa dinâmica do trabalho na agricultura no assentamento é a que nos preocupa nesta análise.

A produção de hortaliças é direcionada ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) por meio da compra direta dos produtos pela Prefeitura Municipal de Euclides da Cunha. Os gestores locais utilizam o recurso repassado pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) para abastecimento das creches, escolas e pela doação simultânea.³ O pagamento desses alimentos é feito pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), com recursos do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), o Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social (PPAIS) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

É dessa nova dinâmica de comercialização de produtos oriundos da agricultura familiar que surge nossa questão de pesquisa: qual é a participação da mulher nesses programas e como eles direcionam e mudam as práticas agropecuárias e o trabalho dentro dos lotes?

METODOLOGIA

A metodologia utilizada na elaboração desta pesquisa foi baseada em: a) levantamento bibliográfico junto à biblioteca da Unesp-Presidente Prudente/SP; b) análise de textos e materiais disponibilizados no Curso de Pós-Graduação Lato Sensu – Residência Agrária (Modalidade Especialização): Desenvolvimento Territorial, Trabalho, Educação do Campo e Saberes Agroecológicos; c) pesquisas em sites oficiais do Governo Federal e; d) trabalho de campo.

A coleta de informações e dados foi realizada na forma de entrevista com as mulheres agricultoras do Assentamento Tucano (membros da Omat) por meio de um roteiro semiestruturado, organizado em tópicos de referência.

Inicialmente, entrevistamos duas assentadas, aplicando o roteiro semiestruturado piloto. Testamos a objetividade dos tópicos de referência, eliminamos questões retóricas, incluímos novas questões

³ Essa modalidade consiste na entrega dos alimentos pelos produtores para instituições assistenciais.

que se fizeram necessárias e complementares aos temas abordados no decorrer da primeira incursão em campo e concluímos nosso roteiro semiestruturado de entrevista definitivo. O total de mulheres agricultoras entrevistadas foi doze. A pesquisa bibliográfica teve iniciou em meados do mês de fevereiro de 2014 e as entrevistas aconteceram individualmente nos lotes das agricultoras no decorrer de dez dias de visita em campo, durante os meses de agosto e novembro de 2014.

A amostra representa 100% das mulheres agricultoras que produzem hortaliças no Assentamento Tucano e que utilizam da participação coletiva na associação Omat para comercializar seus produtos por meio dos programas governamentais PAA, PNae e PPAIS, presentes no município de Euclides da Cunha Paulista desde o ano de 2010.

AS MULHERES ASSENTADAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À FOME: O PAA NO ASSENTAMENTO TUCANO E A PARTICIPAÇÃO DA OMAT

Origem e formação do Assentamento Tucano/SP

A origem do Assentamento Tucano foi o acampamento formado no município de Presidente Epitácio em 1986, sem denominação específica. Segundo relato oral de um dos líderes dos acampados, J. M. O, esse acampamento não era vinculado a nenhum movimento social, mas tinha proximidade com figuras políticas, como os deputados Mauro Bragato e Gerson Caminhoto.

A partir do momento em que souberam que o governo estava fazendo “doações de terra”, se organizaram e lá permaneceram até o ano de 1990. No início, o acampamento chegou a ter em torno de 5 mil famílias, mas, como o tempo foi passando e a conquista da terra não acontecia, muitas dessas famílias desistiram, permanecendo apenas 66. Dessas, 46 fizeram parte da luta pelo Assentamento Tucano e 36 foram assentadas definitivamente.

Durante os cinco anos de luta pelo acesso à terra, lideranças e alguns acampados participaram de muitas reuniões em Brasília e São Paulo, porém não obtiveram resultados práticos. Até o momento em que

o líder do acampamento ficou sabendo de uma área que já estava negociada e pronta para ser entregue às famílias que estavam na luta por acesso à terra no município de Euclides da Cunha Paulista. Esse líder foi até Teodoro Sampaio e, com ajuda do político Gerson Caminhoto, foram conhecer a área. Ao retornar ao acampamento, as famílias se organizaram e ocuparam a Fazenda Tucano, com 664,83 há,⁴ na mesma noite.

Ao amanhecer, a área já estava tomada de policiais e funcionários da empresa Camargo Corrêa. Houve então a reintegração de posse e as famílias foram para a beira da estrada. Durante quase um ano de acampamento à beira da rodovia Arlindo Bétio, os acampados encontraram a marcação dos perímetros da fazenda. Mais uma vez, as famílias se articularam, fizeram um aceiro,⁵ colocaram fogo na área, recortaram os lotes e promoveram todas as práticas para o plantio de culturas. Após essa nova ocupação, receberam a visita do juiz Atila de Araújo e, posteriormente, negociaram o assentamento das 36 famílias, formando então o Assentamento Tucano no ano de 1991.

A Omat: origem, organização e práticas produtivas

Desde muito cedo as mulheres agricultoras estão subjugadas pelo trabalho. Trabalham dia a dia ao lado de seus pais em áreas de cultivo do algodão, milho, feijão, colorau, entre outros alimentos base da alimentação humana. As produções são destinadas, em sua maioria, ao consumo familiar, seguido da alimentação animal e venda do excedente.

Além do trabalho realizado no campo produtivo, as mulheres agricultoras ainda tinham a responsabilidade dos cuidados dos irmãos e irmãs menores e da casa de moradia. Com o passar dos anos, elas se casavam, geralmente com um companheiro do meio rural, e a vida seguia em busca de um futuro melhor. Foi dessa forma que muitas aden-

⁴ Para mais informações, ver Portaria Itesp 12, de 8 de dezembro de 2000.

⁵ “Fazer um aceiro” consiste na limpeza/retirada da vegetação total adjacente às cercas, com a finalidade de não permitir a passagem do fogo para fora da área delimitada.

traram nos acampamentos. De origem camponesa, elas iniciam nesse momento a luta pela terra, a disputa por um território e, mais do que isso, um modo de produção e reprodução social.

As mulheres agricultoras do Assentamento Tucano ficaram em torno de cinco anos no acampamento localizado em Presidente Epitácio (SP), onde passaram por muitas dificuldades, tais como falta de alimentação, problemas de saúde e ocorrências de violência e morte.

A formação da Organização das Mulheres do Assentamento Tucano (Omat) foi formalmente estabelecida em 18 de janeiro de 2001, com o objetivo de ter acesso a infraestrutura e bens materiais para a instalação do Comitê para Democratização da Informática (CDI), a partir de um programa de inclusão digital do Governo do Estado de São Paulo, disponibilizado por meio do Itesp, e também para utilizar o espaço como sede da associação.



Figura 3 – Sede da Omat
Fonte: Trabalho de campo realizado em 2014.

Inicialmente, a associação tinha apenas treze associados e hoje conta com 28 associados, sendo que desses, doze são mulheres assentadas.

A associação não impede a inclusão dos homens como associados, porém tem como objetivo principal fomentar ações que promovam a inclusão e o desenvolvimento de projetos que beneficiem prioritariamente as mulheres. Desse modo, a participação é aberta a quem tiver interesse em trabalhar de forma associativa.

A coleta dos produtos agrícolas é realizada no barracão da associação.



Figura 4 – Agricultoras organizando e pesando produtos

Fonte: Trabalho de campo realizado em 2014.

Nele, as assentadas e os assentados separam, pesam e acondicionam os produtos em caixas específicas. A presidente da associação anota as quantidades de produto e, posteriormente, encaminha-os ao Banco de Alimentos.



Figura 5 – Local de distribuição dos produtos da Omat

Fonte: Trabalho de campo realizado em 2014.

Depois de serem armazenados no Banco de Alimentos, os produtos são distribuídos para as famílias carentes, devidamente cadastradas pela assistência social do município.



Figura 6 – População recebendo produtos oriundos da Omat
Fonte: Trabalho de campo realizado em 2014.

Segundo relatos, houve períodos de desânimo quanto à associação, pois, depois de terem recebido a infraestrutura, a associação não desenvolvia nenhum projeto que valorizasse o trabalho exercido pelas mulheres e ainda não promovia renda, que era uma das expectativas com a formação da Omat. Segundo M. R.: “A gente quer crescer. Já faz doze anos que a gente tá com essa associação”.⁶

Esse longo período de paralisia da atuação da Omat, segundo relato de uma associada, deu-se por conta da desunião e porque as mulheres executavam o trabalho de maneira individual. Conforme declarou M. J.: “E aí é assim, ganhou o lote, as mulheres ficam lá no seu mundinho, na sua casa”.⁷

Mesmo assim, as principais líderes da associação mantiveram a documentação em dia, na expectativa de que a Omat conseguisse em

⁶ Relato oral da associada da Omat em trabalho de campo.

⁷ Relato oral da associada da Omat em trabalho de campo.

breve ser a responsável por mudanças na vida das mulheres do Assentamento Tucano. E isso passa a acontecer a partir do ano de 2010, com a chegada do PAA no município de Euclides da Cunha, havendo uma mudança significativa na operacionalização da Omat.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)

O Programa de Aquisição de Alimentos foi criado por meio do artigo 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, e foi regulamentado pelo Decreto nº 5.873, de 15 de agosto de 2006. O programa surge após anos de discussões sobre a questão da soberania alimentar. Além disso, tornou-se uma das principais ações do Fome Zero, posteriormente denominado Brasil Sem Miséria. Como pode-se verificar, o programa foi regulamentado por diversos decretos e o que está em vigência é o Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012.

Assim, pode-se afirmar que o programa é resultado das ações do Governo Federal, que buscou estimular o desenvolvimento do campo brasileiro, visando à minimização da pobreza e da fome no país, e é operacionalizado por estados, Distrito Federal e municípios. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), o PAA tem como finalidades (MDS, 2014, p. 11):

I – incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, incentivo ao processamento da produção e à geração de renda;

II – incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar;

III – promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável;

IV – promover o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais, inclusive para prover a alimentação escolar, quando necessário, nos âmbitos municipal, estadual, distrital e federal, e nas áreas abrangidas por consórcios públicos;

V – constituir estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares;

VI – apoiar a formação de estoques pelas cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar;

VII – fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização;

VIII – promover e valorizar a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos, incentivar hábitos alimentares saudáveis em nível local e regional; e

IX – estimular o cooperativismo e o associativismo.

Os beneficiários fornecedores de alimentos podem participar do programa individualmente ou por meio de suas organizações formalmente constituídas como pessoa jurídica de direito privado.

É impossível não considerar a dinâmica estabelecida no Assentamento Tucano e no município de Euclides da Cunha Paulista após a inserção das mulheres no PAA. A produção de quintal baseada em práticas agroecológicas promove a alimentação de pessoas em situação de risco e vulnerabilidade alimentar, com produtos saudáveis, de qualidade e livres de agrotóxicos. O problema é que quase não há incentivos para que essas mulheres promovam uma verdadeira mudança em suas vidas e é forte a inserção das empresas do agronegócio na região que incentivam o uso de sementes comerciais híbridas e agrotóxicos. De acordo com Rabello:

As estruturas políticas e econômicas que controlam a agricultura na atualidade têm privado e desmotivado os

camponeses a implementar uma agricultura alternativa que desafiaria tal estrutura. Isso nos leva a pensar que vêm surgindo motivações econômicas e políticas responsáveis pelo desenvolvimento de pesquisas científicas e dos investimentos financeiros para o melhoramento das técnicas de agricultura sustentável, que vêm tomado o lugar das preocupações com o ambiente e as condições de vida e trabalho das famílias camponesas (2014, p. 46).

Inicialmente, no município de Euclides da Cunha Paulista, a oferta e demanda de produtos se realizava da seguinte maneira: alta demanda e baixa oferta de produtos. Isso porque, desde a implantação dos assentamentos, a principal atividade produtiva e geradora de renda era a pecuária leiteira, incentivada pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Além disso, outro fator determinante dessa disparidade entre oferta e demanda foi o descrédito das políticas públicas ofertadas, que acarretaram prejuízos de ordem econômica e moral aos assentados.

Depois desse período, a partir de 2011, a oferta de produtos ao PAA aumentou, concretizando o acesso de mais famílias à política pública. No entanto, o que poderíamos vislumbrar como ponto positivo se traduz em excesso de oferta e baixa demanda, provocando uma disputa entre as próprias mulheres agricultoras e a queda no valor da renda obtido por família. Isso pode ser justificado pelo aumento de famílias acessando a política pública e o atendimento da totalidade da demanda. Segundo Douglas Fabricio F. Alves, coordenador de Agricultura e Meio Ambiente do município de Euclides da Cunha Paulista, existem associações bem organizadas na prática de plantio de hortaliças, o que acaba suprindo toda a necessidade das famílias carentes e, ainda, uma parcela de pessoas que não se encontra em situação de risco, mas que também se beneficia dos alimentos.

Esse cenário representa o sucesso das práticas agrícolas desenvolvidas pelas mulheres assentadas e também o cumprimento de dois dos objetivos do programa, que são:

- a. garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e;
- b. fortalecimento da agricultura familiar, quando promove a comercialização direta dos produtos sem atravessadores e com preços justos.

Além disso, visibiliza a importância da população rural para a população urbana, uma vez que esse programa tem como protagonistas os agricultores assentados, promovendo a possibilidade de uma alimentação de qualidade e quantidade suficientes para a sobrevivência da maior parte da população do município de Euclides da Cunha Paulista.

A participação das mulheres da Omat no PAA

Depois de tantos anos em busca de um espaço para sobreviver, conquistada a terra, o esforço para permanecer nela se faz presente. Observamos então uma transformação da paisagem e na condução da vida produtiva e reprodutiva das agricultoras no Assentamento Tucaano, por meio da produção de hortaliças. Como relata M. J.:⁸

Em 2010 nós entramos com essas políticas públicas do governo. Entramos no PAA. Aí melhorou, aí mudou, aí melhorou bastante. O PAA, que, no caso, as pessoas não dão muita importância, mas mudou a vida de muita gente aqui dentro. A gente, assim, principalmente as mulheres, tem umas que mexe com o PAA. A maioria é os homens, que é uns homens machistas que eu vou te contar, se matar e jogar dentro de um rio, mas não pode achar nem os ossos que não tem jeito, não presta. Ele não deixa tomar conta do recurso. Produzir ela tem que produzir. O trabalho é dela, ela tem que ajudar, mas na hora do recurso,

⁸ Relato oral da associada da Omat em trabalho de campo.

tem uns que, esse é meu, esse é eu que pego, viu. Que nem diz, eu sou o dono.

De origem rural, muitas dessas mulheres são filhas de agricultores rurais, meeiros, assentados e desempregados. Trabalham desde muito cedo em serviços pesados, como colheita de algodão, bicho da seda, lida com gado, entre outras atividades ligadas ao campo. Assim, a produção de quintal hoje oferece uma melhor qualidade de vida. Além da diversidade de alimentos produzidos, sem excesso de agrotóxicos, houve um incremento na renda familiar oriunda das produções agrícolas. Produzem alimentos considerados de importância nutricional, tais como alface, cebolinha, cenoura, beterraba, brócolis, pimentão, rúcula, espinafre, couve-flor, cebola de cabeça, jiló, berinjela, repolho, tomate, abobrinha, tilápia, entre outros, e que se definem conforme época de produção (Figura 7).



Figura 7 – Produção agrícola diversificada em um lote do Assentamento Tucano

Fonte: Trabalho de campo realizado em 2014.

É importante ressaltar que produtos orgânicos, isentos de agrotóxicos, recebem um bônus de 30% a mais no preço pago pelo produto. Porém, para isso, é necessária uma certificação, emitida por entidade credenciada ou publicamente aceita como apta a comprovar a origem do produto, o que não ocorre no município de Euclides da Cunha Paulista.

Guilherme Delgado, em trabalho que avaliou os dez anos do Programa de Aquisição de Alimentos, destacou que:

Do ponto de vista formal, o PAA vem cumprindo, de maneira geral, o papel significativo de ponte entre dois territórios autárquicos – o da política de fomento econômico (garantia de preços) e da proteção social (assistência social alimentar). Por sua vez, a pretensão original de que o Programa se constituísse no passo inicial para articulação de um projeto ambicioso de desenvolvimento da agricultura familiar e dos assentamentos da reforma agrária, em bases distintas – técnicas, sociais e econômicas – e inovadoras com relação à economia do agronegócio ainda não se estruturou (DELGADO, 2013, p. 6).

Outros estudos relacionados ao PAA têm afirmado a importância do Programa como política pública, tanto do ponto de vista dos produtores familiares – garantia na comercialização e fortalecimento das organizações de agricultores – como da segurança alimentar, tanto em vista que o programa atende um número significativo de pessoas em condições de pobreza e insegurança alimentar. Entre os limites apresentados, destaca-se a dificuldade com o transporte, o atraso na liberação dos recursos, a falta de assistência técnica e a necessidade de o programa avançar em termos legais e institucionais (GRISA et al., 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa de Aquisição de Alimentos, consolidado a partir do ano de 2011 no município de Euclides da Cunha Paulista, tem apresentado alterações significativas na paisagem do Assentamento Tucano. Essas alterações são de proporções agrícolas, sociais e políticas. Um assentamento que tinha como atividade produtiva principal a criação de gado leiteiro e a predominância de pastagens, hoje divide espaço com as hortas.

Os assentados, principalmente as mulheres assentadas, discutem seus direitos no campo produtivo e reprodutivo e estão em busca de melhores condições de vida com a renda incrementada. Assim, a

aquisição de bens materiais antes inimagináveis, como, por exemplo, aquisição de um veículo, hoje se tornou uma realidade.

O PAA é considerado uma experiência de políticas públicas de combate à fome e à extrema pobreza que promove geração de renda para a área rural, bem como permite a produção de alimentos saudáveis, além de permitir que as mulheres desempenhem importante papel na produção da alimentação. Contudo, devem ser propostos meios para que a legislação já existente seja de fato acessada e ampliada, como, por exemplo, a viabilização de recursos para produções agrícolas agroecológicas, a certificação dos produtos orgânicos e a promoção de discussões em relação a outros canais de comercialização da produção.

Por fim, para as mulheres, a criação da Omat fortaleceu o processo de construção de consciência de classe e gênero nas assentadas, concomitantemente ao desenvolvimento de práticas agrícolas politicamente comprometidas com a manutenção das famílias no campo, além do cultivo de alimentos saudáveis, com a garantia de comercialização da produção desenvolvida cotidianamente nos quintais das assentadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Brasil mostra experiências de combate à fome e à pobreza em conferência da FAO no Chile.** Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2014/maio/brasil-mostra-experiencias-de-combate-a-fome-e-a-pobreza-em-conferencia-da-fao-no-chile>>. Acesso em: dez. 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Programa de Aquisição de Alimentos: manual operativo.** Disponível em: <<http://acervodigital.mds.gov.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/1061/manualPAA.pdf?sequence=1>>. Acesso em: abr. 2015.

CAPORAL, F. R.; PERTERSON, P. Agroecologia e políticas públicas na América Latina: o caso do Brasil. **Revista Agroecologia**, Murcia, v. 6, 2012, pp. 63-73.

DELGADO, G. C. **Relatório de Avaliação do PAA: síntese**. Brasília, 2013.

GARCÍA, M. F. O gênero como perspectiva da análise na discussão sobre as localizações. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 3, n. 1, 2002.

_____. **A luta pela terra sob enfoque de gênero: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema** (tese). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Presidente Prudente, 2004.

GRISA, C. et al. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em perspectiva: aportamentos e questões para o debate. In: ROMANO, Jorge O.; HERINGER, Rosana (orgs.). **A política vivida: olhar crítico sobre monitoramento de políticas públicas**. 1. ed. Rio de Janeiro: ActionAid-Brasil/Ford Foundation, 2011, pp. 367-92.

HONÓRIO, R. G. **Lutas sociais e relações de gêneros: a participação da mulher no MST**. XXIII Simpósio Nacional de História. Londrina: PPG-UNICAMP, 2005.

LEAL, S. C. T. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a disputa territorial em torno da luta/pela terra no Pontal do Paranapanema -- SP** (dissertação). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Presidente Prudente, 2003.

LEITE, J. F. **A ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo: Hucitec/ Fundação UNESP, 1998.

MACHADO, L. C. P. **Dialética da agroecologia**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MARIOTO, A. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o desenvolvimento territorial: um estudo comparativo entre os municípios de Euclides Da Cunha Paulista (SP) e Paranavaí (PR)**. (dissertação). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Presidente Prudente, 2013.

PICHININ, E. S. **As transformações históricas e a dinâmica atual da paisagem no município de Euclides da Cunha Paulista** (dissertação). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Presidente Prudente, 2009.

PILLA, M. et al. **Fundação Itesp: sua história e realizações, evolução das políticas agrárias e fundiárias no estado de São Paulo**. São Paulo: Itesp, 2013.

RABELLO, D. **Campesinato e agro-hidronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema: os desafios para a transição agroecológica**. (trabalho de conclusão de curso). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Presidente Prudente, 2014.

SEVILLA GUZMÁN, E. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da agroecologia. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 2, n. 1, jan.-mar. 2001, pp. 35-45.

SOUZA, S. P. **Assentamentos rurais e novas dinâmicas socioeconômicas: o caso dos municípios de Rosana, Euclides da Cunha Paulista e Teodoro Sampaio**. (dissertação). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Presidente Prudente, 2007.

VALENCIANO, R. C.; THOMÁZ JÚNIOR, A. O papel da mulher na luta pela terra. Uma questão de gênero e/ou classe? **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 3, n. especial, 2002.

AGRICULTURA BEIRADEIRA: SABEDORIAS E RESISTÊNCIAS NO CULTIVAR DA LIBERDADE¹

Gabriel Dayer Lopes de Barros Moreira²

INTRODUÇÃO

Partilhamos, neste artigo, reflexões suscitadas no diálogo com camponeses que vivem na *beira* dos rios Xingu, Iriri e Riozinho do Anfrísio. Comunidades que se encontram nos limites de unidades de conservação de uso sustentável (reservas extrativistas) na região do Médio Xingu, no estado do Pará. Entre os anos de 2013 e 2014 tivemos a oportunidade de conviver com essas comunidades em decorrência da atuação profissional na área de assistência técnica e extensão rural. Participamos de uma proposta diferenciada, pautada na promoção/valorização dos sistemas agrícolas tradicionais, da biodiversidade cultivada (agrobiodiversidade) e do acesso aos direitos sociais.

No mesmo período, realizamos, pela Universidade Federal de Goiás – Campus Cidade de Goiás, o Curso de Pós-graduação em Direitos Sociais do Campo (Residência Agrária/Pronera), que contribuiu para ampliar o leque de ferramentas teórico-metodológicas na interpretação e análise da realidade vivenciada. Integramos, no âmbito da Residência Agrária, o Núcleo de Extensão e Pesquisa “Agroecologia e Territórios”, ambiente interdisciplinar de problematização teórica e de

¹ Artigo apresentado como trabalho de conclusão do curso de Pós-Graduação Lato Sensu (Residência Agrária/Pronera) em Direitos Sociais do Campo da Universidade Federal de Goiás, sob orientação de Janaína Tude Sevá e Claudenir Fávero (co-orientador).

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – CPDA/UFRRJ. Bolsista CNPq. E-mail: gabriel_dayer@yahoo.com.br.

socialização de experiências entre educandos/as de diferentes regiões do país e níveis de inserção em movimentos sociais.

Entendemos que *agroecologia* e *território* são categorias fundamentais do trabalho que apresentamos. Assumindo a primeira sob o prisma socioecológico e político, concordamos com Sevilla Guzmán e Soler Montiel (2010) quando afirmam que a intervenção agroecológica que não consegue diminuir as desigualdades sociais não satisfaz os requisitos da agroecologia; pois sistemas de estratificação social desequilibrados constituem uma enfermidade ecossistêmica.

A categoria território, por seu turno, se politiza a partir dos movimentos campesinos latino-americanos e emerge como conceito-identidade das lutas sociais. Adotá-la implica reconhecer as relações de poder, informadas por diversas territorialidades, e as interrelações entre culturas e naturezas (PORTO-GONÇALVES, 2012), bem como perceber a pluralidade étnica, epistêmica e ecossistêmica dos “territórios da diferença” (ESCOBAR, 2014), que, também no que tange às agri-culturas, são um campo de resistências e de alternativas contra-hegemônicas.

Partindo da realidade da agricultura capitalista, representada pelo agronegócio, buscamos descortinar o atual paradigma agrícola/agrário e apontar alternativas ofertadas pela experiência vivenciada e pelo pensamento crítico, isto é, pelas realidades que enraízam a teoria na luta descolonizadora contra o pensamento único, e pela teoria que não aprisiona as realidades, pois delas não se afasta.

A MODERNA AGRICULTURA COLONIAL BRASILEIRA

Em tempos de neoliberalismo, o projeto societário empreendido pelo capital tem, na realidade brasileira, o agronegócio como uma representação extrema de sua construção hegemônica. Palavra política, o agronegócio desponta como a unificação de interesses das classes e grupos dominantes no campo e envolve, para tanto, a construção de um discurso que lhe confira legitimidade (BRUNO, 2009). Tal discurso enfatiza, entre outros, o caráter “moderno”, “eficiente” e “sustentável”

da produção de *commodities*³ agrícolas:

Dez é um número emblemático, simbólico. Chegar em 2014 entre os dez maiores produtores e exportadores mundiais de grãos e carnes é prova da eficiência de um setor que, nas últimas décadas, enfrentou desafios, inovou. Cresceu cumprindo as regras do novo Código Florestal, com preservação ambiental. [...] Empregamos e geramos riqueza. O produto interno bruto (PIB) do agronegócio deve fechar 2014 com crescimento quase dez vezes superior ao projetado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) para a economia brasileira este ano. É resultado mais que expressivo. É nota máxima.⁴

Entretanto, sob o rótulo de propagandas eficiências (técnico-productiva, econômica e ambiental), encontram-se velhas práticas e características que seguem marcando a história do desenvolvimento rural brasileiro. Desnudo, desfetichizado, o agronegócio expõe seu conteúdo, de essência eurocêntrica e excludente, tão evidente e tão velado. Como revela Paulo Petersen:

Doravante entendido como o modelo de desenvolvimento rural baseado na grande propriedade patronal monocultora, o agronegócio brasileiro é a expressão de interesses petrificados de uma elite econômica satisfeita com a concepção de organização do espaço e da economia rural que deita raízes em nosso período colonial. [...] Representa a versão mais acabada de um estilo de desenvolvimento orientado de fora para dentro cujo traço mais

³ Mercadorias produzidas em larga escala, comercializadas em nível mundial (nas Bolsas de Mercadorias e Futuros) e com preços regulados pelo mercado internacional.

⁴ Kátia Abreu, presidente da Confederação Nacional de Agricultura (CNA). *Balanço 2014, perspectivas 2015*. Disponível em: <http://canaldoprodutor.com.br/revista/balanco_2014/index.html>. Acesso em: 15 jan. 2015.

característico é uma rationalidade econômica informada pelas expectativas de curto prazo para a recuperação do capital investido, em detrimento de quaisquer preocupações com o bem-estar social e com a integridade do meio ambiente (PETERSEN, 2005).

A ambivalência do agronegócio pode ser compreendida sob a luz da expansão desigual e contraditória das relações capitalistas no campo. Os números do aumento da concentração fundiária⁵ e da expansão de monocultivos agroexportadores não deixam dúvidas: a moderna agricultura brasileira é “a reprodução ampliada e atualizada do passado histórico do país” (OLIVEIRA, 2005, p. 172). Entre 2010 e 2014, houve, no Brasil, um aumento de concentração de terras em grandes propriedades privadas de pelo menos 2,5%, o que equivale a 6 milhões de hectares.⁶

Desenvolvida inicialmente nas regiões coloniais enquanto agricultura de exportação, a monocultura é uma técnica que carrega em si uma dimensão política, na medida em que só tem sentido numa forma de produção não direcionada à satisfação das necessidades dos povos e regiões produtoras (PORTO-GONÇALVES, 2013):

A própria monocultura, enquanto técnica, inicialmente para o cultivo de cana, era uma imposição, haja vista a impossibilidade material de um povo ou de uma

-
- 5 Dados do Censo Agropecuário do IBGE – 2006, que, pela primeira vez, retratou a categoria *agricultura familiar*, atestam a grande desigualdade na distribuição da posse da terra no Brasil. Os “estabelecimentos da agricultura familiar”, representados por 84,4% dos estabelecimentos rurais, ocupam 24,3% da área agrícola. Já os empreendimentos com área igual ou maior a 100 ha, representados por menos de 10% do total de empreendimentos, ocupam 75% da área dedicada à atividade (IBGE, 2007).
 - 6 “Concentração de terra cresce e latifúndios equivalem a quase três estados de Sergipe”. *O Globo*, 9 jan. 2015. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/concentracao-de-terra-cresce-latifundios-equivalem-quase-tres-estados-de-sergipe-15004053>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

comunidade qualquer reproduzir fazendo monocultura para si próprio. Assim, a monocultura não é só a cultura de um só produto, mas também a cultura para um só lado.

Por isso a energia da chibata para promover o sistema. Afinal, ninguém faz monocultura espontaneamente até que tenhamos subjetivado as relações sociais e de poder assimétricas e contraditórias (PORTO-GONÇALVES, 2006, pp. 39-40).

Pilar do padrão agroexportador contemporâneo e do poder de empresas transnacionais do setor agrícola, o cultivo de organismos geneticamente modificados (OGM) é um dos fatores diretamente relacionados ao aumento da produção/produtividade do agronegócio latifundiário. Esse ascenso tem como marco a aprovação da Lei da Biossegurança (Lei nº 11.105/2005), que assegura o uso comercial de OGM no Brasil.⁷ De acordo com dados do Serviço Internacional para a Aquisição de Aplicações Agrobiotecnológicas em 2014, a área cultivada com OGM (soja, milho e algodão) no país foi de 42,2 milhões de hectares, o que representa a segunda maior área produtora em nível mundial (ISAAA, 2015).

Manuel Castells (1999) mostra que, diferentemente das revoluções industriais, as inovações proporcionadas pela revolução tecnológica são processos a serem desenvolvidos, e não simplesmente ferramentas a serem aplicadas, o que confere dinamicidade e velocidade de transformação. No contexto dos Impérios Alimentares (PLOEG,

⁷ Cabe lembrar que, sob forte *lobby* dos setores do agronegócio, a liberação dos transgênicos no Brasil se iniciou antes da aprovação da Lei da Biossegurança, com publicação de duas Medidas Provisórias que autorizaram a comercialização das safras de soja transgênica, cujas sementes, contrabandeadas da Argentina, foram ilegalmente cultivadas no sul do país. O processo de aprovação da lei contou, ainda, com uma poderosa manobra política: a de vincular ao mesmo Projeto de Lei (PL) a liberação das pesquisas com células-tronco. Devido ao forte apelo/comoção propiciado por esse tema, a possibilidade de não aprovação do PL foi praticamente descartada.

2008), esses processos estão inscritos em relações de poder que oferecem as bases político-econômicas para a definição de estratégias e desenvolvimento de produtos pelas grandes corporações transnacionais, relações de poder definidoras também do limiar ético, que é dilatado ou contraído no jogo dos interesses mercantis. Isso é claramente observável na concessão do direito à propriedade intelectual de variedades de sementes agrícolas às empresas privadas de biotecnologia. Como assinala a pensadora Indiana Vandana Shiva:

Quando as empresas de biotecnologia afirmam ter “inventado” a semente e os tribunais e os governos defendem essa ficção, milhões de anos de evolução e milhares de anos de história agrícola ficam apagados. As sementes não são automóveis ou placas de circuito; vida não pode ser criada artificialmente. Não é uma invenção. Não é projetado, peça por peça, por um trabalhador na linha de montagem. Organismos vivos são complexidade auto-organizada (SHIVA, 2015).

Portanto, no repertório de fatores que asseguram o vigor da moderna agricultura colonial estão: a imposição ideológica de “verdades” elaboradas, autojustificadas e difundidas pelo agronegócio; o tripé econômico-produtivo latifúndio-monocultura-exportação de *commodities*; e o monopólio de mercado de insumos e sementes agrícolas pelas corporações transnacionais. Nesse cenário, não é de se espantar a coexistência entre a crescente produção agrícola e os elevados índices de insegurança alimentar/nutricional da população no campo brasileiro. Se o latifúndio excluía por improdutividade, o agronegócio gera exclusão pela produtividade, como lembra Canuto (2004).

NEGÓCIO, AGRICULTURA FAMILIAR E “OS OUTROS”

É importante perceber que a dinâmica e o poder do agronegócio não estão restritos às cadeias que interligam os latifúndios, as empresas transnacionais e o mercado mundial de *commodities*, eles repercutem

fortemente nos territórios camponeses. Negar a existência de outras bases societárias/epistemológicas e impor uma rationalidade científica e tecnológica (de produção e consumo) seguem como pressupostos da agricultura-negócio, (re)afirmando um dos aspectos mais característicos da colonialidade: “a negação sistematizada do outro” (FANON, 1968, p. 212).

Em nosso entendimento, a edificação e a recente instituição jurídica⁸ da categoria *agricultura familiar* no Brasil oferece contribuições nesse sentido. Sua base teórica está alçada na diluição do campesinato pela suposta metamorfose dos/as camponeses/as, a partir da integração ao mercado, em agricultores/as familiares. A multiplicidade de contextos (históricos, socioculturais, políticos, ecológicos, econômicos) e de identidades (territoriais, étnicas, raciais, ecossistêmicas) do campesinato brasileiro contrasta/denuncia o caráter reducionista dessa leitura, que, nas últimas duas décadas, têm amparado estudos sobre o mundo rural e orientado políticas públicas.

Desse ângulo, nota-se que, mais que uma generalização teórica referenciada no uso do trabalho familiar, esse recorte tende a suplantar (ou eclipsar) mundos – conhecimentos, valores e sociabilidades – por meio de relações díspares de mercado. Concretamente, pela incorporação subordinada do campesinato às engrenagens agroindustriais controladas pelas corporações do agronegócio.⁹ Contudo, mesmo partindo do viés econômico-produtivo, é possível verificar a inconsistência da opção homogênea de desenvolvimento rural estruturada para o diverso campesinato brasileiro. É o que indicam as análises de Guanziroli et al. (2012) relativas aos dez anos da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf):

⁸ A Lei nº 11.326/2006 estabelece os critérios que delimitam o universo da agricultura familiar no Brasil.

⁹ Vejamos o que está expresso no documento de recomendações do Global Agribusiness Fórum 2014, intitulado de Consenso do Agronegócio: “O conceito de agricultura familiar não se contrapõe ao da agricultura comercial e do agronegócio. Ao contrário, o desenvolvimento de um incentiva o do outro”.

A participação dos familiares no conjunto da agricultura brasileira se manteve praticamente inalterada ou com leve diminuição, passando de 37,9% do total produzido em 1996 para 36,11% em 2006. [...] Em função da falta de focalização do Pronaf em cadeias produtivas e da ausência quase total de assistência técnica e de crédito de investimento, houve piora na distribuição de renda entre os grupos da agricultura familiar: cresceu em termos produtivos e de renda total o grupo dos consolidados (A) e decresceram os grupos em transição (B, e C) e periféricos (D). [...] Aconteceu, em suma, exatamente o contrário do que se esperava quando se lançou o Pronaf, que trabalhava com a expectativa de tirar da miséria o grupo dos periféricos, evitando que os grupos em transição piorassem. No entanto, foram os grupos em transição os que engrossaram o grupo dos periféricos (GUANZIROLI et al. 2012, p. 369).

Petersen (2013, p. 76) ilustra a tendência de polarização e diferenciação socioeconômica no interior da agricultura familiar com a imagem de uma esteira rolante: “ao rolar, a esteira expulsa da atividade agrícola as famílias agricultoras incapazes de se reproduzir em mercados cada vez mais asfixiantes e competitivos”. Nesse contexto, afirma Petersen, resta à categoria designada periférica, ou seja, menos “apta” a se integrar ao mercado, buscar outras formas de inserção econômica (não necessariamente a produção agrícola).

Mas, de fato, quem são os/as agricultores/as familiares “periféricos” na esteira da exclusão? São os campesinatos que comportam racialidades agroecossistêmicas que não se enquadram na lógica técnico-produtiva e científica da agricultura de mercado e/ou que se encontram distantes do direito de acesso às políticas públicas e aos programas governamentais de apoio à chamada agricultura familiar.¹⁰

¹⁰ Convém destacar que, ainda hoje, em várias regiões da Amazônia, camponeses/as encontram entraves para a emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), fato

Estão excluídos/as, sobretudo, os/as camponeeses/as afastados/as pelos centros de poder do agronegócio e que têm seus lugares, pensares e práticas agrícolas desqualificados como “atrasados”, “ineficientes” e, até mesmo, como “insustentáveis”. Entre esses milhares de camponeeses/as, estão os que vivem nas beiras dos rios da Amazônia paraense e cujas experiências trazem contribuições a esta reflexão.

É preciso desvendar, para desnaturalizar, a ideia linear/a-histórica que permeia o mundo de justificações do capital e está na base da dependência (de insumos industriais), da exclusão (social) e da erosão (cultural e ecológica) geradas pelo agronegócio. Valemo-nos da leitura de Massey:

Quando utilizamos termos como “avançado”, “atrasado”, “em desenvolvimento”, “moderno”, referindo-nos a diferentes regiões do planeta, o que acontece é que diferenças espaciais estão sendo imaginadas como sendo temporais. Diferenças geográficas estão sendo reconcebidas em termos de sequência histórica. [...] A implicação disso é que lugares não são genuinamente diferentes; na realidade, eles simplesmente estão à frente ou atrás numa mesma história: suas “diferenças” consistem apenas no lugar que eles ocupam na fila da história (MASSEY, 2004, p. 15).

Nesse contexto, perceber a “contemporaneidade da diferença” (MASSEY, 2004) é o primeiro passo para reconhecer, sem hierarquizar, experiências e sabedorias que envolvem as realidades histórico-sociais dos povos dos campos, das florestas e das águas, entre elas as agri-culturas, saberes/fazeres territorializados que adquirem contornos próprios a partir da identidade, isto é, do “sentimento de pertencer àquilo que nos pertence”, como nos diz Milton Santos (2009).

verificado durante o trabalho de campo nas reservas extrativistas na região do Médio Xingu (PA).

CAMPESINATOS E TERRITÓRIOS EM RESISTÊNCIA

Ainda que no capitalismo globalizado ocorra uma aceleração dos processos hegemônicos – legitimados pelo pensamento (que se quer) único – e uma tendência de desaparecimento ou permanência subordinada daqueles não hegemônicos (SANTOS, 2000, p. 35), esse abalo não é absoluto. Ao contrário: os passos deflagrados pelo capital são surpreendidos pela multiplicidade de mundos. No campo brasileiro, mundos indígenas, negros e camponeses, de variados traços e identidades autodeterminadas, se manifestam e contrapõem à violência simbólico-material que ameaça sobrepor ou aprisionar seus modos de vida e territórios.

Assim, se, por um lado, o saber e o poder hegemônico sustentam um modelo agrário/agrícola excludente/degradante que nos remete ao colonial sistema de *plantations*, por outro, ele dispersa, a partir de seus próprios antagonismos, novas plataformas e movimentos de resistências. Nasce, por exemplo, a agroecologia como fruto da interação entre a práxis produtiva e sociopolítica das comunidades camponesas e a reação ética de técnicos/as, intelectuais e acadêmicos/as em resposta à deterioração da natureza e da sociedade pela agricultura convencional¹¹ (SEVILLA GUZMÁN e MIELGO, 2005).

O “ressurgimento” do campesinato como categoria política e de identidade coletiva é um importante componente na atualidade das lutas no campo brasileiro. Ao afirmar o campesinato como a “unidade da diversidade camponesa” e sublinhar a multiplicidade de modos próprios de ser/viver e de se apropriar da natureza (CARVALHO, 2005), movimentos de luta pela terra¹² procuram ressignificar essa categoria

¹¹ Podemos conceituar, no caso brasileiro, essa agricultura convencional como: agricultura capitalista, industrial, voltada para exportação e assentada no latifúndio.

¹² Esse debate é iniciado pelo Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e, posteriormente, abarca contribuições dos demais movimentos e organizações que compõem a Via Campesina do Brasil. O livro *O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato brasileiro* (CARVALHO, 2005) e a coleção História Social do Campesinato são resultados de esforços nesse sentido.

à luz de embates e dilemas emergentes, reforçados pela interação com movimentos campesinos da América Latina, sobretudo pela articulação na Via Campesina.¹³

Mazzetto Silva (2007) destaca que a relação ser humano/natureza é central na retomada dessa categoria porque é o contraste atual entre campesinato e agronegócio que explicita formas antagônicas e conflitivas de apropriação da natureza. Entre outros pontos, o autor ainda associa essa retomada à necessidade de se construir uma identidade forte em contraposição à ideologia e ação do agronegócio, tarefa que, devido a sua restrição à dimensão socioeconômica do caráter familiar de produção, a *agricultura familiar* não consegue realizar (MAZZETTO SILVA, 2007).

No enredo contra-hegemônico, verifica-se também a emergência de ações e movimentos de resistência que politizam termos e denominações endógenas: “agentes sociais se erigem em sujeitos da ação ao adotar como designação coletiva as denominações pelas quais se auto-definem e são representados na vida cotidiana” (ALMEIDA, 2005, p. 166). São geraizeiros/as, vazanteiros/as, extrativistas, apanhadores/as de flores sempre vivas, quebradeiras de coco babaçu, etnias indígenas e comunidades quilombolas, entre outros tantos sujeitos e identidades. São *rincões transformadores* (PETERSEN e ALMEIDA, 2007) que cultivam outras rationalidades, relações ecossistêmicas e sensibilidades.

É imprescindível localizar nesse conjunto a perspectiva territorial que qualifica, por multidimensionar, os debates em torno da questão agrária e ecológica. A partir da década de 1970, movimentos e grupos indígenas, campesinos e afrodescendentes latino-americanos protagonizam a afirmação do *território* como conceito-identidade¹⁴ (PORTO-

¹³ A Via Campesina é um movimento internacional que agrupa camponeses/as, pequenos e médios produtores, povos sem-terra, indígenas, migrantes e trabalhadores agrícolas de todo o mundo, que defende a agricultura sustentável em pequena escala e se opõe aos agronegócios e às multinacionais (VIA CAMPESINA INTERNACIONAL, 2015).

¹⁴ “O território usado é o chão mais a identidade”, afirma Milton Santos (2009).

-GONÇALVES, 2012; ESCOBAR, 2014). Não conferem a ele o mesmo sentido da “terra” atribuído pelos movimentos sociais nas décadas anteriores: “en el discurso étnico-territorial [...] el territorio no se ve tanto en términos de ‘propiedad’ (aunque se reconoce la propiedad colectiva); sino, de apropiación efectiva mediante prácticas culturales, agrícolas ecológicas, económicas, rituales etc.” (ESCOBAR, 2014, p. 31).

A mirada territorial introduz o componente cultural (cultura mais natureza) no debate da questão agrária e, com efeito, problematiza as relações sociais e de poder imbricadas nas relações das sociedades com a natureza; concebe-se, desse modo, o território a partir das indissociáveis dimensões *material* (natureza), *simbólica* (cultura) e de *poder* (PORTO-GONÇALVES, 2012; MAZZETO SILVA, 2007).

É a partir do poder, em seus sentidos concreto/funcional (material, de dominação) e subjetivo/cultural (simbólico, de apropriação), que podemos compreender o território como um *continuum* onde tais sentidos encontram-se combinados (HAESBAERT, 2005). Ainda que sirvam de referência, não é possível a existência de tipos ou extremos ideais na análise do território: “eles nunca se manifestam em estado puro, todo território funcional tem sempre alguma carga simbólica, por menos expressiva que seja, e todo território ‘simbólico’ tem sempre um caráter funcional, por mais reduzido que seja” (HAESBAERT, 2005, p. 23).

Levando isso em consideração e colocando em relevo a diversidade de contextos/relações ecossistêmicas, é possível visualizar esse *continuum* na realidade do campo brasileiro, onde o agronegócio (únifuncional e monocultor), situado próximo a um extremo-dominação, contrasta com os campesinatos (multifuncionais e etnobiodiversos), mais vinculados ao extremo-apropriação.

ECOS DAS AGRICULTURAS NA FLORESTA

Resultado da luta dos povos da floresta contra a lógica empresarial e desenvolvimentista de exploração da natureza e de expropriação territorial na Amazônia, as Resex configuram-se atualmente como uma categoria de unidade de conservação de uso sustentável no Sis-

tema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).¹⁵ Localizadas na região do Médio Xingu, no estado do Pará, as Resex Riozinho do Anfrísio, Rio Iriri e Rio Xingu foram criadas, entre os anos de 2004 e 2008, em áreas tidas como de alta importância biológica/sociocultural e com histórico de conflitos fundiários.

Atualmente, vivem nas Resex 209 famílias, em aproximadamente 1,4 milhões de hectares. Essa extensão é compatível com o uso territorial, múltiplo e costumeiro, onde coexistem atividades agrícolas (roça e terreiro), extrativistas (mata) e pesqueiras (rio). Recordemos que o movimento de luta pela criação das reservas extrativistas, inicialmente protagonizado por seringueiros do Acre, se contrapôs ao modelo convencional de reforma agrária na Amazônia, onde os projetos de colonização previam lotes de até 100 ha por família, formato incompatível com a relação histórica e territorializada estabelecida entre os modos de vida e os ecossistemas.



Figura 1 – Comunidade Morro Verde. Resex Riozinho do Anfrísio no inverno amazônico.
Foto: autor, 7 maio 2014.

15 Nesse instrumento, as reservas extrativistas são caracterizadas como uma área utilizada por populações tradicionais, cuja subsistência se baseia no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte. Os objetivos básicos das Resex são proteger os meios de vida e a cultura dessas populações e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade (BRASIL, 2000).

Em sua maioria, os beiradeiros, como se autodenominam, são descendentes de migrantes nordestinos que passaram por um processo de reterritorialização fortemente caracterizado pela interação com povos indígenas na realidade amazônica. A retomada da extração de látex nos seringais nativos da Amazônia durante a Segunda Guerra Mundial culminou com a migração de um contingente de camponeses nordestinos para a região.

Neste trabalho focaremos o olhar para algumas expressões de resistência associadas ao saber-fazer e as dinâmicas socioculturais dos sistemas agrícolas dos/as beiradeiros/as nas reservas extrativistas. O que sintetizamos e debatemos é resultado de momentos de diálogos com moradores das Resex entre 2013 e 2014. No primeiro, entre outubro e dezembro de 2013, visitamos individualmente as unidades familiares e adotamos os seguintes procedimentos metodológicos: entrevista informal, observação participante e o uso de ferramentas de diálogos (FARIA, 2000). O levantamento da diversidade agrícola ocorreu por meio de caminhadas transversais pelos ambientes “terreiro” e “roça”. Todos os percursos foram acompanhados por informantes das famílias, que indicaram as plantas e variedades¹⁶ alimentares cultivadas. As caminhadas possibilitaram ainda um melhor entendimento sobre a dinâmica de trabalho e a organização das atividades familiares e coletivas. Foram realizados registros fotográficos dos espaços cultivados e da dinâmica da vida comunitária.

O segundo momento, ocorrido de abril a junho de 2014, foi marcado por oficinas comunitárias de socialização e interação de saberes referenciadas em elementos do cotidiano, informações obtidas anteriormente e nas temáticas agroecologia, agrobiodiversidade e soberania alimentar.

¹⁶ Emperaire (2001) define variedade como “um conjunto de plantas cujas características serão vistas localmente como suficientemente homogêneas, quer dizer, diferenciadas de outras, para serem agrupadas numa categoria reconhecida por um nome. A noção de variedade origina-se nos critérios cognitivos próprios a cada grupo cultural e não se superpõe à definição botânica da variedade”.

O SABER-FAZER AGRÍCOLA BEIRADEIRO

Os sistemas agrícolas estudados, assim como na maioria dos territórios ribeirinhos da Amazônia, são familiares e se destinam prioritariamente ao autoconsumo. A relativa dificuldade de acesso a alimentos industrializados e a cultura alimentar das famílias, em que a farinha de mandioca é elemento indispensável,¹⁷ são outros elementos que reforçam essa característica.

Um complexo e dinâmico sistema de trocas (de saberes e materiais vegetativos) entre *as famílias, comunidades e, ainda, entre outros povos*, é amparado por laços de solidariedade/reciprocidade que enriquece, diversificando, os cultivos da roça e do terreiro. Os intercâmbios são potencializados pelas relações parentesco/comadrio típicas do campesinato e pela proximidade com as terras indígenas. Por meio da experimentação, da observação e dos diálogos realizados nessa rede de relações, são adotadas ou descartadas determinada espécie ou variedade.

Situamos esse mecanismo cultural como componente do processo coevolutivo (NORGAARD, 1989) que contribui para a (re)criação de arranjos produtivos mais resilientes e resistentes a pressões internas ou externas ao agroecossistema, ao selecionar espécies adaptadas e ampliar a base alimentar e genética. Mais que mantenedoras da diversidade genética, o sistema agrícola dos “caboclos amazônicos” geram e amplificam a variabilidade, aponta interessante estudo de Martins (2005).

Parentes e vizinhos contribuem no processo produtivo, sendo a troca de dias de trabalho outra forma de reciprocidade. Do mesmo modo que descreve Cândido (1975) em estudo clássico sobre os caipiras de São Paulo, a troca de trabalho nas Resex ocorre quando um vizinho é requisitado para auxiliar outro, ficando este devedor de uma parcela de tempo

¹⁷ A farinha de mandioca é consumida diariamente com o peixe (pacu, tucunaré, pescada, surubim/pintado etc.) ou com carne de caça (porco do mato, mateiro, anta, mutum, tracajá etc.) e também com o “vinho” do açaí, do buriti, do patoá, da bacaba, do murici, do cupuaçu, enfim, “no beiradão, tudo se come com farinha”.

igual à que recebeu, podendo esta ser requerida quando aquele julgar conveniente. A produção da farinha pode ocorrer em sistema de parceria “de meia”, pela qual a família que possui a roça cede parte da produção, ainda na terra, em troca da metade da farinha beneficiada por outra.

A grande diversidade varietal dos cultivos agrícolas da região pode ser constatada a partir de algumas culturas-base da segurança alimentar das famílias. É o caso da mandioca/macaxeira¹⁸ e da banana, que apresentam grande número de variedades. A maioria das variedades de banana, mandioca e macaxeira cultivadas advém de mudas ou manivas que circulam entre as famílias nas respectivas Resex. *Na Resex Rio Iriri, próxima à aldeia indígena Cachoeira Seca, é possível notar a existência de uma variedade de batata (“batata de caboclo”), fruto do intercâmbio entre beiradeiros e indígenas da etnia Arara. A ocorrência de algumas plantas em determinadas áreas indicam a especificidade dos sistemas produtivos desenvolvidos pelas famílias. Encontradas em algumas localidades da Resex Riozinho do Anfrísio, a “macaxeira melancia”, ao contrário das demais variedades, pode ser consumida in natura.*

O espaço da roça está associado à oferta de alimentos para as famílias em quantidades e em épocas determinadas. O sistema de agricultura desenvolvido é conhecido como “corte e queima” ou “coivará”, que consiste na abertura de uma clareira dentro da mata bruta ou em diferentes estágios de sucessão para implantação de parcelas de duas a quatro linhas de roça (aproximadamente 1/4 ha cada linha). Durante o tempo de utilização dessas parcelas, outras áreas

¹⁸ A *Manihot esculenta* Crantz, principal espécie cultivada na roça, é dividida em dois grandes grupos: as mandiocas (*bravas*) e as macaxeiras (*mansas*). Ao contrário das mandiocas, as macaxeiras apresentam um baixo teor de ácido cianídrico, sendo essa a mais destacada diferença entre elas. As mandiocas, quando transformadas em farinha, apresentam valor comercial e a macaxeira é voltada apenas para o consumo familiar. Todas as localidades possuem áreas maiores de cultivo de mandioca do que de macaxeira. Normalmente, em uma mesma parcela de plantios são encontradas variedades dos dois grupos.

encontram-se “descansando” (em pousio) para o plantio em anos posteriores. Trata-se de um manejo temporal que garante a reposição da fertilidade natural do solo.



Figura 2 – Roça de mandioca, Resex Rio Iriri.
Foto: Autor, 18 dez. 2013.

Quando há necessidade de aumentar a área de plantio ou substituir determinada parcela por outra, abrem-se novas áreas na floresta. Isso só é possível graças à existência de áreas disponíveis e de práticas agrícolas não predatórias. A queima é uma estratégia para a imediata disponibilidade de nutrientes às primeiras espécies cultivadas anualmente (melancia, abóbora, maxixe, batata e cará).

Ataques mais frequentes de animais, como catitu, porco do mato, macacos, mateiro etc., nas roças podem condicionar, em certas ocasiões e/ou períodos, uma maior ou menor produção de determinado gênero alimentar. No intuito de evitar os ataques, algumas famílias adotam simpatias para evitar a presença dos animais. Um morador da Resex Riozinho do Anfrísio lembra:

O pessoal antigo tem umas experiências também e ensinam: a gente pega três dentes de alho inteiros e coloca cada um em um canto da roça, deixando só um aberto. Dizem que, com essa simpatia, os bichos podem até

entrar, mas não atacam a roça. Para espantar a ariranha, machuca o alho e joga na morada dela. Ela vai embora e não volta mais nunca. (Entrevista, 24 nov. 2013).

O manejo espacial e temporal da roça é fundamental na garantia da produção e da diversidade de espécies e variedades. As principais espécies cultivadas são: mandioca/macaxeira, melancia, cará, banana, abóbora, maxixe, milho, cacau, abacaxi e arroz. Em menor medida, encontra-se a produção de feijão e fava, alimentos pouco presentes na dieta alimentar das famílias.

Nas visitas in loco identificamos mais cinquenta espécies alimentares associadas ao ambiente roça. A mandioca, a macaxeira, a banana, o milho, a melancia, o jerimum, o cará, o cacau, o abacaxi e a batata-doce foram as mais recorrentes. Presente em mais de 85% das unidades familiares das Resex, a mandioca foi a principal espécie cultivada. A diversidade varietal das plantas cultivadas na roça têm suas maiores representações nas espécies de mandioca/macaxeira e banana, com, respectivamente, 29 e 15 variedades cada.

O terreiro é o lugar de cultivos mais diversificados, das fruteiras e de pequenos animais domésticos (galinha, capote e pato). A presença de canteiros suspensos construídos com canoas velhas, onde são cultivadas espécies condimentares, como a cebola de palha, a chicória, o coentro e a pimenta é uma marca desse espaço. As espécies frutíferas têm um papel fundamental na diversificação alimentar e no aporte nutricional, especialmente para as crianças.



Figura 3 – Canteiro suspenso, Resex Rio Xingu. Foto: Autor, 15 out. 2013.

Percebe-se também que a introdução de plantas e variedades nos terreiros não necessariamente está voltada para a produção. Esses locais são, por excelência, ambientes de experimentação, de propagação de espécies para usos diversos e de biodiversidade, nos quais se verifica a presença de plantas nativas e exóticas.

No terreiro encontra-se grande diversidade de plantas medicinais, que, junto com outros vegetais e animais da floresta, possibilitam inúmeras combinações para a cura de enfermidades. Num tempo de acesso fácil a medicamentos industrializados, foram observados mais de 140 usos/combinações de plantas para fins medicinais. Uma constatação importante é a presença desses conhecimentos nos relatos dos/as jovens das comunidades, o que sugere a efetividade do sistema tradicional de transmissão intergeracional de saberes.

Foram observadas, pelo menos, 87 espécies alimentares nos terreiros dos/as moradores/as das reservas extrativistas, sendo as mais ocorrentes: abacate, abacaxi, cacau, caju, cebola de palha, chícória, coentro, goiaba, graviola, ingá, jambo, laranja, limão, maracujá, manga, pimenta, tangerina e urucum. Apresentando mais de vinte variedades, a pimenta é a planta de maior diversidade intraespecífica nos terreiros. Do total de espécies da roça, 82% foram verificadas também no terreiro, o que reforça o caráter de experimentação dado a esse ambiente.

Em algumas localidades, devido à grande diversidade de plantas, não foi possível uma nítida distinção entre as áreas da roça e do terreiro, situação verificada, sobretudo, nos locais onde a mulher assume parcial ou integralmente o domínio do manejo no agroecossistema familiar. Esse domínio não se refere apenas a sua participação nas atividades cotidianas do roçado, mas, sobretudo, ao exercício do poder de decisão sobre o uso e manejo da agrobiodiversidade¹⁹ e do espaço agricultável.

A necessidade de aumento da jornada de trabalho na pesca comercial ou em outras circunstâncias que impossibilitam ao homem desempenhar as atividades agrícolas abre possibilidades para uma extensão do domínio feminino do terreiro para a roça. O aumento da biodiversidade e de espécies de usos múltiplos no ambiente roça talvez seja o maior indicador da presença da dinâmica produtiva “da mulher”. Com efeito, em sistemas agrícolas de domínio feminino observou-se maior diversidade de espécies. Na roça de uma moradora da Resex Rio Xingu foram levantadas 23 espécies de uso alimentar, diferenciando-se de forma expressiva de outras localidades da mesma Resex, nas quais se encontraram, em média, sete espécies.

A diversificação revela também a preocupação com a família, sobretudo no que se refere à saúde e à alimentação. As mulheres são as principais detentoras dos saberes associados ao uso das plantas medicinais cultivadas no entorno da casa ou extraídas da floresta. Estão nos terreiros, também, os principais complementos alimentares (espécies frutíferas, condimentares, olerícolas e os animais de pequeno porte). Como afirma Woortmann (2004), a produção camponesa é familiar não apenas no que se refere ao uso da força de trabalho, mas também por produzir de acordo com as necessidades dos membros da família – crianças, mulheres gestantes ou “de resguardo”, doentes, idosos – o

¹⁹ A agrobiodiversidade refere-se ao conjunto de plantas e animais cultivados e manejados sustentavelmente por diversos grupos humanos. Ela resulta da interação de quatro níveis de complexidade: o sistema de cultivo; espécies, variedades e raças; diversidade humana; e diversidade cultural (MACHADO et al., 2008).

que implica não só distintos consorciamentos, mas variadas alocações de partes da terra disponível.

As estratégias de uso e manejo da “roça” e do “terreiro” e sua interface com a “mata” e o “rio” se referenciam em um complexo sistema de práticas e conhecimentos elaborados/validados em sua práxis socioprodutiva e a partir de crivos culturais, estratégias que contribuem com a conservação ecossistêmica, de recursos fitogenéticos e com a segurança alimentar e nutricional das populações.

Iniciativas de conservação *in situ* estão evidenciadas no manejo e uso sustentado da floresta, alicerce da reprodução sociocultural das populações. Destacam-se a coleta da castanha do Pará, do coco babaçu, do açaí, da bacaba, de óleos vegetais diversos (copaíba, andiroba, babaçu etc.) e sementes de essências florestais nativas. As estratégias *on farm*, ou seja, conduzidas pelas famílias em suas unidades produtivas, nutrem-se de vínculos sociais e da memória coletiva e são a base de um sistema de trocas (de saberes e materiais genéticos) entre as famílias, comunidades e outros povos. Uma representação de tais estratégias é a prática tradicional de armazenar, pós-colheita, sementes agrícolas para o plantio em momentos posteriores.

A realidade vivenciada e aqui apresentada nos revela que a interação criativa entre esse campesinato, as diversas matrizes de conhecimento e o ambiente amazônico está na base da conformação de sabedorias, significados e valores próprios, também refletidos nas práticas e no uso e manejo dos ambientes locais. Em compasso com a dimensão sociopolítica da agroecologia, associamos esse conjunto ao potencial endógeno transformador, isto é, a um foco de resistência popular contra a hegemonia da agricultura capitalista/agronegócio e a um campo aberto de possibilidades.

Ressaltamos que esse potencial não se refere apenas ao plano do conhecimento local que um indivíduo possui em relação aos agroecossistemas, mas também ao grau de compromisso associado à identidade vinculada a esse conhecimento e às comunidades locais que o compartilham (SEVILLA GUZMÁN e GONZÁLEZ DE MOLINA, 2005). Nes-

se sentido, a trajetória histórica e a identidade dos/as beiradeiros/as são elementos constitutivos das dinâmicas sociais, que também se traduzem em formas peculiares de lidar com os sistemas agrícolas e com a agrobiodiversidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No amanhecer do século XXI, a complexidade do mundo-rede capitalista desafia movimentos e sujeitos sociais comprometidos com a reflexão-ação transformadora. A ampliação das violências simbólica e material, a expropriação territorial contra povos camponeses e o desmantelamento dos ecossistemas são alguns reflexos da imposição de um mundo dito moderno.

O agronegócio latifundiário é, no campo brasileiro, a expressão maior da trama neoliberal. Sua ideologia e sua ação visam simplificar cultural e ecologicamente os diversos territórios camponeses, suplantando relações coevolutivas. Lembra-nos Vandana Shiva que o primeiro plano da violência do sistema dominante contra os sistemas locais é não os considerar um saber: “Quando o saber local aparece de fato no campo da visão globalizadora, fazem com que desapareça, negando-lhe o *status* de um saber sistemático e atribuindo-lhe os adjetivos ‘primitivo’ e ‘anticientífico’” (2003, p. 23).

Por isso, entendemos que a superação do atual padrão societário e agrícola remete à afirmação de outros mundos, bases epistêmicas e formas de apropriação da natureza. Perceber e afirmar tais rationalidades e saberes-fazeres é passo fundamental para desmitificar o saber-poder hegemônico e a globalização da agricultura, que conferem valor mercantil à vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, A. W. Processos de territorialização e movimentos sociais na Amazônia. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino; MARQUES, Marta Inez Medeiros (orgs.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção**.

- ção da justiça social.** São Paulo: Casa Amarela; Paz e Terra, 2004.
- BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.** Regulamenta o Art. 225, § 1º. Incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Institui o *Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)*. Brasília, 2000.
- BRUNO, R. A. L.** *Agronegócio, palavra política*. In: _____ (org.). **Um Brasil ambivalente: agronegócio, ruralismo e relações de poder**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X; Edur-UFRJ, 2009.
- CANDIDO, A.** *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. 3. ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1975.
- CANUTO, A.** Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade. **Revista Nera**, n. 5, 2004.
- CARVALHO, H. M.** **O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2005.
- CASTELLS, M.** **A sociedade em rede**. Vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CNA – Confederação Nacional de Agricultura.** **Balanço 2014, perspectivas 2015**. Disponível em: <http://canaldoprodutor.com.br/revista/balanco_2014/index.html>. Acesso em :15 jan. 2015.
- EMPERAIRE, L.** A agrobiodiversidade em risco: o exemplo das mandiocas na Amazônia. **Ciência Hoje**, 2002.
- ESCOBAR, A.** **Sentipensar con la tierra: nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia**. Cidade: Ediciones UNAULA, 2014.
- FABRINI, J. E.; ROOS, D.** **Conflitos territoriais entre o campesinato e o**

agronegócio latifundiário. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

FANON, F. **Os condenados da Terra.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FARIA, A. A. C. O uso do diagnóstico rural participativo em processos de desenvolvimento local: um estudo de caso. (*dissertação*). Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 2000.

GUANZIROLI, C. E. et al. Dez anos de evolução da agricultura familiar no Brasil (1996 e 2006). **Revista de Economia e Sociologia Rural.** Piracicaba, v. 50, n. 2, abr.-jun. 2012.

HAESBAERT, R. **Território e Multiterritorialidade:** um debate. GEOgraphia, n. 17, Niterói, 2007. Disponível em: <<http://www.geographia.uff.br/index.php/geographia/article/viewFile/213/205>

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário.** Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

ISAAA – International Service for the Acquisition of Agri-Biotech Applications. Global Status of Commercialized Biotech/GM Crops. *ISAAA Brief* nº 49-2014. Ithaca: ISAAA, 2015.

MACHADO, A. T. et al. **A agrobiodiversidade com enfoque agroecológico: implicações conceituais e jurídicas.** Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2008.

MARTINS, P. S. Dinâmica evolutiva em roças de caboclos amazônicos. **Estudos Avançados**, n. 53, 2005.

MASSEY, D. Filosofia e política da espacialidade: algumas considerações. **GEOgraphia**, v. 6, n. 12, 2004.

MAZZETTO SILVA, C. E. Modo de apropriação da natureza e territorialidade camponesa: revisitando e ressignificando o conceito de campesinato. **Revista**

Geografias. Belo Horizonte, v. 3, n. 1, jan.-jun. 2007.

MONTEIRO, F. T. **Os(as) apanhadores(as) de flores e o Parque Nacional das Sempre-Vivas (MG): travessias e contradições ambientais** (dissertação). Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.

NORGAARD, R. B. A base epistemológica da agroecologia. In: ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: PTA-FASE, 1989.

OLIVEIRA, A. U. BR-163 – Cuiabá-Santarém: geopolítica, grilagem, violência e mundialização. In: TORRES, M. (org.). **Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163**. Brasília: CNPq, 2005.

PETERSEN, P. F. *Agricultura sustentável: um desafio político. Revista Ação Ambiental*, Viçosa, Gráfica Universitária/UFV, n. 27, mai.-jun. 2005.

_____. Agroecologia e a superação do paradigma da modernização. In: NIEDERLE, P. A. et al. (orgs.). **Agroecologia:** práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. Curitiba: Kairós, 2013.

_____; ALMEIDA, S. G. **Rincões transformadores:** trajetória e desafios do movimento agroecológico brasileiro – uma perspectiva a partir da Rede PTA. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2004.

PLOEG, J. D. **Camponeses e impérios alimentares:** lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Brasil: Editora UFRGS, 2008.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A ecologia política na América Latina: reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios. **INTERthesis**, v. 9, n. 1, 2012.

_____. **A globalização da natureza e a natureza da globalização.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

_____. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da expe-

riência latino-americana. **GEOgrafias**, n. 16, 2006.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. **GEOgraphias**, v. 1, n. 1, 2009.

_____. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SEVILLA GUZMÁN, E.; GONZÁLES DE MOLINA, M. **Sobre a evolução do conceito de campesinato.** São Paulo: Expressão Popular, 2005.

_____; MIELGO, A. M. A. Entre la agroecología, como movimiento social, y la agricultura orgánica, como negocio: el caso de las asociaciones andaluzas de productores-consumidores. **Almirez**, n. 13, 2005.

_____; SOLER, M. Agroecología y soberanía alimentaria: alternativas a la globalización agroalimentaria. **PH Cuadernos: patrimonio cultural en la nueva realidad andaluza**, v. 26, 2010.

SHIVA, V. **Monoculturas da mente.** São Paulo: Gaia, 2003. Disponível em: <http://racismoambiental.net.br/2015/01/09/plantacoes-geneticamente-modificadas-ficcao-corporativa/>

_____. **Plantações geneticamente modificadas:** ficção corporativa. 2015. Disponível em: <<http://racismoambiental.net.br/2015/01/09/plantacoes-geneticamente-modificadas-ficcao-corporativa/>>. Acesso em: 17 jan. 2015.

VIA CAMPESINA INTERNACIONAL. **¿Quién somos?** Disponível em: <<http://viacampesina.org/es/index.php/organizaciainmenu-44/iquisomos-mainmenu-45>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

WOORTMANN, E. F. O saber tradicional camponês e inovações. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros (orgs.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social.** São Paulo: Casa Amarela; Paz e Terra, 2004.

DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA NO ASSENTAMENTO PIRITUBA II

Luiz Carlos Roman

Ana Terra Reis

Se o campo não planta, a cidade não janta.

INTRODUÇÃO

A atividade agrícola é essencial para a sobrevivência da humanidade, pois é da agricultura que vem o alimento para nossas mesas: para nos mantermos vivos, precisamos nos alimentar, então temos que nos alimentar de produtos saudáveis.

Será que as pessoas sabem que a maioria dos alimentos que consomem está contaminada com agrotóxicos? Os agricultores que produzem esses alimentos de forma convencional, com uso excessivo de produtos agroquímicos, sabem que os agrotóxicos utilizados na lavoura causam danos ao ambiente e à saúde humana. Se eles sabem, por que o fazem? Por que continuam praticando um tipo de agricultura que, em vez de alimentar o corpo, vai trazer doenças para as pessoas? Por que continuam usando produtos na agricultura que, em vez de fertilizarem a terra, a tornam estéril? Por que aplicam inseticidas, herbicidas e fungicidas nas plantas, sabendo que, com isso, estão contaminando as águas e ceifando a vida de animais silvestres?

Procurando entender por que os agricultores insistem em cultivar fazendo uso exagerado e indiscriminado de agrotóxicos, mesmo sabendo que esses produtos fazem mal à saúde humana e ao ambiente, o presente trabalho tem como objetivo abordar as contradições inerentes do modelo da agricultura convencional, sua insustentabilidade e inefficiência, apresentando também a possibilidade de superação a partir da agricultura ecológica, como contraponto ao agronegócio, com os desafios e as perspectivas que vêm sendo apontados para a agroecologia

no Assentamento Pirituba II, a partir de iniciativas e práticas agrícolas sustentáveis por parte de algumas famílias assentadas.

O objetivo deste trabalho é mostrar que, mesmo com o avanço do capital na região, impondo aos agricultores um modelo agrícola altamente atrativo e ao mesmo tempo destrutivo, ainda existem práticas de agricultura tradicional e experiências agroecológicas, tanto na forma de autossustentação quanto iniciativas que visam à produção em larga escala. Ainda é possível encontrarmos alguns camponeses que resistem às tentações do agronegócio e, no âmbito da pesquisa desenvolvida, realizaram-se visitas e entrevistas a dois assentados que praticam a agricultura convencional e a quatro que praticam a agroecologia, além do levantamento das diversas iniciativas de produção agroecológica mediadas pelo conhecimento empírico de quem vive e atua no Assentamento Pirituba II.

Sendo a atividade agrícola um meio de produzir alimentos, a questão principal colocada nesta pesquisa é a forma como é produzido o nosso alimento, levando em consideração as relações de trabalho, a relação do homem com a natureza e a qualidade do produto que consumimos.

Sobre esse assunto, gostaríamos de esboçar aqui dois modelos de agricultura, fazendo um paralelo entre ambos: o modelo de agricultura convencional, com uso excessivo de agroquímicos, desenvolvido em grandes extensões de terra, com a prática da monocultura, conhecido também como agronegócio, altamente predatório e insustentável, baseado no trabalho assalariado; e outro modelo de agricultura, com base ecológica, com característica de trabalho familiar e cultivos de policultura, visando à sustentabilidade, também denominado de agroecologia. Já não podemos mais ficar acomodados com os impactos negativos causados pela prática da agricultura convencional, que, com uso intensivo de agrotóxicos, vem varrendo uma vasta biodiversidade e destruindo saberes populares tradicionais.

Assim como existem certas limitações para o avanço da produção agroecológica, também o agronegócio apresenta uma série de contradições, o que nos faz perceber o quanto esse modelo agrí-

cola predominante se torna cada vez menos sustentável. O que não caminha com as próprias pernas não poderá ir muito longe! Na medida em que essas contradições vão se aflorando, novas possibilidades para a agroecologia vão aparecendo, estabelecendo assim uma relação dialética.

O MST E A FORMAÇÃO DO ASSENTAMENTO PIRITUBA II

A história da luta pela terra na região sudoeste de São Paulo demonstra as contradições geradas com o avanço do capital no campo, a desterritorialização dos camponeses e o surgimento dos movimentos sociais, que se organizaram para a concretização dos assentamentos, num processo de reterritorialização. A Fazenda Pirituba, localizada entre os municípios de Itaberá e Itapeva, com área de 17.420 hectares, foi palco de grilagem de terra, corrupção de funcionários públicos e conflitos entre camponeses e grileiros desde os anos 1940.

A retomada do processo se deu pela ocupação por trabalhadores que formariam o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e que, com grande capacidade de mobilização de outros trabalhadores e apoio de Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR), da Igreja Católica, das Prefeituras e das Câmaras Municipais da região, conseguiram criar um comitê que possibilitou mais pressão a fim de regularizar a situação da Pirituba. Assim, as 250 famílias que ocuparam a área da Pirituba em 1981, com cerca de 1.250 pessoas, mais tarde comporiam a organização do MST em nível nacional.

Com a organização política dos sem-terra imersa no conflito, o Estado, por meio da Secretaria da Justiça e do Instituto de Assuntos Fundiários, conseguiu judicialmente o sequestro da área. Esse foi o início do processo de constituição do Assentamento Pirituba II, como ficaram conhecidas as porções da Fazenda Pirituba que foram sendo destinadas ao assentamento das famílias sem-terra. A cada nova área conquistada para o assentamento, foi associado um algarismo arábico: Área 1, Área 2 e assim por diante. O processo de lutas e conquistas continuou com o assentamento de mais famílias nas Áreas 3, 4, 5 e 6 nos

anos de 1986, 1989, 1992 e 1996, respectivamente. Nessas novas áreas foram sendo assentados os filhos dos pioneiros, perpetuando a luta pela terra entre as gerações de camponeses que foram sendo forjadas. A violência por parte dos grandes produtores e a pressão que dirigiram ao Estado permearam todos esses processos de luta.

Sendo o território dinâmico e em constante disputa, o conflito entre as classes sociais que se antagonizam não são superados com a conquista da terra. Esse conflito de interesses, especificamente no que tange à subordinação da renda camponesa ao capital, perdura. Perdura também a sanha pela apropriação da terra camponesa quando nas beiras da territorialização do capital monopolista (BOMBARDI, 2005), como fica explícito na atuação das lojas de veneno, dos atravessadores e do Estado na região.

No decorrer da década de 1990 e no início do século XXI, frente ao avanço do neoliberalismo, a resistência camponesa é desafiada pelo agronegócio e por seus pacotes tecnológicos. A contradição reside na resistência camponesa, que persiste na região sudoeste paulista, a partir das ações desenvolvidas, seja nas mobilizações por escolas, seja na existência de processos de cooperação, seja na busca por condições melhores de vida e de trabalho.

A maior parte dos agricultores assentados realizava cultivos de grãos, especialmente milho e feijão, em pequenas áreas, utilizando o padrão tecnológico do grande agronegócio, ou seja, com um alto custo de produção. Em que pese a alta produtividade, tais culturas caracterizam-se pelo alto patamar tecnológico empregado, pelo intenso uso de insumos e baixo índice de geração de emprego e renda no campo. Podem-se observar altos custos de produção devido à dependência de energia externa e ao uso de máquinas pesadas, fertilizantes químicos e pesticidas, ou seja, pela adoção do modelo forjado para o agronegócio exportador.

A desvalorização da produção ocorre também devido à dependência dos agricultores em relação aos insumos comercializados pelas lojas agropecuárias da região e pela “assistência técnica” oferecida por tais empresas, que adotam uma política de compra dos grãos produzi-

dos para quitação das dívidas dos agricultores, diminuindo ainda mais os preços praticados no mercado local.

De qualquer forma, dos 17.420 hectares da Fazenda Pirituba, mais de 8 mil hectares, que eram explorados irregularmente por grileiros, passaram ao controle dos agricultores assentados. Há ainda áreas que são hortos florestais pertencentes ao Estado e áreas regularizadas no Assentamento Pirituba I. Segundo o Estado, a área de horto não é passível de assentamento, em função de um contrato de extração de resina de Pinus estabelecido com uma empresa privada que atua no local há muitos anos, contrato esse que seria impossível de quebrar.

Transcorridos mais de trinta anos, porém, evidenciou-se a inadequação do modelo de produção, uma vez que a única possibilidade imposta pelo Estado era o incentivo às monoculturas de grãos, como feijão, milho e soja, todas com alto grau de dependência das empresas agrícolas (insumos) e atravessadores. Os agricultores assentados conseguiram se aproximar do padrão de agricultura regional, mas principalmente o cultivo de milho e feijão em áreas geralmente inferiores a 15 hectares não tem sido suficiente para a obtenção de um patamar de renda que permita um padrão de vida mais confortável e seguro para os agricultores e suas famílias.

Na região, costuma-se adotar até três cultivos de grãos no mesmo ano. As lavouras de milho, trigo e feijão sucedem-se de forma a manter altos índices de produção nas áreas do assentamento e dos pequenos agricultores. Segundo dados da Coapri, foram produzidos, somente no Assentamento Pirituba II, aproximadamente 10 mil toneladas de milho, 3 mil toneladas de feijão e 2.400 toneladas de trigo durante a safra 2010/2011.

Cada um dos assentamentos tem resistido à sua maneira aos avanços do capital sobre os territórios conquistados, pautando a necessidade de políticas públicas que efetivem esses territórios enquanto produtores de alimentos e melhorem ainda mais a qualidade de vida dos trabalhadores assentados. Entendemos, assim, que o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma dessas políticas que podem promover outras estratégias de resistência, conforme veremos ao longo deste artigo.

AGRICULTURA PARA A VIDA OU PARA A MORTE!

Desde o ponto de vista da produção e reprodução da vida humana, a atividade agropecuária deve ser considerada como a principal atividade do ser humano, uma vez que é a partir do trabalho do agricultor e da agricultora que se produz o pão nosso de cada dia, alimento sem o qual não sobrevivemos, suprindo assim uma das necessidades básicas e vitais do ser humano.

Durante milhares de anos a agricultura foi praticada em sintonia com a natureza. Com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, os alimentos convertem-se também em mercadorias e a atividade agrícola passa a ser mediada pela disputa por meios de produção: terra, trabalho e capital devem ser utilizados para a obtenção do lucro. A partir da década de 1950, o avanço do capital na agricultura estabelece-se sobre novas bases: as substâncias químicas utilizadas como armas na Segunda Guerra Mundial são adaptadas para uso agrícola na forma de insumos. A indústria da guerra converte-se em indústria da agricultura e daí decorre a agricultura convencional,¹ ou seja, uma convenção, um acordo, porque isso certamente era conveniente a alguém.

No processo conhecido como Revolução Verde, desfolhantes que eram usados para localizar soldados inimigos na floresta passam a ser utilizados como dessecantes de ervas, preparando o terreno para o plantio de lavouras. Eis aqui uma grande contradição do modelo agrícola hegemônico: produtos utilizados para matar vidas humanas são realocados para produzir alimentos! Tal contradição nos remete a um forte questionamento: como o tão afamado agronegócio, com base em substâncias criadas para a morte, pode produzir alimentos para a vida? Aqui também encontramos o sentido da fala de alguns agricultores praticantes da agricultura convencional que foram iludidos por esse negócio, ao dizerem que as “pragas” têm que ser combatidas! Tais “pragas” tornaram-se os inimigos de guerra, por isso têm que ser com-

¹ Ana Maria Primavesi, em entrevista à *Revista Sem Terra*, 2009/2010. Edição especial: Agroecologia.

batidas. A verdade é que o agronegócio não tem nenhum compromisso com a soberania alimentar nem com a produção de alimentos saudáveis, pois produz apenas *commodities*, alimentos armazenados com uso exagerado de agrotóxicos e produtos primários para exportação.

A Guerra trouxe consequências desastrosas para a humanidade, sendo a fome a mais triste delas. Depois de tanta destruição, a fome, que castigava um terço da população do pós-Guerra, estava associada à falta de produção de alimentos. E, para resolver esse problema que vinha ceifando milhares de vidas humanas, como um toque mágico, alguns técnicos e cientistas apresentam como alternativa a famosa Revolução Verde.²

Os defensores da Revolução Verde, que pode ser comparada à Caixa de Pandora³ da mitologia grega, imbuídos pelo espírito capitalista, vendo aí uma forma fácil e rápida de obter lucros financeiros, aproveitam a oportunidade para legitimar seu discurso, convencendo a todos de que esse projeto seria de fato a solução para a crise de alimentos e que poderia pôr fim à fome da humanidade. Propagam essa ideia para os quatro cantos do planeta, a qual ecoa como um canto de sereia, atraiendo e iludindo agricultores do mundo inteiro.

Todo o pacote tecnológico contido na Revolução Verde imposto aos agricultores fez aumentar a produção agrícola, mas não acabou com a fome da humanidade, porque esse não era o objetivo de seus idealizadores; na verdade, fez aumentar a desigualdade social, o êxodo rural, prejudicando o desenvolvimento dos camponeses, tornando-os

² “Concebida como um pacote tecnológico – insumos químicos, sementes de laboratório, irrigação, mecanização, grandes extensões de terra –, conjugado ao difusionismo tecnológico, bem como a uma base ideológica de valorização do progresso. Esse processo vinha sendo gestado desde o século XIX e, no século XX, passou a se caracterizar como uma ruptura com a história da agricultura” (CALDART, 2012, p. 687).

³ Caixa de Pandora é um artefato da mitologia grega, tirada do mito da criação de Pandora, que foi a primeira mulher criada por Zeus. A “caixa” era, na verdade, um grande jarro dado a Pandora, que continha todos os males do mundo. Disponível em: <<http://www.mundoeducacao.com/filosofia/caixa-pandora.htm>>. Acesso em: 2 out. 2017.

cada vez mais dependentes das empresas transnacionais fabricantes dos insumos contidos nos pacotes tecnológicos, como nos relata H. R. P., assentado desde 1992 no Pirituba II e que há 29 anos vem trabalhando a agricultura convencional:

Quando você não consegue uma produção satisfatória, fica rabo para traz [dívida]. Aí você se torna eterno dependente do sistema. E o difícil disso é que você faz tudo pensando no financeiro, mas você não tem o retorno financeiro que você precisa. Hoje estou preso no sistema capitalista, onde você paga para plantar. Na verdade, você paga para trabalhar, você trabalha pouco, mas tudo que você ganha você dá para o sistema. Quem tem lucro, na verdade, é quem comercializa o agrotóxico.

Quanto ao uso de agroquímicos na agricultura, o Brasil desponta em primeiro lugar como consumidor de agrotóxicos – mais de 1 milhão de toneladas, cerca de 5,2 kg por habitante (LONDRES, 2011, p. 19). Essa façanha se dá graças às inúmeras políticas governamentais que, em nome da modernização da agricultura, contribuíram para a difusão do pacote tecnológico da Revolução Verde, tais como a do Sistema Nacional de Crédito Rural, de 1965, e o Programa Nacional de Defensivos Agrícolas, de 1975, que vinculavam a obtenção de crédito agrícola à obrigatoriedade da compra de insumos químicos pelos agricultores no âmbito do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). Essas políticas disseminaram a utilização dos agrotóxicos no Brasil, disponibilizando recursos financeiros para a criação de empresas nacionais e a instalação no país de subsidiárias de empresas transnacionais de insumos agrícolas, facilitando o registro de centenas de substâncias tóxicas, muitas das quais já proibidas em países desenvolvidos (LONDRES, 2011, p. 18).

Outro fator que tem contribuído para a disseminação dos agrotóxicos no Brasil são as isenções fiscais e tributárias de ICMS, IPI, Cofins, concedidas até hoje ao comércio desses produtos, fazendo aumentar o interesse das empresas que controlam esse mercado (LONDRES, 2011,

p. 18). Meia dúzia de empresas, entre elas Monsanto, Bayer, Basf, Syngenta, Dow e DuPont, todas transnacionais, algumas delas impedidas de usar as tecnologias desenvolvidas em seus países de origem, encontraram no Brasil um mercado promissor devido à falta de fiscalização dos órgãos públicos quanto ao uso de produtos tóxicos proibidos pela Anvisa. Alguns agricultores já perceberam essa falta de fiscalização, como afirma o assentado H. R. P:

Tem um produto para dessecar feijão e soja que é liberado pela Anvisa, não tem problema, pode dessecar. Aí você pega o produto, é faixa vermelha, que é o mais tóxico, e é liberado para dessecar. Na verdade, o sistema faz o que quer com o ser humano.

Ineficiência do Modelo

Mesmo com todo investimento e apoio governamental, o agronegócio mostra-se ineficiente e insustentável tanto econômica, quanto ambiental e tecnicamente. Economicamente, devido à relação custo/benefício, com margens de lucro baixíssimas, deixando muitos agricultores endividados, como afirma o assentado H. R. P.: “Se você for ver custo/benefício, é inviável você trabalhar assim, o custo é muito maior do que a possibilidade de lucro, então o risco de você perder é tipo 90%, e 10% a chance de você ganhar”.

E, por ser totalmente dependente de insumos externos, esse modelo demonstra muita fragilidade, devido à vulnerabilidade da economia mundial. Caso haja uma crise econômica, no atual processo de globalização que vivemos, os produtos importados tendem a sofrer uma alta muito grande nos preços, podendo vir a desmoronar como um castelo de areia.

O agronegócio revela-se também ineficiente e insustentável tecnicamente e ambientalmente, devido ao desequilíbrio ecológico causado pela ineficácia das técnicas utilizadas por tal modelo, pois as “pragas” vão criando resistência aos venenos aplicados e, com o tempo, os agrotóxicos vão perdendo sua eficácia, fazendo com que os agri-

cultores aumentem a dose dos produtos, criando um círculo vicioso, como afirma o cientista Francis Chaboussou em seu livro *Plantas doentes pelo uso de agrotóxicos*: “as poucas dezenas de pragas e doenças vegetais registradas há pouco mais de meio século, hoje, chegam à casa do milhar, com o uso crescente dos agrotóxicos e fertilizantes” (2006, p. 42).

Segundo o autor, os fertilizantes solúveis e os agrotóxicos atraem os parasitas, gerando assim um ciclo de dependência: “os agrotóxicos, quando incorporados ao solo, são capazes de afetar a fisiologia da planta através da nutrição” (CHABOUSSOU, 2006, p. 131).

Chaboussou (2006) relata o resultado de uma série de pesquisas científicas realizadas, comprovando o desencadeamento de multiplicações de pragas e doenças provocadas pelos agrotóxicos, que deixam as plantas mais sensíveis aos parasitas, causando perturbação no seu metabolismo, deixando-a totalmente desequilibrada.

Os próprios agricultores já perceberam e constataram a ineficiência das tecnologias utilizadas por esse modelo, como nos relata R. P. P., de 29 anos, assentado desde 1996 e que há mais de dez anos vem trabalhando com a agricultura convencional. Ele afirma usar muito inseticida e fungicida na lavoura. Ao ser perguntado se os agrotóxicos interferem na incidência de pragas, ele diz:

Há um desequilíbrio ecológico, porque, numa população de praga, uma controla a outra, é a forma de a natureza se equilibrar. Tem os predadores e as presas: a parte dos insetos faz um controle sobre os fungos, eu venho e elimino os insetos, aí os fungos se descontrolam, aí eu vou ter que ir com o fungicida, aí vai ser aquela coisa, sempre passando veneno para controlar um e outro, porque eu estou descontrolando, estou matando o predador, aí a presa desanda.

Esses sistemas desequilibram o ambiente, provocando maior incidência de organismos que causam danos, que exigem a aplicação de novos venenos, que os tornam mais resistentes, levando ao uso de

venenos mais fortes, e assim infinitamente. São sistemas que, cada vez mais, enriquecem as indústrias, que vêm difundindo novas tecnologias, como a dos transgênicos (LONDRES, 2011, p. 21), que, além de aumentar a dependência dos agricultores, não é totalmente segura, como nos relata o assentado H. R. P.:

O próprio transgênico está tendo problema e eles não estão sabendo como mudar. Eles falam: “é mais cara a semente, mas você não gasta com inseticida”, mas você está pagando mais caro na semente e está gastando com inseticida da mesma forma, você gasta do mesmo jeito. Não adianta você querer brigar com a natureza. As pessoas acham que têm sabedoria para vencer a natureza, mas nunca têm e nunca vão ter. A natureza é sabia!

Talvez pareça complicado entender os efeitos negativos dos agroquímicos sobre as plantas, para quem é leigo em agricultura, mas quem já fez uso de antibióticos para combater alguma inflamação pode perceber os efeitos negativos de tais medicamentos. O antibiótico mata as bactérias causadoras da inflamação, mas, ao mesmo tempo, mata outras tantas bactérias protetoras do nosso organismo, provocando, assim, um desequilíbrio em nosso corpo, deixando-o totalmente debilitado e vulnerável, propenso a contrair outras doenças. Os efeitos dos agrotóxicos nas plantas são semelhantes aos efeitos de medicamentos alopatônicos à saúde humana.

Uma agricultura altamente predatória

Além dos impactos sociais referentes à perda de autonomia dos camponeses, a Revolução Verde, com a modernização da agricultura, e o avanço da tecnologia, com a introdução dos transgênicos, trouxeram consequências desastrosas para a natureza, desde a contaminação do solo, da água, do ar e do alimento, com o uso de produtos tóxicos na agricultura, ceifando a vida de muitos animais silvestres e insetos polinizadores, até a perda de variedades antigas de sementes e a perda irrecuperável de material genético. Quando a pulverização é feita de

forma aérea, as consequências são piores ainda, pois o vento espalha o veneno em um raio muito maior.

O uso de agrotóxico tem provocado a mortandade de inúmeros insetos polinizadores, principalmente as abelhas e mamangavas, diminuindo drasticamente a população desses insetos, parceiros dos agricultores. Entre as principais causas do declínio dos polinizadores, sobretudo nas áreas agrícolas, está o uso inadequado de práticas de cultivo, com a utilização abusiva de pesticidas, principalmente nas extensas áreas de monocultivo (FLETCHER e BARNETT, 2003; FREITAS et al., 2009 apud LIMA e ALENCAR, 2012, p. 37). O uso indiscriminado e irracional de agrotóxicos nos agroecossistemas, especialmente de inseticidas, pode ocasionar o desequilíbrio da população de abelhas que visitam esses locais (MALASPINA et al., 2008 apud LIMA e ALENCAR, 2012, p. 37). Estudos sobre a ação das abelhas no meio ambiente evidenciam a extraordinária contribuição desses insetos para a preservação da vida vegetal e também para a manutenção da variedade genética (NOGUEIRA e COUTO, 1998 apud LIMA e ALENCAR, 2012, p. 15).

Outro fator preocupante é a saúde humana, tanto a do trabalhador quanto a do consumidor, expostos às inúmeras doenças provenientes do uso de agrotóxicos e dos alimentos por eles contaminados. Os produtos provenientes da agricultura convencional contêm um índice muito alto de contaminação. Segundo dados do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos de Alimentos (Para) da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), o pimentão, o morango e o pepino lideram o *ranking* dos alimentos com maior número de contaminação por agrotóxico. Mais de 90% das amostras de pimentão analisadas pelo programa em 2010 apresentaram problemas. No caso do morango e do pepino, o percentual de amostras irregulares foi de 63% e 58%, respectivamente.⁴

O feijão não aparece nessa lista, mas, além dos inseticidas, pesticidas, herbicidas e fungicidas de alto índice tóxico, aplicados durante

⁴ Disponível em: <<http://portal.anvisa.gov.br/>>. Acesso em: 7 nov. 2014.

a formação da lavoura, a pior contaminação acontece quando o feijão está em seu estágio final, prestes a ser colhido, quando os agricultores aplicam um dessecante para acelerar o envelhecimento da planta e facilitar a colheita mecanizada, tendo um produto padronizado, de melhor aparência e, consequentemente, de melhor aceitação no mercado. Após quatro ou cinco dias da aplicação do dessecante, o feijão é colhido, passa por uma pré-limpeza e é empacotado e colocado nas gôndolas dos supermercados, de onde vai direto para a mesa do consumidor. Antes do empacotamento, é expurgado, recebendo outra dosagem de veneno, para evitar a proliferação de carunchos. Quem pensa estar comendo um produto saudável, por ser fresquinho, na verdade está se intoxican- do. Ao conversar com alguns agricultores sobre o consumo desse feijão, eles afirmam enfaticamente que o feijão destinado ao consumo deles é separado em uma área na qual não aplicam o dessecante. De acordo com a Anvisa, em 2011, 36% dos alimentos consumidos pelos brasilei- ros continham níveis de veneno acima do permitido ou foram usados ilegalmente (PINHEIRO, 2014, p. 106).

Agroecologia – uma agricultura para a vida

O termo agroecologia é um conceito ideológico em disputa devi- do às motivações econômicas na busca pela conquista de um mercado crescente dos produtos isentos de agrotóxicos e componentes quími- cos. Atualmente, até os propagadores do pacote tecnológico, advindos da Revolução Verde, são porta-vozes, hipócritas, da agricultura orgâ- nica, agindo como verdadeiros charlatões, com interesses meramente financeiros. Suas práticas agrícolas, porém, não diferem muito da agri- cultura convencional, uma vez que usam do mesmo artifício, oferecendo pacotes de insumos agrícolas aos agricultores, apenas trocando de in- gredientes, mas a prática mercantilista de exploração é a mesma utilizada pelos defensores da agricultura convencional, sempre mantendo os agricultores dependentes do capital e de insumos externos.

Portanto, não podemos confundir agroecologia com agricultura orgânica. A agroecologia segue uma série de princípios básicos, como a não remoção do solo, o trabalho não assalariado, a prática da policul-

tura e de reprodução da biodiversidade, sempre garantindo autonomia ao agricultor, sem que ele tenha que buscar insumos fora; ao passo que a agricultura orgânica segue a mesma lógica da agricultura convencional, mudando apenas o pacote tecnológico e mantendo o agricultor dependente do sistema. Esse modelo pode funcionar perfeitamente dentro de uma perspectiva capitalista, de geração de lucro, por meio da exploração do trabalho em grandes áreas produtivas (REVISTA SEM TERRA, 2009/2010).

Os sistemas agroecológicos, ao contrário da agricultura convencional, são adaptados à realidade da agricultura familiar e reforçam a proposta de outro modelo de desenvolvimento para o campo, que prevê a repartição das terras e a produção descentralizada, que possa empregar muita mão de obra, dinamizar economias e abastecer mercados locais com alimentos saudáveis (LONDRES, 2011, p. 24).

Uma definição mais ampla sobre agroecologia nos é proporcionada por Sevilla Guzmán (2001), para o qual a agroecologia corresponde a um campo de estudos que pretende o manejo ecológico dos recursos naturais, para, por meio de uma ação social coletiva de caráter participativo, de um enfoque holístico e de uma estratégia sistêmica, reconduzir o curso alterado da coevolução social e ecológica, mediante um controle das forças produtivas que estanque seletivamente as formas degradantes e espoliadoras da natureza e da sociedade. Em tal estratégia, dizem os autores, desempenha um papel central a dimensão local como portadora de um potencial endógeno que, por meio da articulação do saber local como conhecimento científico, permita a implementação de sistemas de agricultura sustentável, potencializadores da biodiversidade ecológica e da diversidade sociocultural.

Já para Machado e Machado Filho (2014), em *A dialética da agroecologia*, é mais explícito na definição:

Entendemos a agroecologia como um método, um processo de produção agrícola – animal e vegetal – que resgata os saberes que a “revolução verde” destruiu ou escondeu incorporando-lhes os extraordinários

progressos científicos e tecnológicos dos últimos 50 anos, configurando um corpo de doutrina que viabiliza a produção de alimentos e produtos limpos, sem venenos, tanto de origem vegetal como animal e o que é fundamental, básico, indispensável, em qualquer escala. É, pois, uma tecnologia capaz de confrontar o agronegócio, em qualquer escala (MACHADO e MACHADO FILHO, 2014, p. 36).

Machado e Machado Filho (2014) são enfáticos ao assinalarem que a produção agroecológica, ao contrário do que muitos pensam e propagam, tem capacidade de atender à demanda mundial de alimentos limpos, preservando a biodiversidade e apresentando-se como uma solução, não uma mera alternativa, aos problemas causados pela prática da agricultura convencional.

As diversas definições de agroecologia, dos mais renomados teóricos, orientam os agricultores para alguns princípios determinantes, tais como: as relações de trabalho; a questão ambiental por meio da prática da policultura, garantindo a manutenção da biodiversidade; e o uso de técnicas e práticas usadas, como a não remoção do solo, o aproveitamento de insumos próprios, a adubação verde, o que a difere da agricultura orgânica praticada por muitos agricultores e empresas dentro da lógica capitalista.

Nesse sentido, Altieri também ressalta a importância da agricultura ecológica no tratamento dos ecossistemas e na preservação dos recursos naturais, reforçando a tese de que a agroecologia é realmente sustentável e propagadora de vida.

Só uma compreensão mais profunda da ecologia humana dos sistemas agrícolas pode levar a medidas coerentes com uma agricultura realmente sustentável. Assim, a emergência da agroecologia como uma nova e dinâmica ciência representa um enorme salto na direção certa. A agroecologia fornece os princípios ecológicos básicos para o estudo e tratamento de ecossistemas, tanto produtivos quanto preservadores dos recursos naturais, e

que sejam culturalmente sensíveis, socialmente justos e economicamente viáveis (ALTIERI, 2004, p. 21).

OS DESAFIOS DA AGROECOLOGIA NO ASSENTAMENTO PIRITUBA II

Os assentamentos regularizados estão organizados em sete núcleos de moradias, formando sete agrovilas que constituem o espaço de moradia das pessoas. Em torno das agrovilas, tem-se a área de plantio, onde são trabalhadas diversas culturas, predominando o milho, a soja, o trigo e o feijão, além dos trabalhos de pecuária leiteira e de corte. Nas agrovilas, em torno das moradias, cultivam-se pequenas hortas para consumo próprio e fruticultura, como afirmam Canuto et al.:

Os lotes de produção refletem o modelo de produção regional, uma agricultura extensiva de grãos pautada no modelo convencional. Por outro lado, a produção dos lotes de moradia representa um volume muito significativo, especialmente no que diz respeito à diversidade (2013, p. 4).

Sendo a agroecologia uma forma de agricultura que visa à sustentabilidade, por meio de um padrão de produção agrícola não predatório, ela procura dar respostas aos problemas sociais, econômicos e ambientais pelos quais a humanidade vem passando, garantindo um equilíbrio socioambiental e produzindo alimentos limpos em grande escala. Os desafios que se apresentam para a produção agroecológica no Assentamento Pirituba II são diversos. A seguir, serão elencados alguns que não podemos ignorar e que merecem nossa especial atenção:

Um desafio ambiental

Por ser a agricultura uma atividade de intervenção do homem na natureza, substituindo uma vegetação nativa por outra que lhe proporcione ganhos econômicos, o desafio está em garantir uma produção agrícola que minimize os impactos ambientais e preserve a biodiversidade. Para isso, faz-se necessário mudar o modelo de produção adotado

pelos assentados que foram iludidos pelo agronegócio e induzidos pelo Estado por meio de assistência técnica, com a prática da monocultura e do uso exagerado de agroquímicos, visando ao mercado externo, por um modelo de produção diversificado que garanta a autossustentação em primeiro plano, a partir da prática da policultura.

Um desafio social

A agroecologia não pode ser vista apenas como uma forma de produzir sem agrotóxicos, mas está implícita uma questão mais ampla, um novo modelo de sociedade, novas relações humanas. O desafio, portanto, é romper com as relações de trabalho impostas pelo modelo da agricultura convencional, que segue a lógica neoliberal, pela qual o assentado pensa que tem autonomia, mas, na verdade, é escravo do sistema, explorado e iludido pelas comodidades que o sistema lhe oferece, tornando-se refém das lojas fornecedoras de insumos agrícolas. Mesmo desenvolvendo um trabalho não assalariado, o assentado não tem autonomia, ele permanece alienado, como já nos alertou Marx no século XVIII. Nesse sentido, o assentado H. R. P., em seu depoimento, relata sua triste realidade: “Hoje estou preso no sistema capitalista, onde você paga para plantar; na verdade, você paga para trabalhar, você trabalha pouco, mas tudo que você ganha você dá para o sistema. Quem tem lucro, na verdade, é quem comercializa o agrotóxico”. A agroecologia cumpre um papel fundamental de resgate da cidadania dos assentados e pequenos produtores.

Um desafio econômico

Infelizmente, o que move as pessoas hoje em dia é o fator econômico. Em uma sociedade altamente capitalista como a nossa, tudo o que as pessoas vão fazer tem como preocupação primeira o lucro. Isto será mais rentável que aquilo? A agricultura é uma atividade lucrativa devido ao valor comercial dos produtos gerados. No entanto, deve-se ter sempre em mente a relação custo/benefício, ou seja, a produtividade deve ser compatível com os investimentos feitos. O Assentamento Pirituba II foi criado em um momento em que a agricultura moderna

estava avançando a todo vapor, com a introdução de mecanização pesada, o que atraiu os assentados que receberam incentivos do Estado e acabaram se tornando presa fácil do sistema. Muitos agricultores não aderem ao sistema agroecológico de produção por acharem que ele não é viável economicamente. Um grande equívoco! O desafio, portanto, consiste em adotar sistemas de produção e de cultivo que não apresentem perdas e desperdícios, garantindo rentabilidade econômica. A agroecologia é altamente rentável e é uma resposta a esse desafio, como demonstra Pinheiro (2014) ao afirmar que a mesma, ao não usar agrotóxicos e ao maximizar a captação de energia solar, tem seus custos menores que a produção convencional. Além disso, depois de ter um solo equilibrado, o agricultor aumentará cada vez mais sua autonomia, não precisando trazer insumos externos. Sábias palavras também são as da agricultora E. C., assentada no Pirituba II desde 1984 e que há 18 anos vem trabalhando a agroecologia juntamente com seu marido: “Esse sistema é o inverso, cada ano que passa a gente vê o quanto o solo vai melhorando”. Consequentemente, os investimentos vão reduzindo e o custo/benefício torna-se cada vez mais viável.

Um desafio político

Ao longo da história do Brasil, as políticas agrícolas vigentes em nosso país sempre estiveram voltadas para a agroexportação, desde a implantação do ciclo da cana-de-açúcar, passando pelo ciclo do café, do algodão e, hoje, fortalecendo o agronegócio da soja e de outros produtos de *commodities*, impetrado por uma meia dúzia de empresas brasileiras e multinacionais, recebendo grandes volumes de recursos econômicos do governo. Apenas o acesso à terra e à agua não é suficiente para que os pequenos agricultores e assentados da reforma agrária possam produzir alimentos para a cesta básica do brasileiro e viver com dignidade no campo. Uma das dificuldades relatadas por aqueles que querem trabalhar a agroecologia é a falta de investimento do poder público na área. O desafio, portanto, é a implementação efetiva de políticas públicas direcionadas para os assentados e pequenos agricultores que queiram produzir de forma agroecológica, garantindo-lhes

acesso a créditos que viabilize sua produção e lhes dê segurança em seus planejamentos agrícolas anuais, e não apenas meros programas sociais paliativos, como os que são oferecidos atualmente. Se todo o sistema de mercado capitalista do agronegócio se estruturou com as políticas públicas, por que a agricultura familiar não pode utilizar políticas públicas para se estruturar? É necessário uma âncora nas políticas públicas.⁵ Além do acesso a créditos específicos para agroecologia, faz-se necessário uma assistência técnica rural (Ater) que possibilite ao assentado adquirir conhecimentos de técnicas agrícolas ecológicas.

Um desafio tecnológico

A agricultura é uma atividade totalmente dependente de tecnologias e, quando se pensa em aumento de produtividade, o uso de novas tecnologias se faz mais necessário ainda. No entanto, se elas não forem usadas de forma consciente, os impactos negativos ambientais serão cada vez mais catastróficos. Nesse sentido, é urgente uma nova matriz tecnológica, menos agressiva ambientalmente e que consiga conciliar o aumento de produtividade com a sustentabilidade. A agroecologia em si mesma já é a resposta para esse desafio. Para tanto, cabe ao Estado, por meio de políticas públicas e da Assistência Técnica Rural, buscar novos implementos agrícolas adequados aos princípios da agroecologia e difundir as inúmeras técnicas de agricultura sustentável aos assentados e pequenos agricultores.

Um desafio pedagógico

Desde o início da formação do Assentamento Pirituba II, os assentados vêm trabalhando a agricultura convencional seguindo o modelo vigente na região, altamente mecanizado e com uso intensivo de agroquímicos. Sendo assim, os jovens filhos dos assentados já nasceram nesse meio e conhecem apenas essa forma de trabalhar a

⁵ Guilherme Costa Delgado, em sala de aula, no Curso de Residência Agrária na Unesp de Presidente Prudente, em julho de 2014 (informação verbal).

agricultura. Mesmo que os pais, que, no passado, conheceram e praticaram uma agricultura livre de agrotóxicos, antes mesmo da chegada do “pacote tecnológico” imposto pela Revolução Verde, quisessem repassar seus conhecimentos tradicionais para seus filhos, hoje não o conseguiram, devido a inúmeros fatores ideológicos apregoados pelo agronegócio, porta-voz da ideologia capitalista no campo. A juventude carrega consigo preconceitos contra a agroecologia, certos mitos criados intencionalmente pelo próprio capital, tais como: “a agroecologia é coisa antiga”; “é difícil produzir sem agrotóxico”; “essa forma de produzir demanda muito trabalho e não se pode trabalhar com máquinas”, ou, como afirmam alguns, “um culto ao passado”, ou seja, como algo totalmente retrógrado. Para quebrar esses mitos, faz-se necessário uma capacitação técnica para a juventude, proporcionando-lhe ao mesmo tempo uma vivência com algumas famílias assentadas que já vêm trabalhando a agroecologia. Aqui, mais uma vez, ressalto a importância e o papel das cooperativas, associações e coletivos de trabalhadores rurais que propiciam essa vivência como um verdadeiro espaço pedagógico.

Um desafio ideológico

Entendendo a ideologia como “um conjunto de ideias, princípios e valores que refletem uma determinada visão de mundo, orientando uma forma de ação, sobretudo uma prática política” (JAPIASSU e MARCONDES, 2008, p. 141), a ideologia propagada pelos defensores do agronegócio tem um solo fértil de difusão no meio de um grupo social que está limitado ao senso comum. Daí que as faláciais contra a agroecologia, tais como “culto à enxada”, “tração animal”, “reverência à pobreza”, tentando convencer que a agroecologia é algo retrógrado e uma volta ao passado, ganham força até mesmo dentro do assentamento, um território em constante disputa ideológica, em que o agronegócio conta com inúmeros parceiros, principalmente os técnicos agrícolas e os representantes das lojas agropecuárias, que se manifestam como verdadeiros porta-vozes da ideologia capitalista. Para superar esse desafio, se faz necessário desenvolver a capacidade de pensar. Essa é uma grande empreitada que temos pela frente, que deve se iniciar nos

primeiros anos de vida escolar e, a partir daí, com as mentes abertas, partir para a desconstrução dos conceitos dominantes da agronomia, colocando em dúvida os dogmas da Revolução Verde e do agronegócio (PINHEIRO, 2014, p. 161).

O enfrentamento dos desafios existentes exige um comprometimento por parte do poder público, em produzir alimentos limpos para a população, e por parte dos agricultores, uma postura de rompimento com o atual modelo de desenvolvimento e com o modelo de agricultura imposto pelo agronegócio brasileiro. Implica romper com as relações de trabalho existentes, nas quais impera a exploração do trabalho, e romper com as atitudes antropocêntricas, estabelecidas desde o Renascimento cultural e científico, em que o homem, na sua relação com a natureza, se impõe, colocando-se como dominador da natureza, esquecendo que ele é um mero ser vivo entre tantos outros seres nesse socioecossistema.

PERSPECTIVAS PARA A AGROECOLOGIA NO ASSENTAMENTO PIRITUBA II

As perspectivas para a agroecologia no Assentamento Pirituba II vislumbradas em minha pesquisa são animadoras e despontam a partir de três variantes: a) o “endógeno”, isto é, elementos originados no interior a própria comunidade, ou seja, o desenvolvimento local, como a questão da cooperação e a identidade camponesa; b) as políticas públicas; e c) a educação. Ademais, acredito também que uma das mais evidentes perspectivas para a agroecologia, não só no Assentamento Pirituba II, mas no Brasil de forma geral, encontra-se nas contradições internas, inerentes ao próprio modelo predominante da agricultura convencional do agronegócio, da maneira capitalista de organizar a agricultura, descritas no corpo deste trabalho, tais como a perda de autonomia do agricultor, a depredação da natureza, a contaminação do solo, dos rios e dos lagos e a produção de alimentos contaminados, que revelam a insustentabilidade desse modelo de agricultura convencional, assim como afirma Pinheiro:

O agronegócio não tem futuro e faz parte da “bolha econômica artificial”, porque agride o ambiente, conspira contra a biodiversidade, despreza as externalidades ambientais, gera uma perversa concentração de renda e de terra e marginaliza o campo, aumenta a marginalidade urbana, é energeticamente deficitário, falta-lhe conduta ética (2014, pp. 36-7).

Tendo como um de seus princípios o conhecimento holístico, pois tudo está relacionado ao todo, a agroecologia procura potencializar todas as formas de ação coletiva como método de desenvolvimento endógeno, a partir da agricultura participativa, visando fortalecer a capacidade de experimentação e de inovação dos próprios agricultores, articulando tecnologias autóctones com tecnologias externas para enriquecer o acervo cultural dos saberes de cada comunidade (GUZMÁN, 2001).

A força que vem da cooperação

A prática do trabalho coletivo entre os assentados no Assentamento Pirituba II faz parte de sua origem, desde a fase de acampamento, uma vez que cedo aprenderam que ninguém ocupa terra sozinho e que a conquista da terra exige uma ação coletiva, de muita colaboração e cooperação. A formação de associações e cooperativas no Assentamento Pirituba II tem seu início desde a conquista das primeiras áreas de terra, em 1984. Uma das principais perspectivas para o desenvolvimento da agroecologia no assentamento encontra-se na sua forma de organização interna. Ele tem uma vasta e rica experiência de trabalho coletivo, acumulada durante seus trinta anos de história, em diversas formas de cooperação, tais como o associativismo e o cooperativismo. Assim como a cooperação está para a agroecologia, a agroecologia está para a cooperação, isto é, uma fortalece a outra.

A experiência mais marcante na região é vivenciada na Cooperativa Vó Aparecida (Copava), uma cooperativa agropecuária fundada em 1983, composta por trinta famílias e 52 associados – organizados em diferentes frentes de trabalho, denominadas por setores: máquinas, agricultura, mercado, padaria, cozinha, suinocultura, horta e leiteria –,

que tem procurado inserir tanto os jovens quanto as mulheres no seu processo organizativo, administrativo e de produção agrícola, como nos relata um de seus associados e cofundador, José Aparecido Ramos:

Em 1993 foi criada a cooperativa, a mudança de associação para cooperativa. A forma de trabalho possibilitou que mais pessoas trabalhassem no processo produtivo, incorporando juventude e mulheres, o que não era possível na associação, onde trabalhava só uma pessoa por família. A cooperativa possibilitou a inclusão dos jovens e mulheres no processo coletivo.

Além da inserção de jovens e mulheres no processo produtivo, a Copava, que sempre trabalhou a agricultura convencional, preocupada com a questão ambiental, há cinco anos vem revendo sua prática agrícola e redirecionando suas ações para a agricultura ecológica, menos predatória, como nos relata Ramos:

Há uns cinco anos começamos a trabalhar a área do pomar de frutas e a área de hortaliça, que sempre foi trabalhada sem uso de veneno, uma área de dois hectares plantada com legumes e folhas orgânicos. Hoje estamos ampliando essa área para 17 hectares, com fruticultura, legumes e cana orgânica, para a produção de cachaça, com o objetivo de fazer a certificação orgânica dessa área em 2015 – uma área de dois para 17 hectares. Já fizemos capacitação para a produção de defensivos orgânicos, biofertilizantes, já estamos aplicando esses produtos na hortaliça, e o resultado já está sendo visto pelas pessoas que trabalham na horta. Em novembro, vamos fazer uma exposição do resultado desses dois hectares e comparar a rentabilidade com a área de produção convencional.

A saúde que brota da terra

Outra cooperativa que desponta como propagadora da agroecologia no Assentamento Pirituba II é a Cooperativa de Plantas Medi-

cinais (Cooplantas), uma cooperativa composta por 33 mulheres que trabalham informalmente com a produção de fitoterápicos desde 1999 e há seis anos oficializaram a cooperativa. Trabalham a parte agrícola desde o cultivo das plantas medicinais até a manipulação de ervas em extratos, xaropes, pomadas e sabonetes medicinais. No ano de 2014 a Cooplantas fechou um contrato com o SUS de Itapeva para entregar seis toneladas de seis espécies de plantas dessecadas, entre elas guaco, açafrão, babosa, camomila e cavalinha. Além do cultivo das plantas medicinais em uma área de cinco hectares, a Cooplantas vem produzindo verduras e legumes totalmente isentos de agrotóxicos, como afirma M. N. C., assentada desde 1992 e integrante da cooperativa desde antes de sua fundação: “A proposta não é só trabalhar com as plantas, é também produzir alimentos saudáveis. Temos duas hortas de verduras, produção orgânica, isentas de venenos, tem as cercas vivas. A produção das plantas medicinais é sem agrotóxico. Utilizamos defensivos naturais, orgânicos”.

Ao perguntar-lhe sobre as perspectivas da agroecologia no assentamento, M. N. C. é muito otimista e declara que a Cooplantas é uma verdadeira escola dentro do assentamento:

Eu acho que a cooperativa de mulheres é uma escola para os agricultores porque, [...] como aqui é uma área de grãos, o pessoal sabe plantar com veneno. A Cooplantas é uma escola diferente, é natural, ela dá a formação para a agroecologia e o orgânico, sem veneno nenhum. Ela dá esse respaldo da agroecologia de proteger as cabeceiras das minas e de usar, ter uma comida natural, boa. Hoje a gente respira veneno e come veneno, então a Cooplantas tem uma proposta diferente.

Acampamento Nova Esperança

Há sete meses, um grupo de mais de duzentas famílias de trabalhadores rurais sem-terra ocupou uma área de aproximadamente 1.900 hectares da Fazenda Pirituba destinada para horto florestal desde 1975 e que se encontra sob responsabilidade da Secretaria Estadual

do Meio Ambiente. Os sem-terra ocuparam a área questionando sua irregularidade, uma vez que vem sendo explorada por empresas particulares para extração de resina e madeira de Pinus, uma situação de dupla irregularidade: primeiro pelo fato de a área fazer parte da Fazenda Pirituba, que é propriedade do Estado, ou seja, terras públicas que estão sendo usadas por empresas privadas; e segundo porque, sendo uma área administrada pela Secretaria do Meio Ambiente, que, em vez de cultivar plantas altamente invasoras como o Pinus, que se propaga facilmente por ter sementes aladas, e o eucalipto, deveria estar cultivando espécies visando à preservação da biodiversidade. Atualmente, os acampados estão em processo de negociação com o secretário de Meio Ambiente, discutindo o projeto de implantação de um assentamento agroecológico na área do horto florestal, que poderá vir a ser um projeto piloto para as demais áreas de horto do Estado.

A intercooperação

Umas das cooperativas existentes no Assentamento Pirituba II e que tem cumprido um papel importantíssimo para o desenvolvimento do assentamento é a Cooperativa dos Assentados de Reforma Agrária e Pequenos Produtores da Região de Itapeva (Coapri), fundada em 1996 e que congrega hoje 250 associados, com o objetivo de organizar e comercializar a produção dos assentados, procurando agregar valor aos produtos a partir de pequenas agroindústrias. Além de cumprir com os objetivos traçados em seu estatuto, a Coapri vem incentivando e estimulando os assentados para a produção agroecológica, mantendo parcerias de intercooperação com outras duas cooperativas do MST, fazendo repasse de sementes para seus associados. Por meio da Copaceres do Mato Grosso, em 2013 foram repassados 90 mil quilos de feijão para os assentados do Pirituba II, os quais se comprometeram com a devolução de duas sacas de grãos para cada saca de semente plantada. Outra parceria é com a BioNatur, uma cooperativa de produção de sementes de hortaliças dos assentamentos do Rio Grande do Sul. As sementes de hortaliças adquiridas da BioNatur são repassadas aos assentados, que pagam com produtos de suas hortas destinados

ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Como afirma J. A. R., membro da diretoria colegiada da Coapri:

Hoje ela [a Coapri] já está incentivando a produção agroecológica, possibilitando que os agricultores possam adquirir as sementes agroecológicas de hortaliças através da BioNatur. Outra ação da Coapri foi a de trazer sementes de feijão de outras regiões. Isso fez com que baixasse o custo da produção. Ela emprestou as sementes para os agricultores e eles devolveram na troca de semente. Isso é importante também porque a semente, quando está muitos anos na mesma região, vai sofrendo uma queda na produção, doenças, e, quando se faz essa troca, vem semente de região diferente, ela tem uma reação positiva.

Rearte

A Rede de Agroecologia Raízes da Terra (Rearte) é uma articulação que vem reunindo diversas cooperativas e associações de produtores rurais de vários assentamentos da região – a Cooperativa Vó Aparecida (Copava); a Cooplantas; o Instituto Laudenor de Souza (ILS); a Agrovida; a Associação Ecovale de Apiaí; a Associação Regional de Desenvolvimento Agrário de Itapetininga (Arda); e a Associação dos Assentados de Iperó –, em parceria com algumas instituições públicas – a Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) – e com o Instituto Giramundo e a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), com o objetivo de incentivar os assentados na produção agroecológica, com implantação de sistemas agroflorestais (SAFs) e outras técnicas agrícolas de forma sustentável.

Políticas Públicas

Apesar de algumas limitações que as políticas públicas agrícolas direcionadas aos assentados enfrentam em sua implementação, pelo fato de serem apenas programas de governo e devido às pressões das grandes empresas capitalistas, atualmente já vêm sendo desenhadas

políticas públicas direcionadas para a produção agroecológica. Em agosto de 2012, a presidente Dilma Rousseff instituiu a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), por meio do Decreto nº 7.794/2012. O PNAPO tem como instrumento de execução o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo). Essa política é um incentivo para os assentados que querem investir na produção agroecológica e que não o fazem por dificuldades econômicas e falta de conhecimento de técnicas sustentáveis. Com adesão ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), gerenciado pela Conab, por meio do qual os assentados fornecem produtos para entidades públicas, como escolas, hospitais, creches, asilos, e pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), os assentados já perceberam que, cultivando hortaliças em uma pequena área de 2 mil metros quadrados ao redor da casa, área essa que antes era mal aproveitada, podem gerar mais renda que dois hectares de monocultivo de grãos com uso de agroquímicos. Por ser uma área de produção bem próxima da residência, por onde as pessoas circulam, inclusive as crianças, ninguém vai colocar veneno ali. Assim, os assentados vêm constatando na prática que é possível, sim, produzir alimentos limpos, sem o uso de agroquímicos, tão bonitos quanto os da agricultura convencional. É como afirma o agricultor J. B., assentado na Fazenda Pirituba II desde 1984 e que há 18 anos vem trabalhando a agroecologia em parceria com sua esposa:

Este ano colhemos por volta de cem caixas de ponkan. Aonde a produção nossa foi para a merenda escolar, foi comparada com a produção de agrotóxico. O nosso produto é muito maior, muito mais bonito que os produtos que usam agrotóxico, tem muito mais sabor. Então é só mito que a agricultura, para dar certo, tem que ser com veneno.

Educação

Uma grande perspectiva para o avanço da agroecologia no Assentamento Pirituba II, pelo menos na apropriação de sua concepção,

encontra-se na área da educação, com ações pedagógicas de um grupo de oito educadores-militantes da reforma agrária que estão concluindo o Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial, Educação do Campo, Trabalho e Saberes Agroecológicos na Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” – Unesp de Presidente Prudente, que trabalham em duas escolas dentro do assentamento, levando os alunos a refletirem sobre as consequências do uso do agrotóxico para a saúde humana e para a natureza e ajudando-os a entender a importância e as vantagens da agroecologia para a sociedade de forma geral. Esses educadores vêm desenvolvendo atividades práticas em salas de aula e no pátio da escola a partir de temas geradores, como a questão agrária, a água, o solo, a alimentação saudável, e desenvolvendo trabalhos concretos na horta da escola – uma boa perspectiva de transformação, pois são ensinamentos e concepções que uma vez apreendida pelos alunos, mesmo que em longo prazo, terão resultados promissores. Esses educadores, formadores de opinião, podem ser considerados como verdadeiros porta-vozes da esperança, porta-vozes de um novo projeto de desenvolvimento sustentável, a partir de uma nova forma de trabalhar a agricultura, respeitando a natureza e preservando a vida. Além do trabalho direto com os alunos, esses educadores contribuem para a construção do projeto político-pedagógico dessas escolas, voltado para a realidade da comunidade, numa perspectiva de implementação da educação do campo.

Escola de Agroecologia Laudenor de Souza

Criada em 2004, quando celebrávamos os vinte anos do MST na região, a Escola de Agroecologia Laudenor de Sousa tem como objetivo formar e capacitar jovens dos assentamentos da região, dando-lhes a conhecer técnicas e práticas agrícolas ecológicas sustentáveis para que eles possam implementá-las nos lotes de seus familiares e em suas comunidades. A Escola foi criada no assentamento – num território em permanente disputa, que sofre uma investida do capital, que impõe aos assentados todo o pacote tecnológico da Revolução Verde – como forma de contestar o modelo agrícola hegemônico imposto pelo agronegócio na região. Durante seus dez anos de fundação, já foram

realizadas algumas ações concretas, tais como: um curso técnico em agroecologia de nível médio (primeira turma: 2007 a 2010), com quarenta formandos, que teve como método a Pedagogia da Alternância, pela qual os educandos alternavam o Tempo Escola (dois meses de aula) com o Tempo Comunidade, em parceria com o Colégio Técnico da Unicamp; um curso de capacitação em energias renováveis de dois meses de duração; e seminários e encontros regionais e estaduais de agroecologia. Atualmente, o prédio encontra-se em reforma, enquanto o MST vem buscando parcerias com universidades públicas para a realização de novos cursos, visando à formação de novas turmas de técnicos em agroecologia.

Exemplos que contagiam – práticas agroecológicas

Além das hortas orgânicas ao redor das casas, com a produção destinada para o PAA, atualmente existem no assentamento outras práticas agroecológicas, como é o caso do sistema agroflorestal (SAF) implantado pelo assentado J. B. no ano de 2002, em parceria com a Embrapa. Antes mesmo da implantação do SAF, o agricultor já havia percebido que cultivar uma área de meio alqueire, sem o uso de agroquímicos, em volta de sua casa lhe proporcionava mais renda do que trabalhar o lote todo, de seis alqueires, com plantio convencional de milho e feijão. Assim diz ele:

Começamos lá no lote da Agrovila, um meio alqueire. Lá em volta de casa a gente não usava químicos. Aí então a gente começou a ver que a produção de lá dava mais resultado do que quando plantava o lote de 6,5 alqueires. Nós tirava para o consumo e ainda fazia venda, plantava pequena horta e ainda vendia na Área I, na IV e na beira da rodovia. Quando a gente começou a trabalhar mais aquele lote [da vila] a gente passou a ter muito mais resultado que esse lote inteiro, daí a gente decidiu ampliar aqui.

Atualmente, J. B. e sua esposa, E. C., estão trabalhando uma área de seis hectares de forma agroecológica, certificada pelo Instituto Bio-

dinâmico (IBD), com uma diversidade enorme de produtos agrícolas, como J. B. nos relata:

Hoje nós estamos com uma área de 60 mil metros, seis hectares, produzindo entre esse daqui e o lá da vila. Até o final do ano estamos prontos para fazer a certificação dessa área. Essa área de seis hectares é tudo orgânica, certificada pelo IBD. Chegamos a contar 25 espécies de plantas, que trazemos para a mesa e para a venda. Para comercializar, é umas quinze espécies. Tangerina ponkan, laranja, framboesa, manga, jabuticaba. E algumas plantas anuais, como o milho crioulo, que vendemos milho verde, e sobrou um restante que colhemos para dar aos animais: mandioca, batata-doce, abóbora, feijão.

Toda essa produção foi feita com o mínimo de recursos e de implementos agrícolas, o que vem a comprovar, na prática, como o custo da produção no sistema agroecológico é bem mais baixo e mais rentável que o convencional, quebrando mitos, além de inúmeras outras vantagens já mencionadas nesse trabalho. Sobre isso, João nos esclarece:

Temos roçadeira, motosserra e o carro para nos locomover ou transportar os produtos. Trabalhamos bastante com a enxada e com o cavalo. Hoje a gente tem outras formas de mexer com o solo: se vamos plantar um abacaxi, só faz um xuxo com pau e ali só faz o lugar da muda e já põe a muda no solo, é outra forma de trabalhar o solo. Nós não abrimos um buracão para plantar a muda de abacaxi.

E quanto à comercialização da produção, J. B. garante que tem um mercado seguro e, às vezes, falta produto:

Temos bastante procura de produtos. Tem vez que temos mais procura do que a quantia que nós tem. A comercialização da produção esse ano foi feita através da

Cooperorgânica. Vendemos para a alimentação escolar, vendemos para o comercial, mandamos para São Paulo.

O Sítio Recanto do Curupira, nome dado por J. B. e E. C. ao lote de produção, tem se tornado um verdadeiro espaço pedagógico, onde inúmeros estudantes, de diversas regiões do estado, têm recebido aulas práticas de agroecologia com J. B. e E. C., que, além de receberem e monitorarem essas constantes visitas, vêm assessorando e incentivando quatro vizinhos na implantação de SAFs em seus lotes no assentamento.

Vacas saudáveis produzem mais

Outra prática de agricultura ecológica que vem ganhando visibilidade e dando resultado satisfatório aos assentados é o Pastoreio Racional Voisin (PRV), considerado como a coluna vertebral da agroecologia pelo professor Luiz Carlos Pinheiro Machado, implantador do método no ano de 1964, em Taquara, no Rio Grande do Sul. Assim descrevem Machado e Machado Filho em sua mais recente obra, *A dialética da agroecologia*:

O Pastoreio Racional Voisin (PRV) é a coluna vertebral da agroecologia (CHRSITOFFOLI, 2006, p. 237). Assim, para exercer a agroecologia, é conveniente conhecer o PRV. Trata-se do método mais moderno, mais eficiente e mais econômico para a produção de carne, leite, lã ou trabalho à base de pastos. O PRV consiste na aplicação rigorosa dos princípios de fisiologia vegetal, da dinâmica da vida do solo, do respeito ao bem-estar animal e da intervenção humana na condução do manejo dos animais. Baseia-se no emprego dialético das quatro leis universais do pastoreio racional, enunciadas por André Voisin, em 1956, em sua obra *Produtividade do pasto* (2014, p. 237).

O PRV vem sendo praticado no Assentamento Pirituba II por quatro famílias de assentados desde 2012, quando participaram de um

curso sobre pecuária leiteira oferecido pelo Instituto de Terras de São Paulo (Itesp) no assentamento. Esses produtores de leite têm se destacado quanto ao volume de produção de leite por cabeça, quanto ao baixo custo da produção e o menor esforço físico.

O assentado A. H. iniciou o PRV em uma área de dois hectares, com planos de ampliar para cinco hectares, instalando 28 piquetes, contendo cada piquete uma área de trezentos metros quadrados. Ordenando treze cabeças de vacas, A. H. obtém uma produção de 280 litros de leite diário. Ao perguntar-lhe sobre as vantagens do PRV, A. H. afirma que, além do baixo custo da produção, o animal tem menos desgaste físico, pois não precisa andar muito para comer, e está sempre saudável, dispensando medicamentos, uma vez que tem o alimento fresquinho sempre à sua disposição.

Assim como o Sítio Recanto do Curupira do assentado J. B., o PRV de A. H. vem recebendo constantes visitas de outros agricultores e estudantes universitários que ali realizam dias de campo, onde professores universitários ministram suas aulas práticas de agroecologia, assessorados pelo assentado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todas as iniciativas, ações e práticas que visam à sustentabilidade desenvolvidas no Assentamento Pirituba II são alimentadas e disseminadas por uma sinergia inerente ao próprio ser humano, na busca de um objetivo comum: melhor qualidade de vida. Os camponeses são portadores de uma sinergia e identidade peculiares. Diversos assentados já sentiram na pele as contradições da maneira capitalista de organizar a agricultura, tais como a contaminação pelos agrotóxicos; o alto custo da produção convencional, que leva ao endividamento; a degradação dos recursos naturais, como solo, água, ar, fauna e flora; e a submissão e dependência ao modelo capitalista. Com certeza, não estão conformados com essa situação! Como afirma Pinheiro, “da contradição dos contrários surge o caminho”. Por outro lado, os assentados já perceberam, ao longo desses trinta anos de lutas e conquistas, que,

para sair das amarras desse sistema e voltar a resgatar a autonomia, a dignidade e a autoestima, só mesmo por meio da cooperação e da ajuda mútua, como professam ardente mente em seus momentos de luta: “Sem cooperação, não há transformação!”.⁶ Mesmo fazendo parte do território em questão, confesso que fiquei um tanto impressionado com as imagens que as lentes de um pesquisador me proporcionaram e bastante otimista em relação ao futuro da agroecologia nessas terras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável.** 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- BOMBARDI, L. M. **Campesinato, luta de classe e reforma agrária: a Lei de Revisão Agrária em São Paulo** (tese). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.
- CALDART, R. S. et al. (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012.
- CANUTO, J. C. et al. **Quintais agroflorestais como estratégia de sustentabilidade ecológica e econômica.** Rede de Estudos Rurais, 2013.
- CHABOUSSOU, F. **Plantas doentes pelo uso de agrotóxico: novas bases de uma prevenção contra doenças e parasitas – a teoria da trofobiose.** 1. ed. Trad. Maria José Guazzelli. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- GUZMÁN, E. S. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da agroecologia. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v. 2, n. 1, jan.-mar. 2001.

⁶ Palavras de ordem criadas pelos assentados do Pirituba II em suas jornadas de luta.

JAPIASSU, H.; MARCONDES, D. **Dicionário Básico de Filosofia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

LIMA, M. C.; ALENCAR, S. de. **Efeitos dos agrotóxicos sobre as abelhas silvestres no Brasil: proposta metodológica de acompanhamento**. Brasília: Ibama, 2012.

LONDRES, F.. **Agrotóxicos no Brasil: um guia para ação em defesa da vida**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2011.

MACHADO, L. C. P.; MACHADO FILHO, L. C. P. **A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã (Feuerbach)**. 11. ed. Trad. José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Hucitec, 1999.

REIS, A. T.. **Trabalho, políticas públicas e resistência em assentamentos do estado de São Paulo: um estudo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) (tese)**. Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” (Unesp). Presidente Prudente, 2015.

VENANCIO, F. B. A criação do assentamento Pirituba II nos municípios de Itapeva/Itáberá-SP e a participação dos movimentos sociais no campo. **Revista Sem Terra**. Edição especial: Agroecologia, 2009/2010.

INFORMAÇÕES SOBRE A BONECKER EDITORA

Para saber como publicar com a BONECKER EDITORA, visite o site
www.bonecker.com.br.

Para receber informações sobre os próximos lançamentos, promoções, e congressos e feiras que participaremos, cadastre-se no site, curta a nossa página no facebook ou envie um email para contato@bonecker.com.br.



bonecker.com.br



facebook.com/BoneckerEditora



lojabonecker.com.br

Bonecker Editora
Rio de Janeiro, RJ
email: contato@bonecker.com.br